



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“OS APÓSTOLOS DA LIBERDADE CONTRA OS OPERÁRIOS DA
CALÚNIA”
A IMPRENSA POLÍTICA E O PARLAMENTO NAS DISPUTAS
POLÍTICAS DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1860-1880.**

KARULLINY SILVEROL SIQUEIRA

Sob a Orientação do Professor

Marcello Otávio Neri de Campos Basile

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração e Cultura Política e ideias.

Seropédica, RJ
Fevereiro de 2011

079.8152

S618a

T

Siqueira, Karulliny Silverol, 1985-.

“Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia”: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880 / Karulliny Silverol Siqueira - 2011.

231 f.

Orientador: Marcello Otávio Neri de Campos Basile.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História.

Bibliografia: f. 219-231.

1. Imprensa e política - Espírito Santo (Estado) - Teses. 2. Espírito Santo (Estado) - Política e governo - Teses. 3. Partidos políticos - Espírito Santo (Estado) - História - Teses. I. Basile, Marcello Otávio Neri de Campos, 1970-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

Karulliny Silverol Siqueira

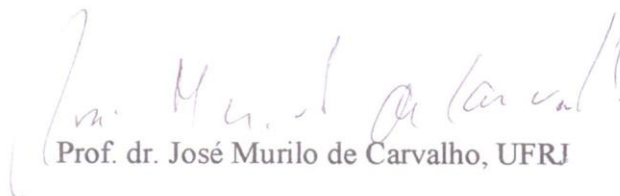
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Mestrado em História, área de concentração em Estado e Relações de Poder.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 21/02/2011

Banca Examinadora:



Prof. dr. Marcello Otávio Neri de Campos Basile, UFRRJ (orientador e presidente)



Prof. dr. José Murilo de Carvalho, UFRJ



Prof.ª dr.ª Adriana Pereira Campos, UFES

À Maria Rita, mãe e inspiração.

AGRADECIMENTOS

Sonho. Esta seria a real definição para as mais de trezentas páginas que constituem este trabalho, mas que, por motivos óbvios e procedimentos acadêmicos, tenho que denominá-la como uma dissertação de mestrado. Todo o processo que envolveu a preparação deste “sonho” começou há algum tempo atrás, um tempo no qual eu ainda não sabia que para que esta dissertação estivesse pronta, seria necessário não só o meu trabalho como pesquisadora, mas também demandaria o trabalho de uma verdadeira equipe. A equipe de trabalho sobre a qual me refiro, inclui tanto profissionais do meio acadêmico, assim como membros da família e amigos. Juntos, construímos esta história. Entretanto, inicio agradecendo primeiramente a Deus, por me permitir começar a escrever a minha própria história.

Chegar ao Rio de Janeiro e deixar toda uma vida para trás exigiu coragem. Neste momento inicial de decisões e incertezas, agradeço ao incentivo de Brenda Coelho, Aline Goldoni e Martha Victor, que já iniciadas na vida de mestranda, me deram suporte, tiraram dúvidas e apoiaram a decisão de deixar o Espírito Santo. A ida para o Rio também teve o apoio de grandes amigos que do mesmo modo desejavam realizar seus “sonhos” fora do Espírito Santo. Estes amigos foram conselheiros e extremamente muito pacientes diante de a apreensão que envolvia o processo seletivo do Mestrado. Agora, diante do término de toda esta fase, é difícil saber como agradecer a amizade de Laína e Laís Bubach, que me conduziram literalmente pelas mãos na primeira vez que andei pelas ruas do Rio, que auxiliaram com os últimos preparativos das provas, e que tiveram muito trabalho ao abrigarem em sua casa uma amiga que disseminava tanta ansiedade naquele momento. Também é difícil não lembrar e não agradecer a eterna amizade de Diego Baptista, que hoje, mesmo não vendo este trabalho chegar ao fim, sei que estaria muito orgulhoso das conquistas que obtive nestes dois anos que se passaram.

No entanto, a opção de estudar na UFRRJ não me fez perder o vínculo afetivo e acadêmico com UFES. Por isso, é preciso lembrar os amigos que, mesmo de tão longe, estiveram sempre torcendo pelo sucesso deste trabalho. Relembrando meu início no campo da pesquisa histórica, não posso deixar de agradecer à Fabíola Bastos, que em tantas tardes no Núcleo de Pesquisa, foi minha condutora nas primeiras leituras, no primeiro projeto e no primeiro relatório. Você esteve presente nos principais momentos da minha vida na Universidade, e, além disso, construímos uma grande amizade. Outros amigos fizeram com que eu me sentisse sempre como parte do Laboratório de Pesquisa do qual participava anteriormente. Assim, agradeço muito o auxílio e as palavras de carinho de Kátia Sausen, Mellina Neres, Ana Paula, Philipi e Tácia.

Dentre tantas amizades que foram importantes durante esta fase, gostaria de agradecer imensamente Lorena, Roselene e Daieny, amigas que seguem comigo já há muito anos. Saibam o quanto foram importantes para que eu chegasse ao final de toda essa experiência. As amigas de graduação, que agora eram mestrandas como eu, embora distantes, também foram muito importantes no decorrer destes dois anos morando sozinha. As cartas de Juliana Louzada, Heloisa, Carolline e Hariadne, sempre foram um grande incentivo para continuar a intensa batalha. No Rio, agora eu estava longe da imagem mais sensata, amiga e verdadeira que sempre tive ao meu lado: Ludimila Caliman. Amiga, obrigada por sua preocupação que, com e-mails quase diários, constatava se eu havia dormido bem ou mal, se eu estava triste, e se o mestrado ia bem. Agradeço por sempre ter uma palavra de apoio nos momentos em que eu precisei ser forte.

Dois anos se passaram. Foram tempos difíceis, textos que pareciam não ter fim, momentos de angústias que tivemos que dividir frequentemente com os colegas de Mestrado,

os quais acabávamos de conhecer naquele ano de 2009. Por isso, gostaria de dizer o quanto aprendi com estes colegas de trabalho. Dentre este pequeno grupo com o qual convivi, agradeço à Ingrid Oliveira, Mariana Nastari e Elanny, por formarem comigo o melhor grupo de amigas mestrandas que eu poderia ter. Juntas tivemos choros, lamentações e medo; cronometramos o tempo de apresentação durante os congressos da vida, e tivemos longas conversas durante as várias horas que levávamos para voltar para casa após as aulas.

Deste círculo de amigos, acabei sendo presenteada pela surpresa de conhecer você, Jorge Vinícius Monteiro Vianna, que de amigo mestrando, passou a ser meu historiador preferido também nas horas vagas, e meu namorado no tempo que o mestrado nos permitia. Nenhuma palavra dita nestes agradecimentos conseguiria se aproximar de tudo o que vivemos durante este tempo. No mestrado, e fora dele, fomos companheiros em todas as esferas dessa vida. Dividimos até mesmo o amor, o carinho, os fichamentos, e o cuidado um com o outro. Agradeço pelas noites perdidas revisando meus capítulos, meus artigos e minhas dúvidas. Obrigado por tudo que me ensinou, pelas vezes que me fez ver que depois da tempestade viria a calmaria, e que nem tudo estaria perdido mesmo que um pen drive com todos os dados da minha dissertação estivesse queimado. Obrigado por existir na minha vida.

Agradeço imensamente minha família, não só por ter me proporcionado a realização deste sonho, mas também por suportar minha ausência e entender que meu trabalho exigia dedicação e tempo. Minha saudade de vocês sempre foi uma dor constante, mas tive que buscar forças onde não existia para continuar a imaginá-los somente de longe. Aos meus pais, gostaria de dizer que combati um bom combate. Com o exemplo de dignidade dado por vocês, me esforcei a cada dia com o objetivo de voltar ao Espírito Santo com a melhor formação que uma historiadora poderia ter. Agradeço por tudo, sempre.

A paixão pela História do Espírito Santo é um sentimento que sempre me lembrará um nome: Adriana Campos. O que dizer sobre quem nos ensina os primeiros passos, sobre quem nos mostra o caminho? Adriana, nossa relação de amizade, e até mesmo de um espírito “maternal”, acabou ultrapassando os limites acadêmicos. Obrigada por ser sempre a orientadora querida, a orientadora conselheira, a eterna orientadora. Agradeço pelo incentivo, por todo o apoio nos momentos mais complicados, pela dedicação constante, e, sobretudo, pelo o respeito que demonstrou pelo meu trabalho.

Também agradeço ao professor José Murilo de Carvalho pela leitura da dissertação, pelas indicações de bibliografia, e por ter sido meu grande modelo e expoente por tantos anos, antes mesmo de nos conhecermos pessoalmente. Participar de suas aulas foi extremamente importante para a minha formação. Obrigada por formar junto aos demais professores, a banca examinadora desta dissertação.

Ao meu orientador, Marcello Basile, agradeço muito sua dedicação durante a orientação deste longo estudo, agradeço seus ensinamentos e, acima de tudo, sua paciência como um professor de excelência que sempre foi. Agradeço por acreditar e confiar no meu trabalho até nos momentos nos quais nem eu mesma acreditei. Obrigada por dar asas às ousadias de uma orientanda que optou pelo estudo de uma política provincial tão difícil de ser decifrada, e por ensinar que uma carreira acadêmica se faz com o mais extremo respeito, seriedade, autonomia e muito empenho.

Esta pesquisa foi realizada com o apoio de pessoas que agradecerei sempre, e de instituições que foram fundamentais para que a documentação necessária fosse então coletada e analisada. Agradeço primeiramente ao Arquivo da Assembleia Legislativa do Espírito Santo que me permitiu pesquisar as atas e anais do século XIX desde minha graduação até a finalização do Mestrado. Agradeço à Biblioteca Estadual do Espírito Santo, em especial às bibliotecárias Kátia e Débora, que foram absurdamente solícitas quando mais precisei.

Agradeço ainda a todos os funcionários da Biblioteca Nacional que de alguma forma, me auxiliaram durante a leitura dos milhares de microfimes e jornais da época. Gostaria de agradecer também ao IHGES, que me auxiliou durante a coleta de dados sobre os deputados provinciais. Além disso, agradeço à Capes pelo financiamento desta pesquisa.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação da UFRRJ, que de braços abertos, me recebeu de forma muito atenciosa. Em especial, agradeço muito aos professores com os quais mais convivi. Certamente a História ganhou muito mais sutileza em minha vida a partir das palavras de Margareth Gonçalves e Miriam Coser. Também agradeço ao aprendizado proporcionado pelos professores Luis Edmundo Moraes, Ricardo Oliveira, Surama Conde e Álvaro Nascimento. Com vocês aprendi muito mais que ser uma historiadora. Compreendi as dificuldades da vida acadêmica, aprendi a respeitar meu próprio trabalho e a ampliar meu “horizonte de expectativas”.

Enfim, tive que ir ao Rio de Janeiro para vasculhar a província do Espírito Santo. A frase pode parecer um tanto quanto incoerente, mas foi ali, na distância, nessa longa viagem de idas e voltas, e na saudade, que este sonho pôde então ser escrito. Identifico-me hoje perfeitamente com as palavras ditas pelo grande visconde do Uruguai no século XIX: *“O que tive ocasião de observar e estudar produziu uma grande revolução nas minhas idéias e no modo de encarar as coisas”*. Minha viagem não foi tão longa quanto à de Uruguai, mas certamente a intensidade foi a mesma.

RESUMO

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **“Os apóstolos da Liberdade contra os operários da calúnia”**: **Imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880**. 2011. 320f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011.

Este trabalho tem como objeto principal a dinâmica política da província do Espírito Santo a partir das transformações que emergem após 1860, período em que ocorre uma transformação dos grupos políticos pessoais para os verdadeiros partidos políticos de cunho ideológico. A análise aborda o contexto de criação dos partidos locais – *liberais* e *conservadores* – por meio de três formas: a imprensa, a Assembleia Provincial e a elite política local. Desta forma, este estudo conta com a análise de diversos jornais políticos do período, pelos quais foram levantadas as principais ideias, projetos e linguagens políticas de cada partido. A partir dos dados obtidos foi elaborando o perfil da *elite intelectual* local, ou seja, os redatores. Também se verifica nesta dissertação a análise dos discursos e conflitos que emergem na Assembleia Provincial entre 1860 e 1880, abordando o vocabulário político dos deputados e a exposição de suas propostas diante das agitações políticas que eram vislumbradas na Corte. Por fim, com a finalidade de levantar o maior número possível de informações, foi feita uma análise do perfil dos deputados provinciais, concentrando-se em dados como escolaridade, formação, ocupação e local de nascimento. O estudo demonstrou que a província do Espírito Santo apresenta um comportamento diferente das demais províncias quando se compara com a data de criação dos dois grandes partidos no restante do Império. Além disso, a província apresentou, após 1860, novas práticas políticas e um vocabulário político permeado por novas ideias que chegam à província a partir da nova composição da elite política e intelectual.

Palavras-chave: Imprensa, política, Espírito Santo.

ABSTRACT

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *"The Apostles of Freedom against the workers of calumny": Politics press and the parliament in the political contests in the province of the Holy Spirit, 1860-1880*. 2011. 320f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011.

This work has as main object the political dynamics of the province of Espírito Santo from the transformations that emerge after 1860, a period in which occurred a transformation of the personal political groups for the real ideological political parties. The analysis explores the context of creation of local parties – *liberals* and *conservatives* – through three ways: the press, the Provincial Assembly and the local political elite. Thus, this study relies on the analysis of various political journals of the period, which were reached the main ideas, projects and policy languages of each party. From the information obtained was developing the profile of the local *intellectual elite*: the writers. We also observed in this work the analysis of discourses and conflicts that emerge in the Provincial Assembly from 1860 to 1880, addressing the political vocabulary of deputies, and exposure of their proposals facing the political unrest in the Court. Finally, in order to get as much information as possible, an analysis was made of the profile of provincial deputies, focusing on aspects such as education level, academic training, employment and place of birth. The study demonstrated that the province of the Espírito Santo has a different demeanor from other provinces when compared to the date of creation of the two major parties in the rest of the Empire. In addition, the province shows after 1860, new political practices and a political vocabulary permeated by new ideas that coming to the province from the new composition of the political and intellectual elite.

Key-words: Press, Politics, Espírito Santo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - UMA QUESTÃO DE ORDEM: A CULTURA POLÍTICA DO ESPÍRITO SANTO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.....	15
1.1 Os “ordeiros” e “pacíficos” na Província do Espírito Santo.....	15
1.2 Defendendo a Causa do Brasil: o Momento da Independência	17
1.2.1 “Os Fiéis vassalos do ínclito Monarca”	19
1.3 Sem D. Pedro I: Viva a Regência!	26
1.3.1 Exaltados, Moderados e Caramurus: o Espírito Santo escolhe seu projeto de nação	28
1.3.2 Caramurus e Peroás: “partidos” políticos no Espírito Santo?.....	30
1.3.3 A vitória da ordem	36
1.4 Os condutores da Ordem.....	40
1.5 Uma Imprensa Tardia	42
1.6 Conclusão.....	45
CAPÍTULO II - “COMEÇA A RASGAR-SE O VÉU”: O ESPÍRITO SANTO CONHECE UM NOVO MODO DE SE FAZER POLÍTICA	47
2.1 A Corte e a Província em 1860: os Partidos e o Império.....	48
2.1.1 O Pensamento político: uma década de grandes ideias	52
2.2 Transitando Para um Novo Tempo	54
2.3 A Explosão da Imprensa Política.....	56
2.3.1 Os homens e suas folhas	56
2.4 Conhecendo a Política da Terceira Classe	63
2.4.1 <i>A Liga</i> : partido capichaba versus partido dionisiano	63
2.4.2 Novas palavras para uma nova política	70
2.4.3 Coronel Monjardim: um <i>capichaba</i> ou um <i>dionisiano</i> ?	72
2.5 Um Chamado Para a Oposição: O Tempo liberal.....	75
2.5.1 O “Nascer Liberal” na província do Espírito Santo.....	78
2.6 Iniciando as Definições Políticas: O Amigo do Povo Contra O Monarchista.....	82
2.6.1 A ofensiva liberal.....	83
2.6.2 A resistência conservadora	86
	10

2.6.3 Conclusão: uma política nada trivial	93
CAPÍTULO III – AS FOLHAS DA DISCÓRDIA: A DISPUTA PARTIDÁRIA INVADE A PROVÍNCIA.....	95
3.1 Novas Peças Para Um Velho Quebra-Cabeça: a Política da Corte.....	95
3.2 Na Província: As Linguagens da Discórdia.....	97
3.3 As Elites, o Café e as Ideias.....	100
3.4 A Política do Sul.....	101
3.4.1 Arraias e Macucos	102
3.4.2 Liberais do sul.....	104
3.4.3 Conservadores do sul.....	104
3.4.4 A linguagem conservadora do sul.....	107
3.5 As Linguagens Liberais?	112
3.5.1 Um liberalismo diferente: <i>A Sentinella do Sul</i>	113
3.6 Sociabilidade e Política.....	120
3.7 Enquanto Isso, em Vitória... ..	124
3.7.1 A linguagem conservadora do centro	124
3.7.2 Os liberais progressistas no <i>Jornal da Victória</i>	127
3.8 As Ideias Liberais	140
3.8.1 A guerra e o republicanismo na visão do <i>Jornal da Victória</i>	140
3.9 Conclusão: Comparando Ideias	145
CAPÍTULO IV – O PALÁCIO DAS IDEIAS: A POLÍTICA PARTIDÁRIA NA ASSEMBLEIA PROVINCIAL E NA IMPRENSA.....	148
4.1 1868: Os Antecedentes do Ostracismo Político dos Liberais	148
4.2 A Contestação por Meio da Imprensa Iiberal	153
4.3 O Fim do Sonho Liberal: Cai o Ministério de Zacarias.....	155
4.4 O Centro Liberal	160
4.4.1 <i>Liberais radicais</i> no Espírito Santo?	167
4.4.2 Um moicano rebelde na província	168
4.5 A Assembleia e a Abolição.....	173

4.6 Entre Urnas e Baionetas: Violência nas Eleições Provinciais	175
4.7 O Vocabulário e as Ideias	177
4.8 E Acaba-se o Sonho Liberal	179
CAPÍTULO V – ASPECTOS POLÍTICOS DA DÉCADA DE 1870.....	180
5.1 O Retorno Conservador	180
5.2 Recordações Históricas: Os modernos Herdeiros dos Exaltados	183
5.3 Mudanças na Corte: os Conservadores e a Reforma Eleitoral.....	187
5.4 Mudanças na Província: Dissidências no Partido Conservador.....	188
5.4.1 Abaixo o republicanismo!	192
5.5 No Palácio, a Voz dos Conservadores da Província.....	193
5.5.1 A assembleia conservadora contra o Executivo	196
5.6 Dez Anos Depois: a Volta do Sonho Liberal.....	199
5.7 Os Liberais e a Volta ao Palácio das Ideias	202
5.7.1 A nova assembleia liberal	205
5.8 A Província Reage às Ordens da Corte.....	208
5.9 O Início do Fim.....	211
CONCLUSÃO.....	216
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	219

INTRODUÇÃO

Em meados de 1860, vislumbra-se no Império brasileiro um período de transformações em meio ao debate político, contribuindo para uma recomposição das forças políticas e o surgimento de dissidências partidárias. Como assinala Silvana Barbosa¹, o contexto marcado por disputas eleitorais durante o período citado culminou na formação de estratégias para as eleições, evidenciando a formação da Liga Progressista no início da década. Nas palavras de Carvalho², a criação da Liga está intimamente relacionada à política de Conciliação feita pelo marquês de Paraná a partir de 1853, ocorrendo, desta forma, uma redefinição do sistema partidário.

Composta por liberais moderados e conservadores dissidentes, a *Liga* era demonstrada pela imprensa política de ideias opostas como uma amostra da crise de identidade partidária pela qual passava o Império. É necessário ressaltar que, neste momento, há também a resignificação de muitos conceitos, culminando em vocabulário político diferenciado ou, ainda, na formação de uma cultura política que emerge neste contexto de divergências políticas. O arcabouço de ideias que se insere na época referida traduz-se tanto pela emergência de novos debates, como também pela busca por questões referentes ao início do século.³

Na província do Espírito Santo, a modificação do discurso político durante o período também pôde ser evidenciada, sobretudo, a partir da dinâmica que envolvia as eleições na província, como também dos efeitos da queda do gabinete de Zacarias de Góis em 1868, provocando a retirada dos liberais progressistas do poder. Contudo, a marginalização política do grupo dos liberais e a volta da liderança dos conservadores não só fizeram com que emergisse na Assembleia Provincial do Espírito Santo uma radicalização no discurso parlamentar do Partido Liberal, como também despertaram a imprensa na província, utilizada como veículo de contestação política, o que não ocorrera até então.

A primeira tipografia a se instalar no Espírito Santo data de 1840, propriedade de Aires de Albuquerque Tovar, que publicou apenas um número do periódico *Estafeta*, levando a tipografia a voltar somente em 1849, com a publicação do *Correio da Victória*⁴. Desta forma, a intensificação da imprensa política, verificada a partir de 1860, atrelada aos debates ocorridos na Assembleia Provincial e aos outros espaços de sociabilidades envolvidos, tornam-se primordiais para a ampliação da esfera política e literária da província, bem como para a propagação de novos conceitos e ideais que estavam em voga neste período.

A transformação dos espaços públicos de discussão política marca uma nova fase da política capixaba, em que os debates parlamentares que contestavam a “ordem conservadora” e discussões ocorridas na imprensa levavam à *rua* o debate entre liberais e conservadores da província, assim como outras discussões políticas que ocorriam no Império. A inserção dos jornais no cenário político da província, utilizados neste contexto para reprovar comportamento de políticos dissidentes ou para defender candidaturas, seja para deputação

¹ BARBOSA, Silvana M. A Política Progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos de 1860. In CARVALHO, J. Murilo & NEVES, Lúcia M. B.(orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos- Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

²CARVALHO, José Murilo. “Radicalismo e republicanism”. In: In CARVALHO, J. Murilo & NEVES, Lúcia M. B.(orgs). *Op. Cit.*, p.21.

³Ângela Alonso indica ainda esta ocasião como um tempo em que *liberais* resgatarão os conflitos anteriores à hegemonia saquarema, buscando no período da Regência, e até mesmo no Ato Adicional, seu verdadeiro ideal de liberdade: ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁴ PEREIRA, Amâncio. *História da Imprensa Capixaba*. Revista do IHGES nº 3, 1922. p.28.

geral ou provincial⁵, fez da imprensa um objeto de estudo de grande importância para o mapeamento dos grupos políticos locais, as disputas e as cisões dentro dos partidos existentes.

Neste sentido, as mudanças ocorridas na imprensa e nas divisões partidárias inseridas na Assembléia Provincial, a nova geração política daí emergente, a inserção de novos conceitos e a própria forma de utilizar tais meios como condutores de disputa pelo poder constituem objeto de estudo de suma importância para o entendimento do cenário político do Espírito Santo no século XIX, tornando-se o objeto desta investigação. Neste sentido, o intuito deste estudo é destacar um *novo modo de ser fazer política* em terras capixabas.

Diferentemente das demais localidades, torna-se explícita a pequena participação da província do Espírito Santo nas discussões da esfera política do Império, sempre afirmada como uma localidade relativamente pacífica diante de episódios como a Independência e as agitações da Regência.⁶ Faz-se necessário, contudo, salientar que as conturbações políticas ocorridas nesta primeira fase do Império tiveram, sim, sua repercussão na província capixaba, fazendo com que os grupos políticos vislumbrados na Corte já agremiassem indivíduos locais, embora o processo tenha se dado de forma particular.

Sobre a criação de partidos políticos na província, Basílio Daemon⁷ menciona que na década de 1830, já se poderia perceber no Espírito Santo o advento de grupos políticos. Curiosamente, as facções vislumbradas pelo memorialista teriam nascido do conflito entre duas irmandades religiosas, no qual se inicia uma disputa acirrada a partir de um episódio ocorrido em 1832. Daemon relata que uma imagem de São Benedito alocada no Convento de São Francisco aos cuidados de frei Santa Úrsula, que servia às procissões do Convento, fora então proibida pelo frei de sair dali em um dia de chuva no referido cortejo feito pelos irmãos da Irmandade do Rosário.⁸ Já no ano posterior a disputa tornou-se mais acirrada entre os devotos de São Benedito, pois estavam dispostos a ter a posse da imagem a qualquer custo. Dias depois, alguns irmãos da Irmandade do Rosário entraram no Convento de São Francisco para roubar a imagem, levando-a até a igreja da referida irmandade, provocando uma grave discussão com os que frequentavam o convento, iniciando um conflito que se prolongará por muitos anos.

O que se percebe a partir de então na província seria a fusão de elementos de cunho religioso e político, pois, em meio às discussões, sabe-se que os irmãos do Rosário apelidaram de “rusguentos” e “caramurus” os irmãos do Convento, fazendo menção ao “Partido” existente na Corte. Posteriormente, os participantes adeptos ao Convento de São Francisco rebateram as acusações, já que, em seu entendimento, o motivo do nome “caramuru” estaria ligado às características do peixe deste mesmo nome; chamaram então seus inimigos e opositores de “peroás”, um peixe desvalorizado para os capixabas, sendo este apelido associado aos *liberais*, já que o grupo seria um contraponto aos *caramurus*, ou seja, os “conservadores” da província. O questionamento acerca destes fatos está na falta de dados que revelem estes dois grupos como verdadeiros partidos políticos e defensores de ideias liberais e conservadoras.

⁵*Ibidem*. p.26.

⁶Tais informações são evidenciadas em: VASCONCELOS, Inácio Acioli de. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. (Edição, comentários e notas de Fernando Achiamé. Texto inédito, 2000.); como também em documentos oficiais: ESPÍRITO SANTO – Arquivo Público Estadual. *Relatório do Vice-Presidente de Província o Sr. Joaquim Marcellino da Silva Lima na Abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 27 de maio de 1845*. p.3 e 4.

⁷ DAEMON, Basílio de Carvalho. *História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória: Typ. do Espírito Santense, 1879. p. 176.

⁸ELTON, Elmo. *São Benedito e sua devoção no Espírito Santo*. Vitória: Departamento Estadual de Cultura/ES, 1988.

O trabalho desenvolve uma análise que se baseia exatamente na narrativa acima, pois se busca adentrar na política provincial por meio de diversos âmbitos, a fim de desvendar a origem dos partidos políticos locais, comparando a disputa entre as irmandades com as discussões e dissidências políticas que se fazem presente na década de 1860. Deste modo, quando se afirma que julgamos necessário perpassar pelas diferentes esferas políticas, destaca-se que serão analisados não só a imprensa política de grande fôlego dos anos de 1860, mas, sobretudo, o Legislativo local, tendo por embasamento a Assembleia Legislativa Provincial e seus deputados.

A criação da Assembleia Provincial do Espírito Santo coloca-se como um marco na política do Espírito Santo. Em 1834, vislumbramos no cenário político imperial uma nova fase permeada por maior autonomia constitucional das províncias, bem como maior importância destas no cenário político-administrativo do século XIX. Contudo, tal modificação teve como base a aprovação do Ato Adicional, ocorrida naquele mesmo ano, que, segundo José Murilo de Carvalho⁹, consistia em uma reforma de cunho moderado, mas que deu origem ao que muitos chamam de experiência republicana no Império. Neste sentido, a ampliação dos poderes para o Legislativo provincial fez com que ocorresse a centralização das demandas sociais e políticas dos indivíduos capixabas para o recinto recém inaugurado.

A proposta de analisar os debates políticos propalados por esta nova geração que compõe a Assembléia Provincial, ou ainda, que adentra as tipografias a fim de fazer valer suas ideias e defesa de sua agremiação partidária, nos mostra aspectos de grande relevância para o entendimento de como a província capixaba via-se diante do Império e como parte deste momento de conturbação política.

Ao se abordar o panorama historiográfico do Espírito Santo no século XIX, depara-se com uma escassa bibliografia, sobretudo acerca das questões políticas da província. Cabe ressaltar que a maioria das obras existentes sobre esse período consiste em trabalhos de memorialistas, que se mostram geralmente factuais.¹⁰ Dentre estas obras, citam-se os escritos de Basílio de Carvalho Daemon¹¹ que, pela riqueza de detalhes e descrição, torna-se relevante para auxiliar a remontar a cronologia da história capixaba. A obra de Daemon caracteriza-se por evidenciar cronologicamente o Espírito Santo desde o seu “descobrimento” até o ano em que foi escrita em 1879, mostrando-se como uma compilação de informações sobre fatos importantes ocorridos em âmbito local, assim como memórias acerca de indivíduos importantes no cenário político da província e dados de sua geografia e demografia. Existem ainda outros escritos, relatos de indivíduos que passaram pelo Espírito Santo durante o período em questão¹² e que, apesar de enfocarem descrições geográficas e econômicas da província, contribuem para a construção, mesmo que parcial, do cenário social capixaba do século XIX.

⁹ Sobre a aprovação do Ato Adicional em 1834, José Murilo de Carvalho nos indica que foram adotados alguns elementos federais como as Assembleias Provinciais, a divisão de renda e a eliminação do Conselho de Estado. CARVALHO, José Murilo de. “Federalismo e Centralização no Império Brasileiro” In *Pontos e Bordados. História e Argumento*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p.165.

¹⁰ As obras dos memorialistas tornam-se geralmente espécie de “manuais”, levando quase sempre a uma repetição dos dados citados, o que faz com que haja uma continuidade de erros e interpretações superficiais.

¹¹ É necessário ressaltar que o próprio autor enfatiza que seu objetivo era realizar um trabalho historiográfico, explicitando sua obra como uma verdadeira síntese das informações mais importantes sobre o Espírito Santo até aquele período. DAEMON, *Op. Cit.*, p.3.

¹² A história do Espírito Santo no século XIX conta com alguns poucos relatos, os quais se mostram geralmente superficiais quando se trata da situação política da província. Alguns exemplos destas obras: RUBIM, Francisco Alberto. “*Memória estatística da província do Espírito Santo no ano de 1817*”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, Tomo XIX (terceira série), 1900; e VASCONCELLOS, 2000.

A historiografia capixaba sobre o período oitocentista mostra-se ainda mais deficitária quando se trata de obras que analisem mais profundamente a sociedade do período supracitado, sobretudo no âmbito político relacionado aos mecanismos de ação social utilizados pelos indivíduos. Em trabalhos como os de Maria Stella de Novaes¹³ e José Teixeira de Oliveira¹⁴, assuntos como a trajetória da Assembleia Legislativa Provincial, os debates políticos, e a imprensa mostram-se colocados de maneira pouco profunda e muitas vezes presa ao esquema cronológico e descritivo, o que, de toda forma, não retira a importância destas obras em meio a tão poucas informações sobre a província.

Torna-se perceptível também que a recepção de novas ideias que permearam as décadas de 1860 e 1870, bem como as turbulências ocorridas na imprensa, mesmo quando abordadas de modo um tanto quanto simplista, podem ser vislumbradas em trabalhos como *Homens e cousas espírito santenses*, escrito por Heráclito Amâncio Pereira¹⁵; ou ainda no comentário dos momentos finais, diante da crise do Império e da atuação dos *meetings*, demonstrado por Affonso Cláudio¹⁶, em *História da Propaganda Republicana no Estado do Espírito Santo*.

A Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo e sua trajetória foram temas de trabalhos mais recentes que, ou voltaram-se para a memória do Legislativo, como o de Terezinha Tristão Bichara¹⁷, ou ainda, no caso de trabalhos do meio acadêmico, concentraram-se na primeira metade do século XIX. Refiro-me a estudos como os de Leonor Franco Araujo¹⁸ e Rodrigo Goulart¹⁹, este sobre a formação do cenário parlamentar e da elite política capixaba no início do funcionamento do Legislativo; e aquela sobre a grande presença de clérigos na Assembléia Provincial. Como parte deste momento de renovação dos enfoques acerca da historiografia capixaba, e que vão além das questões políticas, aponto aqui trabalhos como o de Fabíola Martins Bastos²⁰, o qual propõe uma análise das formas de sociabilidade no município de Vitória durante o oitocentos, calcando-se na utilização de jornais e autocriminais a fim de demonstrar o cotidiano marcado pelas injúrias, os conflitos nas ruas, e ainda as festividades locais. Outro estudo a ser mencionado foi elaborado por Mariana Pícoli²¹ sobre as associações abolicionistas no Espírito Santo e a propaganda deste movimento em terras capixabas por meio de jornais.

Torna-se, portanto, notória a ausência de obras que problematizem de forma mais densa as questões políticas que permeavam a sociedade capixaba durante o século XIX,

¹³ NOVAES, Maria Stella. *História do Espírito Santo*. Vitória: FEES, 1984.

¹⁴ OLIVEIRA, José Teixeira. OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p.339.

¹⁵ PEREIRA, Heráclito Amâncio. *Homens e Cousas do Espírito Santo*. Vitória: Sociedade Artes Gráficas, 1914.

¹⁶ O mesmo autor também esboça alguns fatos políticos, bem como biografias de personagens importantes inseridas nesse contexto, CLÁUDIO, Affonso. *História da literatura Espírito Santense: subsídios para a história da literatura brasileira*. Porto: Officina do Commercio do Porto, 1912.

¹⁷ BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889*. Vitória: Leoprint, 1985.

¹⁸ ARAUJO, Leonor Franco. *Poder político e religioso na Vitória Imperial: a atuação dos párocos na Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo, 1835-1864*. Dissertação apresentada à Universidade Federal do Espírito Santo, 2005.

¹⁹ GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Figurões da Terra: Trajetórias e Projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos*. Dissertação de Mestrado. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGHIS-UFES, 2008. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/Documentos/Disserta%E7%F5es/2008/22.pdf>. Acesso em: 21/01/2010.

²⁰ BASTOS, Fabíola Martins. *“Relações sociais, conflitos, e espaços de sociabilidade: Formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872”*. PPGHIS-UFES, 2009.

²¹ PÍCOLI, Mariana de Alameida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba : o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)*. PPGHIS-UFES, 2009.

sobretudo sua posição perante os assuntos de maior discussão no Império, os grupos políticos vislumbrados ou ainda os “partidos” que se formaram na província, além das idéias que divulgavam. As transformações e disputas políticas ocorridas no cenário parlamentar e seu diálogo com a imprensa política local, muito mais intensa a partir de meados de 1860, além de representar as demandas de *liberais* e *conservadores*, representam também aí um campo ainda aberto para a pesquisa.

A proposta de se estudar o cenário político do Espírito Santo oitocentista também auxilia a visibilidade do sistema político do Império não apenas por meio das discussões que ocorriam na Corte, mas também apresentando a importância da dinâmica política das províncias, demonstrando uma realidade multifacetada do Império brasileiro. Tal mudança de foco para a política provincial já pode ser vislumbrada em alguns estudos, mesmo que ainda seja demonstrada como uma tendência tímida em meio a outras abordagens. Como exemplo destes trabalhos, podemos citar aqui as obras de Evaldo Cabral de Mello acerca das disputas políticas no Nordeste; o papel das elites regionais na política imperial abordado por Miriam Dolhnikoff; os apontamentos de Wlamir Silva sobre a hegemonia liberal-moderada em Minas Gerais, assim como a obra de Maria de Fátima Gouvêa.²² Neste sentido, é necessário que as demais localidades do Império passem a fazer parte das principais discussões políticas ocorridas, como também sejam demonstradas como participantes do debate político imperial, não limitando este apenas aos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro. Assim, tornar-se-á possível a compreensão das diferentes realidades políticas locais e suas relações com a política da Corte.

A fim de dar fundamentação historiográfica a esta investigação, julgo pertinente recorrer também a obras que corroboram para o entendimento do século XIX como *locus* de ampliação da participação política, seja por meio da imprensa e manifestações populares, seja pelo debate entre grupos políticos distintos e de mecanismos que visavam à ampliação da cidadania. Embora muitos historiadores tenham utilizado a imprensa como objeto de estudo, o uso desse tipo de fonte passa por diversas modificações, enfocando inicialmente eventos políticos e fatos ocorridos, ou ainda evidenciando personalidades importantes. As revisões no campo de análise levam à reflexão sobre as demandas suscitadas pelo objeto da pesquisa e também questionamento da veracidade das fontes. A renovação das abordagens²³, evidenciada por Marco Morel, afirma que as práticas políticas e culturais redimensionaram a importância da imprensa como fonte documental passível de problematização. Assim, a imprensa passa de um reflexo do processo histórico e dos acontecimentos, a agente histórico que intervém nos processos e episódios.

²²MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 e 1824*. São Paulo, Editora 34, 2004. DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. 1a. ed. São Paulo: Globo, 2005; SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderna na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: HUCITEC, 2008; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das Províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. 1a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²³Morel destaca que a “tradicional historiografia”, termo utilizado pelo autor, demonstrava a imprensa como narradora de “fatos” e “verdades”, o que tornou limitada sua utilização e causou um relativo abandono desse tipo de estudo, MOREL, Marco. *Palavra, imagem e Poder: surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.8. Dentre a mudança na utilização das fontes da imprensa, cito trabalhos de diferentes abordagens, como, por exemplo, a corrente marxista de pensamento de Nelson Werneck Sodré, em seu trabalho *A História da Imprensa no Brasil*, publicado em 1966, no qual o autor contextualiza a história da imprensa na história do desenvolvimento da sociedade capitalista enquanto um instrumento de poder das classes altas. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. Novos direcionamentos também foram dados por Maria Helena Capelato, entendendo em sua obra a imprensa como meio de propagação de ideologia contida nos jornais e a difusão no meio social, CAPELATO, Maria Helena. *“Os Arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista 1920-1945”*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1989. p. 11.

Obras que abordam a Independência ou o período regencial mostram-se relevantes para a compreensão de jornais como atuantes na construção de uma cultura política do período, em que o publicista e a imprensa de opinião surgem como portadores de uma missão política e pedagógica. Dentro dessas novas abordagens, Isabel Lustosa²⁴ localiza a imprensa como um espaço que dá conta das ocorrências políticas, fazendo uso de ataques às instituições ou indivíduos, trazendo em si um caráter doutrinário. A importância conferida aos jornais deste período e a utilização também destes periódicos na construção de conceitos como liberdade, nação e cidadania são características ressaltadas também por Gladys Sabino Ribeiro²⁵. Ainda tomando por base os jornais da época, Lúcia Bastos Neves²⁶ destaca a cultura política do período da Independência, que teve por tema principal o constitucionalismo, verificando a grande divulgação das idéias liberais, além da unânime crítica dirigida aos *corcundas*.

Para uma análise do perfil destes grupos formados após a Independência e que faziam transitar na imprensa suas idéias, os trabalhos de Marcello Basile²⁷ são esclarecedores, pois neles se evidenciam os projetos de nação defendidos pelas facções políticas da época: os *liberais exaltados*, os *liberais moderados* e os *caramurus*. O autor analisa a composição social e trajetória política dos principais integrantes da elite intelectual das três facções, seus projetos políticos, além do entendimento de tais grupos acerca de conceitos como *povo* e *cidadão*.

Outros trabalhos tratam da imprensa doutrinária e política em âmbito local. É o caso de Wlamir Silva²⁸, autor já citado, o qual aborda a imprensa como um mecanismo da pedagogia liberal-moderada em Minas Gerais, utilizada como um meio de conquista da hegemonia política. Já Ariel Feldman²⁹ enfatiza a defesa de uma ampliação dos espaços de discussão política por meio do periódico *O Carapuço*, escrito por Miguel Lopes Gama no Recife, durante o período regencial. Em trabalho recente, a imprensa política de São João del-Rei também foi evidenciada por Alex Lombello Amaral³⁰, dissertando acerca de conflitos entre *cascudos* e *chimangos* naquela localidade. Ainda sobre este período, a ampliação do debate político, bem como a transformação dos espaços públicos, dentre eles a imprensa política de discussão, são também estudados por Marco Morel³¹, que destaca que as

²⁴ LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p.32.

²⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Nação e cidadania nos jornais cariocas da época da Independência: o Correio do Rio de Janeiro como estudo de caso. Produção Acadêmica do Centro de Estudos do Oitocentos(CEO)*. Disponível em: < <http://www.ceo.historia.uff.br/c.php?c=producao> >. Acesso em: 10.09.2008.

²⁶ NEVES, L. M. B. P. . *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003. Sobre este tema ver também: NEVES, L. M. B. P.. *A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, Lisboa, v. 4, n. 8, p. 41-65, 1999.

²⁷ BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ. 2004. (Mimeo).

²⁸ SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. MOREL, Marco. FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj: DP&A editora. 2006. p.37.

²⁹ FELDMAN, Ariel. *O Império das Carapuças: Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. 2006.

³⁰ AMARAL, Alex Lombello. *"Cascudos e Chimangos: Imprensa e Política em São João del-Rei (1876-1884)"*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da UFJF. 2008(mimeo).

³¹MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005. p.16.

concepções políticas e culturais modificam a cena pública. Tais argumentos também são válidos para nosso estudo.

Saindo do cenário das facções políticas do Primeiro Reinado e da Regência e adentrando no tema dos partidos políticos propriamente ditos, destacam-se as obras de José Murilo de Carvalho.³² Para o autor, somente após 1837 se pode utilizar a expressão “partidos políticos” para o caso brasileiro.³³ A formação dos dois grandes partidos que dominaram a vida política imperial seria fruto da descentralização produzida pelo Código de Processo Criminal de 1832 e pelo Ato Adicional de 1834, além das rebeliões provinciais da Regência.

As medidas centralizadoras colocadas pelo *Regresso conservador*, em 1840, sugeriam que era preciso estabelecer a ordem no Império. Todavia, a *ordem* que os regressistas se referiam colocou os liberais em uma propaganda de defesa da maioria do pequeno herdeiro do trono. Mesmo chegando ao poder, as conturbações fizeram da queda dos liberais algo inevitável³⁴. Sobre os desdobramentos após este período, torna-se valiosa a análise feita por Ilmar de Mattos³⁵, que enfatiza a época da *hegemonia saquarema*, na qual os conservadores dirigem o Império no sentido de se estabelecer a *ordem*, conseguindo, de forma hierárquica, abarcar também os liberais na adesão a este processo. Todavia, são nas medidas *regressistas* dos dirigentes saquaremas que reside a chave para a compreensão do contexto político explorado por Miriam Dolhnikoff³⁶; divergindo das interpretações que demonstram a vitória de um projeto centralizador, a autora transfere para as elites provinciais a negociação que sustentou o Império, traduzindo-se em um pacto federativo. Destarte, a análise do papel desempenhado pelas elites locais diante da sustentação do regime é uma questão fulcral.

A situação política do Império e as discussões que se vislumbram a partir de 1860 são caracterizadas como o cenário em que ocorre uma radicalização no debate político, a emergência de novas ideias e dissidências partidárias.³⁷ Como assinala ainda José Murilo de Carvalho, a Conciliação impactou o campo do debate político, fazendo da década de 1860 a mais rica do Império no que se refere à produção de textos políticos, fossem eles conservadores, reformistas ou radicais.³⁸

³² Um capítulo específico sobre os partidos políticos encontra-se em *A Construção da Ordem*; além de discutir a importância dos partidos e sua diferenciação social e ideológica em *Teatro de Sombras: a política Imperial*. CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/ Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Ver também, Lisboa, João Francisco. *Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

³³ A discussão clássica da historiografia brasileira sobre a ideologia dos partidos Liberal e Conservador ganhou destaque na obra de Oliveira Vianna: *O Ocaso do Império*, onde o autor os define como “*simples agregados de clãs organizados para a exploração em comum das vantagens do poder*”, VIANNA, Oliveira, *apud* SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial – A Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p.65.

³⁴ BASILE, Marcello Otávio, *Op. Cit.*, p.239.

³⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

³⁶ DOLHNIKOFF, *Op. Cit.*,

³⁷ Verificando uma análise mais recente, cito José Murilo de Carvalho em “As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.18. Nela, o autor aborda as conferências radicais do Rio de Janeiro como no espaço de debate político. Em abordagens mais tradicionais como de Oliveira Lima, também se encontra a década de 1860 como momento de uma *nova fusão dos partidos* no Império, LIMA, Oliveira. LIMA, Oliveira. *O Império brasileiro: 1822-1889*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986. p.43.

³⁸ CARVALHO, José Murilo. Radicalismo e republicanism. In: CARVALHO, J. Murilo & NEVES, Lúcia M. B.(orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos- Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Sobre as dissidências entre Liberais no período ver: KAUFFMANN, Elisana F. L. *Liberais versus liberais: a oposição da Opinião Liberal ao Centro Liberal na Corte Imperial (1868-1870)*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade Federal do Rio de Janeiro. (mimeo).

O debate político deste período levantou grande discussão sobre diferentes estratégias de organização do Estado. A centralização política teve como defensor Paulino José Soares, o visconde do Uruguai. No entanto, é preciso ressaltar que o autor admitia a descentralização administrativa, uma ideia que pode ser percebida no *Ensaio sobre Direito Administrativo*³⁹ de 1862, e *Estudos Práticos sobre a administração das províncias no Brasil*⁴⁰, publicado em 1865. Em outra via sobre a administração do Império, estava Tavares Bastos, que, diferentemente de Uruguai, defendia tanto concepções de descentralização política, como também administrativa. Travando a batalha contra a centralização, suas obras *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*⁴¹, de 1861, e *As Cartas do Solitário*⁴², publicadas em 1862, foram suas principais aberturas para a discussão sobre a descentralização. Assim, é notória a importância da década de 1860 na política imperial, demonstrando evidências de uma nova fase no Segundo Reinado, fazendo com que, no plano político, as eleições de 1860 assinalassem, no dizer de Joaquim Nabuco, uma época nova em que *recomeçara a encher a “maré democrática” que vinha continuamente baixando desde o Regresso de 1837*.⁴³

O referido momento político também é citado por Oliveira Lima, quando afirma que, após 1860, ocorre a “ressurreição liberal”, tendo como interlocutores: Teófilo Ottoni, Francisco Otaviano e Saldanha Marinho, juntos na formação do partido progressista. Neste sentido, a visão do autor relata uma nova fusão dos partidos que iria de 1860 a 1869, quando do surgimento dos radicais⁴⁴. Ainda tomando por base os estudos de José Murilo de Carvalho, o ano 1868 e a saída dos liberais da cena política com a queda do gabinete de Zacarias de Góis, fazem ocorrer um radicalismo nas propostas dos liberais na Corte, fazendo com que progressistas e liberais históricos se articularsem no Centro Liberal.⁴⁵

Posteriormente, acompanhando os desdobramentos políticos, outro grupo emerge em meio às dissidências liberais propondo as reformas mais radicais ao longo Segundo Reinado. O Clube Radical defendia a abolição do Conselho de Estado, da Guarda Nacional, entre outras medidas mais sociais como a abolição da escravidão. Os *liberais radicais* promoveram conferências públicas, que ocorriam tanto na Corte, como também em algumas províncias. A pesquisa realizada também enfatiza este momento dentro da província do Espírito Santo, como também a recepção do programa político dos *liberais radicais* de 1869.

Da literatura sobre esse novo período vivido pelo Império, destaco a obra de Ângela Alonso⁴⁶, *Idéias em Movimento*, que aborda o contexto sociológico da chamada “geração de 70”, marcada pela indistinção entre intelectuais e políticos, e que, para a autora, teria sido este o grupo responsável pela elaboração de um arcabouço de novas ideias que serão utilizadas como meios de expressão diante da crise imperial. Segundo Alonso, os indivíduos

³⁹ URUGUAI, Visconde. Ensaio sobre o Direito Administrativo. In *Vinconde do Uruguai*. Org. e Intr. De José Murilo de Carvalho. SP: Ed. 34, 2002.

⁴⁰ *Idem*. *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1865.

⁴¹ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. 2ª Edição. São Paulo: Nacional. Brasília, 1976.

⁴² *Idem*. *Cartas do Solitário*. 4ª edição. São Paulo: Nacional, 1975.

⁴³ Sobre o debate entre Uruguai e Tavares Bastos, ver: FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e Descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o visconde do Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.p.44.

⁴⁴ LIMA, *Op. Cit.*, p.351.

⁴⁵ De acordo com José Murilo de Carvalho, o Centro Liberal possuía o objetivo de revitalizar o antigo partido liberal, que havia sido colocado no esquecimento no momento da aliança progressista. O grupo criou o jornal *A Reforma*, onde antigos liberais como Teófilo Ottoni e Francisco Otaviano difundiam suas ideias. CARVALHO, *Op. Cit.*, p.24

⁴⁶ ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

marginalizados politicamente articulam-se contra os pilares do Império, lançando mão de um repertório político diferente, do qual faz parte a importação de ideias estrangeiras, como, por exemplo, a polêmica questão do liberalismo⁴⁷. Interessante destacar que, mesmo com toda a riqueza do debate da “geração de 70”, a maioria das ideias que Ângela Alonso expõe como fruto destes indivíduos, já fazia parte das discussões da agenda política de 1860, e, sobretudo, podemos afirmar que muitos dos temas em questão foram também levantados pelos *exaltados* durante a Regência.

Em meio aos estudos que enfocam modificações das práticas políticas e a difusão destas por intermédio de jornais, Maria Tereza Chaves chama atenção para o fato de que a aceitação de um regime republicano seria consequência de uma nova cultura democrática e científica disseminada na década de 1880⁴⁸, momento de desenvolvimento de uma esfera pública. Segundo a autora, todo o sistema simbólico que sustentava a monarquia perde seu sentido em nome da reforma que levaria ao progresso e à civilização, corroborando então para a emergência de novos símbolos, os quais tanto a imprensa, as associações, os *meetings* e a rua ajudam a construir.

A percepção destas últimas décadas do Império brasileiro como período em que se vislumbra uma ampliação dos espaços públicos e meios de discussões políticas contribui para esta proposta de investigação. A província do Espírito Santo, neste contexto, torna-se também espaço de manifestações diante da crise do Império. Assim sendo, a utilização dos escritos de José Murilo de Carvalho sobre o exercício da cidadania no Brasil imperial também se mostra valiosa, ao nos inserir em uma discussão acerca destes espaços públicos da província como mecanismos de construção do sentimento de cidadania durante ao século XIX.⁴⁹

Desta forma, os trabalhos sobreditos frequentemente traduzem-se em uma ótica que confirma o fato de que, a partir de meados de 1860, conjetura-se uma radicalização política por meio da imprensa, das ruas e do *locus* parlamentar, indicando ainda esta ocasião como um tempo em que *liberais*⁵⁰ resgatarão os conflitos anteriores à hegemonia saquarema, buscando no período da Regência, e até mesmo no Ato Adicional, seu verdadeiro ideal de liberdade. A posição da província do Espírito Santo diante da situação política do Império, bem como a intensificação da atuação da imprensa política local e a recepção destas novas ideias que se movimentam na Assembléia Provincial, tornam-se primordiais para a construção de uma historiografia que vislumbre a posição das províncias diante do debate político no século XIX.

A pesquisa desenvolvida afigura-se relevante, em primeiro lugar, por contribuir para conhecermos melhor a história do período imperial do Espírito Santo, temática que não dispõe de grande produção historiográfica, o que faz com que as obras acerca do Império sejam permeadas por informações generalizantes sobre a história local. Em segundo lugar, justifico também a apreciação do objeto em questão por permitir analisar a construção e a dinâmica do Estado imperial não apenas do centro (a Corte) para as províncias (no caso, o Espírito Santo),

⁴⁷ São diversas as compreensões sobre o tema, como por exemplo: SCHWARZ, Roberto, “As Idéias Fora do Lugar” in: *Ao Vencedor as Batatas: Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro*, 4ª ed, São Paulo, Duas Cidades, 1992; e sua crítica em FRANCO, Sylvia de Carvalho Franco. “As idéias estão no lugar”. *Cadernos de Debate*, nº1: *História do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1976. Ver também os trabalhos de Lúcia Guimarães e Lúcia Neves em GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal & PRADO, Maria Emilia (orgs). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

⁴⁸ MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/anpuh, 2007, p.11.

⁴⁹ CARVALHO, José Murilo. Cidadania: Tipos e Percursos. *Revista Estudos Históricos*. 1996/2. Vol.18. FGV. Disponível em: < <http://www.epdoc.fgv.br/revista/arq/199.pdf>>. Acesso em: 15.01.2011; CARVALHO, José Murilo. *Cidadania: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

⁵⁰ ALONSO, Op. Cit., p.167.

mas também destas para aquele, revelando um Império composto por realidades políticas distintas.

A delimitação temporal adotada, entre 1860 e 1880, é justificada pelos resultados obtidos a partir do desenvolvimento de projetos de pesquisa desenvolvidos durante a graduação, em que a investigação acerca do cotidiano da Assembleia Provincial demonstrou a mudança na condução dos assuntos políticos a partir de meados de 1860.⁵¹ Tornou-se notório que, durante as sessões, verifica-se um dinamismo maior entre os deputados, além de um acirramento do debate político, a emergência de denúncias ligadas aos presidentes de província e as diferenças que insurgem entre os próprios liberais. Contudo, percebe-se que, a partir de meados de 1880, o cunho das discussões torna-se muito mais eivado de um tom republicano, sendo então um desdobramento ou uma reorganização partidária diferente do conflito entre liberais e conservadores aqui colocados como proposta de investigação.

A viabilização deste estudo, que propõe um novo olhar sobre a política capixaba no século XIX se tornou possível após o levantamento de fontes que se mostram extremamente relevantes e que, sobretudo, ainda não haviam sido estudadas⁵². A opção da análise destes documentos contribuiu para o preenchimento de lacunas da historiografia capixaba no século XIX, pois reconheceu-se nesta dissertação a peculiaridade regional sobre o envolvimento de uma imprensa política local e o recinto parlamentar, como porta-vozes dos grupos políticos da província.

Em suma, o presente estudo coloca em cena a criação de partidos políticos e desenvolvimento de uma imprensa política mais atuante na província do Espírito Santo, como também a mudança ocorrida nos debates políticos contidos na Assembleia capixaba, culminando em uma forma de “diálogo” entre Assembleia e periódicos, bem como a intensificação das discussões partidárias em novos espaços públicos de sociabilidade, traduzindo-se na formação de partidos políticos, na gênese de uma opinião pública, que ainda muito embrionária, se fez de grande importância para o surgimento de novas ideias que foram componentes do arcabouço político capixaba oitocentista.

Para tanto, utilizaremos ao longo da investigação alguns conceitos fundamentais que nortearão esse trabalho enquanto referenciais teóricos de análise. Ao buscar compreender a *elite política* capixaba oitocentista e suas redes de sociabilidade, colocamos em foco a própria complexidade que envolve a definição do conceito de *elite*. Seguimos a definição deste conceito tal como evidencia José Murilo de Carvalho ao tratar a elite política imperial por meio de elementos que remetem a importantes referências sobre a origem, formação, educação e ocupação e treinamento dos indivíduos que faziam parte da política no Rio de Janeiro.

A Teoria das Elites surge a partir das análises de Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca. Por meio das obras *The Ruling Class* e *Traité de Sociologie Générale*, estes autores italianos demonstraram que uma elite política de um determinado contexto se articula com a dinâmica social do período. Sendo assim, este grupo dirigente, ou seja, que controla algum tipo de força social, seja em termo econômico ou intelectual, perde seu lugar quando já não possui perfil que seja condizente com as condições e necessidades do período, havendo então uma

⁵¹ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Espírito Santo – PIBIC: subprojeto “*O Cotidiano da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, 1869/1889*”, 2007-2008.

⁵² Grande parte dos *Anais* e atas da Assembleia Provincial foram fotografados durante a Iniciação Científica, sendo que os originais estão alocados no Acervo de Memória da Assembleia Legislativa, assim como os jornais que se encontram microfilmados tanto no Arquivo Público do Espírito Santo, quanto na Divisão de obras Raras da Biblioteca Nacional. Optou-se por visitar jornais já utilizados por alguns historiados, como também lançamos mão de jornais políticos ainda não estudados.

substituição por uma “outra” elite.⁵³ No entanto, o conceito de *elite* deu margem à muitas discussões acerca da utilização do termo, além de ter suscitado críticas de democratas e marxistas, assim como assinala Norberto Bobbio.⁵⁴

Na análise de José Murilo de Carvalho, é exatamente esta sobreposição de elites que parece ser o elemento questionador de tal teoria, pois para este autor, uma demonstração de que a substituição de uma elite é uma forma equivocada de pensamento seria o próprio exemplo brasileiro na passagem do Império para a República. Grande parte da elite que estava presente na mudança do regime fora antes participante da elite política imperial. Além disso, cabe também ressaltar a importância de não apenas identificar esta elite, mas também as próprias condições que são propícias ao seu aparecimento.⁵⁵

Definindo a utilização dos conceitos aqui apresentados, destacamos que, ao falarmos em *elite política provincial*, estaremos nos referindo aos indivíduos que ocupam posições formais de poder, como os deputados provinciais. Todavia, ao mencionarmos a *elite provincial*, salientamos que este grupo ultrapassa a *elite política*, visto que neste enfoque englobemos os redatores de jornais do período. Assim, partiremos em busca de um grupo dirigente em meio ao cenário político do Espírito Santo na segunda metade do século XIX, evidenciando o perfil destes indivíduos, suas práticas e condução política local, além da cultura política propagada pelo grupo. Para que fosse possível identificar o perfil da elite política e intelectual da província, utilizou-se a prosopografia como um método eficaz para se saber onde nasceram, estudaram e trabalharam, tanto os deputados provinciais, como também os redatores de jornais.

Este trabalho também tem por objetivo analisar a *cultura política* capixaba, e desta forma, torna-se também viável desenvolver aqui algumas referências sobre este conceito. Tomamos a obra *The Civic Culture* como o grande expoente sobre o assunto. O referido livro escrito por Gabriel Almond e Sidney Verba na década de 1960 surge como destaque nos estudos de Ciência Política norte-americana, comparando estatisticamente sistemas políticos diferentes, assim como a assimilação da cultura cívica. Deve-se destacar, sobretudo, a classificação feita pelos autores em: cultura política paroquial, aquela em que se tem pouca participação política; cultura política de sujeição, na qual os indivíduos reconhecem o sistema político, mas ainda não se colocam disponíveis à participação do mesmo, e por fim, a cultura política de participação, na qual, além da conscientização, há também a participação política dos indivíduos.⁵⁶ Contudo, alguns anos após as críticas que surgiram em 1960 e 1970, as quais viam na teoria uma perspectiva simplista e, sobretudo, “etapista”, os historiadores passam a dialogar com a sociologia e a ciência política, se apropriando do conceito de *Cultura política*.⁵⁷

Sobre o conceito de *cultura política* articulado neste estudo com a finalidade de investigar práticas políticas na província do Espírito Santo, tomamos por base algumas

⁵³ O estudo feito por Mario Grynspan sobre a genealogia da Teoria das Elites enfoca além de Mosca e Pareto, o alemão Robert Michels como um dos “pais” da teoria. O autor enfatiza de que maneira Mosca, Pareto e Michels, introduzem a formulação de uma elite no poder e, sobretudo, o valor da retórica da democracia em meio à disputa pelo poder por parte de determinados grupos: GRYNSPAN, Mario. *A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada*. In BIB, Rio de Janeiro, n.41, p.35-83, 1996.

⁵⁴ BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, e PASQUINO, Gianfranco (org). *Dicionário de política*. Brasília, 1998. p. 385.

⁵⁵ CARVALHO. *Op. Cit.*, p.26.

⁵⁶ BORBA, J. “Cultura política, Ideologia e Comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro”. In *Revista Opinião Pública*. Vol. XI. Campinas: 2005. p.147.

⁵⁷ SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.p.30.

definições como a de Giacomo Sani⁵⁸ que o define como uma composição de subculturas, atitudes, normas e valores diversos, assim como mecanismos de organização que desembocam nas forças políticas. Afirmado ainda como um conceito de noção, e, sobretudo, definição complexas, Serge Berstein vislumbra uma definição que se aproxima também de um código de valores, uma tradição política, ou um conjunto de referências existentes em um partido. Na visão do autor, é importante salientar dois aspectos do conceito: a relevância das representações pelas quais é manifestada a cultura política ou a ideologia, e ainda a pluralidade da mesma cultura política.⁵⁹ Revela-se desta forma, uma variedade de representações que uma sociedade faz de si mesma, podendo existir ao mesmo tempo diversas culturas políticas, nos auxiliando a entender ações de homens em determinado momento da história, entendendo estes como indivíduos vinculados a um conjunto de valores do período, de uma associação ou de um partido ao qual pertenceu.

Assim, nos perguntamos como surgiram os partidos Liberal e Conservador na província? Quem eram estes personagens que permeavam a política do Espírito Santo? Como se articulavam em meio às divisões políticas vigentes a partir de 1860? E, sobretudo, porquê somente após este período os jornais fervilharam na província do Espírito Santo? Nos indagamos ainda sobre quais eram as práticas políticas de *liberais* e *conservadores* dentro da Assembleia Provincial e em suas tipografias?

Minha hipótese principal neste estudo aponta que somente após a década de 1860 é que se tornaria possível evidenciar de fato os partidos Liberal e Conservador na província do Espírito Santo. O debate entre os jornais e a Assembleia Provincial demonstra que a província teria abrigado diversos grupos políticos até a formação dos dois grandes partidos que a partir de então viriam a adquirir cunho ideológico. A partir de 1860, vislumbra-se a presença de uma elite política que apresenta diferenças quanto ao seu perfil ideológico e social, quando comparada ao grupo político dirigente atuante na província na primeira metade do século, e que era utilizado pelo governo imperial como equilíbrio entre as forças partidárias locais.

Um segundo caminho para esta investigação, acompanhando a hipótese central, tomou por base a intensificação da imprensa política da província deste mesmo período. Uma imprensa que curiosamente fora ausente nos anos de turbulência política, como na Independência e na Regência. Assim, a reorganização de identidades partidárias, ou seja, a criação dos partidos na província, fez da imprensa um veículo necessário aos conflitos políticos existentes naquele período.

Para promover análise dos discursos proferidos na Assembleia Provincial e das ideias difundidas pela imprensa no final do século XIX na província do Espírito Santo, o *corpus* documental será composto pelos próprios jornais defensores das ideias dos partidos Liberal e Conservador, bem como pelos *Anaes* e *Atas* da Assembleia Provincial, além de relatórios dos presidentes de província. Para compor o perfil prosopográfico dos deputados e redatores, recorreremos novamente aos memorialistas da época, e quando possível, foram pesquisados inventários *post-mortem* e livros de óbito. Mesmo recorrendo a vários tipos de fontes, as informações sobre a elite provincial são geralmente escassas. A fim de se fazer um mapeamento da imprensa política local dentro do período proposto, optou-se pela análise de treze jornais que defenderam ideias conservadoras e liberais na província. Também se utilizarão os *Anaes* publicados pela Assembleia Provincial, reveladores do cotidiano parlamentar, bem como dos conflitos entre os grupos políticos.

⁵⁸SANI, Giacomo. “Cultura Política”. In BOBBIO, *Op. Cit.*, p.308.

⁵⁹BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.) *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.349-363.

Com o intuito de promover uma análise dos documentos da Assembléia Provincial calcada no vocabulário político e nas discussões desenvolvidas pelos jornais, a proposta desta reflexão adentra o mundo das linguagens políticas conforme proposto por autores como John Pocock⁶⁰ e Quintin Skinner⁶¹. Ambos articulam os conceitos que compõem o vocabulário político, demonstrando que cada contexto linguístico indica um contexto político, social e histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa. De acordo com Pocock, tais linguagens levam tempo para se formar, apresentando uma dimensão histórica particular, baseada em passado constituído pelas configurações sociais, valores e os modos de pensar de um determinado contexto.⁶²

Skinner assinala elementos primordiais que orientam a proposta metodológica envolvida no estudo da *linguagem política*, enfatizando que não se pode projetar expectativas do presente sobre o estudo do pensamento político do passado, o que chama de *mitologias* da história do pensamento.⁶³ O estudo de tais linguagens e conceitos utilizados nos discursos políticos depende também de uma atenção especial à própria retórica, ou seja, o modo como se fala poderia traduzir características de suma importância para o entendimento das ideias que eram propagadas. O discurso político e jornalístico é rico na arte de persuadir e de propagar ideias⁶⁴, o que faz dos recursos retóricos aspectos necessários para o entendimento da linguagem política de um jornal ou de um discurso partidário.

Nas palavras de José Murilo de Carvalho⁶⁵, a retórica do século XIX no Brasil está repleta de características lusitanas, permeada por alegorias, além de muitas citações de autores estrangeiros, artifícios vinculados ao ato de justificar o discurso e angariar defensores para suas ideias. O autor ainda destaca, em meio à retórica como chave de leitura, a atenção que deve ser dada à elocução, pois é nela que se encontra o ornamento inserido na linguagem e é ela que confere sentido às palavras. Assim, a forma como os discursos eram proferidos torna-se também um ponto para onde convergem os interesses do historiador.

A dissertação é composta por cinco capítulos, elaborados a partir de demarcações políticas importantes no cenário imperial, buscando suas incidências na província. No primeiro capítulo serão analisados aspectos políticos que envolveram o Espírito Santo na primeira metade do século, a partir das informações dadas por memorialistas e da produção acadêmica que abarca a província durante a Independência e a Regência. Demonstrem-se os elementos que podem ser apontados como balizadores do comportamento “ordeiro” da localidade neste período, em que, nas demais províncias e na Corte emergem tantas revoltas e profundas discussões acerca de projetos políticos distintos. A proposta deste capítulo é amparar o leitor acerca dos momentos que antecedem o período de estudo propriamente dito, já que a pesquisa tem como marco temporal o ano de 1860, enfatizando a mudança nas práticas e disputas políticas, bem como na composição de sua elite, julga-se necessário evidenciar as práticas e normas vigentes no período anterior, a fim de tornar possível afirmar-se a década de 60 como um novo momento político.

Já o segundo capítulo aborda a consolidação do Estado imperial, percorrendo os caminhos que levaram à formação dos partidos políticos na Corte (Liberal e Conservador),

⁶⁰POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

⁶¹SKINNER, Quintin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. 2ª reimpressão - São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁶²POCOCK, John G. A, *op. Cit.*, p.36.

⁶³JASMIN, M. G. (Org.); FERES JR., J. (Org.). *História dos Conceitos: Debates e Perspectivas*. 1. ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.p.15.

⁶⁴REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

⁶⁵CARVALHO, José Murilo. “História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura” in: *Topoi: revista de História*, nº 1. Rio de Janeiro. p. 145.

evidenciando a dinâmica percorrida até a década de 1860, como também o período do *Renascer Liberal*. O objetivo é demonstrar tal ocasião como um momento de articulações políticas diferenciadas, sobretudo na formação de alianças, como, por exemplo, a Liga Progressista. Deslocando a análise para a vivência do mesmo momento dentro da província do Espírito Santo, apontam-se as modificações no âmbito da cultura política, das práticas e linguagens, sobretudo quando equiparado ao primeiro capítulo e a situação política anterior. Lançaremos neste momento uma das hipóteses que compõem este trabalho, destacando a criação dos partidos Liberal e Conservador somente a partir de 1860. A fim de respaldar tal afirmativa, também iniciaremos a discussão acerca do surgimento de uma imprensa política mais atuante e iniciaremos também o estudo acerca do perfil prosopográfico dos redatores, destacando, contudo, que neste primeiro momento será feito o levantamento dos redatores, possibilitando a análise sobre a elite intelectual.

O capítulo três possui o intuito de abordar as disputas políticas na província sob a ótica da imprensa, utilizando alguns jornais que foram defensores e propagadores das ideias dos partidos Liberal e Conservador, no sul e na capital da província. Esta análise se inicia a partir de 1864 e vai até 1868, demonstrando a consolidação dos ideais dos referidos partidos políticos em âmbito local por meio de sua linguagem política, e a composição dos partidos. Para tanto, tocamos em um ponto importante para o entendimento da elite local, tentando demonstrar aspectos econômicos que penetravam a política provincial. Além disso, a partir de dois pólos políticos, denominados no capítulo como *sul* e *centro*, tornou-se possível comparar as práticas políticas de um mesmo partido em localidades diferentes.

No capítulo quatro inicia-se uma problematização das divisões e disputas políticas dentro da Assembleia Legislativa Provincial. Para tanto, partiremos do levantamento de dados (local de nascimento, escolaridade, formação, ocupação, títulos de nobreza ou comendas recebidas, entre outros) que auxiliem a traçar o perfil dos deputados que fizeram parte das legislaturas analisadas (1868/69; 1876/77; 1878/79 e 1880/81). A primeira parte do trabalho também volta sua atenção para os novos direcionamentos políticos tomados na Corte a partir do ano de 1869 e a queda do Gabinete progressista de Zacarias de Góes e Vasconcellos, tentando deslocar para a província a volta dos conservadores ao poder, bem como as dissidências partidárias surgidas neste período, como, por exemplo, a cisão entre os próprios liberais e a emergência dos liberais radicais.

No último capítulo trataremos de um novo momento dos partidos políticos provinciais, demonstrando a volta dos liberais ao poder em 1878, como também uma nova onda de jornais surgidos no período. O capítulo tem como foco as ideias propagadas por meio de discursos dos deputados provinciais dez anos após o afastamento da política. Além de demonstrar o diálogo entre a Corte e a província diante de aspectos interessantes como eleições, conflitos com presidentes de província, e um início de discordância sobre as ordens vindas da Corte. A partir destas dissidências, o capítulo mostra também uma cisão dentro do Partido Liberal, dando indícios de como emerge o descontentamento e a adesão às ideias republicanas dentro da província.

CAPÍTULO I

UMA QUESTÃO DE *ORDEM*: A CULTURA POLÍTICA DO ESPÍRITO SANTO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

*Fazia-se monopólio de tudo; havia uma reserva toda odiosa, e a senha dos segredos só se trocava entre certa gente. [...] Não se sonhava com a liberdade de consciência, de pensamento, quanto mais com a imprensa. [...] Eram os instrumentos da ignorância e do despotismo que nos continha no círculo estreito das idéias.*¹

1.1 – Os “ordeiros” e “pacíficos” na Província do Espírito Santo

Para compreender a dinâmica política da província do Espírito Santo durante a segunda metade do século XIX, além das importantes modificações ocorridas no que concerne à práticas políticas, cabe aqui evidenciar a trajetória política local a partir do início do século, revelando as especificidades que envolviam a *cultura política*² da província quando equiparada à Corte ou outras localidades, demonstrando suas engrenagens sociais e políticas específicas, além de apontar as características que permearam a elite política capixaba neste mesmo período. Não se pretende aqui uma simples revisão bibliográfica acerca do tema, mas sim um levantamento de preciosas informações concernentes à temática proposta, o qual levará em conta os escritos de memorialistas até as produções mais recentes do meio acadêmico sobre a história do Espírito Santo oitocentista.

Neste sentido, buscaremos interpretar as práticas políticas que se inserem em importantes momentos, como a Independência, a Regência e a formação da Assembléia Legislativa Provincial, onde a releitura acerca da posição relativamente pacífica e “tranqüila” da província, atestada pela historiografia³, será feita no sentido de encontrar os elementos que foram determinantes para a condução da *ordem* no cenário local, apontando características peculiares de uma província que não explicitou grandes revoltas e movimentos de contestação⁴, além de ter apresentado um posicionamento

¹ SIQUEIRA, Francisco Antunes de. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século*. Edição de texto, estudos e notas de Fernando Achiamé. Vitória: Floricultura, 1999. p.73 e74.

² A análise que propomos aqui tem como fio condutor as definições de Cultura Política como sendo um conjunto de normas, valores e representações, como também de mecanismos de organização política de uma sociedade. BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.) *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.349-363.

³NOVAES, Maria Stella. História do Espírito Santo. Vitória: FEES, 1984; DAEMON, Basílio de Carvalho. *História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória: Typ. do Espírito Santense, 1879. Na maioria das vezes, as obras se baseiam em documentos redigidos por presidentes de Província, ou também baseadas em memórias como: VASCONCELOS, Inácio Acioli de. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. (Edição, comentários e notas de Fernando Achiamé. Texto inédito, 2000.); assim como em outros documentos oficiais: ESPÍRITO SANTO – Arquivo Público Estadual. *Relatório do Vice-Presidente de Província o Sr. Joaquim Marcellino da Silva Lima na Abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 27 de maio de 1845*. p.3 e 4.

⁴ Entendemos o termo “revolta” como uma classificação das formas de protesto contidas no Código Criminal de 1830, inscritas no título IV- *Dos crimes contra a segurança interna do Império e*

bastante diferente de outras províncias como, por exemplo, Maranhão, Pernambuco e Bahia, diante das discussões que envolveram a construção do Império brasileiro.

Classificando-se de acordo com o *Código Criminal* de 1830, as “revoltas” podiam se dar de diversas formas. Uma *rebelião* necessitava da participação de uma ou mais povoações, compondo mais de 20 mil pessoas para colocar algum crime em prática. Já uma *sedição* era composta por mais de 20 pessoas armadas obstruindo o exército de algum cargo público ou do cumprimento de algum ato. Movimentos como a *Cabanagem*, *Sabinada* e *Balaiada* podem ser classificados como revoltas, assim como os movimentos políticos da Independência e da Regência.⁵ Entretanto, na província do Espírito Santo, não se encontra nenhum movimento de protesto político desta magnitude. É necessário mencionar a *insurreição de Queimado*, ocorrida em 1849, movimento que se enquadra na classificação de insurreição por possuir “vinte ou mais escravos para terem liberdade por meio da força”. Contudo, sem presumir a retirada total do elemento político dentro desta rebelião escrava, os estudos sobre o episódio de Queimado demonstram que o foco principal dos escravos era obter a liberdade. Adverti-se que pequenos movimentos são, sobretudo, extremamente importantes para o entendimento da política local. O que na verdade se tenta destacar acima é o entendimento deste estudo diante do termo “revolta”, e, por isso, não consideramos que a província tenha sido palco de grandes turbulências políticas quando comparada às grandes revoltas ocorridas em outras partes do Império.

Trabalharemos aqui com apontamentos que possam nos auxiliar na compreensão acerca dos meios utilizados, e com que finalidade, o Espírito Santo conseguiu se manter contido em um projeto calcado na ordem e na pacificação, em meio às tantas turbulências vividas por outras localidades em momentos de conflitos de ideias e projetos políticos. Ao longo deste capítulo, tentaremos evidenciar quais teriam sido os *pilares da ordem* na província do Espírito Santo, dentre os quais acreditamos que: a inexistência de grupos políticos divergentes, como já se vislumbrava na Corte e no restante do Império; a condução da política local feita por uma elite coesa, pautada em uma homogeneidade ideológica e de treinamento⁶; e a ausência de uma imprensa difusora de opiniões, fizeram com que se tornasse exequível a defesa de um projeto de moderação e o enfraquecimento de qualquer levante que ameaçasse a ordem do Império.

A releitura deste período mostra-se ainda necessária ao tornar possível a comparação e diferenciação da esfera política provincial da primeira metade do século ao lado das redefinições políticas que ocorrem a partir de 1860, além de auxiliar na

tranqüilidade pública. TINÔCO, Antonio Luiz. *Código criminal do Império do Brasil anotado*. Ed. Facsim- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p.185.

⁵ Um excelente levantamento em torno das principais características das revoltas regenciais foi feito por Marcello Basile. Em seu estudo, o autor identifica o ano de ocorrência das revoltas, a localização e as tendências políticas destes conflitos. Cabe lembrar que a análise vai além do estudo das grandes revoltas como a *Sabina* e a *Balaiada*, enfatizando também outras revoltas menos conhecidas que ocorreram na década de 1830 e 1840. BASILE, Marcello. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.p.53.

⁶Assim como é evidenciado por José Murilo de carvalho ao tratar a elite política imperial, afirmando que tais características são essenciais para criar a capacidade de implementar e conduzir um modelo de dominação política. CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/ O Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21.

busca por lacunas existentes em meio à historiografia, levantando questões pertinentes que possam ser colocadas como pontos para análise durante a investigação das disputas políticas nos próximos capítulos.

1.2 – Defendendo a Causa do Brasil: o Momento da Independência

Iniciamos nossa investigação adentrando o mundo conturbado e de grande movimentação política que pôde ser vislumbrado durante a separação entre Brasil e Portugal, a fim de destacar as práticas políticas deste período também na história do Espírito Santo. As lutas que marcaram o processo de Independência foram sentidas na maioria das localidades do Império, portanto, nos cabe entender como estes momentos “efervescentes” chegaram à província, e, sobretudo, qual teria sido o posicionamento do Espírito Santo diante de tais debates políticos. O período que engloba a fase de consolidação da independência do Brasil, fora sem dúvida, marcado por conflitos dos mais diversos tipos, como também puderam ser vislumbrados em várias partes do território brasileiro. As mais recentes produções historiográficas que abarcam tal fase mostram-se hoje de extrema importância ao agregar de forma positiva as chamadas “desordens” e “revoltas”, vendo agora tais conturbações políticas pela ótica da participação popular, evidenciando a busca por liberdade, além de mecanismos de luta por cidadania.

Como assinala Hendrik Kraay, há a necessidade de se deixar de interpretar a Independência como apenas uma crise estrutural do sistema colonial, deslocando nossos olhares para a participação popular e o papel de tais classes durante o processo emancipacionista. Neste sentido, estaríamos, na visão do autor, saindo da “alta política da independência”, aquela centrada da esfera pública emergente na Corte, e passaríamos a apontar a participação das demais províncias.⁷ Contribuindo para tal visão, Evaldo Cabral de Mello também aponta as possíveis conseqüências do “rio-centrismo” da historiografia da Independência, o que, para o autor, acaba limitando o processo de emancipação aos anos de 1820 a 1822. Demonstrando de fato *A outra Independência*⁸, sua obra enfatiza as experiências de lutas políticas vividas entre unitários e federalistas no Nordeste brasileiro, calcando-se em uma delimitação temporal que vai dos embates iniciados em 1817 até o debate constitucional de 1824. Neste sentido, percebe-se, em meio à problemática exposta pelo autor, um amplo diálogo com consagradas interpretações acerca da formação do Estado nacional, como Varnhagen, Oliveira Lima e José Honório Rodrigues.⁹

As agitações das quais falamos aqui se deram principalmente pela dificuldade de adesão ao projeto de unidade do Império, sobretudo após 1822, culminado em lutas pelo poder como, por exemplo, os embates ocorridos no Maranhão, Pernambuco e Bahia, onde conflitos armados tiveram ampla participação popular. Como salienta Matthias Assunção, o processo ocorrido no meio-norte teria se dado de forma diferente, como

7 KRAAY, Hendrik. “Muralhas da Independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25)”. In: (org). Jurandir Malerma *A Independência Brasileira: Novas Dimensões*. FGV, Rio de Janeiro, 2006. p.306 e 307.

8 MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 e 1824*. São Paulo, Editora 34, 2004. p.12.

9 VARNHAGEN, F. A. *História da Independência do Brasil*. 3ª ed., São Paulo, 1957; LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência, 1821-1822*. 6ª ed., São Paulo: Topbooks, 1997; RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e contra-Revolução*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1975.

também o aponta como mais violento por diversos fatores, como, por exemplo: a geopolítica local, a grande importação de africanos, o difícil controle do território e a falta de tropas.¹⁰ Em Pernambuco, as consequências geradas pela luta em prol da Independência chegaram a produzir, posteriormente, um projeto político federalista, como exposto por frei do Amor Divino Caneca, e todos os demais envolvidos na Confederação do Equador, em 1824.¹¹

Contudo, mesmo após as modificações e contribuições da recente historiografia que abarca o processo de emancipação não apenas pelo viés da Corte, nos deparamos com a ausência de participação popular do Espírito Santo em meio a todo o processo da Independência dentre os escritos historiográficos. Neste sentido, demonstra-se a província do Espírito Santo como um ambiente muito específico diante do clima de agitação política vivido pelas demais localidades já citadas. Entretanto, ao mencionarmos aqui a ausência de revoltas e conturbações políticas, deixamos claro que o Espírito Santo não se mostra menos importante do que outras províncias por conta de tais características, até mesmo pelo fato de possuirmos pouca documentação que nos revele mais informações sobre estes momentos de exaltação.

O que se pretende mostrar é que as práticas políticas da província eram evidentemente peculiares quando comparadas às demais províncias que se envolveram de forma mais intensa nos conflitos da primeira metade do século. Assim, nos interessa investigar as causas que podem ter auxiliado a construir uma província relativamente pacífica, não tomando a possível “tranquilidade” da província como um termo pejorativo, como também não se deseja estereotipar ou rotular as demais localidades em que ocorrem tais manifestações políticas.¹²

A partir de tal assertiva, nos indagamos se tal ausência refere-se realmente à inexistência de conflitos durante tal período, o que causaria certa desconfiança, já que as agitações estivessem ocorrendo por todo o território brasileiro, ou se o problema reside na falta de percepção sobre o Espírito Santo durante as discussões neste momento político, fazendo com que não se enxergue a natureza de sua participação política durante este tempo. Não negamos, contudo, a própria lacuna existente na historiografia capixaba sobre o período da Independência, sobretudo, alertamos sobre a falta de documentação acerca do período supracitado. Entretanto, a fim de elucidar a recepção do movimento em terras capixabas e demonstrá-lo como peculiar diante de todo o Império, faz-se necessário recorreremos às informações dadas por memorialistas ou ainda pelos poucos historiadores que trataram do tema.

¹⁰ ASSUNÇÃO, Matthias Rohring. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: org. István Jancsó *Independência: História e Historiografia*. Editora Hucitec, São Paulo, 2005.

¹¹ O autor expõe concepções distintas acerca da ideia de federalismo no tempo da Independência: uma proveniente de seu sentido original, consistindo na reunião de unidades política autônomas para a composição de uma entidade maior, ou ainda um segundo sentido, que segundo Evaldo Cabral de Mello, fora o que sobressaiu no Brasil, entendendo o federalismo como “a transformação de um Estado unitário preexistente em Estado federal”. MELLO, *Op. Cit.*, p.15.

¹² A estereotipagem das revoltas e distúrbios políticos promovidos pelo “povo” fez com que George Rudé criticasse o ato de historiadores e sociólogos que negligenciam questões profundas envolvidas nestas manifestações. Para Rudé, muitos autores acabam preferindo rótulos amplos ou depreciativos sobre os “revoltosos”, não se ocupando de seu perfil social e do comportamento deste grupo. RUDÉ, George. *A multidão na História: Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991. p. 211.

1.2.1 – “Os Fiéis vassalos do ínclito Monarca”

As agitações que eram percebidas por todo o Império em meados de 1820, principalmente nos momentos que antecederam a Independência ou após este período, também se fizeram sentir na província do Espírito Santo, mesmo que de forma amena. E, como afirma Aristides Freire¹³, a grande proximidade do Rio de Janeiro por muitas vezes trouxe para a pequena província os vultos do momento de efervescência política. Levando em conta a idéia que se perpetua sobre o Espírito Santo no oitocentos como uma província sem participação política, ou ainda, sem nenhuma manifestação diante dos episódios de destaque durante o Império, é necessário destacar os variados conflitos sociais e políticos¹⁴ ocorridos em terras capixabas, apontando para uma província que estava a par das agitações políticas do período, mas que mesmo cercada por um “barril de pólvora”, não lançou mão de grandes revoltas, e tampouco contrariou a idéia da construção do Império. Não visamos aqui retirar e contestar a forma com que se representa o Espírito Santo em meio às discussões políticas na primeira metade do século, contudo, faz-se importante ressaltar os acontecimentos locais e a forma como foram recebidas as notícias da Corte, a fim de refletir e entender a causa da referida posição pacífica que se propagou por meio dos relatórios de presidentes de província e posteriormente pela historiografia.

Nas palavras de Basílio Daemon, já em 1820 conflitos marcados por “questões de nacionalidade” eram presenciados na capital, e em 1821, seu relato nos indica uma possível revolta feita pelo povo na localidade de Vitória. Como afirma o memorialista, a revolta teria começado no mês de março, seguindo até os dias 1 e 2 de abril, sendo motivada por conta de ordens dadas pelo governador de armas Balthazar de Souza Botelho de Vasconcellos, entre as quais estava o toque de recolher. Daemon nos aponta importantes informações, mesmo que trate do assunto superficialmente, já que afirma que a revolta do povo baseou-se na desobediência às ordens do administrador, além da publicação de vários pasquins contra o mesmo governador.¹⁵

A chamada “revolta” da tropa de linha¹⁶ ocorrida em 1821 fora outro episódio relatado pelo memorialista; contudo, assim como os outros poucos “focos revoltosos”, o levantamento foi imediatamente abafado, embora a tropa continuasse com sua posição de insubordinação. O autor enfatiza que o motivo pelo qual se encontravam os soldados amotinados eram as mesmas tais “questões de nacionalidade” que acima citamos. Buscando informações nos escritos de Teixeira de Oliveira acerca do mesmo período, percebe-se também a situação da província capixaba, que, naquele momento, recebia as notícias dos embates políticos, no entanto, sem que os mesmos gerassem grandes tumultos:

[...] Os vendavais políticos, que agitavam o país de norte a sul, refletiam sua virulência na vida pacata da Província capixaba. Não que se tramasse aqui alguma rebelião. Também não se pode afirmar que a delinqüência individual se houvesse avolumado de

¹³ FREIRE, Mario Aristides. *Fatos da história do Espírito Santo: (Sec.XIX)*. Vitória, 1942. p.3.

¹⁴ Sobre estes conflitos locais, consultar as obras de NOVAES, *Op. Cit.*; e DAEMON, *Op. Cit.* Tais autores fazem uma explanação geral da ocorrência de alguns conflitos durante o período anterior à Independência e durante a Regência.

¹⁵ DAEMON, *Op. Cit.* p.252.

¹⁶ Mencionamos entre aspas o termo utilizado por Daemon para destacar a divergência entre o que o autor e, o que este estudo, entendem por um verdadeiro movimento de revolta. Desta forma, o episódio narrado pelo memorialista não condiz com a classificação descrita pelo Código Criminal do Império.

*maneira excepcional. O que, afinal, não seria de estranhar em uma Província cujo policiamento ia pouco além de simples quimera. [...] Ocorria aqui o fenômeno assás corriqueiro nos países em fase de aguda ebulição política: as mais simples atitudes sociais se manifestavam exaltadamente, assumindo, muitas vezes, cambiantes extra-legais.*¹⁷

Assim, Oliveira nos relata a situação local perpassando por um sentido de prevenção destas manifestações no momento das turbulências pelas quais passava o Império, afirmando ainda que neste período, observa-se a partir de correspondências enviadas à Corte que as notícias provenientes do Rio de Janeiro repercutiram diretamente em terras capixabas, embora não provocasse tantas preocupações e transtornos como no restante do Brasil. Mesmo em episódios como os que Daemon relata - o momento da revolta do povo e da tropa de linha- percebemos ainda uma posição de tranquilidade e de moderação dos ânimos no Espírito Santo, diante de tantos conflitos que eclodiam em todo o território.

Pode-se dizer que, se houvera alguma resistência à causa da Independência, essa teria ocorrido na localidade de São Mateus, norte do Espírito Santo, onde as ligações com a Bahia e com general Madeira concorreram para a sublevação e “rebeldia” na cidade. Enquanto os tumultos ameaçavam a formação de um Império brasileiro, em 1822, como assinala José Teixeira de Oliveira, os capixabas conheceram uma nova denominação política: os *corcundas*, como sendo os partidários do mesmo general Madeira. Para melhor entendimento do termo, lembramos a grandiosa análise da cultura política difundida no período da Independência feita por Lúcia Neves, no qual a autora aponta as variações no vocabulário político desta quadra, fazendo emergir os significados de termos como despotismo, liberalismo, constitucionalismo ou ainda o separatismo. Neste sentido, o conceito de *corcunda* é identificado com o despotismo, sendo o corcunda aquele indivíduo favorável aos princípios do Antigo Regime e contrário às ideias constitucionais das Cortes de Lisboa. Em suma, seria aquele que aceita o absolutismo.¹⁸

Todavia, não se pode aferir a presença significativa dos *corcundas* na província do Espírito Santo, tampouco afirma-se que tais ideias tenham sido identificadas em toda a província. A maioria dos relatos não aponta para uma posição homogênea de toda a Vila de São Mateus sendo contra a emancipação, mas sim o posicionamento do grupo chefiado pelo referido general Madeira, além desta intensa ligação com o governo da Bahia.¹⁹ Tais relações com Madeira foram ainda cruciais para a ocorrência da chamada *Julianada*, episódio de grande importância para entendermos as práticas políticas e a disputa entre distintos projetos políticos dentro do Espírito Santo. Contudo, a condução da ordem propagada pela elite política que ali se formava demonstra qual foi o posicionamento local diante da causa da Independência.

Passemos então à *Julianada*, e apontemos fatos cruciais na condução do projeto político que visava a ordem na então capitania do Espírito Santo. Pois bem. Sabemos

¹⁷OLIVEIRA, José Teixeira de. *História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória: Typ. do Espírito Santense, 1879. p.321.

¹⁸NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionalistas: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. p. 132.

¹⁹De acordo com Teixeira de Oliveira, somente 1800 é que Silva Pontes tomou posse do governo da capitania do Espírito Santo, sendo esta anteriormente colocada sob a administração da Bahia. OLIVEIRA, *Op. Cit.*, p.259.

que o clima em 1821 era de grande agitação e turbulência entre os partidários de Portugal e os constitucionalistas, defensores da separação entre o Brasil e o governo lusitano, fato que levou à criação das Juntas de Governo Provisório naquele mesmo ano, sendo que, no Espírito Santo, eram componentes desta: padre José Nunes da Silva Pires, Luis da Silva Alves de Azambuja Suzano, José Ribeiro Pinto, Sebastião Vieira Machado e José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, nomes que posteriormente estariam na formação da primeira legislatura da Assembleia Provincial.²⁰ As mudanças na administração ainda acarretaram a separação entre o governo civil e militar, sendo que este último agora estaria nas mãos de um comandante de Armas, cargo que foi ocupado no Espírito Santo pelo tenente coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, assumindo em março de 1822.

É neste mesmo tempo que surge nosso personagem, Julião Fernandes Leão, um inspetor do Corpo de Pedestres que começa a agir pela causa pró-lusitana a partir da recusa de d. Pedro de regressar a Portugal. Parece que “O Fico” levou Julião a perceber claras evidências da proximidade da emancipação. Fato que aparece muito pouco na historiografia capixaba, e ainda menos no que tange à questão da Independência tratada de forma mais geral, é que o Espírito Santo estava neste período cercado por focos de resistência à proposta de independência, pois ao Norte tinham-se as forças do general Madeira de Melo, e na parte Oeste estava outro forte adverso à política de Pedro I, o comandante de Armas de Minas Gerais, José Faria Pinto Peixoto. E foi por meio deste último que Julião fora promovido à coronel, iniciando seu projeto de negação à independência por meio de divergências com a Junta e fazendo emergir a trama da *Julianada*.²¹

Após ser promovido o coronel, cada vez mais cresciam as exigências de Julião à Junta de Governo Provisório, além dos atritos com a mesma. Em nome de tais desavenças, propôs ainda uma união com Duarte Carneiro (Comandante de Armas), a fim de conseguir a deposição da Junta. No entanto, sua tentativa falhou, fazendo com que buscasse agora assumir o próprio lugar de Duarte Carneiro, pois, para Julião, era inaceitável que o então comandante de Armas possuísse uma patente menor que sua. Expondo tal situação para o secretário de guerra no Rio de Janeiro, Julião Leão volta à Vitória e se recolhe no Quartel do Carmo, mas quando tudo parecia muito tranquilo, eis que a Junta recebe um aviso: Duarte Carneiro seria colocado na Comissão de Estradas, enquanto Julião assumiria o posto de comandante de armas.

De posse do Comando de Armas, inicia agora sua trama a partir do serviço de Estrada, com o objetivo de desviar pedestres para o Rio Doce, fazendo do Quartel do Porto de Souza um forte elo com Madeira de Melo, agindo contra os “nacionalistas. Julião hostilizou a Junta de todas as formas possíveis e ainda chegou a prender Duarte Carneiro. O intuito era ter completa direção da estrada do Rubim e da circulação de pessoas de sua confiança por toda a província, tudo isso em prol da causa portuguesa. E foi em nome desta mesma causa que Julião Leão determinou naqueles dias, uma parada em homenagem ao aniversário de d. João VI.²²

Cometendo Julião arbitrariedades e despesas desenfreadas no posto de Comandante de Armas, a Junta inicia sua reação contra esta voz isolada que se

²⁰GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Figurões da Terra: Trajetórias e Projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos*. Dissertação de Mestrado. PPGHIS-UFES, 2008. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/Documentos/Disserta%E7%F5es/2008/22.pdf>. Acesso em: 21/01/2010.

²¹NOVAES, *Op. Cit.*, p.133.

²²*Ibidem*, p.135.

manifestava contra a “causa do Brasil”. Passou-se a não atender as ordens de pagamento assinadas por Julião, o que fez o mesmo requerer as chaves do cofre a todo custo. A tentativa foi em vão, pois a chave foi retida por Carlos Augusto Nogueira da Gama, contador interino da Junta. Em contrapartida, Julião desligou do serviço de Estradas o Capitão Bartolomeu da Silva e ainda impediu o Corregedor interino José Libânio, que havia chegado de Campos para realizar a investigação de seus atos, bem como sua forte relação com general Madeira na Bahia.²³ A Junta executou um forte plano para desbancar Julião Leão. Liderado por Duarte Carneiro e apoiado pelos “pedestres nacionalistas”, os espírito-santenses conseguiram o desvio da rota da embarcação que levaria Bartolomeu Oliveira para a Corte, como havia mandado Julião. Também a tentativa de não permitir o corregedor Libânio de exercer as ordens do Príncipe Regente foi considerada uma afronta, fazendo a Junta enviar uma escolta para a residência do Corregedor para lhe assegurar o livre exercício de seu cargo. Julião Leão começa a tomar conhecimento dos fatos, além de receber com desgosto a notícia do apoio do povo e da tropa ao projeto da

Junta, o que o fez ir imediatamente ao palácio do Governo com seu pequeno exército, atirando contra a Igreja de São Tiago e gritando insensatamente “Morra a Junta!”.

Mas parece que os gritos e as armas de Julião não causaram medo algum à Força de Linha e a Inácio Duarte Carneiro, que saíram pela mesma (e única) porta que existia na Igreja de São Tiago, o mesmo local que estava sendo alvo dos tiros de Julião e de seus homens. Como destaca Maria Stella de Novaes, saindo da Casa do Governo, Duarte Carneiro e a força de linha não se intimidaram, formando uma verdadeira muralha humana, auxiliados pela fuzilaria do comandante Luis Bartolomeu.²⁴ Foi o fim da Julianada. Os espírito-santenses puderam enfim dar vivas à causa do Brasil. Julião foi preso por Duarte Carneiro e em outubro enviado à Corte. Estava vencido o inimigo da ordem no Espírito Santo.

Desta forma, a fim de retirar qualquer resquício de não aceitação à causa do Brasil, foram proibidas as saídas do Porto de Vitória com mantimentos, munições e tropa que tinham por destino a cidade de Salvador. De acordo com Novaes, a fim de conter os ânimos em São Mateus, partiu de Vitória uma lancha com armas, munições e vinte homens sob o comando de dois Oficiais. Do ponto de vista do aparato enviado para conter os “revoltosos”, percebe-se que não deveria se tratar de um grande grupo a ser pacificado, sobretudo se compararmos com as demais revoltas e resistências ocorridas no mesmo período em outras localidades do Império. Voltando aos fatos que estavam ocorrendo em São Mateus, em que os relatos apontam para uma possível resistência, Novaes entende o ocorrido como uma simples incompreensão dos fatos, fazendo com que não ocorresse nenhum levante. Por fim, em janeiro de 1823, São Mateus aderiu à Independência, ao mesmo tempo em que interrompeu suas comunicações com o general Madeira, desde a prisão do coronel Julião Fernandes.

Sabemos que, após as comemorações pela Independência do Brasil, fora José Francisco de Almeida Monjardim credenciado pela junta do Espírito Santo para apresentar as congratulações da província a S. M. Durante o cortejo de Coroação de d. Pedro I. Monjardim se destacou segurando uma das varas do pátio imperial;²⁵ As

²³ *Ibidem*, p.136.

²⁴ *Ibidem*, p.137.

²⁵ *Ibidem* p.144.

palavras do povo capixaba no folclore também manifestavam a exaltação pelo do venerado imperador:

*Sabiá cantou na mata,
Eu cantei no teu terreiro;
Viva o nosso Imperador!
Viva Dom Pedro I.
Saracura, sabiá
Tico-tico, beija-flor
Todos cantam, todos gritam:
Viva o nosso Imperador!*²⁶

Depois de proclamada a Independência, a propagação da adesão à causa imperial no Espírito Santo foi incumbida ao ouvidor Manuel Pinto Pereira, nomeado para tal missão pelo Grande Oriente do Brasil.²⁷ O objetivo de Manuel Pinto Ribeiro era de propagar e explicar o valor de nossa emancipação política na localidade. Todavia, não parece que a difusão e aceitação da causa emancipacionista fosse um problema no Espírito Santo, pois, como vimos, a própria elite política local lutou em prol desta causa, conseguindo sufocar qualquer possível levante que contrariasse as ordens do Príncipe- regente. E assim o projeto se realizou: “*houve nesta ocasião grandes festejos, iluminações e regozijo público, havendo dias antes sido admitido como sinal de anuência à nossa emancipação política o laço verde e amarelo no braço, e tope da mesma cor no chapéu*”.²⁸

Neste sentido, destaco aqui a especificidade do processo de Independência no Espírito Santo, pois não se tratou de apenas uma ausência de conflitos; ao contrário, vislumbraram-se pequenos ensejos de resistência, mas que foram rapidamente reprimidos em prol de um projeto político conduzido pela elite que estava em formação naquele período. Nem mesmo proximidade com locais de graves agitações como a Bahia, Minas Gerais e a Corte fez com que o Espírito Santo perdesse o sentido da ordem. Utilizando ainda os escritos do memorialista Basílio Daemon, percebe-se a grande disposição da Junta em dar bases ao projeto do Imperador. Além disso, Daemon aponta sua opinião acerca do próprio processo emancipacionista sendo fruto de idéias posteriores, e não uma somente uma mera reação feita ao acaso:

Ficava o Espírito Santo, onde a Junta e o povo de toda a província, à exceção de São Mateus e Guarapari, concordavam na idéia de proclamar-se a Independência, sendo emissário da Corte Desembargador Sampaio, filho desta província.

Estamos mesmo convencidos que parte dos membros da Junta Provisória se comunicavam a esse respeito com amigos do Príncipe-regente, e que adiantadas as idéias, contava D. Pedro e afinal José

²⁶ *Idem*, p. 145.

²⁷ Os indícios da presença de maçons em Vitória, enviados pelo Rio de Janeiro são atestados por Fernando Achiamé. O autor enfatiza a presença dos maçons já nos momentos anteriores à Independência, com o objetivo de propagar as ideias de emancipação. Também existem algumas poucas referências sobre a existência de uma loja maçônica em Vitória, denominada *Beneficência*, que foi aberta em 1832. De acordo com Achiamé, esta loja não chega a se solidificar. Deste modo, datamos como a loja maçônica mais antiga da província a *União e Progresso*, criada em oito de novembro de 1872. ACHIAMÉ, Fernando de Moraes. “Esquadro e Compasso em Vitória- Nota prévia sobre a história da Loja Maçônica *União e Progresso*”. *Revista do IHGES*, nº52, 2002. p.57.

²⁸ DAEMON, *Op. Cit.*, p.157.

Bonifácio com a anuência geral desta província, e tanto assim que à Junta se dirigia reservadamente, muito antes de proclamar-se a Independência nos campos do Ipiranga, como provam documentos.

Julgamos ainda que o Príncipe D. Pedro, depois Imperador do Brasil, já de há muito tratava de promover a Independência, não arrastado à última hora pela força das circunstâncias, mas sim pelas tendências do povo, para sua emancipação [...].²⁹

É interessante perceber que, mesmo após a Independência, enquanto as disputas políticas eclodiam por todo o Império, o Espírito Santo continuou fiel à sua posição ordeira e pacífica, o que poderemos acompanhar por meio de outros momentos políticos importantes. Neste sentido, após estar de fato separado de Portugal, chegara o momento de traçar o perfil constitucional da monarquia vigente no Brasil, sendo então eleitos os deputados que formulariam a Carta de Leis. Durante a Constituinte, o debate acerca das atribuições do poder do monarca foram fervorosos, pois havia o medo de que o poder Executivo estivesse acima do legislativo. Por outro lado, como defendeu José Bonifácio, era necessário um governo forte o bastante para agir como elemento centralizador e unificador, visando prevenir desordens e quaisquer princípios revolucionários.³⁰

Como assinala Marcello Basile, houve então um confronto de idéias acerca da organização Imperial, sobretudo acerca da administração das províncias, em que os liberais considerados “radicais” concebiam estas como unidades autônomas possuidoras de “leis particulares”, enquanto a vertente atrelada a um liberalismo moderado apontava para o fato de que a união do Estado imperial demandava também a unidade do corpo político, baseada na ação política também centralizada.³¹ Durante tal debate, pode-se dizer que a imprensa foi utilizada como forte condutora de oposição; como exemplo, citamos Cipriano Barata e seu jornal *Sentinela da Liberdade*, marchando em vigilância contra qualquer ameaça contra as idéias liberais que deveriam constar na Constituição em elaboração.³²

Todavia, a oposição viu acontecer a dissolução da Constituinte, além de ter ocorrido a apreensão do próprio jornal de Cipriano Barata. A fim de justificar os fatos, o Imperador alega a alta restrição das atribuições do Executivo por parte dos deputados, mas insiste na adesão a um sistema constitucional a partir da elaboração de uma Constituição produzida por um grupo mais próximo ao governo e sob sua própria supervisão. Neste sentido, foi redefinida então a estrutura do Poder Legislativo, colocando tal incumbência sobre a Assembléia Geral, podendo ter suas decisões sancionadas pelo Imperador. A fim de zelar pela ordem social, fora instituído ainda o Poder Moderador, dando ao Monarca a capacidade de intervenção diante de qualquer eminência de conflito.

Desta forma, o projeto anterior sofreu diversas modificações, como a definição dos que teriam participação política, a legislação eleitoral, a definição de território e também mudanças acerca da instrução primária.³³ Outorgada a Constituição, estava agora o poder centralizado nas mãos do Imperador, o que fez surgir manifestações por

²⁹ *Ibidem*, p. 155.

³⁰ BASILE, Marcello Otávio N. de C. “O Império Brasileiro: Panorama Político”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 30.

³¹ *Idem*

³² *Ibidem*, p.31.

³³ *Ibidem*. p.37.

parte de algumas Câmaras Municipais que foram contrárias a tais decisões, e que denunciavam o caráter ilegal da Constituição. Das Câmaras que se manifestaram contra o ato de Pedro I, citamos as de Itu e a de Olinda e Recife. Daquela emergiu a voz ativa de padre Diogo Antônio Feijó, e desta, destacamos a atuação de frei Caneca, o qual considerou como golpe a dissolução da Constituinte, denunciando a concentração de poderes na figura do Monarca, além de apontar os malefícios do Poder Moderador. E novamente a imprensa foi veículo de contestação, pois foi por meio de seu jornal *Typhys Pernambucano*, que frei Caneca expressou suas idéias sobre a representação política.³⁴

No clima de agitação que se seguia, eclode em 1824 a *Confederação do Equador*, movimento que citamos no início deste estudo, o qual reagia contra as decisões de Pedro I, defendendo a autonomia provincial e o poder de sua Junta de Governo. Nas palavras de Basile, este movimento de contestação às medidas de centralização do Império acabou por se alastrar muito rapidamente, fazendo com que o tumulto chegasse à maior parte do Norte e Nordeste. Considerando, é claro, uma grave ameaça à estabilidade e unidade do Império, o movimento foi esmagado, terminando com a morte de seus propagadores como João Soares Lisboa e frei Caneca.³⁵ Enquanto isso, na província do Espírito Santo, a Constituição não somente era plenamente aceita como também era festejada e homenageada:

*A 19 de Abril deste ano na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, perante imenso concurso de povo, Câmara Municipal e corporações civis, eclesiásticas e militares é jurada solenemente a Constituição Política do Império, dando-se vivas e havendo muita alegria e festejos por este importante fato, sendo nessa ocasião nomeado o Desembargador Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, que aqui viera antecedermente em comissão, para o fim de apresentar perante S. M. o Sr. D. Pedro I o preito e homenagem do povo da província do Espírito Santo, como fiéis vassallos do ínclito Monarca, que tanto se esforçara por nossa emancipação política.*³⁶

Sendo assim, o Espírito Santo manifestava novamente suas características de tranquilidade pública, prosseguindo com o projeto que visava perpetuar o espírito de moderação na província, acima de qualquer circunstância. Os espírito-santenses comemoraram com grande alegria a Independência, festejaram fielmente a sagração de Pedro I, como também a própria Constituição de 1824, e ainda exaltaram o Tratado de Amizade e reconhecimento da Independência por parte de Portugal³⁷. Sem lugar para tantas desordens como em outros pontos do Império, o Espírito Santo celebrou cada momento da construção do Estado Imperial. Assim, nos parece que já neste período Vitória pode ser considerada “uma grande festa”, assim como assinalou Fabíola Bastos em seu estudo sobre sociabilidades locais em período posterior.³⁸ Passemos agora a uma

³⁴BASILE, Marcello Otávio N. de C. *Op. Cit.*, p.41.

³⁵*Ibidem*, p.42.

³⁶DAEMON, *Op. Cit.* ,p.160.

³⁷*Ibidem*, p.163.

³⁸ Refiro-me aqui à dissertação de Fabíola Martins Bastos desenvolvida no Programa Mestrado da Universidade Federal do Espírito Santo, na qual a autora exhibe um sub-capítulo específico denominado: “Vitória era uma festa?”, dissertando acerca da grande ocorrência de festividades locais. BASTOS,

breve análise do período regencial, momento mais conturbado do império, quando diversos projetos políticos estavam em disputa. Nos cabe agora evidenciar a recepção de tais idéias na província do Espírito Santo e em que medida esta localidade viveu os conflitos que eclodiram por todo o Brasil.

1.3 – Sem D. Pedro I: Viva a Regência!

Como enfatizamos, no Espírito Santo teve-se uma boa aceitação da Constituição outorgada e a condução da política local transcorria em tranquilidade. Contudo, o clima político no restante do Império ainda não era de estabilidade. Os debates ocorridos da Assembleia Geral dividiam opiniões sobre as finanças internas do governo e sua política externa. De um lado os partidários do Imperador, homens ligados à produção agrícola, grandes comerciantes portugueses e agentes mercantis, os quais compunham a alta burocracia do Estado imperial e agraciados com títulos nobiliárquicos, forjando desta forma a nobreza que a construção do Império demandava. Do outro lado estava um novo grupo de políticos que expunham interesses divergentes, zelando pelas províncias pelas quais foram eleitos e fazendo oposição e crítica frente aos atos do governo, como por exemplo, a criação de novos impostos.³⁹

O momento suscitou ainda uma forte imprensa de oposição, com a inserção de diversos jornais no cenário político, como por exemplo, *Astréia*, de José Joaquim Vieira Souto, *O Universal*, de Bernardo Pereira de Vasconcelos, e, sobretudo, o *Aurora Fluminense*, redigido por Evaristo da Veiga.⁴⁰ Em um segundo momento, surge outro seguimento de oposição às medidas do poder imperial por meio da publicação de jornais como *Nova Luz Brasileira* de Ezequiel Correia dos Santos, *O Tribuno do Povo*, de Oliveira França, e *O Republico*, redigido por Borges da Fonseca.

Além da insatisfação com as ações de d. Pedro I, crescem as animosidades entre portugueses e brasileiros. Tais conflitos anti-lusitanos puderam ser vislumbrados no Espírito Santo na localidade de São Mateus, a mesma onde veio à tona a pequena resistência à independência do Brasil. Segundo alguns autores⁴¹, em 1831 ocorrem neste local muitas desavenças entre portugueses radicados e os brasileiros que ali viviam. Os portugueses eram quase sempre minoria e sofriam muito mais com os conflitos. Como analisou Gladys Sabina Ribeiro, a nacionalidade não era claramente delimitada no período do Sete de Setembro como também em momentos posteriores, e, além disso, deve-se perceber tais conflitos antilusitanos não como apenas disputas de nacionalidades, mas, sobretudo, deve-se conferir um sentido político aos embates ocorridos. Desta forma, o envolvimento de brancos, negros e pardos em acontecimentos como as Noites das Garrafadas, como explicitado pela autora, nos faz perceber diferentes sentidos atribuídos aos embates, como, por exemplo, sendo uma referência à liberdade, e, sobretudo, apontando os populares na Corte como detentores de um projeto

Fabíola Martins. “*Relações sociais, conflitos, e espaços de sociabilidade: Formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872*”. PPGHIS-UFES, 2009.p.79. (Mimeo).

³⁹ BASILE, Marcello Otávio N. de C. *Op. cit.*, p.52 e 53.

⁴⁰ *Ibidem*, p.54.

⁴¹ Aponto aqui as obras já referenciadas de Teixeira de Oliveira, Maria Stella de Novaes e Basílio Daemon.

político consciente e organizado, e não como “massa de manobra” nas mãos de classes dirigentes.⁴²

No Espírito Santo, as autoridades locais percebem que chegara o momento de entrar em ação com o intuito de cessar a desordem. Partiram então para São Mateus, onde tentavam acalmar os ânimos dos agitadores. Mesmo tendo ocorrido invasões de prisões e até libertação de presos pelos desordeiros, os conflitos não tardaram a ser abortados.⁴³ Na Corte, já no fim do ano de 1830, percebe-se um claro desgaste da figura do Imperador, assim como o aumento das críticas contra o governo. Ao mesmo tempo, cresciam as suspeitas de adesão à causa portuguesa. Após longos conflitos com a oposição, o venerado Imperador da província capixaba abdica em 7 de abril de 1831 em favor de seu filho. Contudo, quase nenhuma informação acerca do fato consta na historiografia capixaba, a não ser a informação de que no dia seguinte (8 de abril), Francisco de Almeida Monjardim ocupa o lugar de presidente da Província⁴⁴, tendo forte atuação no momento em que soldados vindos da Corte para auxiliarem o 12º Batalhão acabam se amotinam na província e causando pânico à população local:

A soldadesca desenfreada principiou a percorrer armada as ruas desta capital, dando tiros de encontro às casas [...]deu ordem o Governo aos paisanos para usarem de armas e munições nas rondas que fizessem, sendo interinamente nomeado para comandar o Batalhão 12 o Major de 2ª linha Jerônimo Castanheda de Vasconcelos Pimentel; mas na ocasião em que se tomavam estas providências é avisado o Conselho de que os soldados haviam atacado e arrombado a Casa da Arrecadação do quartel armados, tirando os presos do xadrez estavam dispostos a atacar a cidade [...]o Vice-presidente Monjardim dirigiu-se unicamente com seu Ajudante de Ordens ao quartel e por bons modos pôde apaziguar a soldadesca aconselhando-lhes o sossego, ordem e obediência. [...] Então, vendo o Conselho este estado de coisas e o povo já se querendo também amotinar contra a soldadesca, tomou diversas deliberações e severas providências para garantir a cidade [...].⁴⁵

Todavia, o temor de alguma subversão de ordem pública ou a ameaça do retorno do Imperador significando a volta dos laços com Portugal era um medo sentido também no Espírito Santo. Neste sentido, mesmo não havendo graves ocorrências na província, as devidas providências foram tomadas. A província do Espírito Santo abraçava agora a causa da Regência e declarava a repulsa aos restauradores.⁴⁶ Acerca dos fatos ocorridos na província, Monjardim, chefe do Executivo capixaba, envia um ofício a José Lino Coutinho:

“Logo que em vinte e oito de Junho último recebi o Aviso do Exmº Snr. Ministro do Império com data de oito do mesmo mês, no qual comunicando que o Duque de Bragança projetava voltar ao Brasil, recomendava por Determinação da Regência, em Nome do Imperador o Sr. D. Pedro Segundo, que eu adotasse todas as medidas para opor

⁴²RIBEIRO, Gladys Sabino. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. p.243.

⁴³OLIVEIRA, José Teixeira. *Op. Cit.*, p. 322.

⁴⁴DAEMON, *Op. Cit.*, p.169.

⁴⁵*Ibidem*, p. 170 e 171.

⁴⁶OLIVEIRA, José Teixeira. *Op. Cit.*, p.345.

*a mais firme resistência a qualquer tentativa de restauração; além de outras providências, passei a informar-me do estado das fortalezas. [...] Sacrifícios alguns, por maiores que sejam, não serão capazes de aterrar os ânimos dos bons brasileiros; e pode V. Exa. **Ficar certo, e comunicar à Regência em Nome do Imperador, o Sr. D. Pedro Segundo, de que tomarei todas as medidas que o Patriotismo, e o respeito devido às leis me surgirem para obstar, e destruir qualquer tentativa contra a reforma de Governo Jurada. E nesta mesma ocasião solicito do Exm^o Senr. Ministro da Marinha a volta do Pataxó Venus, para a manutenção da Ordem Pública, visto que seu Aviso de oito do mês que corre, o mandou retirar imediatamente; e do Exm^o Senr. Ministro da Guerra também solicito alguns artigos bélicos indispensáveis***⁴⁷

A abdicação de Pedro I, em 7 de abril, forjou-se a partir de interesses que envolviam tanto o grupo dos *exaltados*, como também o dos *moderados*. Contudo, após a saída do imperador e o início da disputa pelo trono, as divergências entre os dois grupos começaram a surgir, fazendo com que os que possuíam uma melhor articulação dentro do jogo político ficassem mais próximos ao poder; neste caso, tal lugar foi conquistado pelo grupo dos moderados.⁴⁸ Pode-se dizer que, a partir de então, a Corte vislumbrará a disputa de projetos e de ideias políticas que culminaram em discussão, tanto nas ruas, como também na imprensa.

1.3.1 – Exaltados, Moderados e Caramurus: o Espírito Santo escolhe seu projeto de nação.

Como no caso na Independência, momento analisado em tópico anterior, a historiografia que abarca o período regencial também possui as mesmas deficiências, pois cristaliza o período em uma análise conservadora do tema, suscitada por escritos do Segundo Reinado, vislumbrando a Regência como o momento de agitações, desordens e da ameaça de fragmentação do Império.⁴⁹ Todavia, os escritos existentes, na maioria das vezes, ainda costumam focar quase sempre o âmbito da Corte e suas discussões políticas, ou ainda apontar somente as consequências provenientes das grandes revoltas ocorridas no período, quais sejam: a Cabanagem, Sabinada, Balaiada e a Farrroupilha.⁵⁰

⁴⁷Ofício do Pres. Prov. ES ao Ministro do Império de 30 de junho de 1833, *Apud* José Teixeira de Oliveira. *Ibidem*. p.341. (Grifos nossos).

⁴⁸ BASILE, Marcello. “Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837)”. In: Eliana Regina de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier. (org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006, p.595.

⁴⁹ Podemos citar aqui autores como Justiniano José da Rocha e as ideias manifestadas em seu panfleto político, no qual o autor evidencia este período como o tempo em que estiveram em disputa os elementos “monárquico” e “democrático”: ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (org.). *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. Citamos ainda a obra de Visconde do Uruguai: URUGUAI, Visconde. Ensaio sobre o Direito Administrativo, in IDEM *Visconde do Uruguai*. Organização, introdução e notas de José Murilo de Carvalho. SP: Ed. 34, 2002.

⁵⁰Sobre a ocorrência de tais revoltas ver: ASSUNÇÃO, Matthias Rohring. Balaiada e resistência camponesa no Maranhão, 1838-41’. In: Motta, Márcia & Zarth, Paulo (eds.), *História Social do Campesinato, Vol. II, Forma de resistência camponesa: Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Via Campesina/UNESP, 2008; LEITMAN, Spencer Lewis. *Razões socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de

É neste sentido que chamamos atenção para a contribuição de outras províncias durante tal período, como, no caso, o Espírito Santo, demonstrando a importância das práticas políticas locais e a forma como ajudaram a conduzir o projeto de construção do Império por meio do apoio às instituições vigentes.⁵¹

No final do Primeiro Reinado e em meio à oposição feita a d. Pedro I, surgem na Corte alguns grupos políticos de idéias divergentes, os quais serão as principais vozes políticas envolvidas nas discussões do período regencial. Neste mesmo tempo, podemos afirmar que os jornais se fazem ainda notórios enquanto espaços de discussão e construção da idéia de nação no Brasil oitocentista. Desta forma, os trabalhos de Marcello Basile tornam-se esclarecedores na verificação dos variados projetos de nação elaborados pelos grupos políticos existentes na Corte naquele momento, quais sejam: *exaltados*, *moderados* e *caramurus*. Explicitemos brevemente a seguir, as principais concepções políticas de cada grupo.

O grupo dos *exaltados*⁵² possuía suas matrizes intelectuais ligadas ao pensamento de Rousseau, entendendo a liberdade privada como subordinada à liberdade pública, além de vincular tal conceito (liberdade) como algo atrelado à igualdade jurídica e social. Segundo as ideias de Basile, propagavam também uma postura antiaristocrática e avessa à privilégios e títulos de nobreza. Combatendo as medidas centralizadoras do governo, e propondo idéias de liberdade e representação política, o Império passa a conhecer o projeto político dos *exaltados* por meio de seus jornais na Corte. A importância conferida aos jornais deste período e a utilização também destes periódicos na construção de conceitos como liberdade, nação e cidadania são características ressaltadas também por Gladys Sabina Ribeiro⁵³ nas análises feitas em jornais da época da Abdicação e períodos posteriores como *O Republico* e *O Tribuno do Povo*. Desta forma, *O Republico*, na visão da autora, deixa explícito que a verdadeira soberania residia na nação. Além disso, expõe ao leitor quem é a própria nação, sendo esta “*composta de governantes e governados, isto é, no povo e no governo. Quando a Nação brasileira é soberana, eu entendo a massa comum de todos os indivíduos que a formam*”.⁵⁴

Ezequiel Correia dos Santos, redator *exaltado*, evidenciava concepções diferentes acerca das noções de *povo*, direitos de cidadania e sobre a questão da

Janeiro: Edições Graal, 1979; SOUZA, Paulo Cezar. *A Sabinada*. São Paulo: Brasiliense, 1987; RICCI, Magda. “Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840”. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 11, p. 15-40, 2006.

⁵¹ A análise de Wlamir Silva se faz importante em meio à renovação aqui proposta. Em seu estudo o autor analisa a construção da hegemonia liberal-moderada em Minas Gerais por meio de um projeto político hegemônico entre 1830 e 1834: SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderna na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

⁵² Sobre as ideias e matrizes intelectuais dos *liberais exaltados* ver: BASILE, Marcello Otávio. *Anarquistas, rusguentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834)*. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2000.

⁵³ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Nação e cidadania nos jornais cariocas da época da Independência: o Correio do Rio de Janeiro como estudo de caso. Produção Acadêmica do Centro de Estudos do Oitocentos (CEO)*. Disponível em: < <http://www.ceo.historia.uff.br/c.php?c=producao> >. Acesso em: 10.08.2009.

⁵⁴ *Idem*. Nação e Cidadania em alguns jornais da época da abdicação: uma análise dos periódicos *O Republico* e *O Tribuno do Povo*. In: FONSECA, S. C. P. B. (Org.) ; LESSA, Mônica Leite (Org.) . *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008. p.35.

soberania em a *Nova Luz Brasileira*. O redator seguia as ideias de Rousseau, defendendo a concepção democrática da soberania do povo. O pensamento político *exaltado* retira a soberania do governante, bem como do Parlamento, o que se coloca como seu principal diferencial, contrapondo-o ao pensamento moderado. Na concepção do grupo, a nação era também “*o povo reunido debaixo de um instituto, ou governo, conforme ao seu gosto, e circunstâncias*”.⁵⁵

Já a base do pensamento político do grupo dos *moderados* advinha do princípio aristotélico do *justo meio*, configurando-se como um meio termo entre absolutismo e a democracia, além de resgatar o pensamento jusnaturalista de matriz lockeana, em que o pacto social torna-se garantia dos direitos naturais universais. Além disso, defendiam a importância da monarquia constitucional representativa, chamando atenção para a ineficiência do republicanismo em terras brasileiras, justificando tal ideia por meio das advertências de uma possível anarquia e fragmentação.⁵⁶ O projeto de nação exposto pelo grupo dos *moderados* se baseava ainda na adoção de limites ao poder do imperador, levando em conta os direitos civis da cidadania, além de atribuir mais prerrogativas à Câmara dos Deputados e uma maior autonomia ao judiciário.⁵⁷ Contudo, os escravos não eram considerados parte do corpo de cidadãos. A nação seria para os moderados a entidade que garantiria os direitos comuns.

Bem diferente dos *moderados*, os *caramurus* alinhavam-se à vertente conservadora do liberalismo e baseavam-se no pensamento de que a nação brasileira já estava completamente formada, restando apenas cumprir as bases dadas pela *Constituição*.⁵⁸ Desta forma, negavam qualquer reforma na *Carta de Leis* e defendiam uma monarquia constitucional centralizada. A partir de tal explanação, torna-se notória a necessidade de resgatar a propagação dos ideais expostos por cada grupo também no âmbito das províncias, percebendo em cenário local a existência de conflito entre diferentes projetos políticos, ou ainda a adesão a algum deles. Neste sentido é que nos indagamos acerca do posicionamento do Espírito Santo diante das turbulências da Regência, e ainda perguntamos: A província teria assistido ao surgimento de grupos políticos distintos no período regencial? Teriam os capixabas conhecido os *exaltados*, os *moderados* e os *caramurus*? Para tanto, voltemos agora para a discussão acerca da formação de grupos políticos no Espírito Santo durante este tempo.

1.3.2 – Caramurus e Peroás: “partidos” políticos no Espírito Santo?

Na tentativa de responder tais questões ou pelo menos levantar questionamentos acerca de grupos políticos no período regencial, adentramos novamente na historiografia que trata o Espírito Santo neste momento e nos deparamos com a seguinte afirmação:

Devido a Independência do Brasil, em 1822, e uma vez instituído o regime monárquico em nosso país, as capitanias receberam a denominação de províncias, sendo então, criados na capital do Império, os partidos políticos: Liberal e Conservador. No Espírito Santo, pouco antes de 1830, o Padre Inácio Bermudes,

⁵⁵ *Ibidem*, p.605.

⁵⁶ BASILE, Marcello. Projetos de Nação... , *Op. Cit.*, p.600.

⁵⁷ BASILE, Marcello. Revoltas Regenciais na Corte: O Movimento de 17 de abril de 1832. *Revista Anos 90*. Porto Alegre: v. 11, n.19/20, 2004. p.260.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 261.

*orador de grandes recursos, parlamentar e profundo advogado, organizou a seção do Partido Liberal. [...] O Partido Conservador surgiu em 1830, por iniciativa do Coronel Dionísio Álvaro Resende.*⁵⁹

Parece-nos que existem certas diferenças, e, sobretudo, curiosas, ao se comparar a dinâmica dos grupos políticos formados na Corte com a do Espírito Santo durante o mesmo período. Levando em consideração o surgimento de grupos como *exaltados*, *moderados* e *caramurus* no período regencial, parece pouco provável que no Espírito Santo já se teria, segundo o autor acima, a formação dos partidos Liberal e Conservador até mesmo antes de 1830, uma divisão política que neste momento não era identificada em nenhum lugar do Império. Uma outra análise anacrônica também enfatiza a formação de “Diretórios” do partido Liberal e Conservador, ambos em 1834, afirmando ainda sua composição sócio-econômica, sendo os Conservadores um grupo que agregava as elites agrofundiárias e indivíduos oriundos do estamento burocrático-militar. Já o Partido Liberal seria composto por eclesiásticos e membros das elites mercantis-exportadoras.⁶⁰ Desta forma, as análises apresentadas nos parecem de fato muito simplistas no que tange ao estudo de grupos políticos, pois não nos esclarecem em que circunstâncias tais “partidos” foram criados, apontando apenas as possíveis datas e os possíveis líderes, não os relacionando com a dinâmica política do restante do Império.

Assim, será mesmo que já em 1830 vislumbraríamos “partidos políticos” na província do Espírito Santo? Almejando resgatar mais informações acerca do assunto, nos colocaremos agora a investigar outro momento da história capixaba em que os possíveis “partidos” voltam a aparecer. Refiro-me à disputa entre *caramurus* e *peroás*, e aos episódios ocorridos em Vitória nos anos de 1832 e 1833.⁶¹ A disputa acirrada entre os dois grupos nasceu de um conflito ocorrido em 1832, no qual a imagem de São Benedito, alocada no Convento de São Francisco aos cuidados de frei Santa Úrsula, e que servia às procissões desta irmandade (São Francisco), fora então proibida pelo Frei de sair do convento em um dia de chuva para a procissão feita pelos irmãos da Irmandade do Rosário. Ambas utilizavam a mesma imagem em suas procissões.⁶²

No ano posterior, o clima tornou-se ainda mais eufórico entre os devotos de São Benedito, pois estavam dispostos a ter a posse da imagem a qualquer custo. Dias depois, alguns irmãos da Irmandade do Rosário entraram no Convento de São Francisco para roubar a imagem, levando-a até a igreja do Rosário, provocando uma grave discussão com os que frequentavam o Convento, iniciando um conflito se prolongará por muitos anos. Percebe-se nas afirmações feitas pelos memorialistas que já citamos neste estudo, que tinha ocorrido neste momento a fusão dos elementos de cunho religioso e político, pois, em meio às discussões acirradas entre os participantes das irmandades, sabe-se que os irmãos do Rosário apelidaram de “rusguentos” e “caramurus” os irmãos do Convento, fazendo menção ao “Partido” existente na Corte. Posteriormente, os participantes adeptos ao Convento de São Francisco rebateram as acusações, já que, em seu entendimento, o motivo do nome “caramuru” estivesse ligado às características do

⁵⁹ AMORIM, Joaquim Pires de. *A Trajetória dos Partidos Políticos capixabas até 1930*. Revista do Instituto Jones dos Santos Neves. Nº1- 1985. p.28. (grifos nossos).

⁶⁰ ZORZAL, Marta e Silva. *Formação de Lideranças Locais no Espírito Santo*. Vitória, 1993. p.14.

⁶¹ DAEMON, *Op. Cit.*, p. 176.

⁶² ELTON, Elmo. *São Benedito e sua devoção no Espírito Santo*. Vitória: Departamento Estadual de Cultura/ES, 1988.

peixe deste mesmo nome: um peixe “valente”, “feio e mau” e que picava o pescador quando desprevenido⁶³, e então chamaram seus inimigos e opositores de “peroás”, um peixe desvalorizado para os capixabas, sendo este apelido posteriormente associado aos *liberais*, já que o grupo era um contraponto aos *caramurus*, ou seja, seria uma oposição aos *conservadores* da província.

Em outros escritos também encontramos as afirmações da existência de dois “partidos políticos” ligados às duas irmandades capixabas: “*Estes partidos- Peroá e Caramuru- foram extremados e acamparam-se até em arraiais diversos, com bandeiras diferentes, para determinar os dois partidos políticos- liberal e conservador, disfarçados pelo caráter religioso*”.⁶⁴ Contudo, novamente a análise não chega ao ponto de explicar a ligação entre o posicionamento político e os apelidos surgidos após a contenda. Algumas afirmações ainda nos demonstram a escolha do apelido *caramuru* somente em alusão à cor do peixe encontrado na província, sendo este de coloração verde, enquanto *peroá* seria outro peixe que lembraria a cor azul, fazendo com que consequentemente, o azul se tornasse a cor das vestimentas dos *peroás* (irmãos do Rosário), cor dos “liberais”, enquanto o verde significaria a cor dos irmãos do Convento de São Francisco, “*caramurus*” e “*conservadores*”.⁶⁵ No entanto, é necessário evidenciar que a cor azul é uma característica de todas as Irmandades do Rosário, assim como afirma Elizabeth Kiddy⁶⁶ ao estudar a Irmandade do Rosário em Minas Gerais, não sendo, portanto, a vestimenta dos *peroás* no Espírito Santo advinda estritamente da cor do peixe. Neste sentido, concordamos com Jair Dessaune, quando o mesmo afirma que primeiro surgiram as irmandades no Espírito Santo e as respectivas opas, e somente depois os apelidos.⁶⁷

Fato importante a ser destacado, é que as irmandades possuíam o mesmo santo de devoção, São Benedito, sendo que o que mudou após a confusão ocorrida fora o local de adoração da imagem. Desta forma, dificilmente teriam ideias tão opostas, a ponto de se dividirem por motivos políticos. O que requer atenção é o entendimento do conceito “partido” que aparece nas memórias sobre a província do Espírito Santo, e, para demonstrar a confusão que pode ter ocorrido ao se utilizar o termo, explicitaremos uma passagem que nos demonstra a formação de outros dois grupos rivais também dentro de uma festividade religiosa, sendo esta ocorrida na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, a qual não se atribuiu nenhum sentido político:

Suscita-se grande alvoroçamento nesta capital no dia 20 de Julho deste ano, promovido por Manoel Gonçalves Espíndula e Severo Xavier de Araújo, formando-se dois partidos, em consequência do levantamento de um mastro na festividade da Boa Morte, querendo alguns que se levantasse um determinado mastro e outros que se puxasse novo doutro lugar; oficiando ao Conselho do Governo o Juiz de Paz sobre esta perturbação do sossego e tranqüilidade

⁶³A referida descrição encontra-se em DESSAUNE, Jair. *Peroás e caramurus*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2004. Memórias da ilha de Vitória, n. 5.p.17. Lembramos ainda que a denominação *caramuru* seja também o nome atribuído à Moréia, conhecida popularmente como “peixe-cobra”.

⁶⁴SIQUEIRA, *Op. Cit.*, p.70.

⁶⁵NOVAES, *Op. Cit.*, p 179.

⁶⁶KIDDY, Elizabeth. Geografia da fé: a irmandade do Rosário dos Pretos em Minas Gerais – Palestra proferida pela professora Elizabeth Kiddy do Albright College no IM/UFRRJ.

⁶⁷DESSAUNE, *Op. Cit.*, p.18.

*pública, mandou o Presidente vir os dois chefes dos partidos à presença do mesmo Conselho do Governo, os quais depois de explicações concordaram afinal entre si e afiançaram restabelecer a tranqüilidade pública que se achava alterada.*⁶⁸

Novamente, em uma passagem escrita por padre Antunes de Siqueira, ao relatar o cotidiano das peças teatrais na província ainda no início do século XIX, surge mais uma vez o termo partido, embora também não se encontre nenhuma conotação política:

*Dando-se uma dissidência cuja causa nunca busquei indagar, formaram os influentes da festa de São Miguel em um ano duas facções, o que deu lugar a levantarem-se dois teatros: um na rua da fresca, nos fundos que deitam para o mar, e outro na praça do Colégio. Eram seus chefes: João Pinto Gomes Resendo, do primeiro, e Venceslau da Costa Vidigal, do segundo. [...] Triunfou o **partido praieiro** e foi derrotado o **latino**; isto é, o dos estudantes de latim. Inflamaram-se os brios, e a arte dramática primou na cenografia do teatro, no desenvolvimento do gênio, e no fiel desenvolvimento dos papéis.*⁶⁹

Todavia, percebemos que o “partido praieiro” e o “partido latino” formaram-se em torno de uma disputa teatral, não cabendo, neste sentido, nenhum conflito político. O termo partido foi utilizado por Antunes de Siqueira a fim de evidenciar a formação de dois grupos distintos, cada qual empenhado na defesa da melhor arte dramática da província. Convém ainda ressaltar o entendimento e especificidades do termo “partido” durante a primeira metade do século XIX.

Na década de 1820, compondo o repertório político do constitucionalismo do mundo luso-brasileiro, a concepção de partido era atribuída a grupos que se posicionavam contra ou a favor de uma determinada prática política. O partido, contudo, não era apresentado nesta época como uma organização pública possuidora de ideologia e de programas definidos.⁷⁰ Marco Morel, ao analisar o partido *caramuru*, evidencia a concepção pejorativa atribuída à partidarização durante na Regência, enfatizando ainda que os partidos políticos da primeira metade do século significavam muito mais do que tomar partido, traduzindo-se em formas de agrupamento em torno de um líder, utilizando ainda espaços de sociabilidade e a imprensa como difusores de ideias políticas, alertando sempre para as diferenças destes partidos quando comparados aos que se formaram no século XX.⁷¹

A confusão feita pela historiografia e pelos próprios memorialistas citados acima acerca da divisão política entre *caramurus* e *peroás* no Espírito Santo parece ter surgido exatamente por conta dos apelidos, pois quando Basílio Daemon afirma que “os irmãos que freqüentaram o Rosário, especialmente o tenente Manoel Francisco de Cristo, José Joaquim de Souza Ribeiro e o juiz de paz, ofendidos com tais exibições de riqueza,

⁶⁸ DAEMON, *Op. Cit.*, p.176. (Grifo nosso)

⁶⁹ SIQUEIRA, *Op. Cit.*, p.61. (Grifos nossos)

⁷⁰ NEVES, *Op. Cit.*, p. 194.

⁷¹ MOREL, Marco. O Partido Caramuru e os Agentes Políticos no Brasil Império. *Anais do X Encontro Regional ANPUH-RIO*, 2002. Disponível em: www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2002/Comunicacoes/Morel%2520Marco.doc. Acesso em : 21/01/2010.

então apelidaram os irmãos da Irmandade de São Francisco de **rusguentos** pelas provocações que faziam, e, como na Corte havia um partido **Caramuru** que se caracterizava justamente pelas constantes disputas e rugas políticas, os apelidaram também de **Caramurus**”⁷², percebemos que o nome *caramuru* é dado aos irmãos do Convento de São Francisco em alusão aos *caramurus* da Corte, embora o objetivo fosse chamar atenção para suas características de “briguentos”, sempre se envolvendo em conflitos. Em nenhum momento é mencionado que são apelidados com tal nome a partir de suas características de grupo conservador ou “restaurador”, assim como eram acusados os *caramurus* no Rio de Janeiro no período regencial.

Se considerarmos ainda as informações de Pires de Amorim sobre a formação dos Partidos Liberal e Conservador e seus líderes, e contrastarmos com os relatos acerca de *peroás* e *caramurus*, se abrirá ainda outra lacuna. Primeiramente, não sabemos a qual irmandade pertencia o Padre Bermudes, dito como chefe dos “liberais”, e também desconhecemos sua ligação com os Peroás, irmandade a qual deveria pertencer se as divisões políticas ditas acima forem reais. Bermudes era um político de grande prestígio na província. Sua trajetória política é de fato interessante, sendo primeiramente frade, tendo depois se secularizado. Posteriormente foi para Campos, partindo depois para São Paulo para cursar as aulas de Direito, onde doutorou-se. Somente após a formação é que Bermudes volta ao Espírito Santo.⁷³ O político era considerado um indivíduo de ânimos extremados, embora tenha sido sempre criticado por não ser um bom orador. Contudo, representou a província em cargos de relativa importância, sendo por eleito deputado geral e deputado provincial em diversas legislaturas, tempo no qual adquiriu grande popularidade.

Por outro lado, o que sabemos sobre Dionísio Resendo resume-se também à sua grande popularidade como político local. Denominado às vezes Resendo, ou Rozendo, já que grafia de seu nome sofre variações em meio à documentação, o coronel atuou no Poder Legislativo desde sua instalação em 1835 até 1877, sendo eleito deputado por treze legislaturas, e, segundo Antunes de Siqueira, participava da Irmandade de São Benedito no Convento de São Francisco junto aos “*caramurus*”, como deveria ser, seguindo a ordem da historiografia.⁷⁴ Durante o ano de 1833, em meio às desavenças entre as duas irmandades, é exigida que se interrompessem as homenagens e festejos, momento que a retirada da imagem de São Benedito levantou os ânimos na província:

*A 23 de Setembro deste ano é tirada a imagem de São Benedito do altar da Igreja do **Convento de São Francisco**, causando esse fato grande alvoroço na cidade, assim como **grandes desordens**, processos canônicos, em que **intervieram o coronel Dionísio Álvaro Resendo e o Capitão João Crisóstomo de Carvalho**, assim também reclamações, representações e formação de dois partidos extremados.*⁷⁵

Contudo, também devemos mencionar a existência do requerimento feito três dias após a instalação da primeira sessão da Assembleia Provincial, da qual Dionísio Resendo era deputado, sendo enviado à Corte um pedido de aprovação do compromisso

⁷²ELTON, *Op. Cit.* p.21(Grifo Nosso).

⁷³DAEMON, *Op. Cit.*p.210.

⁷⁴SIQUEIRA, *Op. Cit.*, p.71.

⁷⁵DAEMON, *Op. Cit.*, p.176. (Grifos nossos).

da Irmandade do Rosário, a irmandade dos *peroás*, sendo requerido pelo mesmo Dionísio Resendo.⁷⁶ Por fim, parece que o pedido surtiu efeito:

Por Carta de 27 de Novembro da Regência Permanente, é aprovado o Compromisso da Irmandade de São Benedito da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, obtida esta aprovação a esforços do Coronel Dionísio Álvaro Resendo e Capitão João Crisóstomo de Carvalho e outros, estando o mesmo Compromisso assinado pela Mesa composta do Padre Joaquim de São João Batista, Capelão; Inácio Pereira dos Remédios, Juiz; Manoel Francisco do Nascimento de Cristo, Fiscal; Domingos da Silva, Tesoureiro; Antônio Néri do Sacramento, Escrivão; Francisco do Rosário, Francisco Nunes Ribeiro, Antônio de Jesus Maria, Benedito Francisco de Jesus, Antônio da Mota, Leandro Francisco dos Santos, Manoel Joaquim e Lúcio da Ressurreição, Mesários.⁷⁷

O reconhecimento do compromisso dos *peroás* por parte do governo imperial culminou em mais discussão e tumulto nas ruas, fazendo surgir desavenças até mesmo entre os deputados provinciais e o presidente de província, além de até mesmo provocar demissões.⁷⁸ O fato é que a atuação de Dionísio Resendo em favor da aprovação do compromisso dos *peroás*, quando este é tido como membro dos *caramurus*, desequilibra os fatos mencionados pela historiografia. Assim, não procede a informação de que os componentes da Irmandade do Rosário fossem somente liberais e os da do Convento de São Francisco fossem sempre conservadores. Além disso, também não se tem muitos dados acerca da participação da elite política provincial capixaba como atuante somente nas duas irmandades citadas.

Além disso, devemos também levar em conta o fato de que a alcunha “*caramuru*” fora dada pelo grupo rival, e não uma autodenominação do grupo, assim como salientamos que o apelido para o “partido” oposto não fora buscado também nas divisões da Corte, mas sim no nome de outro peixe encontrado nos mares da província. Sabe-se que após a contenda, os dois grupos assumem seus nomes e iniciam uma disputa que percorrerá todo o século; entretanto, enfatizamos que tal disputa se deu no âmbito das festas religiosas da província. As irmandades passam a dividir o festejo e homenagem a São Benedito, a cada seis meses uma delas era incumbida da festa, e “*no dia de Corpus Christi passava o partido caramuru a vara ao partido peroá*”.⁷⁹

Não vislumbramos, portanto, *Peroás* e *Caramurus* como dois grupos políticos locais, e tampouco atrelados às discussões ocorridas na Corte, corroborando as mesmas divisões políticas de *moderados*, *exaltados* e *caramurus*. Discordamos, neste sentido, dos historiadores que evidenciam a disputa das irmandades como relacionada a partidos políticos propriamente ditos. Contudo, não negamos a relação destes espaços com a política provincial, visto que interesses políticos podem ter sido vinculados ao conflito entre as duas irmandades. Portanto, a importância conferida às irmandades religiosas na província do Espírito Santo faz-se objeto de estudo de grande importância, a fim de

⁷⁶ BANCK, Geert. *Dilemas e símbolos. Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. Vitória: IHGES, 1998. p. 28.

⁷⁷ *Idem*, (Grifos nossos).

⁷⁸ BANCK, Geert. *Op. Cit.*, p. 27.

⁷⁹ DESSAUNE, *Op. Cit.*, p.19.

evidenciar a formação das mesmas, seus componentes, os compromissos aprovados, e, sobretudo, seu relacionamento com a esfera política capixaba.

1.3.3 – A vitória da ordem

As medidas tomadas neste período pela Regência voltam a se afirmar por meio da promulgação do Ato Adicional, que, após inúmeras discussões, é aprovado em 1834, culminando em certa autonomia das províncias, já que neste momento ocorria a criação das Assembléias Legislativas Provinciais, as quais substituíam os Conselhos Gerais. Na província do Espírito Santo, têm-se novamente comemorações pela aprovação, reverenciando a promulgação da referida lei, como também o advento do legislativo local, espaço sobre o qual trataremos melhor em outro momento deste estudo.

Todavia, até o momento percorremos a Regência e os tumultos que eclodiam pelo Império entre 1831 e 1840, sem que fosse possível encontrar no Espírito Santo qualquer manifestação política de peso, ou alguma ameaça à integridade do Império. Evidenciamos os grupos políticos formados na Corte e as poucas provas da existência de grupos políticos na província ainda na década de 1830. Com relação aos projetos políticos apresentados, enfatizamos o forte apoio do Espírito Santo à Regência Provisória após a Abdicação, além da repulsa aos “restauradores” e a qualquer outra manifestação que pudesse retirar a ordem da província. Para entendermos um pouco mais acerca da *cultura política* capixaba neste período, apresentamos outra indagação: o Espírito Santo desconheceu a política dos *Liberais Exaltados*? A partir desta questão, julgo necessário trazer à luz da investigação uma figura pouco conhecida na história política do Espírito Santo, para que, a partir de sua trajetória política, seja possível evidenciar as práticas políticas que visavam um projeto de ordem no Espírito Santo. Refiro-me aqui ao padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte.

Nascido na Vila da Serra em 18 de julho de 1788, desde muito cedo Marcelino já se tornava destaque no cenário político capixaba. Sabemos que já na administração de Albuquerque Tovar, quando ainda era um jovem de dezessete anos, o mesmo já dava assistência nas reuniões do nobre governador. Além disso, a veia artística de Marcelino e a composição de seus belos versos fizeram emergir o apelido de “O Virgílio Capixaba” no século XIX.⁸⁰

Analisando a história capixaba, percebe-se a presença de padre Marcelino em constantes episódios de grande importância política para os espírito-santenses. Desde o início do século, o jovem Marcelino era participante ativos de festejos e comemorações cívicas, além da criação de peças teatrais. Importante ressaltar o momento do decreto que elevou o Brasil a Reino-Unido de Portugal, pois nesse momento destacam-se os festejos em Vitória, dentre os quais, houve a representação de um drama escrito por Padre Marcelino Duarte, além de um recital de poesias de outros autores da época.

Em 1816 Marcelino foi nomeado lente de Gramática Latina da capitania do Espírito Santo, após a jubilação de seu pai deste mesmo cargo. Sua maior reclamação era sua vocação forçada, assim como ocorreu com muitos jovens capixabas. De fato, a ida para o seminário era quase uma norma no Espírito Santo, fazendo com que os rapazes que se dedicassem ao seminário, obtivessem as mais altas características de ilustração na província. Importante ressaltar que o destino destes jovens era quase sempre o Seminário de São José no Rio de Janeiro. Mas fora em 1817 que o nome de

⁸⁰ NOVAES, *Op. Cit.*

padre Marcelino ganhou ainda maior destaque no Espírito Santo, exatamente após os acontecimentos da Revolução de Pernambuco, e em meio à severa administração do Governador Rubim⁸¹.

Maria Stella de Novaes relata os abalos causados pelas ocorrências em Pernambuco, onde a execução de Domingos Martins, o *Bem-Bem*, amedrontou a então capitania do Espírito Santo. Domingos Martins era de família capixaba, nascido em Itapemirim, fazendo com que sua morte causasse alarde entre seus próprios parentes, que, segundo Novaes, trocaram até seu sobrenome pelo medo que sentiam por conta da repressão. Todavia, a Revolução de Pernambuco também foi sentida na capitania como um sinal de alerta, a ameaça teria um nome: Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte.

As agitações em Pernambuco alertaram o governo para que tomasse as providências locais, sendo que entre tais medidas estaria o afastamento de padre Marcelino Duarte, denominado um patriota *exaltado*.⁸² O padre foi então mandado para a Corte, onde relatou o que se passava no Espírito Santo, apresentando o governador Rubim como um déspota e opressor. Foi durante a viagem ao Rio que Marcelino escreveu o poema “Derrota de uma Viagem ao Rio de Janeiro”.⁸³, no qual se pode encontrar a descrição da tristeza do autor em meio à partida, citando ainda as características da embarcação utilizada na viagem, denominada *O Caranguejo*, além de transmitir ao leitor todo o itinerário até o Rio de Janeiro, aproveitando para evidenciar as crueldades de Rubim.

A partir de então, o nome de Marcelino torna-se um pouco distante dos capixabas, mas nunca esquecido. Prova disso encontram-se nas memórias acerca da Regência, período o qual enfocamos neste estudo, em que os memorialistas afirmam que a figura de padre Marcelino continuava em destaque, mas agora na Corte, onde o talentoso espírito-santense havia feito um belo discurso na instalação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, quando se realizou o *Te Deum* na igreja de Santana. Enquanto viveu no Rio de Janeiro, Marcelino participou de vários movimentos políticos, tendo forte atuação nas famosas “Noites das Garrafadas”, entre 11 e 16 de Março, sempre presença forte junto aos comícios a fim de estimular o patriotismo dos seus companheiros contra os excessos do imperador e a submissão de S.M. às ordens vindas de Lisboa.⁸⁴ Salientamos também sua participação às reuniões secretas na casa do padre José Custódio Dias, momento em que os *moderados* junto aos *exaltados*, articularam-se em prol da destituição de dom Pedro⁸⁵, culminando na Abdicação em 7 de abril de 1831. Maria Stella de Novaes aponta Padre Marcelino como partidário dos Andradas, afirmando que juntamente com outros *patriotas*, hostilizou fortemente a

⁸¹Nesse período, governava a capitania Francisco Alberto Rubim, nascido em Lisboa, político de grande prestígio e que ocupara variados postos na Costa da África e no Brasil. A administração de Rubim é lembrada como “Idade do Ferro” por Padre Antunes de Siqueira, mencionando seu comportamento severo. SIQUEIRA, *Op. Cit.*, p.74.

⁸²NOVAES, *Op. Cit.*, p.124.

⁸³ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. *Historia da literatura espírito- santense: subsídios para a história da literatura brasileira*. Porto: Officina do Comercio do Porto, 1912.

⁸⁴NOVAES, *Op. Cit.*, p.169.

⁸⁵BASILE, Marcello. *Ezequiel Corrêa dos Santos: Um Jacobino na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 82.

Regência de Feijó⁸⁶, o que julgamos tratar-se da aproximação estratégica ocorrida agora entre *exaltados* e *caramurus* em 1834, fazendo oposição aos *moderados*.⁸⁷

Em Niterói, Marcelino envolveu-se nos conflitos de rua que acompanhavam a revolta da Tropa de Linha, resultando em sua prisão a bordo do *Paraguaçu*. Já em outubro, após o fracasso do levante dos marinheiros na ilha das Cobras⁸⁸, inicia-se na Corte uma grande repressão aos *exaltados*, bem como às suas publicações na imprensa. Neste sentido, além de ser pronunciado na devassa dos acontecimentos de julho, após o episódio da ilha das Cobras, Marcelino foi acusado de crimes de relacionados à sedição e rebelião e de calúnias contra o imperador e seus regentes, além de ter sido processado e condenado por abuso da liberdade de imprensa. Dentre os jornais *exaltados*, Marcello Basile ressalta que, o periódico de Marcellino, denominado *O Exaltado*, foi uma das poucas folhas que continuaram sendo publicadas após este período. O padre, entretanto, após tantas perseguições, provocações, insultos e até mesmo ameaças sofridas por um grupo de guardas municipais que cercaram sua casa, decide mudar-se para a Vila Real da Praia Grande, a fim de se afastar das intrigas da Corte.⁸⁹

E se na Corte na Marcelino não era bem visto, na província do Espírito Santo parecia também não haver lugar para tanta exaltação. No mesmo mês de outubro seus passos passam a ser vigiados até o Espírito Santo, onde seu desembarque foi proibido pelo Conselho de Governo. Neste sentido, o Conselho de Governo tratou de reforçar a Guarda Municipal, para que realizasse rondas na cidade de Vitória até de madrugada, a fim de impedir conflitos ou tentativas de revoltas, fazendo três rondas sucessivas. Novamente as atenções voltam-se para o padre Marcelino Duarte:

*Apareceram nesta cidade no mês de Outubro diversos cidadãos trazendo fitas a tiracolo, denotando pertencerem a uma associação secreta, propalando idéias subversivas à Constituição, leis e autoridades, tendo até ameaçado ao Juiz de Paz, pelo que ordenou o Conselho do Governo que houvesse três rondas compostas de Guardas Municipais até a meia-noite e duas até a madrugada para obstar qualquer conflito ou tentativa de revolta. Tomou ainda o Conselho providências em data de 31 de Outubro, a fim de ser vigiado o **Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte**, que estava a chegar à província vindo da Corte, onde se tinha envolvido na revolução de 15 e 16 de Junho, e que era apontado como revolucionário e instigador destes fatos.*⁹⁰

Percebe-se aqui o grande medo da presença de Marcelino dentro da província, fazendo com que as autoridades públicas se mobilizassem em prol da *ordem* local, ordem esta que sempre fora motivo de orgulho para os administradores. Os habitantes do Espírito Santo talvez não soubessem do envolvimento do padre com o grupo dos *exaltados* no Rio de Janeiro, contudo, o Conselho de Governo tinha plena noção das

⁸⁶ NOVAES, *Op. Cit.*, p.169.

⁸⁷ BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ. 2004. (Mimeo). Capítulo V, p.8.

⁸⁸ Referimo-nos ao levante do ocorrido no Corpo de Artilharia da Marinha nos dias 6 e 7 de outubro de 1831, episódio que foi precedido pelas incitações contra a Regência manifestadas pelos jornais *exaltados*.

⁸⁹ BASILE, Marcello Otávio. *Anarquistas, rusgientos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834)*. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2000. p.274.

⁹⁰ DAEMON, *Op. Cit.*, p.171.

idéias que Marcelino poderia propalar na “pacata” província, sua terra natal. Na Corte, redigindo o periódico *O Exaltado* durante os anos de 1831 a 1835, o padre utilizou com epígrafe o artigo 145, capítulo VIII da Constituição política imperial, no qual constava: “*Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a independência, e integridade do Império, e defendê-los dos seus inimigos externos, ou internos*”.⁹¹ Explicitando as idéias defendidas por Marcelino, torna-se possível perceber de onde provinha tanta repulsa à figura do capixaba que, ainda tão jovem, foi retirado da província por não se “enquadrar” no comportamento ameno que tanto era propagado aos habitantes por dirigentes do Espírito Santo.

Faz-se preciso mencionar também outro momento importante em meio à efervescência da Regência. Em 1833 a destituição de José Bonifácio como tutor de Pedro II e o fechamento da Sociedade Militar, como afirma Marcello Basile, acabaram por estigmatizar ainda mais os *caramurus*- já que possuíam fama de retrógrados e restauradores-, e levou a julgamento vários indivíduos acusados de fazerem parte de uma trama conspiratória a favor da *restauração*, da qual fazia parte José Bonifácio.⁹² Não só a Sociedade Defensora emitiu sua nota de agradecimento pela retirada do tutor e pelo desmantelamento da conspiração que se articulava. A província do Espírito Santo também revela seu claro apoio às medidas tomadas:

*A indispensável medida que a Regência, na sabedoria de sua marcha administrativa, acaba de tomar, suspendendo o Tutor do Nosso Jovem Monarca de suas funções, não podia deixar d’ encher de júbilo à um coração verdadeiramente brasileiro. Só Ella, Exmº Snr., nos podia trazer dias tranqüilos, e livrar o Brasil do abismo, em que o iam precipitando esse Brasileiro degenerado, e seus sagazes. Digne-se, pois V. apresentar a Regência sinceras felicitações por uma medida, que a Pátria á muito tempo, e tal altamente reclamavam.*⁹³

Desta forma, discorreremos até aqui sobre os projetos políticos que estiveram em voga no Império durante a Regência, explicitando o posicionamento da província do Espírito Santo diante dos momentos conturbados e das agitações políticas que envolveram *exaltados*, *moderados* e *caramurus*. Evidenciamos os possíveis “caramurus” conhecidos na província por meio do conflito entre os devotos de São Benedito, acerca dos quais não encontramos nenhuma forte ligação política; destacamos também que, por meio de seu afastamento e constante vigilância, Marcelino Pinto Ribeiro, o elemento *exaltado* da província capixaba, precisou encontrar na Corte um espaço público de discussão e propagação de ideias mais radicais, pois estas não tiveram vez na província do Espírito Santo.

Neste sentido, apontamos para uma possível posição política da província atrelada ao grupo dos *moderados*, cujas práticas seriam conduzidas por uma elite local permeada por características específicas, a qual seria um dos pilares do projeto de *ordem* vigente na província do Espírito Santo em meio à construção e solidificação do Estado imperial. Entretanto, afirmar que apenas a “boa índole” manifestada nos

⁹¹BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ. 2004. (Mimeo).p.136.

⁹² *Ibidem*, p. 446.

⁹³ Ofício de Idelfonso Joaquim Barbosa de Oliveira, Secretário do Governo do Espírito Santo, de oito de janeiro de 1834. *Apud* OLIVEIRA, 1975. *Op. Cit.*, p.342.

relatórios de presidente de província fosse motivo central para a ausência de conflitos, se torna realmente uma explicação superficial dada pelos presidentes. Assim, entendemos que não só de um projeto político *moderado*, embasado na idéia de *ordem*, e de boa índole, teria vivido a província do Espírito Santo. Apontaremos agora elementos que corroboram a existência de um grupo político dirigente em meio ao projeto aqui evidenciado, ou seja, uma elite política treinada e socializada desde o período em que o Espírito Santo era capitania.

1.4 – Os condutores da Ordem

Como citamos acima, acreditamos que a condução política por parte de uma elite homogênea em caráter social e ideológico, e conhecedora das demandas locais tenha sido um dos fatores que levaram a província do Espírito Santo a construir o tão propagado “espírito ordeiro e pacífico” de seus cidadãos, como atestavam os governadores e depois os presidentes de província. Além disso, para respaldar tal assertiva, lançamos mão de um dos mais importantes espaços de discussão política da província, a Assembleia Provincial do Espírito Santo. Portanto, cabe aqui apresentar a Assembléia Legislativa Provincial, apontando as características locais e, sobretudo, da elite política que abrigou a partir de sua criação.

A partir do Ato Adicional promulgado em 1834 ocorre então a extinção dos Conselhos Gerais provinciais, órgãos que não possuíam a prerrogativa de aprovar leis, nem mesmo em esfera municipal, o que, no entanto, não os eximia de serem também *locus* de discussões políticas na província. Contudo, seus trabalhos se resumiam a receber reivindicações e elaborar propostas de leis para serem enviadas à Câmara dos Deputados. Já a emergência das Assembleias Provinciais caracterizou um maior grau de autonomia às províncias, ampliando seu poder de decisão.

Em 1º de fevereiro de 1835, ocorre a instalação da primeira Legislatura da Assembleia Provincial do Espírito Santo, dando agora ao legislativo local poderes para legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da província. As leis que eram então aprovadas na Assembleia eram posteriormente enviadas ao presidente de província aguardando sua sanção.⁹⁴ Contudo, além da importância do âmbito legislativo para o suprimento das demandas locais, nos interessa neste momento ressaltar que, dos vinte nomes que foram eleitos para tal legislatura, muito deles estiveram presentes em vários episódios relatados neste estudo, sendo estes os referidos momentos em que a deturpação da ordem da província fora “ameaçada”. Tais indivíduos ainda se encontram em meio às discussões políticas mais importantes na província e nos cargos de maior e decisão e prestígio local.

Embasamos nossas afirmações a partir de trabalhos que analisaram a composição da Assembleia Provincial do Espírito Santo durante a primeira metade do século.⁹⁵ Iniciando esta análise, julgo pertinente explicitar os dados relevantes aferidos

⁹⁴ Mesmo tendo como referência um período posterior, outras informações acerca do funcionamento da Assembleia Provincial encontram-se em meus relatórios de pesquisa desenvolvidos em projeto anterior, sob a orientação da professora Adriana Pereira Campos: SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O Cotidiano da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, 1868-1889*. Relatório Final de Iniciação Científica PIBIC/UFES. Vitória/ES, 2008.

⁹⁵ Ver: GOULARTE, *Op. Cit.*, especialmente capítulo 1; e ARAUJO, Leonor Franco. *Poder político e religioso na Vitória Imperial: a atuação dos párocos na Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo, 1835-1864*. Dissertação apresentada ao PPGHIS-UFES, 2005.

por Rodrigo Goularte, que, se debruçando sobre a composição da primeira legislatura da Assembleia Provincial, destaca que os deputados eleitos em 1835⁹⁶ não eram meros estreantes no cenário político local. A partir de suas afirmações é possível perceber que tais indivíduos ocuparam anteriormente alguns cargos de relevância local, sendo membros do Conselho Geral ou ainda do Conselho de Governo e da Junta Provisória. Ao analisar os pedidos de mercês de alguns destes deputados, Goularte confirma a atuação dos mesmos durante os referidos momentos de ameaça de perturbação da ordem pública, ou ainda como fiéis aliados e defensores da causa do Brasil durante o processo de Independência, fato que acompanhamos por meio do relato sobre a *Julianada*.

Em meio à formação da elite política provincial, destacam-se ainda as três principais ocupações dos referidos deputados, sendo estas: a religiosa, a carreira administrativa no Estado e a carreira militar. Dentre o grupo, os militares seriam maioria, seguidos dos padres, e a minoria dividia-se em mesmo percentual os funcionários públicos comerciantes.⁹⁷ Sobretudo, é na capacidade de condução da ordem provincial por parte do grupo mencionado que concordamos com o autor, sendo este:

*[...] um grupo militar que teve contato com diversas crises de segurança provincial anteriormente a 1835, e que, uma vez no parlamento, tentou levar uma política pacificadora da localidade. [...] Além disso, percebe-se que o grupo militar aqui estabelecido possuía, desde momentos anteriores, um compromisso com a manutenção da Ordem. O exemplo clássico da Julianada demonstra isso. O militar Duarte Carneiro, como visto, se aliou aos líderes civis da Junta de Governo Provisório contra a iniciativa de Julião Leão em apoiar a causa portuguesa do Brigadeiro Madeira, da Bahia. Nesse sentido, os militares, desde o início do XIX, desenvolviam um projeto político que concebia a existência do Espírito Santo enquanto uma das unidades políticas de um Brasil independente.*⁹⁸

O autor ainda explicita por meio de uma tabela de porcentagem a quantidade de deputados presentes nesta primeira legislatura e que irão perpetuar nos anos posteriores no cenário legislativo provincial. Neste sentido, os resultados corroboram nossa proposta de estudo, a qual enfatiza a mudança da dinâmica política e partidária no Espírito Santo a partir de 1860, já que, pelas análises de Goularte, é também até este período que se percebe o predomínio desta elite política preocupada com medidas pacificadoras e com tranquilidade política do Império.

Dentre os nomes de destaque em meio a esta elite política, apontamos indivíduos como Duarte Carneiro, Dionísio Rezendo, Francisco de Almeida Monjardim e Azambuja Suzano, entre alguns outros. Tais nomes foram diversas vezes referenciados

⁹⁶ São estes os deputados eleitos para a primeira legislatura da Assembleia: Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, Francisco Pinto Homem de Azevedo, João Luís da Fraga Loureiro, Manoel da Silva Maia, José de Barros Pimentel, Manoel de Moraes Coutinho, Dionísio Álvaro Resendo, Manoel de Assunção Pereira, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Inácio Félix de Alvarenga Sales, Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel, Padre Francisco Ribeiro Pinto, Manoel Pinto Rangel e Silva, Joaquim da Silva Caldas, Manoel de Siqueira e Sá Júnior, Miguel Rodrigues Batalha, Sebastião Vieira Machado, Aires Vieira de Albuquerque Tovar, João Nepomuceno Gomes Bittencourt e Coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro. *Apud* DAEMON, *Op. Cit.*, p. 181.

⁹⁷ GOULARTE, *Op. Cit.*, p.72.

⁹⁸ *Ibidem*, p.180 e182.

do decorrer deste capítulo, seja na adesão à causa da Independência, seja na busca pela tranquilidade e pacificação local, ou ainda no conflito entre *caramurus* e *peroás*, dentro de suas respectivas irmandades. Desta forma, apontamos a real possibilidade da existência de uma elite política coesa, nativa e vigilante durante o período da *construção da ordem*, preocupada com sua contribuição ao projeto de unidade nacional, como também na pacificação da província capixaba. Assim, se a ordem fora de fato construída no Império brasileiro, há que se destacar a atuação dos capixabas atuantes na primeira metade do século como fortes condutores desta.

Contudo, além de contar com a atuação desta elite política, fazendo com que perceba na província práticas políticas distintas quando comparada às turbulências vividas em todo o Império, acreditamos que o projeto de moderação desempenhado na província do Espírito Santo teve o auxílio de outro forte elemento, que possivelmente contribuiu para “distanciar”, em certa medida, a província capixaba diante da proliferação de agitações e idéias políticas do período: a ausência da imprensa.

1.5 – Uma Imprensa Tardia

Por fim, falaremos agora sobre a importância da imprensa política dentre os estudos que visam à dinâmica política imperial, seus grupos políticos e os mecanismos referentes à busca por cidadania neste período. Assim como já foi citado neste estudo, os jornais tornam-se valiosas fontes para o entendimento de momentos cruciais da história do Império, como o processo de emancipação e o próprio vocabulário de cada contexto político; como ainda no período regencial, quando os periódicos tornaram-se canalizadores de projetos políticos distintos, além de atuar também nos momentos de crise, fazendo da imprensa um espaço público de discussão de suma importância para o debate político.⁹⁹

Desta forma, por meio da imprensa corriam os boatos, as notícias, como também as ideias, ou as injúrias. E é também por meio dos jornais que conseguimos identificar identidades políticas, matrizes de pensamento de um determinado período, além de movimentos de contestação, o que faz tais elementos se mostrarem como primordiais ao entendimento de determinada dinâmica política, sobretudo, de uma cultura política. Contudo, explicitamos ao longo do texto o comportamento peculiar do Espírito Santo oitocentista diante dos distúrbios que contestaram a construção da ordem e da unidade imperial, um posicionamento que acreditamos ser apoiado na idéia de uma imprensa política “tardia”, a qual teria limitado a discussão política dentro da província durante os momentos de maior debate no período imperial.

O uso da expressão “tardia” justifica-se quando comparamos o Espírito Santo a outras províncias do Império, sendo esta localidade uma das últimas a possuir uma tipografia. De acordo com Basílio Daemon, a instalação da primeira tipografia do Espírito Santo só ocorrera em 1840, sendo esta uma propriedade de Aires de

⁹⁹ Alguns exemplos de trabalhos que envolvem imprensa e política podem ser vislumbrados nos trabalhos de Marcello Basile e Gladys Sabina Ribeiro aqui apresentados, como também: MOREI, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005; FELDMAN, Ariel. *O Império das Carapuças: Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. 2006; AMARAL, Alex Lombello. *"Casquados e Chimangos: Imprensa e Política em São João del-Rei (1876-1884)"*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da UFJF. 2008(mimeo), entre outros.

Albuquerque Tovar, e que publicara apenas um número do periódico denominado *Estafeta*. Alguns problemas técnicos fizeram com que o estabelecimento logo cessasse a publicação, levando a tipografia a voltar somente em 1849, já com outro proprietário, fazendo a publicação do periódico *Correio da Vitória*¹⁰⁰.

Em vista destes fatos, evidenciamos uma possível resposta para o comportamento muitas vezes visto como “apático” diante das perturbações políticas que ocorriam. Levando em conta o início da publicação do *Correio da Vitória*, percebe-se que, neste período, muitas das maiores revoltas do Império já haviam cessado, como por exemplo, a *Praieira*¹⁰¹, sendo a ordem já estabelecida. Não afirmamos aqui um isolamento total da província do Espírito Santo por conta da falta de uma tipografia e da circulação de jornais, mas visamos problematizar tal questão, levantando questionamentos sobre as consequências que a ausência de uma tipografia teria acarretado em meio a momentos de tantas discussões políticas e emergência de novas ideias.

Entretanto, não entendemos a ausência de uma imprensa política somente pelo viés de um “atraso” em relação a outras localidades do Império, mas sim, como parte do projeto conduzido por esta elite política que evidenciamos. Enquanto as demais províncias lutavam, discutiam e se revoltavam, foi de certa forma mais fácil acalmar os ânimos na província do Espírito Santo:

*Respondendo ao Aviso reservado de dezessete de abril próximo findo, que tive a honra de receber em quinze do corrente, no qual V. Excía. Tratando dos acontecimentos ocorridos na França onde desapareceram as instituições fundamentais do Estado, desenvolve a política seguida pelo governo imperial, recomendando ao mesmo tempo a mais perfeita conformidade nos atos desta presidência com os princípios de Justiça de tolerância e fidelidade nos quais está assente esta política [...] E por esta ocasião cumpre-me participar a V. Excía. Que a notícia dos mencionados acontecimentos causou alguma sensação nesta capital, mas em poucas pessoas, pois que sendo a maioria de seus habitantes, e a de todos os outros pontos da província, inteiramente estranha à política, pouca ou nenhuma importância presta a semelhantes notícias, que, além disso, não podem aqui ser, felizmente, transcritas por falta de imprensa o que concorre por sem dúvida para manter-se o proverbial sossego, que de há muito goza a mesma província, a qual, V. Excía. O sabe, há atravessado as crises revolucionárias, que tem abalado o Império, sempre fiel ao imperador e às instituições juradas.*¹⁰²

Assim, a partir da resposta de Francisco Monjardim ao visconde de Macaé, percebemos que a falta de uma imprensa difusora de idéias e debates políticos não era colocada de forma negativa pelos administradores locais, mas sim como uma forma de apartar a província das agitações que a circulação de tais ideias poderia provocar. A Revolução de 1848 é somente um dos exemplos entre tantos episódios que não

¹⁰⁰ PEREIRA, Amâncio. “História da Imprensa Capixaba”. *Revista do IHGES* nº 3, 1922. p.28.

¹⁰¹ MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso. A revolução praieira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹⁰² Ofício de 22 de maio de 1848 enviado por Francisco Monjardim ao Visconde de Macaé, titular da pasta do Império *Apud*, OLIVEIRA, *Op. Cit.*,. p.336. (Grifos nossos).

chegaram ao conhecimento dos capixabas. Alguns anos antes, durante a Revolução de 1842 em Minas Gerais e São Paulo, o ofício escrito por outro administrador da província atesta ao ministro do Império que os abalos novamente não chegarão à província, e afirma: “*Ainda que convencido de que a vertigem mineira e paulista não tem tocado nem tocará o ânimo pacífico dos honrados e fiéis habitantes desta província [...] que os meus conterrâneos, unidos, a mim, saberão manterem-se firmes na adesão, amor e fidelidade à sagrada pessoa*”.¹⁰³

Sabemos ainda que, após os acontecimentos de 1842, Diogo Feijó e Campos Vergueiro foram enviados para um possível “exílio” no Espírito Santo¹⁰⁴, fortificando os indícios aqui apresentados de que a província mostrava-se como uma das áreas mais tranquilas do Império. No Espírito Santo, Feijó viveu de agosto a dezembro, aguardando o julgamento de seu processo, enquanto construía intensa amizade com Francisco Monjardim. Além dessas informações, o relatório do presidente de Província João Lopes Silva Coito também legitima as citações acima, dizendo que não houvera ali nenhuma “comoção ou desvario”, e que *felizmente até hoje completo, e imperturbável sossego tem nela reinado: os seus habitantes conhecem que só a sombra da paz, e debaixo da proteção das leis, poderão promover sua felicidade [...]*.¹⁰⁵

Além disso, pode-se questionar, contudo, que a existência do *Correio da Victória*, o primeiro jornal publicado de fato, não tenha acarretando profundas mudanças na imprensa capixaba e na difusão de ideias dentro da província. A assertiva baseia-se no fato de que o referido jornal é apontado como tendo sido alvo de muita censura pelos grandes nomes da política local. Levando consigo a epígrafe e seu maior dogma, “*Monarquia, Constituição e Liberdade*”, o *Correio da Vitória*, agora, tendo como proprietário e redator Pedro Antônio de Azeredo, foi contratado para publicar os atos do Governo Provincial, e, segundo Amâncio Pereira¹⁰⁶, antes que o jornal fosse às ruas, o primeiro exemplar foi lido pelo coronel Francisco de Andrade Almeida Monjardim.

No entanto, em sua publicação de março de 1849, o *Correio* publicou um artigo em que os atos da Assembleia Provincial foram firmemente atacados por parte de alguém de pseudônimo “A. do G”. Na sessão do dia seguinte, o deputado Dionísio Resendo não hesitou em pedir rapidamente a apreensão do referido número do jornal. Contudo, Pedro de Azeredo responde ao ofício dirigido pela Assembleia, justificando que nada poderia ser feito, pois o jornal já havia sido distribuído em todas as partes da província, como também em outras localidades do Império nas quais residiam os assinantes.

A repressão foi forte por parte da Assembleia, pois pela primeira vez ouvia-se uma possível crítica contra a política local em um jornal, e, ainda, levando as notícias da província capixaba a outros pontos do Império. Estava muito próximo o fim do tão estimado “sossego” na província do Espírito Santo. Entretanto, por medidas de “segurança”, na década de 1850 o *Correio* já não aceita correspondências, anúncios e comunicados que pudessem conter ofensas ou polêmicas.

Não delongaremos aqui nossa discussão acerca do *Correio da Victória*, visto que o jornal será mais tarde tratado de forma mais problematizada nos próximos capítulos

¹⁰³ *Idem*

¹⁰⁴ PIMENTEL, Elpídio, Respingos Históricos. *Revista IHGES*, n.3, p.49 e 50.

¹⁰⁵ Relatório de Presidente de província João Lopes Silva Coito em 1842. Disponível em www.apees.es.gov.br Acesso em : 13/01/2011.

¹⁰⁶ PEREIRA, *op. Cit.*, p.29.

deste estudo. O que enfatizamos aqui, por meio do exemplo do *Correio*, foi que, mesmo com o advento da imprensa no Espírito Santo, não poderíamos ainda falar em *opinião pública* ou *espaço público*¹⁰⁷ de discussão política na província. Sendo então este primeiro jornal um veículo ainda sob o controle da elite política dirigente, um momento em que muitos dos nomes citados no decorrer do trabalho continuam presentes no cenário político local.

1.6 – Conclusão

Assim, demonstramos ao longo deste capítulo características que evidenciam uma *cultura política* vigente no Espírito Santo oitocentista durante a primeira metade do século, por meio de uma conduta peculiar e de valores muito específicos que foram propagados no cenário provincial. Demonstrou-se, neste sentido, o posicionamento diante do processo de emancipação do Brasil, das decisões políticas de suma importância, como a discussão da Constituição de 1824 ou ainda sobre a aprovação do Ato Adicional de 1834, momento de grandes festejos no cenário local. Evidenciamos ainda os momentos de agitação política da Regência, contrastados com comportamento tranquilo característico da província capixaba, que diferentemente das demais províncias, manteve-se em uma postura de moderação, zelando pela *ordem* e trabalhando na manutenção da unidade do Império.

A partir das afirmações dos próprios memorialistas, tentamos problematizar o caráter “apático” e “pacífico” exposto pelas obras e pelos relatórios de presidente de Província, tentando levantar algumas hipóteses sobre o que poderia ter levado a este comportamento, de fato singular, diante de tantas turbulências políticas que estavam em voga no período. Para tanto, lançamos mão de alguns dos possíveis *pilares da ordem*, que compõem o conjunto de representações e práticas políticas vigentes na sociedade capixaba, dos quais primeiramente citamos a falta de grupos políticos divergentes, questionando a criação do grupo *liberal e conservador* ainda na década de 1830. Em um segundo momento, levantamos os indícios que nos levam a apontar a presença de uma forte elite política coesa e conhecedora das demandas locais, atuante desde os primeiros momentos em que a ordem fora ameaçada, além de destacarmos sua composição militar.¹⁰⁸

Em terceiro lugar, explicitamos as consequências geradas pela criação tardia da imprensa no Espírito Santo, retirando um elemento de discussão política tanto dentro da província, como também afastando a localidade de possíveis focos de agitação e divulgação de idéias, além de delimitar o conhecimento das demais localidades sobre os fatos ocorridos na província. Neste sentido, destacamos aqui características que fizeram parte da *cultura política* capixaba na primeira metade do século, transmitindo suas práticas e seu modo específico de conduzir as discussões políticas do momento.

A presente discussão é imensamente importante para o desenvolvimento do estudo proposto, no qual evidenciaremos a partir de agora a nova *cultura política*

¹⁰⁷ GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick. *Los Espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas, siglos XVIII-XIX*. México, DF: Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos: Fondo de Cultura Económica, 1998.

¹⁰⁸ Salientamos que mesmo não dispondo de um grande conjunto de fontes que nos revelem a referida elite que estava presente no início do século, partiremos dos poucos estudos e de documentos encontrados para este período, para basear nossos pressupostos sobre a emergência de uma elite com características diferentes na segunda metade do século.

emergente no Espírito Santo em meio à década de 1860, explicitando a emergência de grupos políticos divergentes, a inserção de um novo vocabulário, bem como uma *linguagem política* diferenciada. Além disso, demonstraremos também nos próximos capítulos como o advento de uma imprensa notavelmente política em 1860 modificará as discussões, bem como as identidades partidárias da província. Privilegiaremos ainda a *prosopografia* da elite política que dominará o cenário capixaba neste novo momento, além de evidenciar as formas associativas e atuação da mesma. Outro espaço de grande importância para a análise da diferenciação acerca da segunda metade do século, quando comparada ao estudo deste capítulo, será a Assembleia Legislativa Provincial e os debates que nela emergiram durante este momento de redefinições partidárias e dissidências políticas, as quais se manifestaram em todo o Império brasileiro. Vejamos, a seguir como, no decorrer do século XIX, emerge no Espírito Santo um novo modo de se fazer política.

CAPÍTULO II

“COMEÇA A RASGAR-SE O VÉU”: O ESPÍRITO SANTO CONHECE UM NOVO MODO DE SE FAZER POLÍTICA

“Respondera o S. Ex. Colérico e com os punhos cerrados: Pois hei de esmagá-los e não consentirei que a pequenina província do Espírito Santo pretenda arcar com a nova ordem das coisas, não se submetendo, como todas as outras do Império, aos impulsos da nascente situação Liberal.”¹

No capítulo anterior, demonstrou-se a especificidade da província do Espírito Santo quando comparada a outras localidades do Império, no que tange principalmente aos momentos de agitação política, ou ainda ao desenvolvimento de seus grupos políticos, que até a primeira metade do século não possuíam uma clara divisão partidária. Evidenciou-se ainda a existência de uma elite coesa e homogênea, a qual buscava estabelecer a ordem local desde o tempo da capitania. Por fim, também levantamos o questionamento acerca da inexistência da imprensa no Espírito Santo durante o tempo em que as outras províncias utilizavam o jornal como propagador e defensor de ideias políticas. A partir deste levantamento, abordamos a *cultura política* do Espírito Santo oitocentista da primeira metade do século, que, mesmo não sendo tema deste estudo, mostra-se extremamente valiosa ao entendimento das argumentações que utilizaremos para evidenciar a formação de uma nova cultura política e como se deram tais disputas na segunda metade do século.

Neste sentido, a partir de agora apontaremos para as modificações em meio às práticas vislumbradas no Espírito Santo, visando demonstrar elementos que comprovem a diferenciação com a primeira metade do século XIX. Para tanto, iniciando esta trajetória, sintetizaremos os momentos que antecederam este período, o chamado *Regresso Conservador*, para posteriormente trazer à luz da pesquisa o período do *Renacer Liberal*, quando acompanharemos as transformações por meio do próprio pensamento político do período e das articulações entre os partidos na Corte, apontando ainda para a dinâmica local e a formação de seus grupos políticos. Colocaremos, neste sentido, a província do Espírito Santo diante deste novo período e das novas forças políticas em jogo. Para tanto, lançaremos mão do forte movimento ocorrido dentro da imprensa política a partir de 1860, como também da análise prosopográfica dos redatores que se envolvem no início desta mudança, responsáveis pelos jornais políticos que emergem nesta quadra.

Relacionando a emergência desta imprensa política mais atuante à formação e definição de identidades partidárias locais, apontaremos o momento em que se percebe de fato o nascimento de grupos políticos divergentes, acompanhando-os até a percepção de uma divisão entre *liberais* e *conservadores* em âmbito provincial. Todavia, se tornará primordial a análise da *linguagem política*², assim como a própria argumentação retórica³ inserida em tais periódicos, bem como o levantamento do contexto no qual os

¹O *Monarchista*, nº. 3- 20/09/1863.

² Conduzimo-nos, neste sentido, pelas balizas propostas por autores como POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003 e SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. 2ª reimpressão - São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³ CARVALHO, José Murilo. “História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura” in: *Topoi: revista de História*, nº 1. Rio de Janeiro.

mesmo são escritos. Iniciando a referida análise, torna-se essencial evidenciar o jogo partidário que envolveu o Império brasileiro.

2.1 – A Corte e a Província em 1860: os Partidos e o Império

Os estudos desenvolvidos acerca do funcionamento dos dois grandes partidos políticos do Império, Partido Liberal e Partido Conservador, suscitaram uma série de discussões e questionamentos sobre as ideologias que permeavam cada um destes grupos políticos, como também divergem acerca da composição e origem social destes grupos, tornando-se pauta frequente em momentos diferentes dentro da historiografia. Deste modo, lembramos algumas interpretações que vislumbram claras diferenças entre as propostas dos partidos políticos no Império, como por exemplo, as obras de Ilmar de Mattos⁴ e de José Murilo de Carvalho, assinalando este último a existência de fato de uma divisão em meio ao debate sobre as diferenças ideológicas apresentadas pelos partidos imperiais. Desta forma, na visão de alguns autores como, por exemplo, Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré, as diferenças ideológicas entre os grupos políticos seriam inexistentes, demonstrando-os como defensores de algumas propostas em comum, como, por exemplo, a escravidão. Diversos autores ainda evidenciam as diferenças entre os dois partidos imperiais por meio das características que envolvem a classe social como na análise de Raymundo Faoro, enquanto outros voltam seus olhares para a origem rural ou urbana dos componentes do partido como ressaltou Azevedo Amaral.⁵

Entretanto, não é objetivo deste estudo discorrer aqui acerca do debate entre a existência ou ausência de ideologias diferentes entre o Partido Liberal e o Partido Conservador no Império.⁶ Interessa-nos, todavia, problematizar e ressaltar questões pertinentes ao entendimento da dinâmica política imperial, como também as alianças e formas de associação política⁷ que puderam ser vislumbradas na província do Espírito Santo no século XIX. Desta forma, ao falarmos aqui em “partidos”, não estaremos tratando de um total antagonismo de ideias entre liberais e conservadores no âmbito

⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.p.120.

⁵ Em seu capítulo específico acerca das ideologias e composição dos partidos no Império, José Murilo aponta as divergências entre as opiniões de diversos autores, como também resalta os critérios utilizados por cada autor ao caracterizar as diferenças ou semelhanças entre os partidos. CARVALHO, *Op. Cit.*, p.202.

⁶ Ainda sobre o debate que se refere à inexistência de diferenças ideológicas entre o partido Liberal e Conservador, julgo pertinente citar a discussão levantada por Ilmar de Mattos ao discordar sobre o provérbio imperial “nada tão parecido com um saquarema como um Luzia no poder”. Desta forma, Ilmar enfatiza um ponto crucial ao entendimento das articulações entre luzias e saquaremas, propondo que para responder as indagações acerca da direção e da força exercida pelos saquaremas, devemos partir não só das diferenças entre os grupos, mas da própria semelhança que o provérbio resalta. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.p.121. Mesmo trazendo em si muito do que já nos indicava Ilmar de Mattos em pesquisa anterior, cito também a obra de Jeffrey Needell sobre o Partido Conservador no Império, a qual assinala aspectos importantes sobre este grupo político, não recaindo apenas no simples debate entre as diferenças e semelhanças entre os partidos, mas explicitando os conservadores por uma ótica que demonstra suas dissidências e fissuras internas. NEEDELL, Jeffrey. *The party of order: The conservatives, the State, and slavery in the brazilian monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

⁷ Sobre formas associativas em política ver AGULHON, Maurice *Histoire vagabonde, etnologie et politique dans la France contemporaine*. Paris, Gallimard. 1988. p.95; e RIOUX, Jean-Pierre. “A Associação em Política”. In: REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: FGV, 2003. p.107.

provincial. Não negamos, contudo, as diferenças de suas propostas e de seus programas políticos. Embora nos interessa muito mais, neste momento, trazer à luz da pesquisa as ideias destes homens políticos, que, mesmo muitas vezes opostas, se entrelaçaram, assim como as formas de sociabilidade que puderam ser percebidas em meio à política provincial, além de demonstrarmos a imprensa como um *locus* de discussão política.

Acerca dos partidos políticos durante o Império, iniciemos nossa análise com a formação das agremiações na Corte. Tratando da evolução do sistema partidário imperial, José Murilo de Carvalho nos alerta para o fato de que só podemos considerar a verdadeira existência de partidos políticos no Brasil após o ano de 1837, atrelada ainda às conseqüências geradas pela descentralização decorrente do Código de Processo Criminal, em 1832, e da aprovação do Ato Adicional, em 1834, além das agitações promovidas pelas rebeliões da Regência.⁸ Assim, no final da década teríamos a formação dos dois grandes partidos: o *Conservador*, que, segundo o autor, teria surgido a partir da coalizão entre *ex-moderados* e *ex-restauradores*, defendendo a reforma das medidas descentralizadoras; e o *Liberal*, por sua vez, defendendo cada vez mais a descentralização e autonomia das províncias.

Com a desconfiança acerca das medidas liberais adotadas antes pelos *moderados*, provocou-se uma cisão entre o próprio grupo, o que acabou por desencadear a composição de outra aliança política, sob a liderança de Bernardo Pereira de Vasconcellos. Assim, aos poucos se formava o *Partido do Regresso*, que segundo Marcello Basile, poderia ser mencionado como o núcleo formador do futuro Partido Conservador.⁹ Iniciam-se, desta forma, as medidas *regressistas*, objetivando a restauração da ordem que fora desregulada a partir da descentralização. Contudo, ao que parece, o projeto de ordem que então era propagado fora abarcado pelos grupos políticos existentes, aceitando tais medidas reformadoras e centralizadoras como necessárias à tranqüilidade e ao progresso, culminado no que Ilmar de Mattos denominou como a *hegemonia saquarema*¹⁰.

Assim, o governo conservador iniciado em 1848 mostrou-se como um dos mais fortes do Império, subsidiado por elementos cruciais, como o apoio da Câmara conservadora de forma homogênea e o Conselho de Estado também comungando dos mesmos interesses. Neste momento, a *trindade saquarema*, junto a nomes como Bernardo Pereira de Vasconcellos e Honório Hermeto Carneiro Leão, deu segmento às determinadas reformas que complementariam a ação reformadora regressista, além de ter feito vir a baixo o movimento Praieiro que estava ocorrendo naquele período.¹¹ Deste modo, a década de 1850 faz-se de grande importância na consolidação do Estado Imperial, contando com a presença de outros gabinetes conservadores ao longo do período, que subsidiaram a manutenção da ordem. Entretanto, tal período não pode ser entendido apenas como um prolongamento da direção saquarema, visto que a política da *Conciliação*, iniciada em 1853, representou um momento em que *conservadores* e *liberais* e se alternaram no poder, possibilitando a ampliação da participação política dos próprios liberais.

⁸CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/ O Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.204.

⁹BASILE, Marcello Otávio N. de C. “O Império Brasileiro: Panorama Político”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p.236.

¹⁰MATTOS, *Op. Cit.*, p.142.

¹¹BASILE, Marcello, *Op. Cit.*, pp.246 e 247.

Na província do Espírito Santo, o clima calmo e pacífico não apresentara nenhuma mudança, sobretudo no período de eclosão da Revolta Praieira, como demonstrado no capítulo anterior. Os relatórios de presidentes de província escritos durante toda a década de 1850 atestam ainda a mesma situação de moderação e tranquilidade pública da qual falamos anteriormente. Os jornais ainda falavam pouco de política, a Biblioteca Pública ainda não havia sido inaugurada e na Assembleia Provincial ainda se vislumbravam os mesmos nomes da elite mantenedora da “ordem”, o grupo atuante desde o tempo da Independência.

Como citamos no início deste texto, a partir de 1840 já se identificava na Corte a formação dos partidos Liberal e Conservador, o que nos faz levantar o questionamento sobre a existência destes mesmos grupos na província do Espírito Santo. Assim como demonstrado no primeiro capítulo, as análises existentes sobre o tema baseiam-se em informações muitas vezes não constatadas, ou fortificam a narrativa de “Caramurus e Peroás” como grupos políticos locais, não evidenciando e problematizando a dinâmica política da província. Nos relatórios de governo analisados¹², ao mesmo tempo em que comunicam a boa índole, o clima de tranquilidade e a ausência de desordens ou manifestações políticas, os presidentes são enfáticos ao afirmarem que não visualizam na província a existência de grupos ou partidos políticos, sendo este talvez um importante fator para o tão prezado sossego dos espírito- santenses.

Narrando a situação local, o presidente Luiz Pedreira de Couto Ferraz evidencia no Relatório de 1848 o princípio da ordem ainda sendo o comportamento predominante dos habitantes, além do atuante espírito de moderação, perpetuando a tranqüilidade da qual sempre gozou a província. Seguindo a descrição, o Presidente destaca que são “*isentos seus filhos, até o presente, do ódio proveniente das lutas, sempre desgraçadas, de partidos exagerados*”.¹³ Mais tarde, em 1849, Antônio Pereira Pinto também exalta o bom comportamento dos residentes na província, além de lembrar os acontecimentos da Regência, momento em que não houvera ali nenhuma desordem como ocorrera nas outras partes do Império.

Assim, elogia a localidade, denominando o Espírito Santo como a verdadeira “Atalaia da tranqüilidade”, e também nos alerta para a peculiaridade da província com relação a estes fatos: [...] *Uma grande causa parece que concorre para a realização deste fato é a não existência de partidos políticos na província [...]*.¹⁴ Já em 1852, o presidente de província José Bonifácio Nascentes atesta pequenas desordens em âmbito local, mas faz questão de determinar que estes insignificantes conflitos seriam “sem cor política”, sendo apenas levantados por alguns indivíduos da classe mais ignorante.¹⁵ No decorrer de toda a década, os relatórios propagam a mesma situação de tranqüilidade e calma, sem a presença de disputas políticas ou grupos divergentes em conflito.

¹²A narrativa existente nos relatórios enviados produzidos pelos presidentes de província, os quais mencionam o Espírito Santo como uma localidade politicamente tranqüila, pode induzir o leitor ao entendimento destes documentos como descrições relapsas ou não confiáveis diante das informações sobre a ausência de conflitos políticos. Entretanto, ao se comparar os relatórios da província do Espírito Santo com os de outras províncias, se torna notório o conflito de grupos partidários nas demais localidades neste período, enquanto no Espírito Santo estes embates ainda não eram facilmente distinguidos, exatamente por conta da indistinção ente *liberais* e *conservadores* em âmbito local antes de 1860.

¹³*Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo*, 1848: Presidência de Luiz Pedreira de Couto Ferraz. p.7

¹⁴*Ibidem*, 1849, Presidência de Antônio Pereira Pinto. p.8.

¹⁵*Ibidem*, 1852, Presidência de José Bonifácio Nascentes. p.8.

Assim, nossa hipótese é a de que, até a década de 1860, o Espírito Santo não teria conhecido de fato a divisão entre *liberais* e *conservadores*, ocorrendo somente a partir deste período a redefinição partidária, ou ainda a verdadeira formação de partidos políticos na província. Inicia-se, ao mesmo tempo, a utilização de novas práticas políticas, sobretudo a inclusão da imprensa como *lôcus* de debate e propaganda, além de modificações ocorridas na própria elite política. A província não teria acompanhado a mesma divisão política da Corte até meados da década de 60, fazendo desta quadra o marco decisivo na política do Espírito Santo, assim como no restante do Império, perfazendo um momento muito profícuo no que tange à produção de programas políticos, como também de obras que traduzem o pensamento político do período¹⁶, assim como a própria manifestação por meio da imprensa.

O próprio vocabulário utilizado nos relatórios governamentais nos expõe as características presentes na política da província. Corroboram nossa hipótese os escritos do presidente de Província Leão Velloso, ao também comunicar a moderação dos ânimos na província. Segundo o administrador: “[...] Não interrompe ela [a província] suas tradições de paz, nem desmente-se daquele sentimento de ordem, respeito à autoridade que jamais vacilou, nem ainda quando na trabalhosa iniciação de sua política [...]. Não temos que lastimar nesta província a existência de facções violentas, que noutras, tem sulcado profundas cisões [...] Podemos ainda asseverar, sem medo de errar, **que não há aqui partidos políticos.**”¹⁷

A partir de 1861, já se torna possível vislumbrar nos mesmos relatórios a presença tímida do termo “partido”, evidenciando um início de disputas políticas, sobretudo em período de eleições, momentos de grande agitação e por vezes também violento.¹⁸ Juntamente com a formação dos partidos políticos, demonstraremos ainda o surgimento de uma imprensa política muito mais intensa do que a que surge no final da primeira metade do século, sendo esta a chave para o levantamento das identidades partidárias da província. Neste sentido, apresentamos a justificativa para a concentração do referido estudo na década de 1860, propondo tal período como um tempo de formação de novos grupos políticos e cisões em meio a tantas dissidências partidárias. Antes de conhecermos a vivência deste período no cenário provincial, passemos ao entendimento da situação vigente na Corte, a fim de analisarmos a recepção e apropriação das novas ideias e das novas práticas políticas no Espírito Santo.

O apontamento desta década como um momento de reorganização política é atestado por diversos autores¹⁹, além dos mecanismos que envolveram o novo jogo político do período. Para Silvana Mota Barbosa²⁰, o contexto, marcado por disputas

¹⁶ CARVALHO, *Op. Cit.*, p.375.

¹⁷ *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Pedro leão Veloso em 1859.* p.5. (grifos nossos).

¹⁸ Para exemplificar tais afirmações, cito, por exemplo, os relatórios escritos pelos presidentes de província em momentos posteriores, como 1861 e 1872.

¹⁹ A própria modificação em meio aos programas políticos que surgiam na década é exemplificada por José Murilo de Carvalho: CARVALHO, *Op.Cit.*, p.207. O período também é lembrado pela historiografia em FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e Descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o visconde do Uruguai.* São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Ed. 34, 1999. Além disso, na obra de Oliveira Lima, também se encontra a década de 1860 como momento de uma *nova fusão dos partidos* no Império: LIMA, Oliveira. *O império brasileiro: 1822-1889.* Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986. p.43.

²⁰ BARBOSA, Silvana M. A Política Progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos de 1860. In CARVALHO, J. Murilo & NEVES, Lúcia M. B.(orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos-Cidadania, política e liberdade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

eleitorais durante o período citado, culminou na formação de estratégias para eleições em 1860, evidenciando a formação da Liga Progressista no início da década. Nas palavras de Carvalho²¹, a criação da Liga está intimamente relacionada à política de conciliação feita pelo marquês de Paraná a partir de 1853, ocorrendo, desta forma, uma redefinição do sistema partidário, como acima citamos. Composta por liberais moderados e conservadores dissidentes, a Liga era demonstrada pela imprensa política de ideias opostas como uma amostra da crise de identidade partidária pela qual passava o Império.

A partir das afirmações de Silvana Barbosa, percebe-se que, na Corte, a disputa entre liberais e conservadores começava a ser permeada por trocas de posicionamento político. O surgimento das dissidências podem ainda ter ocorrido, como aponta a autora, a partir do descontentamento com relação às medidas tomadas no Gabinete Ferraz, quando, por exemplo, se teve a aprovação da conhecida *Lei dos Entraves*, legislação que promoveu grandes limitações à liberdade de empresa e de crédito.²² Todavia, lembrando as evidências de José Murilo de Carvalho, a própria mudança eleitoral ocorrida em 1860 acarretou as referidas transformações partidárias e a volta dos liberais.²³

Desta forma, durante os anos de 1860 e 1861, a Liga, que se preparava para as eleições do período, promoveu reuniões abertas na Corte, utilizando a imprensa também como propagadora de tal organização. De acordo com Barbosa, por meio dos debates no Parlamento é possível aferir, sobretudo, que as ideias da Liga não se restringiram à Corte, sendo levada por cada candidato à sua respectiva província, variando então as condições de aliança entre os grupos políticos locais.²⁴ Deste modo, é possível questionar qual teria sido a recepção de tal debate político na província do Espírito Santo, e as articulações políticas que se deram neste período. É necessário ressaltar que, neste momento, há também a re-significação de muitos conceitos, culminando em vocabulário político diferenciado, ou ainda, na formação de uma nova *cultura política* que emerge neste campo de divergências políticas. O arcabouço de ideias que se insere na época referida traduz-se tanto pela emergência de novos debates, como também pela busca por questões referentes ao início do século²⁵.

2.1.1 – O Pensamento político: uma década de grandes ideias

Alguns textos políticos escritos a partir de 1860 traduzem a rica produção intelectual do período, como também os impactos na esfera do debate político. Tais produções merecem aqui um breve destaque, pois irão permear as propostas políticas do período, sendo pauta frequente em meio às discussões políticas. Começando pelo próprio ano de 1860, destaca-se entre os escritos da época a *Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas-Geraes* feita por Theophilo Ottoni²⁶. O texto agradecia os eleitores que apoiaram o liberal Ottoni em 1859 e 1860 para a vaga

²¹CARVALHO, José Murilo. “Radicalismo e republicanismo”. In: Op. Cit., p.21.

²² BARBOSA, Op. Cit., p.296.

²³CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.22.

²⁴ BARBOSA, Op. Cit. p. 306.

²⁵ ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

²⁶ OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores pela Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Correio Mercantil, 1860.

no Senado, além de também levantar bases por sua candidatura como deputado geral na próxima legislatura.

Porém, de acordo com Isabel Marson²⁷, a circular possuía outras finalidades além destas, divulgando o programa político de Ottoni: defendia a supressão do governo pessoal no Império, extinguindo a vitaliciedade do Senado, além de ser a favor da abolição do recrutamento forçado, bem como da prisão arbitrária. Para a autora, Ottoni expõe no texto seu caráter moderado, acreditando ser possível conciliar monarquia e republicanização. Dentro do contexto político, a circular, todavia, mostra-se como um importante espaço de resgate da saga liberal e da luta contra os conservadores, reafirmando os princípios do partido.

Além de tal obra, também podemos evidenciar a década de 1860 como sendo um momento em que emerge uma série de panfletos políticos que agitaram a imprensa da Corte, como por exemplo, *Os Cortesãos e a Viagem do Imperador* de Landulfo Medrado, que, nas palavras de Barbosa²⁸, evidenciavam o Império brasileiro em crise, demonstrando a viagem do Imperador pelas províncias do Norte como sendo ao mesmo tempo um sintoma e o agravamento deste período crítico. Além disso, aponta-se que nas idéias do autor, o que se evidencia não seria uma severa crítica à monarquia, nem mesmo defesa de ideias ligadas à República; Medrado, entretanto, fazia no panfleto uma exposição sobre a especificidade do regime monárquico brasileiro, defendendo uma junção entre a monarquia e a democracia.²⁹

Posteriormente, julgo pertinente citar as discussões políticas do liberal Aureliano Tavares Bastos. A obra *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro* fora publicada anonimamente em 1861 e, nas palavras de Antônio Marcelo da Silva³⁰, sistematizava as ideias de Tavares Bastos a partir de duas premissas: a história como movimento progressivo de ideias e a relação entre causa e efeito na análise dos fenômenos sociais. Assim, Tavares Bastos buscou origens para a situação do país, como sendo um fruto de práticas da colonização e do poder centralizador, bem como da escravidão. Todavia, além de citar as causas dos problemas, evidencia também a suposta solução, destacando a reforma da instrução pública, a organização da magistratura, o incentivo para a livre empresa particular, entre outras renovações.³¹ As comparações com os Estados Unidos são pontos chave no texto, e em outros escritos, como as *Cartas do Solitário*³², Tavares Bastos aprofunda a discussão acerca dos problemas e dilemas da sociedade brasileira, dissertando, sobretudo, sobre elementos primordiais defendidos pelo Partido Liberal. Dos princípios destacados pelo autor, citamos a fervorosa defesa de alguns temas como a descentralização política e administrativa, a separação entre a Igreja e Estado, a liberdade de comércio, a emancipação dos escravos, entre outros.³³

²⁷FREITAS, Marcos Cézár de (Org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto/Ed. da USF, 1998.p.86.

²⁸ BARBOSA, Silvana. M. "Panfletos vendidos como canela: anotações em torno de um debate político nos anos 1860". In: CARVALHO, José Murilo. (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²⁹ *Ibidem*, p.159.

³⁰SILVA, A. M. J. F.. *Tavares Bastos: biografia do liberalismo brasileiro*. Tese de Doutorado/IUPERJ: Rio de Janeiro. 2005.

³¹BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do Futuro*. 2ª Edição. São Paulo: Nacional. Brasília, 1976.p.48

³² BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário*.4ªedição.São Paulo:Nacional,1975.

³³ BASILE, *Op.Cit.*,p.254.

Ainda percorrendo importantes obras do pensamento político brasileiro da década de 60, recorreremos à discussão acerca do Poder Moderador feita por Zacarias de Góis e Vasconcellos, intitulada *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*.³⁴ A obra de Zacarias visava criticar os excessos do Poder Moderador dentro do sistema constitucional, poder este que dava ao Imperador algumas prerrogativas de alto peso político, como por exemplo, a dissolução da Câmara, a nomeação e demissão de ministros, além da possibilidade de interferência na ascensão e queda dos partidos.³⁵

Grande opositor de Zacarias e de seu debate impactante para o momento sobre o poder centralizador do monarca fora o visconde do Uruguai, político conservador e autor de obras de suma importância para o entendimento das discussões políticas que ocorreram no Império. Paulino José Soares de Souza escreveu em 1862 *o Ensaio sobre o Direito Administrativo*³⁶, no qual analisa minuciosamente a centralização, relacionando-a à estabilidade do Império, e afirmando que a falta da referida centralização pudesse levar o país à anarquia. Uruguai manifesta também sua opinião acerca da ausência de um espírito público referente ao povo brasileiro, expondo ainda diferenças entre administrar e governar. A centralização política seria, na visão do autor, algo primordial para a construção nação, além de citar o Ato Adicional como um causador de feridas na autonomia municipal.

Neste sentido, Uruguai manifesta-se a favor da autonomia dos municípios, ao revelar inconvenientes da centralização excessiva, apontando então para a necessidade da descentralização administrativa, e defendendo ainda que para o caso do Brasil, sua preferência seria pela organização político-administrativa francesa - de caráter centralizado -, visto que se tratava de um país ainda em formação e sem tradição de autogoverno, salientando, contudo, a adaptação às necessidades do caso brasileiro. Formando um amplo debate com seu opositor liberal, Tavares Bastos, a questão culmina em uma fervorosa discussão sobre a centralização e descentralização durante o Império, como evidencia Gabriela Nunes Ferreira³⁷.

Os textos acima citados podem ainda ser afirmados como parte do movimento denominado *Renascer Liberal* ocorrido nesta década, fazendo vir à tona novos temas de debate e o revigoramento do Partido Liberal.³⁸ Cabe-nos agora entender o contexto da década de 1860 na província do Espírito Santo, comparando a jogo político provincial aos acontecimentos do Rio de Janeiro, indagando se houvera também inserção dos textos políticos nas discussões locais e ainda, como se deram as divisões partidárias e a emergência de alianças políticas.

2.2 – Transitando Para um Novo Tempo

Enquanto na Corte os ânimos se acirravam pela proximidade das eleições, chegara a vez da província capixaba perder um pouco de seu sossego já no início de

³⁴ VASCONCELLOS, Zacharias de Góis e. *Da natureza e limites do poder moderador*. BDJur, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/16905>>. p.12. Acesso em: 10/01/2011.

³⁵ BASILE, *Op. Cit.*, p.254.

³⁶ URUGUAI. Visconde. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. In *Vinconde do Uruguai*. Org. e Intr. De José Murilo de Carvalho. SP: Ed. 34, 2002.

³⁷ FERREIRA, *Op. Cit.*, p.44.

³⁸ BASILE, Marcello, *Op. Cit.* p.255.

1860. No entanto, os motivos ainda não seriam nada parecidos com as eleições ou com os conflitos partidários do Rio de Janeiro. Quando os sinos de todas as igrejas da capital foram ouvidos naquela manhã do dia 24 de janeiro, percebeu-se logo o barulho dos fogos, e via-se gente de toda parte mantendo-se aflita e curiosa, aprontando ainda os últimos preparativos para receber a mais importante visita. Após muita expectativa, avistam-se do forte São João as embarcações tão esperadas, a multidão espera atônita para ver Sua Majestade dom. Pedro II. Enfim a província conhecerá seu tão venerado Imperador.³⁹

Uma grande comissão fora composta para coordenar os preparativos para o evento e receber Pedro II; dentre eles, verificam-se nomes proeminentes do meio político da província, como Tito da Silva Machado, comendador José Francisco Monjardim e Joaquim Marcelino Bittencourt (barão de Itapemirim). Relembrando o suntuoso momento, o *Jornal do Comércio* demonstra o quanto a província se movimentou para receber o monarca. A folha atesta que as casas foram pintadas, obras no palácio do governo foram feitas, sem deixar de mencionar ainda os ensaios de dança das senhoras e a confecção dos uniformes da Guarda Nacional.

Contudo, ressaltamos que, embora a visita do Imperador tenha trazido a mobilização dos habitantes da província, até mesmo fazendo com que esquecesse divergência políticas, como afirma Levy Rocha⁴⁰, não só preparativos e festejos fizeram parte da rotina do Espírito Santo naquele ano. Além disso, a vinda de Pedro II trouxe ao Espírito Santo não só o imperador e sua comitiva, mas também a notícia de mais uma vaga no cargo de deputado geral na Câmara. A proximidade do pleito eleitoral e as agitações que ocorriam em todo o Império por conta das alianças políticas começaram a ser percebidas na província do Espírito Santo, o que, segundo as autoridades, ocorria até o momento de forma tranquila, afirmando que ali “*os partidos são inspirados antes pela afeição individual do que pelo antagonismo de idéias políticas*”.

Sobre as eleições daquele período, o presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior afirma que os “partidos” haviam de fato demonstrado nas urnas suas paixões, mas não houvera nenhum derramamento de sangue como em outras partes do Império. No único local onde o pleito eleitoral causara algum tumulto, foi então mandada uma Força de 1ª Linha a fim de apaziguar os ânimos. Entretanto, Pereira Junior enfatiza, de forma muito explícita, o tal caráter “ordeiro” dos habitantes da província, afirmando que “*a índole pacífica dos cidadãos tornou inútil a ação da autoridade e o emprego da força, a eleição terminou no meio do mais completo sossego*”.⁴¹

Contudo, parece que o termo “sossego” não seria o melhor para definir o início da década de 1860 na província do Espírito Santo, já que, exatamente nesse período, percebe-se uma explosão da imprensa política local, o que segundo os memorialistas⁴², não havia sido vislumbrado até então.

A partir de 1860, a imprensa torna-se quase exclusivamente política; é nessa quadra que surgem A Liga, em 8 de Abril; o Indagador, em treze de junho; O Marimbondo, em onze de Agosto; O Provinciano,

³⁹ ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II a Província do Espírito Santo*. Departamento de Imprensa Nacional. 1960.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ *Relatório do Presidente da província do Espírito Santo José Fernandes da Costa Pereira Junior na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial em de 1861*, p.5.

⁴² *Ibidem*.

*em sete de setembro e O Pica-Pau, em vinte e seis de setembro, todos em 1860. [...] Foi a época das polêmicas insidiosas e das retaliações partidárias extremadas, apenas suavizadas pelas sátiras espirituosas da Batista Pires e pelas crônicas humorísticas de Ferreira das Neves.*⁴³

Neste sentido, a mudança ocorrida na imprensa e nas divisões partidárias que nela se inserem, tornam-se aqui nosso objeto de estudo, a fim de salientar como se davam as disputas políticas na província, apontando os “partidos” que faziam parte da esfera provincial. O presente capítulo objetiva apontar as modificações em meio às disputas políticas na província do Espírito Santo a partir de 1860, alertando para a existência de grupos locais muito específicos. Desta forma, a imprensa política introduz uma nova *cultura política* na vida dos espírito-santenses, estremecendo as bases da pequena província, alterando sua tranquilidade por meio de folhas impressas ou por meio das discussões que se destacam no âmbito do Assembleia Legislativa Provincial. Acredita-se, deste modo, que dois importantes espaços foram imprescindíveis para revelar as mudanças de cunho político: a imprensa e a Assembleia Provincial, sendo estes elementos, pontos chave para o entendimento das identidades políticas e grupos partidários que surgem no Espírito Santo oitocentista, evidenciando uma dinâmica própria e muitas vezes peculiar quando comparado ao restante do Império.

2.3 – A Explosão da Imprensa Política

Iniciaremos nossa incursão exatamente pela imprensa política provincial, demonstrando que a reorganização política ocorrida no cenário local, como também o envolvimento da província nas dissidências que aconteciam naquele momento na Corte, possibilitaram que em 1860 eclodisse um grande surto de jornais políticos que manifestaram tanto uma linguagem diferente, como também uma atuação inaugural dentro do Espírito Santo, mostrando-se como elementos pedagógicos em meio ao ato e importância das eleições, além de serem incitadores de questionamentos políticos. É neste sentido que, neste primeiro momento de inserção de periódicos no jogo político provincial, julgamos necessária a análise de jornais como *A Liga*, *O Amigo do Povo*, *O Monarquista*, *O Tempo* e o *Jornal da Victória*.

2.3.1 – Os homens e suas folhas

Tais periódicos se fazem esclarecedores ao propósito de se abarcar o início da década de 1860 e as alianças políticas que ocorrem na província pela proximidade das eleições para a Câmara dos Deputados na Corte, sendo este o caso do periódico *A Liga*. O referido jornal não será aqui apontado como defensor de ideias liberais ou conservadoras, visto que o próprio periódico não se definia por uma destas vertentes, o que também se justifica por meio de nossas afirmações sobre a ausência desta divisão dentro da província. Sendo publicada aos domingos, *A Liga* foi produzida na *Tipografia D’Azaredo*, em Vitória, capital da província, era composta por quatro páginas, custando

⁴³ ROSA, Affonso Cláudio de Freitas. *História da Literatura Espírito-Santense*. Porto: Oficina do Comércio do Porto, 1912.

seus exemplares 100 rs cada. Contudo, os leitores não dispunham da possibilidade de se fazer a assinatura do jornal.

Fazem-se aqui algumas pequenas correções, pois em um artigo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, escrito por Amâncio Pereira sobre a trajetória da imprensa capixaba, o jornal é apontado como sendo produzido em outra tipografia, a qual seria a *Tipografia Capitaniense*, enquanto os próprios exemplares do jornal indicam a Tipografia D'Azeredo. Também lembramos que, nas palavras do mesmo Amâncio Pereira, a folha teria sido escrita de abril a julho de 1860. Salientamos aqui que, por meio do levantamento feito na Biblioteca Nacional, encontramos *A Liga* sendo escrita até o mês de agosto de 1860, sendo que ainda foi possível encontrar um exemplar do jornal escrito em janeiro de 1861; portanto, o periódico não teria possuído uma vida tão breve como a historiografia demonstra.

Inicialmente, a folha parece ter surgido sem nenhuma pretensão política, e se denominava um jornal recreativo e noticioso, afirmações no mínimo suspeitas diante do contexto das eleições de 1860, como também da própria existência de uma Liga na Corte. Assim, o jornal não tardou em manifestar seu caráter mais violento e, em menos de um mês sendo publicado, percebe-se que uma palavra passa a ser agregada ao subtítulo do periódico, passando agora *A Liga* a ser um jornal: político, recreativo e noticioso.

A partir de então se manifestava o real objetivo do jornal: defender a reeleição de Antônio Pereira Pinto na Câmara dos Deputados. Nascido no Rio de Janeiro e formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, Pereira Pinto era o então representante da província do Espírito Santo naquele período, tendo angariado tal prestígio político na localidade em outra ocasião, visto que em 1849 ocupava o cargo de presidente de província em terras capixabas. *A Liga* não demonstra claramente que alguns de seus escritos partissem do próprio candidato, o que julgamos talvez ter sido algo recorrente, destacando a grande quantidade de notícias vindas da Corte e sobre os acontecimentos ocorridos em âmbito político. Por outro lado, devemos evidenciar também que, tais notícias poderiam ter sido obtidas por meio de jornais da Corte que chegavam à província, não cabendo somente a Antônio Pereira Pinto a responsabilidade sobre os escritos acerca da situação política no Rio de Janeiro.

Contudo, a folha simplesmente se diz defensora deste candidato, fazendo uso de inúmeros pseudônimos em meio às publicações à pedido e das correspondências de leitores, visto que o intuito do jornal não seria somente ser um veículo de propaganda, mas também de pôr fim ao domínio político de um indivíduo de extremo prestígio local: coronel Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. A figura do coronel Monjardim por diversas vezes já foi evidenciada neste estudo, tanto por sua forte atuação como dirigente político no início do século, como ainda permeando os acontecimentos a partir de 1860. Julgo, portanto, ser necessário fazer uma breve exposição deste importante personagem em meio à história política do Espírito Santo, a fim de entendermos melhor a magnitude da influência política deste indivíduo.

José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim nasceu em Vitória no ano de 1797. Era filho do capitão da Marinha Ignácio João Monjardino, enviado pela Coroa portuguesa para ser capitão-mor na capitania do Espírito Santo. Fez seus estudos preparatórios em Vitória e depois seguiu para o Rio de Janeiro, consagrando-se na carreira militar. Posteriormente, voltou à província, incorporando-se às forças ali existentes. O modo como deu fim aos movimentos rebeldes que por algum momento quiseram sobressair no Espírito Santo durante os períodos mais tumultuados do Império

foi sempre atrelado às características marcantes de sua personalidade, como a brandura, a generosidade, a prudência, além de seu espírito pacifista e conciliador. Já explicitamos em outro momento a escolha de Monjardim para representar o Espírito Santo na sagração de Pedro I, como também que foi ele quem recebeu dom. Pedro II em sua vinda ao Espírito Santo. Foi durante a Regência que passou a acumular ainda mais prestígio político, como também durante as agitações que permearam o processo de Independência.

No posto de oficial das forças do Império, foi ainda agraciado com diversas condecorações: cavaleiro da ordem de Aviz em 1822, conselheiro da Ordem Imperial do Cruzeiro em 1823; comendador da ordem de Cristo em 1847; e comendador da ordem da Rosa em 1860. Desde a abertura dos trabalhos na Assembleia Provincial, Monjardim estava presente em quase todas as legislaturas, sendo que, quando não era um dos deputados, certamente era porque havia assumido a presidência da província enquanto o presidente oficial não chegava ao Espírito Santo, ou ainda como no caso dos anos 1845 e 1846, momento em que se elegeu representante do Espírito Santo na Assembleia Geral. Sem dúvida, pode-se dizer que Monjardim é um grande recordista dentro da política local: mais de quinze vezes deputado provincial, presidindo a Casa por sete vezes e sendo vice-presidente por quatro vezes, além de quatorze vezes ter chegado a ocupar o posto de presidente de província, mesmo sem a nomeação oficial para o cargo.⁴⁴ Ou seja, pelo menos de 1820 a 1881, ano de sua última legislatura na Assembleia, Monjardim esteve envolvido na esfera política local, incluindo ainda outro fator que lhe possibilitou ascensão política, seu casamento com Ana Francisca Benedita, a filha do capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, político também muito influente em âmbito local, que administrou o Espírito Santo em 1829, 1830 e 1844.⁴⁵

Neste sentido, o medo das represálias fez com que poucos artigos de *A Liga* contra Monjardim fossem assinados, embora Amâncio Pereira⁴⁶ indique Estanislau Wanderley como o verdadeiro redator do jornal. Sobre Estanislau Wanderley poucas informações foram encontradas; sabemos apenas que nascera em Camaragibe, Alagoas, em 1830 e em 1860 ocupava algum cargo junto ao subdelegado de polícia em Vitória, mas não se menciona qual era este cargo.

Por outro lado, ao contrário de *A Liga* e sua ausência de posicionamento partidário, os outros jornais que serão aqui utilizados nos revelarão muito claramente suas identificações aos *liberais e conservadores*, já que se inserem em um contexto diferente, que, mesmo se tratando da passagem de somente alguns anos, já se torna possível perceber as identidades partidárias da província de forma muito mais definida no que no início da década. Evidencia-se ainda, neste momento o chamado *Renascer*

⁴⁴ Obras de como Maria Stella de Novaes, Basílio Daemon e mesmo livros mais recentes como a de Leonardo Passos Monjardim indicam que o coronel Francisco de Andrade e Almeida Monjardim ocupou diversas vezes o cargo de presidente de província. Contudo, na listagem de todos os presidentes que governaram o Espírito Santo que se encontra na obra do barão de Javari, não se percebe em nenhum momento o nome de Monjardim governando a província. Tudo indica que o coronel ocupasse o cargo realmente de forma interina, em meio às trocas de presidentes, e enquanto os “verdadeiros” presidentes não chegavam ao local. Muitas vezes Monjardim chegou a ocupar o cargo por um tempo expressivo, ou seja, não fora nomeado para o cargo e mesmo assim o exercia, o que nos faz pensar sobre a possível falta de preocupação do governo imperial com a província do Espírito Santo. JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional. 1979. p.444.

⁴⁵ MONJARDIM, Leonardo Passos. *História política da família Monjardim*. Vitória: [s.n.], 2003.

⁴⁶ PEREIRA, Amâncio. “História da Imprensa Capixaba”. *Revista do IHGES* nº 3, 1922.

Liberal, durante os anos de 1862 e 1863, fazendo com que se consolide no cenário local, tanto as novas ideias da agremiação Liberal com *O Amigo do Povo* e *O Tempo*, como também demonstram um grupo resistente às novas propostas por meio do *Monarchista*.

O Tempo também era um periódico da capital da província, publicado 1861 na *Tipografia Liberal*, que se instalava na rua Porto dos Padres nº6. O jornal era composto por quatro páginas, recebia ainda correspondências e admitia assinaturas tanto para a capital, quanto para outras localidades, custando estas 12\$000 ao ano. Sua epígrafe era composta por uma frase do poeta francês François Malherbe: “*Le temps est medicio d’h aureu experience. Son remide est tardif, mais it ast bien certain*” [sic], e sua publicação ocorria as terças e sextas-feiras. Seu redator era José Marcellino Pereira de Vasconcellos, nascido na capital da província em 1 de outubro de 1821, indivíduo muito famoso por sua ilustração. Marcellino era formado em Direito e, embora não se mencione o local onde fez sua formação, percebe-se uma forte ligação com a província de São Paulo, onde Marcellino tornou-se membro do Ateneu Paulistano e do Instituto Científico. Também foi membro do Instituto Histórico da Bahia e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, além de possuir o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Já no Espírito Santo, o advogado iniciou sua vida política sendo deputado provincial, ao mesmo tempo em que ocupou o cargo de procurador da Câmara Municipal de Vitória e de inspetor do tesouro provincial. Além de redigir *O Tempo* e outros periódicos locais, Marcellino Pereira de Vasconcellos foi autor de muitas obras sobre jurisprudência, dentre elas: *Guia dos Juízes Municipais e de Órfãos*, *Consultor Jurídico*, *Manual dos Tabeliães*, *Roteiro dos Delegados e Subdelegados*, *Manual dos Juízes de Paz*, *Livro dos Jurados*, *Advogado Comercial*, *Arte de Requerer em Juízo*, *Código Criminal do Império do Brasil*, *Canhenho dos Depositários Públicos*, *Guia do Povo no Foro Civil e Criminal*, *Livro das Terras*, *Manual da Guarda Nacional*, *Manual dos Promotores Públicos*. Nas áreas de História e Literatura publicou: *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*, *Seleta Brasiliense*, *Catecismo Histórico e Político* e *Jardim Poético*. Ao longo da investigação, será evidenciado o surgimento do jornal *O Tempo* em meio ao desenvolvimento das ideias do Partido Liberal na província do Espírito Santo.

O periódico *Amigo do Povo* foi publicado a partir do mês de julho do ano de 1863, na mesma *tipografia Liberal do Tempo*, denominando-se um jornal político e noticioso. As informações acerca do jornal são raras, e nem mesmo nos escritos de memorialistas foi possível uma investigação mais elaborada sobre o mesmo. O periódico não menciona em momento algum o nome de seu redator e, sobretudo, indica vagas informações, como: “*publica-se em dias incertos e distribui-se grátis*”. *O Amigo do Povo* também utiliza muitos pseudônimos em seus artigos, mas se diz claramente defensor da política liberal. Contra esta política dos liberais, defendida pelo *Amigo do Povo*, emerge a oposição conservadora no jornal *O Monarchista*. O jornal conservador publicou seu primeiro número em treze de setembro de 1863, saindo sempre às quintas e domingos da tipografia do editor e impressor Manoel Antônio d’Albuquerque Rosa, situada na rua dos Pescadores nº8. A folha também era composta por quatro páginas e sua assinatura custava 5\$000 o semestre.⁴⁷

⁴⁷ *O Amigo do Povo*, nº5- 08/08/1863.

O referido jornal possuía três redatores principais, sendo estes Joaquim Fernandes Maciel, Antônio Joaquim Rodrigues e José Camilo Ferreira Rebello. Natural da Bahia, Joaquim Fernandes Maciel formou-se em Belas Letras pela Universidade de Oxford e, após seus estudos, teria passado uma temporada de pelo menos dez anos pela Europa. Passando a residir na província do Espírito Santo, Maciel ocupou vários cargos públicos como administrador de rendas provinciais, diretor da Instrução Pública e secretário na Secretaria de Polícia. Além de seus escritos em *O Monarchista*, Maciel ainda se dedicou à produção de obras acerca de Ciências Naturais, escrevendo até mesmo obras sobre Botânica.⁴⁸

O segundo redator conservador do jornal *O Monarchista* era Antônio Joaquim Rodrigues, o qual as fontes tratam apenas como bacharel, não nos revelando mais detalhes sobre sua formação. O redator fora também deputado provincial, mas poucos dados sobre sua vida foram encontrados. José Camilo Ferreira Rebello, o terceiro a compor o grupo de redatores conservadores, nasceu em 1826 em Pernambuco, formando-se em Direito na Faculdade de Recife em 1848. Na província do Espírito Santo, exerceu cargos como lente de História e procurador fiscal. Na carreira política, ocupou lugar na Assembleia Provincial e também foi vice-presidente de província no Espírito Santo.

Outro periódico que será aqui utilizado denominou-se *Jornal da Victória*, um jornal também defensor da política liberal, criado em 2 de abril em 1864, sempre publicado às quartas-feiras e aos sábados. Sua tipografia era a *Tipografia Liberal*, a mesma que abrigou *O Tempo* e *O Amigo do Povo*. A assinatura do jornal custava 10\$ rs. na capital e 12\$ rs. fora de Vitória. A partir de março de 1864 passou a publicar os atos oficiais do governo, e apenas cessou sua publicação em 1869, alegando falta de assinaturas para cobrir suas despesas.⁴⁹ Também possuía três redatores principais: Manoel Feliciano Muniz Freire, José Correia de Jesus e Leopoldo Mello e Cunha.

O primeiro redator citado, Manoel Feliciano Muniz Freire, era engenheiro e, pelas informações encontradas, não era natural do Espírito Santo. Segundo Basílio Daemon, Muniz Freire se estabeleceu na província, ali se casando e iniciando sua vida política. Foi deputado provincial e ocupou cargos públicos como o de tesoureiro da Fazenda da Província. Sobre José Correia de Jesus, sabemos que este foi fervoroso membro do Partido Liberal; natural de Salvador, Bahia, era advogado, mas não se sabe o local de sua formação. Correia de Jesus ocupou também diversos cargos públicos, como o de procurador fiscal da Fazenda Provincial, e lente de História do Ateneu. Na vida política, por várias vezes foi deputado provincial no Espírito Santo, falecendo ali em 1879.⁵⁰

Leopoldo Diocleciano Mello e Cunha, um dos redatores do *Jornal da Victória*, nasceu em 1833 em Itaboraí, Rio de Janeiro. Mello e Cunha, como era chamado no recinto parlamentar, formou-se bacharel em Matemática, e seu nome aparece na maioria das fontes como engenheiro. Fora também deputado provincial por diversas vezes. A inclusão do *Jornal da Victória*, escrito em 1864, justifica-se pelo fato de que, ao relatar as desavenças políticas do período em que é redigido, também menciona importantes

⁴⁸ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. 7 vs Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. (1827-1903). Vol. IV, p. p.162.

⁴⁹ PEREIRA, Heráclito Amâncio. *Homens e Cousas do Espírito Santo*. Vitória: Sociedade Artes Gráficas, 1914. p.35

⁵⁰ DAEMON, Basílio de Carvalho. *História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo*. Vitoria: Typ. do Espírito Santense, 1879.

afirmações acerca do *locus* político do início da década, por meio de olhares de indivíduos que já se encontram inseridos em uma divisão política; uma situação diferente do ano de 1860, em que não se consegue perceber a divisão entre liberais e conservadores. Assim, neste momento da pesquisa, utilizaremos este jornal como parte do contexto político destes primeiros anos da década, sendo que o mesmo será novamente inserido na discussão em outro capítulo deste estudo, visando à discussão política dos anos posteriores, visto que o mesmo foi publicado até o ano de 1869.

A fim de tornar possível uma melhor apreciação da “explosão” ocorrida na imprensa política da província do Espírito Santo e auxiliar na busca por afirmações da entrada de novas ideias e novos indivíduos que caracterizaram um modo diferente de se fazer e de se falar em política, iniciamos o estudo de tais jornais por meio da prosopografia de seus redatores, buscando, neste sentido, argumentos que nos comprovem uma elite intelectual que, em sua maioria, não fazia parte da elite política homogênea da primeira metade do século. A fim de contribuir para tal análise, apresento a seguir os dados obtidos por meio da prosopografia dos redatores que se fizeram presentes nestes primeiros anos da década de 1860.

QUADRO 1 – PERFIL SÓCIO-PROFISSIONAL DOS REDATORES

Redator	Jornal	Nascimento	Local	Escolaridade	Formação	Instituição	Ocupação	Emprego Público	Cargo Político
Antônio Joaquim Rodrigues	<i>O Monarchista</i>	-	-	Superior	Bacharel	-	-	-	Deputado provincial
Estanislau Wanderley	<i>A Liga</i>	1830	AL	-	-	-	-	-	
Joaquim Fernandes Maciel	<i>O Monarchista</i>	-	BA	Superior	Bellas Letras	Universidade de Oxford	-	Adm. De Rendas Provinciais Diretor da Instrução Pública	-
José Camilo Ferreira Rabello	<i>O Monarchista</i>	1826	PE	Superior	Direito	Faculdade de Direito de Recife	Advogado do Lente de História	Procurador Fiscal	Deputado Provincial
José Correia de Jesus	<i>Jornal da Victória</i>	-	BA	Superior	Direito	-	-	-	Deputado provincial
José Marcellino Pereira de Vasconcellos	<i>O Tempo</i>	1821	ES	Superior	Direito	Escola de Direito SP	-	Oficial da Secretaria do Governo	Deputado Provincial
Manoel Feliciano Moniz Freire	<i>Jornal da Victória</i>	-	-	Superior	Engenharia	-	-	Tesoureiro da Fazenda Geral na província	Deputado Provincial

Leopoldo de Mello e Cunha	<i>Jornal da Victória</i>	1833	RJ	Superior	Matemática	-	Engenheiro	-	Deputado Provincial
----------------------------------	---------------------------	------	----	----------	------------	---	------------	---	---------------------

Fontes: BLAKE, Augusto; *Op. Cit.*; PEREIRA, Amâncio. *Op. Cit.*, e DAEMON, Basílio de Carvalho. *Op. Cit.*

Analisando os dados obtidos, torna-se possível evidenciarmos algumas conclusões acerca do perfil dos redatores de jornais que iniciaram a modificação da cena política capixaba por meio da imprensa. Primeiramente, sobre a maioria dos indivíduos que foi possível saber a data de nascimento, concluímos que estes estavam dentro de uma mesma faixa etária, possuindo, em 1860, entre 30 e 39 anos. Por meio da idade dos redatores, pode-se aferir que a maioria destes indivíduos não foi participante dos momentos políticos anteriores durante à consolidação do Império, como, por exemplo, a Independência ou as conturbações que puderam ser sentidas na Regência, fazendo parte de uma nova geração política.

Outro fator de grande relevância para a hipótese seguida neste estudo seria o critério do local de nascimento destes redatores. Dos nomes pesquisados, percebemos que a esmagadora maioria não é natural da província do Espírito Santo. Alguns redatores nasceram na Bahia, um em Alagoas, um em Pernambuco e somente José Marcellino Pereira de Vasconcellos nasceu na província capixaba. Assim, de fato afigura-se que a elite intelectual condutora deste movimento inaugural sentido na imprensa capixaba não era composta por indivíduos da província, e nem mesmo pertenciam à elite política de que tratamos na primeira metade do século.

Acerca da formação destes redatores, é necessário afirmar que dos nomes que foram encontrados, a maioria também possuía ensino superior, três deles com formação em Direito, sendo que sobre Antônio Joaquim Rodrigues, encontrou-se apenas sua formação como bacharel, não sendo explicitado se o título refere-se também à formação jurídica ou à outra área. Dos que possuíam ensino superior, o único que foi possível constatar a instituição onde estudou foi José Camilo Ferreira Rebello, que fora aluno da Faculdade de Direito de Recife. Outros dois redatores tiveram sua formação em área de Matemática e Engenharia, e apenas um redator formou-se fora do Brasil, sendo este o caso de Joaquim Fernandes Maciel, formado em Belas Letras pela Universidade de Oxford.

É necessário afirmar ainda que grande parte dos redatores ocuparam algum cargo público enquanto residiram na província do Espírito Santo, e apenas dois deles não chegaram a ser deputados provinciais. Portanto, torna-se notório que muitos dos redatores, além de fazerem parte da elite intelectual provincial, também fizeram parte da elite política da província, o que também corrobora nossas afirmações acerca da heterogeneidade existente na nova elite formada após a segunda metade do século, composta por indivíduos de fora da província e heterogêneos também em termos de propostas políticas. Discorreremos agora sobre as informações coletadas por meio de tais jornais e que, ao mesmo tempo, nos advertem sobre a formação de identidades políticas diferentes no Espírito Santo oitocentista.

2.4 – Conhecendo a Política da Terceira Classe⁵¹

2.4.1 – A *Liga*: partido capichaba versus partido dionisiano

Dos periódicos publicados neste período de efervescência política⁵², optou-se por mesclar a análise de jornais já utilizados para estudo, assim como se lançou mão também de jornais que ainda não ganharam espaço na historiografia sobre o Espírito Santo. Este é o caso do jornal *A Liga*, periódico surgido no início do ano de 1860, que não revelava muito sobre a identidade de seus redatores, mas dizia claramente a que veio: defender a candidatura de Antônio Pereira Pinto como representante da província do Espírito Santo na Câmara no Rio de Janeiro. Assim, teve-se a primeira notícia de uma “Liga” política na província do Espírito Santo:

*Saio aos domingos, dou meu passeio
A colher flores, dou meu recreio.
Os namorados, os impostores
Ouçam da Liga, canções de Amores
Sou pequenina, mas denodada.
Não temo ferro, de mão armada.*⁵³

A importância do jornal se dá pelo fato de que, mesmo sendo veículo de propaganda de um indivíduo que está fora da província, o alvo da folha é evidenciar as disputas locais por meio de críticas e, ao mesmo tempo, acaba por revelar os grupos políticos existentes na província naquele exato momento. Enquanto na Corte *liberais* e *conservadores* dissidentes formavam a Liga Progressista, no Espírito Santo a disputa política estava nas mãos de dois “Partidos” bem diferentes: o *Partido Dionisiano* e o *Partido Capichaba*. Aquele tendo como líder o coronel Dionísio Rezendo, várias vezes citado neste trabalho, enquanto os Capixabas seriam chefiados por padre Inácio Rodrigues Bermudes, mas também fazia parte do grupo o famoso e venerado coronel Monjardim. Neste momento, já é possível perceber uma diferença se compararmos a atuação do grupo político dirigente demonstrado no primeiro capítulo. José Francisco de Almeida Monjardim, que sempre junto a Dionísio Rezendo empreendeu ações em favor da causa brasileira e da manutenção da ordem, agora se tornam inimigos políticos, causando uma cisão no grupo que antes se mostrava homogêneo em termos de ideias e de posicionamento político.

O vocabulário do jornal não menciona em nenhum de seus números os termos *liberal* e *conservador*, a não ser quando trata de um relato da província de Alagoas e citando a divisão política daquela localidade.⁵⁴ Os redatores, defensores da candidatura de Pereira Pinto, expõem a referida “liga” que é feita na província entre Antônio Pereira Pinto e o grupo dos *Dionisianos*. *A Liga*, entretanto, não menciona nenhuma relação com os acontecimentos da Liga Progressista formada na Corte, seu objetivo era

⁵¹ A província do Espírito Santo foi considerada pertencente à categoria de terceira classe por meio de um projeto enviado à Câmara em 1860, o qual entestava a desigualdade política e econômica das províncias do Império. CARVALHO, *Op. Cit.* p.137.

⁵² O conjunto de jornais aqui referenciado encontra-se nos estudos sobre a literatura capixaba feito de Afonso Cláudio de Oliveira Rosa. Após a publicação do jornal *A Liga*, o Espírito Santo viu surgir no ano de 1860 algumas outras pequenas folhas políticas que tiveram curta duração, como por exemplo, *O Indagador*, *O Marimbondo*, *O Provinciano* e *O Pica-Pau*. ROSA, *Op. Cit.*,p.534.

⁵³ *A Liga*, nº 1- 08/04/1860.

⁵⁴ *A Liga*, nº. 2- 15/04/1860.

desbancar o possível concorrente nas eleições, o coronel Francisco de Almeida Monjardim, já que os boatos indicavam que o partido entraria em cena com a candidatura de seu próprio líder, padre Bermudes, ou lançando Monjardim. Assim se torna clara a opção da *Liga* pelo grupo de Dionísio Resendo. Seria o padre Bermudes, segundo o jornal, o verdadeiro candidato por seu partido (Partido Capichaba). O padre, entretanto, veio a falecer antes das eleições, fazendo com que o partido optasse pelo coronel Monjardim.

De acordo com Pires de Amorim, a liderança do partido de padre Bermudes, os *Bermudistas* - grupo que posteriormente será denominado pela maioria dos historiadores e memorialistas como *Partido Liberal*-, é simplesmente passada às mãos de Francisco Monjardim, fato este que julgamos preceder de uma articulação política muito mais complexa do que uma simples transmissão de liderança, o que as fontes também auxiliam a desvendar, já que o jornal *A Liga* contesta o posicionamento do coronel comandando o partido *Capichaba*, indicando como seu verdadeiro líder José Marcellino Pereira de Vasconcellos.⁵⁵ Dentre as muitas arbitrariedades cometidas pelo coronel denunciadas pela *Liga*, também estaria o posicionamento ilegítimo como líder do grupo que participava. Ao que parece, após a morte de Bermudes, é José Marcellino Vasconcellos que adquire tais características de liderança, enquanto Monjardim seria um dos membros de mais força política em meio ao grupo.

O redator do jornal explicita em cada um de seus artigos os malefícios que podem ocorrer caso os espírito-santenses fizessem uma má escolha durante as eleições, isto é, a possível vitória de Francisco Monjardim era visualizada como uma ameaça, o que fazia com que os artigos da *Liga* utilizassem um tom sempre irônico ao se referirem ao seu grande inimigo político. Dentre suas publicações, destaca-se o relato acerca da saída do presidente de Província Pedro Leão Velloso e os fatos que sucederam a troca da administração local. De acordo com a folha, após a saída de Velloso para Alagoas, fora então chamado o vice-presidente da província, que, enviando uma correspondência à Vitória, explicou que dentro de alguns dias chegaria à capital. Contudo, o vice-presidente não poderia assumir seu cargo naquele exato momento, pois alguns problemas de saúde o impediam de seguir viagem por terra.⁵⁶ Entretanto, na urgência de um administrador local, a presidência da província é ocupada neste período pelo coronel Monjardim, que, nesta ocasião, além de ocupar este cargo, lança sua candidatura para Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, o que o jornal *A Liga* julga como uma incompatibilidade eleitoral.⁵⁷

A confusão estava montada, e o medo de Pereira Pinto se concretizou, pois o *Partido Capichaba* fez sua aposta na candidatura de coronel Monjardim. Na visão dos defensores da de Pereira Pinto (os redatores da *Liga*), a influência da família Monjardim em meio à política da província fazia com que não houvesse nenhuma liberdade de voto nas eleições do Espírito Santo, introduzindo um novo vocabulário político no cenário capixaba, utilizando a imprensa como doutrinação e propagadora de ideais políticos:

⁵⁵ *A Liga*, nº19- 5/8/1860.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ A referência acerca da “incompatibilidade eleitoral” evidenciada pela *Liga* relaciona-se ao inciso XX da chamada Lei dos Círculos Eleitorais, promulgada em 19 de setembro de 1855. Deste modo, apontava-se nesta legislação o fato de que presidentes de província, seu secretários; comandantes de armas; generais em chefe; chefes de polícia; os delegados; subdelegados e juizes de direito e municipais, não poderiam ser votados para preencherem vagas de deputados provinciais, deputados gerais ou de senadores, pelos distritos onde exerciam autoridade e jurisdição. SOUZA, Francisco Belizário Soares de. *O Sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979. p.237.

Alerta! Alerta!...

*Honra ao mérito, prêmio à virtude! Não tenham medo camaradas! Voto livre, voto de coração!! E em quem deve cair o vosso voto para deputação geral? Respondam os nossos corações: no homem elevado pelo seu saber, pelo seu patriotismo, no homem amante de nossa província do qual tantos benefícios tem recebido! O Exm. Dr. Antônio Pereira Pinto! Ei camaradas! Liberdade! Voto livre! Voto de coração! Agradecido!*⁵⁸

Dirigindo-se sempre aos eleitores da província com a frase “Aos meus Patrícios”, os escritos do jornal dirigem-se muitas vezes diretamente aos chamados *lavradores*, afirmando que estes eram os indivíduos que mais possuíam interesse político nos desdobramentos eleitorais, embora não caracterize ao certo o perfil destes indivíduos. Propagava-se desta forma uma nova linguagem emergente, a qual se calcava em uma pedagogia do ato de votar e nos principais atributos de um bom representante, sobretudo, a importância da própria representação política⁵⁹. A *Liga* utiliza uma retórica baseada na gratidão, a fim de angariar defensores para a candidatura de Pereira Pinto. A referida gratidão advinha dos feitos do deputado em anos anteriores, como, por exemplo, a própria instalação da primeira tipografia em 1849, a qual fora “conquistada” pelo mesmo enquanto era presidente da província do Espírito Santo.⁶⁰ Lançando mão de conceitos que até aquele momento não se vislumbrara nos jornais da província, os partidários de Pereira Pinto denominavam o grupo oposto a qual pertencia Monjardim - Partido Capixaba- como a *Facção Pissoca* ou ainda os *Petalógicos*. O termo petalógico caracterizava o grupo como propagadores da “mentira” e da “lorota”, advindos estes sentidos da própria palavra *peta*, sendo esta denominação proveniente da denominação que ganhou no século XIX a *Sociedade Petalógica*, uma sociedade literária que se encontrava na livraria de Paula Brito, grande nome da imprensa na Corte.⁶¹

Muitos outros termos eram utilizados com o objetivo de “difamar” o famoso coronel capixaba, fazendo alusão até mesmo a uma situação de *feudalismo* na qual vivia a província do Espírito Santo. Em outras passagens, Monjardim é denominado o “Macaco de chifres”, ou o “Lobisomem” que assombrava a fonte da Capixaba⁶², e em alguns outros artigos publicados⁶³, percebe-se a utilização de ironia e de muitos trocadilhos que se referem a nomes de alguns componentes da família Monjardim, sobretudo criticando seus filhos e a posição que ocupavam na Guarda. O jornal acusa o tenente Alfeu Monjardim e seu irmão Aureo Trifino de lançarem mão de seus postos como militares, a fim de coagir os moradores de Goiabeiras e Carapina:

O Tenente Fefeo e o improvisado major Fífides andam pelas estradas de goiabeiras e Carapina amedrontando votantes para

⁵⁸ *A Liga*, nº 2- 15/04/1860.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ *Ibidem*, nº 6- 13/05/1860.

⁶¹ CALDEIRA, Cláudia A. Fragmentos e apontamentos sobre Francisco de Paula Brito. Anais Eletrônicos do VIII Encontro de História- Anpuh Rio, 2008. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org>. Acesso em: 12/01/2010.

⁶² Cito, por exemplo, o artigo publicado no jornal *A Liga*, nº3- 22/04/1860.

⁶³ *A Liga*, nº. 4- 29/04/60.

*concorrerem com seus votos para a eleição de seu papai: ora meu Deus, estes pissocas não tomarão enuda? Querirão ainda por mais esta vez cair no ridículo? Um conselho: vão cuidar na moagem da sua engenhoca, do que importunarem a quem passa pela estrada.*⁶⁴

O Viajante

A epígrafe “*Pátria, liberdade, mérito, gratidão*” levantava pela primeira vez grandes suspeitas sobre a influência política da família Monjardim no Espírito Santo. Além disso, chamam atenção os versos corajosos utilizados pelo jornal, nos quais se diz: “*Sou pequenina, mas denodada, não temo ferro de mão armada*”, fazendo da *Liga* o maior incomodo do popular e temido Monjardim. De linguagem irônica e violenta, os artigos da *Liga* tentavam mais que propalar a boa fama de seu candidato, denegrir a imagem do coronel capixaba, alertando os habitantes da província para o mau comportamento político e da impossibilidade de alguém tão “*frio como o mármore*” representar a província no Rio de Janeiro, fazendo ainda vir à tona as ameaças feitas por Monjardim aos eleitores, revelando uma forte política de coerção.

Assim como afirma a historiografia capixaba, houve também um jornal de cunho político escrito nesta quadra, o qual defendia a candidatura de Monjardim, denominado *O Marimbondo*. No entanto, não encontramos nenhum de seus números para análise, tanto no Arquivo Estadual do Espírito Santo, como na Biblioteca Nacional, o que dificulta o levantamento do diálogo entre as duas folhas. Todavia, a existência da *Liga* já demonstra de forma clara uma dinâmica política local um pouco diferente do restante do Império, e expondo o perfil político da província até aquele momento sem uma divisão ou adesão explícita a *liberais* e *conservadores*.

A *Liga* mostra-se atrelada ao grupo de Rezendo, colocado mais tarde pela historiografia como um líder conservador, entretanto, poucos indícios revelam neste momento o *Partido Capichaba*, partido contrário, como defensor de ideias liberais. Neste sentido, os relatórios de presidente de província já nos demonstraram que a política que ocorria no Espírito Santo era ausente de divisão partidária definida, caracterizando a fama de tranquilidade da província, evidenciando que alguns tumultos só eram vislumbrados durante as eleições, acontecendo sempre por interesses pessoais e individuais e não pela defesa de ideias políticas.

Acerca da análise da linguagem e da retórica utilizadas pelo jornal, A *Liga* fala de forma exagerada sobre os fatos que ocorrem na província, além de revidar as acusações de Francisco Monjardim quando o mesmo acusara A *Liga* de injúrias e calúnias. O jornal explicita as inúmeras funções exercidas pelo coronel, insinuando a causa de exorbitante influência política:

Reponda-nos, o ilustre, sapientíssimo, digníssimo, excelentíssimo, Sr. Comendador, Coronel, mais comendador, mais cavalheiro, mais comandante superior, mais vice presidente, mais candidato a deputação geral, onde estão as calúnias? [...] Ora Senhor Monjardim, onde já foi crime dizer-se por uma folha publicada que este ou aquele candidato não tem as qualidades necessárias para representar sua província, porque já se conhece sua insignificância, a sua nulidade. Ah, Sr. Monjardim, V. Ex. mostrou sua sabedoria e seu tino administrativo por um modo “tão brilhante” que não sabemos como o sol de ofuscado não meteu a cabeça entre as pernas, ou ficou

⁶⁴ *Ibidem*. (grifos nossos).

*pendurado em algum galho, ou deixou seguir os pactuantes até a fazenda do Ocaso. Não somos estúpidos à mercê de Deus. Sabemos o que é política.*⁶⁵

De fato, parece que a tranquilidade da província começava a chegar ao fim. Vislumbram-se agora sérias críticas ao velho modo de se fazer política em terras capixabas, determinado o momento da inserção de uma imprensa doutrinária. A situação local, a qual anteriormente era tão facilmente controlada com a ausência da imprensa, agora já não consegue ser dirigida nos moldes de moderação empreendidos pela elite política da primeira metade do século. Ademais, é possível perceber a cisão em meio a tal grupo. As denúncias do jornal *A Liga* evidenciam o momento em que Monjardim demite o 1º sub-delegado de polícia, e suspende ainda dois empregados, sendo estes Estanislau Wanderley e Manoel José da Soledade, indivíduos que escreviam no jornal; estas, na visão do redator, seriam as piores medidas que Monjardim poderia ter tomado. Os empregados demitidos utilizam o espaço no jornal para defenderem sua causa, sendo alguns dos poucos nomes que aparecem como colaboradores do periódico.

As suspeitas acerca da ausência de definições e distinções entre partido Conservador e Partido Liberal são reafirmadas nos artigos publicados. Em maio de 1860, a primeira página da *Liga* presta grandiosa homenagem aos serviços de Pereira Pinto como deputado geral, e enfoca que o representante fora eleito sob a luta das duas facções que disputam a predominância na província, mas não menciona os termos liberal e conservador. O artigo inicial ainda levanta informações importantes, como a atuação de Dr. Pereira Pinto no ano de 1848 na instalação da imprensa na província, divulgando sua importância local, a partir de uma “*missão regeneradora no nosso século, ela há de reformar os abusos, há de levar o facho da civilização*”. Os escritos ainda apontam para um fato interessante e já mencionado neste estudo: a existência de folhas e pasquins criados na província quando ainda não se possuía uma tipografia, afirmando *A Liga* foi as modificações que a vinda da imprensa causara na província do Espírito Santo, sendo que “*A imprensa matou os pasquins, extinguiu costumes antipáticos à nossa civilização e fez a província conhecida*”.⁶⁶

Seguindo ainda sua reflexão sobre o ano de 1848, é importante salientar que o jornal traz à tona uma discussão acerca de um certo padrão de comportamento político muito ligado ainda à moderação, colocando como exemplo “*A Revolução de Pernambuco*” como uma experiência maléfica de exaltação e desespero, afirmando que foi neste momento que a facção Praieira sentiu em suas fileiras a “*peste do exclusivismo*”, um movimento político que não soube utilizar a imprensa a seu favor, já que esta depende do bom exercício da *Liberdade*. A revolta teria sido um ato que o jornal não classifica como voluntário, caminhando para um episódio de desespero e de sangue derramado. Utilizando um jogo de palavras opostas, a Praieira foi “*a esperança substituída pelo desespero, a prudência pelo furor, a razão pela loucura, a paz pela guerra, o belo pelo horrível e o sangue pela liberdade*”.

Ao mesmo tempo, *A Liga* lança mão de uma seqüência de sinônimos ao evidenciar os conceitos de *Nação*, *Povo* e *Governo*, afirmando que estas são palavras menos dissimilares do que se pensava naquele período, apontando para equilíbrio e a igualdade inseridos em meio aos significados destes conceitos.⁶⁷ Para o jornal *A Liga*, a

⁶⁵*A Liga*, nº 5- 05/05/60.

⁶⁶*A Liga*, nº 6-13/05/60.

⁶⁷*Ibidem*.

nação e o governo eram palavras muito semelhantes. O redator evidencia que a folha não nega a verdade do princípio da unidade, que seria demonstrado como um “direito político”, e que estaria ligada também à nação, assim como afirma ainda que não quer que caia no desprezo a questão da *soberania do povo*. Estes conceitos encontrados no jornal mostram-se de extrema relevância para o entendimento das ideias políticas propagadas pela *Liga*.

Contudo, tais questões não podem ser mais aprofundadas pela inexistência de outros números deste periódico, como também pelo caráter superficial com que tais questões são demonstradas pelo número analisado, o que faz com que não seja possível explorar a fundo o significado de tais conceitos. Retornando à citação feita pela *Liga* sobre questão da Praieira, são exibidos ao povo do Espírito Santo os prejuízos que uma revolta poderia causar. O periódico introduz a indagação sobre o que restou daquele conflito em Pernambuco, sendo este um questionamento que a própria *Liga* responde: restou “*a viuvez, a orfandade, a miséria, o atraso nas finanças, o desfalque no exercito e a eterna desarmonia!*”⁶⁸

A segunda crítica contida no mesmo artigo evidencia clara oposição à política da *Conciliação* implementada pelo marques de Paraná.⁶⁹ A folha é novamente irônica ao dizer que é “tempo em que são bonitas as idéias, mas...”. O artigo finaliza afirmando que, em resumo, a imprensa e a *Conciliação* não são medidas que podem funcionar no Brasil, pelo fato de que dependem da liberdade, da civilização, sentimentos que, segundo o jornal, nem todos os brasileiros teriam a honra de conhecer. Faz-se preciso levantar um breve questionamento sobre o entendimento do conceito de *liberdade* exposto pela *Liga*. A palavra implica muito mais em limites do que em uma própria ampliação de direitos. Utilizando o caso da Praieira, fica explícito que o sentimento que faltou ao movimento foi o bom uso da liberdade, faltou agir menos por paixões, faltou agir com ponderação. Ao equiparar as palavras *liberdade* e *civilização*, pode-se dizer que possuir liberdade é saber estabelecer limites, balancear situações, o que o jornal apontou por meio do exemplo da política de *Conciliação*, período em que não se usou a devida liberdade. Todavia, importante ressaltar que tais palavras sempre fizeram parte da maioria dos relatórios governamentais sobre a província do Espírito Santo, em que o binômio ordem–civilização sempre fez parte do vocabulário dos relatos das autoridades que passaram pela localidade.

Transcrevendo um artigo do *Correio Mercantil* sobre a província do Espírito Santo, parece também vir à tona na Corte a entrada de Monjardim para a presidência da província de forma arbitrária após a saída de Leão Veloso. O *Correio* aponta que o verdadeiro administrador deveria ser o comendador Gomes Bittencourt, e não Francisco Monjardim, sendo que as explicações sobre a “enigmática ocorrência” deverão ser dadas pelo presidente anterior, o Sr. Leão Velloso, que junto à Monjardim, estaria “fazendo um completo malogro das instituições do governo.”⁷⁰ O correspondente do *Correio Mercantil* ainda enfatiza que Francisco Monjardim poderia ser um candidato muito tímido para a província durante “a época de agitação dos espíritos como a que se aproxima”⁷¹.

Os defensores da candidatura de Pereira Pinto explicitam a posição ainda um pouco apática por parte do povo espírito-santense com relação à política; contudo, o

⁶⁸ *A Liga*, nº 5- 05/05/60.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ *Ibidem*.

objetivo do jornal é exatamente uma modificação deste posicionamento. Continuando a perseguição à Monjardim, *A Liga* tenta evidenciar a forma simplista utilizada pelo candidato ao tentar angariar votos. Assim teriam dito as folhas distribuídas por Monjardim: “*Contamos com seu voto, desde já lhe desejo um filho macho, muitas venturas, etc*”; e assim exclama o redator da *Liga*, indignado: “*Mas é que esta pobre gente pensa que representar uma província não é mais do que chegar á câmara e dizer, já cheguei, aqui estou*”.

A representação política é o tema em voga no jornal neste momento e *A Liga* afirma de forma incessante que “*quem finalmente não sabe definir-se, como poderá representar um povo?*” As críticas eram à Monjardim, visto pela folha como um homem que não conseguia ter em si o reflexo dos milhares de indivíduos de sua província.⁷² Prosseguindo com os inúmeros sonetos irônicos, nos chama atenção o escrito denominado *Os Tolos e as Feias*, no qual se lê nas entrelinhas um recado ao Coronel capixaba:

Os Tolos e as Feias

*Os homens tolos são como as mulheres feias,
Quanto mais se preparam,
Mais parecem aquilo que não são.*

*O Tolo que tem de tolo
A Natural Convicção
É menos tolo que o tolo
Que ostenta de sabichão!*

Cada linha escrita pelos redatores da *Liga* objetiva a desistência de Monjardim à candidatura como deputado geral. Se o mesmo era tão tolo quanto o soneto revela, ou ainda um político sem as qualidades necessárias, não podemos aqui afirmar, mas se torna evidente que, em meio a tantas críticas, é notória a preocupação dos redatores com relação ao coronel e sua influência dentro da província. O jornal *A Liga* também nos auxilia a levantar dados sobre o *Partido Dionisiano* quando afirma sua ligação com o mesmo de forma muito explícita no nº19, de cinco de agosto de 1860. A publicação do artigo “*A Renúncia do Sr. Dionísio Álvares Rezendo*” faz o jornal indagar o chefe do partido sobre o real motivo de sua saída de cena política, e afirma que *A Liga* tem a honra de pertencer ao mesmo grupo chefiado por Rezendo, embora não esclareça se tal grupo era defensor de ideias conservadoras ou liberais. O artigo utiliza uma grande quantidade de elogios ao chefe partidário e ao mesmo tempo o convoca para a volta ao posto que ocupava. As fontes levam a crer que a saída de Rezendo estivesse relacionada à sua aposentadoria ou um afastamento político, visto que não seja mencionada nenhuma mudança de partido. *A Liga* termina seu artigo enfatizando: “*E que suas fadigas reclamem algum descanso, é natural. Pedimos, porém mais um sacrifício pelos interesses de nossa província*”.

De acordo com o jornal, o coronel Monjardim estava por aqueles dias fazendo certas rondas pela cidade e buscando apoio para sua eleição, foi recebido friamente na Vila da Serra e com muita indiferença pelos serranos. Em sua companhia trazia seu “talentoso” filho Alpheu Monjardim, assim diz um correspondente ironicamente. Contam ainda que o responsável pela parte “literária e política” da visita do Coronel era

⁷² *A Liga*, nº7- 20/05/60.

feita pelo filho, embora a tal campanha parecesse não surtir efeito, já que de acordo com *A Liga*, “os serranos são vivos e sensatos e não se deixam iludir com estas honrarias”. Durante a visita à Serra, o Coronel esteve hospedado na casa de José Barbosa Meirelles, o que a *A Liga* vê com muita desconfiança, revelando uma possível posição política contrária do referido Meirelles antes do período desta visita. Contudo, ao fim do relato, o redator já não se diz tão admirado com o fato de que agora Monjardim e Meirelles terem se tornado “amigos íntimos”, já que há pouco tempo atrás Monjardim também passara a ter muita intimidade com o barão de Itapemirim, uma amizade que também gerava desconfiança, como evidencia o periódico.⁷³

2.4.2 – Novas palavras para uma nova política

Com um vocabulário baseado em conceitos como *tiranía, direito e liberdade*, sobretudo a liberdade de voto, o jornal *A Liga* aos poucos traz à província do Espírito Santo uma nova maneira de fazer, como também de se ver a política, na qual a imprensa, doutrinária e pedagógica, desvenda o grande jogo da elite provincial, fato inovador na pacata e tranqüila província. A emergência desta imprensa política mais efervescente aponta não somente para uma maior discussão política dentro da província, mas ao mesmo tempo, faz com que outras localidades vislumbrem o que ocorre no Espírito Santo. Acompanhando a situação de *feudalismo* proposta pelo jornal, o Espírito Santo teria na figura do Coronel a imagem de um *senhor de terras*, aquele que é “*devorado pela ambição e acordado pela inveja*”, e que baseia suas atitudes no mais forte exclusivismo⁷⁴, enquanto os habitantes faziam o papel de *camponeses*.

O fato é que, em meio a tais discussões, emerge também agora o *povo* como o único que pode modificar a situação, fazendo o discurso se deslocar para um ideal de *pacto social*, fazendo um chamado a este mesmo povo. É neste exato momento que o jornal expõe preciosas balizas para entendimento de conceitos como *nação e soberania*:

O Povo não quer dizer a canalha; Povo é Nação; Nação é Poder!
*Não creia aquele que por ser camponês, simples Guarda Nacional, ou simples mercador, que por não ter assento na nobreza, umas dragonas douradas, um diploma de fazenda, que seja por isso humildes autômatos à mercê da direção dos grandes. É ao Povo a quem nossa Constituição política confiou augusta missão de eleger a representação Nacional!*⁷⁵

O jornal coloca a prerrogativa da escolha e da representação nacional nas mãos dos espírito-santenses, tentando emitir ao povo a responsabilidade da escolha que está prestes a fazer, evidenciando um *povo* que não é apresentado de forma pejorativa, um *povo* que não é a canalha, não é a ralé. O *povo* é a *Nação*, é quem detém verdadeiramente o poder, mesmo que não disponha de meios materiais para tal, ou que não ocupe uma posição em destaque na sociedade. Além da própria nação, é necessário apontar para uma ideia exposta pelo jornal *A Liga* sobre a questão da nacionalidade de um indivíduo. Em um de seus artigos, o redator afirma que o amor à *pátria*⁷⁶ é um fogo

⁷³ *A Liga*, nº20- 12/08/1860.

⁷⁴ *A Liga*, nº3 -22/04/1860.

⁷⁵ *A Liga*, nº7- 20/05/1860.

⁷⁶ Em vários momentos do século XIX percebemos a emergência de discussões acerca dos sentidos atribuídos ao termo “pátria”. Um exemplo seria a obra de frei Caneca e sua discussão acerca do que seria a pátria de direito e a pátria de lugar: CANECA, Joaquim do Amor Divino. Dissertação sobre o que se

criado pela lei da natureza, um sentimento que não se recebe na educação. Neste sentido, afirma ainda: “*Nós da redação, a quem não seja da província, não se pense que somos levados de espírito de **nacionalidade**, pois sabemos que nos tem chamado de estrangeiros por sermos filhos de outra província*”.⁷⁷ Em diversos momentos é possível encontrar nos artigos do jornal *A Liga* outro conceito ainda não utilizado nos escritos capixabas, evidenciando uma *opinião pública*. O termo é sempre mencionado como um consenso acerca do prestígio de um indivíduo do meio político ou de alguma ideia. Ter a opinião pública a seu favor significava ter apoio em determinada região da província, tendo ainda a maioria de votos.⁷⁸

O estudo empreendido por Lúcia Bastos Neves⁷⁹ buscando identificar alguns conceitos fundamentais envolvidos na cultura política emergente no processo da Independência do Brasil, entre os anos de 1820 e 1822, possibilita uma comparação dos significados de muitos dos conceitos acima citados, contudo, situados em seu período específico de estudo, o qual difere dos anos de 1860. Seguindo as indicações dadas pela autora, vocábulos como liberdade e civilização eram palavras que definiam os princípios e os valores do liberalismo em meio à elite luso-brasileira após 1820. Outros termos como *tiranía* e *opinião pública*⁸⁰ e *soberania*, se adequam perfeitamente ao significado exposto pelo jornal *A Liga* quarenta anos depois, como o próprio conceito de soberania, que corrobora a mesma tendência à impessoalidade do poder, embora diferente do contexto exposto por Lúcia Neves, quando tal impessoalidade se contrastava com a autoridade pessoal de um soberano na época do Antigo Regime, enquanto a impessoalidade discutida e requerida na província do Espírito Santo estava relacionada ao exclusivismo de poder nas mãos de um indivíduo da elite política provincial.

Por meio da imprensa, sobretudo pelo *Correio Mercantil*⁸¹, a Corte passa a saber sobre a situação da província do Espírito Santo. As arbitrariedades de Monjardim junto ao ex- presidente de província Leão Velloso, levantadas pelo jornal *A Liga*, tornam evidentes as relações entre os dois políticos, além de interesses que rondavam o momento da troca de administrador da província. Segundo o periódico, a atitude e “conduta notável” de Velloso ao empossar Monjardim fazia parte de um plano colocado em prática em prol dos interesses do pequeno grupo que o escoltava na província. O ex-

deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria. In: MELO, Evaldo Cabral de (org). *Frei caneca*. São Paulo: Editora 34, 2001.

⁷⁷ *A Liga*, nº 9- 31/05/1860.

⁷⁸ *A Liga*, nº 9- 31/05/1860.

⁷⁹ Entre os vocábulos pesquisados pela autora e que podem ser relacionados à análise aqui empreendida, citamos: povo; patriotismo; pátria; anarquia; ordem, civilização e soberania. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionalistas: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. pp., 159; 166; 186 e214.

⁸⁰ Segundo Lúcia Bastos, o conceito de opinião pública tem sua inserção no vocabulário luso-brasileiro com o aumento das discussões políticas que antes eram colocadas no ambiente privado da Corte, e que passam a permearem outros espaços de sociabilidade. Em 1850, o conceito de “opinião pública” estava ainda arraigado às ideias de Antigo Regime, como também não havia ainda se transformado em uma entidade unitária como se percebe na época contemporânea. A pluralidade de sentidos atribuídos à “opinião pública” fez com que fosse entendida às vezes como força política e função diretiva, e em outras vezes como legitimação ou julgamento. NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira. “Opinião Pública”. In: FERES JÚNIOR, João, org. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

⁸¹ O jornal *A Liga* transcreve muitos artigos do *Correio Mercantil*, sobretudo os que se relacionavam à política da província do Espírito Santo.

presidente cometera um procedimento irregular e infiel ao Ministério, denunciava o periódico *A Liga*:

“Em lugar de enviar imediatamente um ofício ao Comendador Bittercourt, que era aquele que competia ser convocado, dirigiu-lhe em meia folha de papel uma lacônica cartinha dizendo que tendo sido removido para as Alagoas, o convidava a tomar posse da administração. [...] O Sr. Velloso esqueceu de que havia imprensa em nosso país, ou antes confiou bastante em sua boa estrela, pensando que tais atentados ficariam sepultados no silêncio, e que uma voz não se levantaria para protestar contra sua arbitrária conduta.”⁸²

Em meio à propaganda feita em favor de Pereira Pinto como candidato para representar o Espírito Santo, o jornal *A Liga* tenta desfazer um sério boato que estaria levando os habitantes da província a desconfiarem de seu candidato. O rumor do qual falamos referia-se a uma série de insinuações sobre o fato de Pereira Pinto, juntamente com o comendador Bittencourt, estarem naquele momento articulando uma separação de parte do território da província em favor da formação da nova província dos Goitacazes. O jornal alerta os espírito-santenses para o fato que estes são boatos maliciosos, os quais visavam apenas denegrir a imagem de Antônio Pereira Pinto.⁸³

Ainda dissertando acerca do vocabulário utilizado de forma mais frequente em meio ao periódico, tornou-se explícito que por várias vezes citamos aqui os habitantes da província como *espírito-santenses*, e não *capixabas* como hoje denominamos. A atitude visou não somente evitar um conflito de palavras por conta das referências ao *Partido Capichaba*, mas também chamando atenção do leitor para o fato de que o termo *capixaba* quase não é utilizado pelo jornal para denominar os habitantes do Espírito Santo. E, sobretudo, existe ainda uma diferença na escrita do termo utilizado pelo partido quando comparado à denominação dos que nascem no Espírito Santo como é feita atualmente.

2.4.3 – Coronel Monjardim: um *capichaba* ou um *dionisiano*?

Um fato curioso e que nos chama atenção ao direcionarmos nosso olhar às alianças políticas que ocorreram na província é a mudança de posicionamento político do coronel Francisco Monjardim, que, talvez por um anacronismo, seja citado por Daemon como alguém que era um fervoroso conservador e passar depois a ser o chefe do Partido Liberal.⁸⁴ Contudo, sabemos que articulações no cenário político, como também mudanças de posicionamento deste tipo, não ocorrem de forma tão simples. Assim, percebemos por meio da investigação, que a referida “virada política” de Monjardim também pode ser entendida pelos escritos e pelas denúncias do periódico *A Liga*.

Já em seu décimo número, o jornal prepara um artigo intitulado “A Influência do Sr. Monjardim”⁸⁵, e é exatamente neste escrito que percebemos a troca de grupo político feita pelo coronel, que antes pertencia aos *Dionisianos*, chefiados por Rezendo, deslocando-se para o partido *Capichaba*, liderado por Inácio Bermudes. A contenda deu-se também em uma época de eleições, mais precisamente no ano de 1856, quando

⁸² *A Liga*, nº8- 24/05/60.

⁸³ *Ibidem*, p.3.

⁸⁴ DAEMON, *Op. Cit.* p.192.

⁸⁵ *A Liga*, nº 10- 06/06/1860.

Monjardim esperava ser escolhido como representante da província para a cadeira de deputado na Corte. Entretanto, parece que sua tão estimada influência não teve valor algum naquele momento, pois o Coronel não fora o escolhido como candidato por seu grupo, fazendo com que propagasse por toda província que teria sido traído por seus amigos. É neste momento que Francisco Monjardim passa a fazer parte do grupo Capichaba, ou *Partido Capichaba*, facção que tivera como veículo um jornal como o mesmo nome *O Capichaba*, cujo redator seria José Marcellino Vasconcellos.

As denúncias de “despotismo” por parte do Coronel se espalham por toda parte e em outra de suas transcrições do *Correio da Tarde*⁸⁶, escrito no Rio de Janeiro, evidencia-se o apelo ao Ministério acerca das providências que deveriam ser tomadas pelo governo a fim de punir Monjardim pela tomada da administração provincial. O jornal afirma que confiava no atual Ministério, e chama atenção para a existência do jornal *A Liga* como veículo de denúncia das arbitrariedades ocorridas na localidade do Espírito Santo:

*E o Ministério assistirá impassível a este espetáculo? Concederá que ainda uma vez seja a sua autoridade menoscabada pelos Vellosos e Monjardins? Atenda mais o governo, que o Sr. Monjardim plantava anarquia na administração da província pondo-se em conflito com o chefe de polícia. [...] Também estabeleceu a confusão na marcha administrativa querendo impelir o promotor da capital a denunciar o periódico A Liga, levando esse promotor à recusar-se. Expondo estes acontecimentos ao conhecimento do Ministério, temos confiança que os atos impensados do Sr. Monjardim serão anulados, e que o mesmo Ministério por meio de uma protestação enérgica contra tais abusos, há de demonstrar ao país que não trepidará em infligir a punição aqueles seus agentes que tentarem embaraçar ou contrariar suas intenções.*⁸⁷

Os apelos foram de fato ouvidos, levando Monjardim a ser “dispensado” do cargo de presidente interino da província pelo Ministério, por meio de uma Resolução feita em 3 de maio de 1860. Segundo *A Liga*, “a imprensa provinciana bradou, repetiu a imprensa da Corte, e o governo estendeu a mão da justiça aos seus governados”. É importante alertar que os fatos relatados acima não aparecem em nenhum momento em obras sobre a história do Espírito Santo, e tampouco a subida do coronel Monjardim ao cargo de presidente de província em 1860 é apontada como ilegal. Ao contrário, o ato é destacado com muita naturalidade na obra de Basílio de Carvalho Daemon, por exemplo.⁸⁸

Ao discutirmos sobre a disputa ferrenha que existia entre Monjardim e Antônio Pereira Pinto não se pode deixar de mencionar que tais contestações ocorriam por motivações eleitorais, sendo que Pereira Pinto estivesse a maior parte do tempo na Corte, onde era representante da província do Espírito Santo. Neste sentido, cabe destacar as divergências também ocorridas em âmbito local entre Coronel Francisco Monjardim e demais políticos da província. Assim como citado anteriormente, Monjardim deixa o grupo ao qual participava e se junta ao *Partido Capixaba* após não ser escolhido como candidato por seu partido no fim da década de 1850. Seguindo as balizas dadas pela historiografia local, Monjardim se retira do partido “conservador”

⁸⁶ *Ibidem*, n° 12- 17/06/1860.

⁸⁷ *A Liga*, n°12- 17/06/60.

⁸⁸ DAEMON, *Op. Cit.* 214.

passando a ser liberal por divergências políticas em seu grupo⁸⁹. Partimos então da hipótese de que, na verdade, o coronel Monjardim era um participante do grupo dos *Dionisianos* antes desta dissidência partidária que o leva a fazer parte do *Partido Capichaba*.

Entretanto, como diversas vezes já afirmamos aqui, seria errôneo rotular tais grupos políticos neste momento como *liberais* e *conservadores*, pois os mesmos não se definem desta forma ainda no início da década. A visão dos historiadores ao denominar estes partidos como Liberal e Conservador se torna de fato superficial, já que partem de divisões posteriores, quando os dois partidos (liberal e conservador) já estavam formados. O mesmo ocorre com as memórias de Basílio Daemon, que, mesmo tendo vivido no mesmo século, produzindo a obra *A Província do Espírito Santo* em 1879, transmite ideias acerca de um momento em que as agremiações já se encontravam delineadas. Portanto, os escritos parecem propagar uma visão da política local partindo de “olhar” do presente em direção ao passado, um anacronismo, por assim dizer. Ou ainda, por se tratar de um autor de fora da província, a obra de Daemon parece apresentar uma transposição das divisões políticas vislumbradas na Corte durante este período, almejando identificar estes mesmos grupos no Espírito Santo.

Assinalamos ainda que, ao mesmo tempo em que *A Liga* chega à província do Espírito Santo propagando um novo vocabulário e instigando um comportamento político diferente por parte dos habitantes locais, na Assembleia Provincial encontravam-se ainda membros dos dois “partidos” da província. Francisco Monjardim e Rezendo dividiam o recinto parlamentar, assim como muitos outros integrantes dos dois grupos políticos da província. O jornal não discorre muitas informações sobre a atuação da Assembleia Provincial neste tempo de construção de identidades partidárias, mas evidencia o lócus parlamentar com tom muito pejorativo, sempre o colocando como um órgão de posição apática e sem ação política visível, chamado sempre de “a salinha dos vinte”.

Não podemos aferir, portanto, a inserção desta nova linguagem política dentro da Assembleia Provincial, visto que o jornal não nos auxilie em grande escala neste sentido, mas, sobretudo, pelo fato de não existirem os *Anais* referentes ao período, os quais nos revelariam discussões ocorridas no cenário legislativo da província. No entanto, acreditamos que as discussões ali vislumbradas ainda não demonstrassem divergência de ideias políticas, pois, como vimos até o momento, *Capichabas* e *Dionisianos* não nos evidenciam diferenças ideológicas claras, apenas uma cisão ocorrida por divergências pessoais em período de eleições, uma “quebra” de alianças políticas que acontece dentro de um grupo que antes se mostrava homogêneo ideologicamente.

Muito pouco se sabe sobre as sessões daquela época e, assim como evidencia Terezinha Bichara, as discussões e medidas tomadas pela Assembleia no biênio de 1860 e 1861 resumiram-se a autorizar a construção de pontes e capelas, projetar a arrecadação de impostos, construir chafarizes e cemitérios. Uma discussão de nenhum sentido político, mas muito interessante foi a medida tomada pela Assembleia de proibir telhados de palha na localidade, já que Vitória era conhecida por esta característica, a chamada “cidade de palha”. Neste sentido, fora então dado o prazo de

⁸⁹ Segundo o memorialista, o fato ocorre em 1856. DAEMON, *Op. Cit.*, p.192.

alguns anos para que as residências se adaptassem à nova lei, até mesmo desapropriando algumas propriedades.⁹⁰

Desta forma, enquanto *A Liga* fazia da política local seu pano de fundo, na Assembleia as discussões pareceram não surtir tanto efeito. Entretanto, a época das eleições se aproximava e, no dia 30 de dezembro de 1860, vence Antônio Pereira Pinto como representante da província do Espírito Santo como deputado geral. O jornal clamava com orgulho que havia triunfado a causa da justiça.⁹¹ A propaganda política cessou e, por mais fama que tivesse, Francisco Monjardim não foi o escolhido pelos eleitores da província. Contudo, nos microfilmes referentes ao periódico *A Liga*, encontra-se um panfleto intitulado “*Aos Meus Patrícios*”, a mesma denominação usada pelo jornal, embora neste documento não conste o título *A Liga*, e seu conteúdo, na verdade, explicita uma “possível” resposta de coronel Monjardim contra as afirmações do jornal.

Entre as denúncias feitas neste panfleto, é praticamente confirmada uma possível fraude ocorrida na referida eleição, em que Dionísio Rezendo e Antônio Pereira Pinto teriam articulado a vitória deste último, empatando seu número de votos aos do falecido padre Bermudes e diminuindo os votos de Francisco Monjardim. Fato interessante é a existência do nome de Bermudes ainda como candidato naquelas eleições, já que o próprio jornal fala de sua morte em 1859, assim como o falecimento também aparece nos escritos de Daemon, o qual aponta a morte de Bermudes ainda em 1857.

O fato é que, a partir do surgimento do jornal *A Liga*, a política provincial certamente nunca mais fora a mesma. Como apontamos aqui, o Espírito Santo conheceu um prenúncio de grupos políticos mais delineados e viu emergir um novo vocabulário político, assim como uma nova discussão sobre suas próprias divisões partidárias contida nos jornais. Alertamos, novamente, para o fato de que o jornal *A Liga* é somente um dos vários periódicos que surgiram no ano de 1860, mas, acima de tudo, também é o único passível de análise, haja vista a carência de documentação acerca da história do Espírito Santo. Todavia, foi por meio desta folha que a província assistiu pela primeira vez uma voz corajosa divergir de um de seus maiores líderes, o coronel Monjardim. A partir de agora os termos liberdade, povo, soberania e representação nacional fazem parte do arcabouço de ideias debatidas na província, ou pelo menos colocadas em debate. Talvez em alguns aspectos a província continuasse sua fama tranquila e pacífica, entretanto, no âmbito político, parece que “começa a rasgar-se o véu”, assim como anunciava *A Liga* no ano de 1860.

2.5 – Um Chamado para a Oposição: *O Tempo liberal*

Como já destacamos, as informações dadas pelo jornal *A Liga* demonstram muitas evidências da inexistência dos partidos Liberal e Conservador no cenário provincial e, ao mesmo tempo, nos revelam uma divisão política local muito específica, em que participavam do embate político o “*Partido Capixaba*” e o “*Partido Dionisiano*”. Seguindo o intuito de se evidenciar a modificação do cenário político do Espírito Santo oitocentista, e ainda justificando a hipótese da formação dos grupos Liberal e Conservador na província capixaba somente após 1860, objetivamos trazer à

⁹⁰ BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889*. Vitória: Leoprint, 1985.

⁹¹ *A Liga*, n° 21- 30/01/1861.

luz as discussões ocorridas no periódico *O Tempo*, redigido pelo advogado José Marcellino Pereira de Vasconcellos.

Publicado em 1861, *O Tempo* torna-se nosso principal instrumento de análise acerca da recepção de ideias liberais na província, como também do início das divisões partidárias que estariam por acontecer. Nesta perspectiva, é por meio deste jornal e dos escritos de José Marcellino Vasconcellos que se torna possível vislumbrar o nascimento do Partido Liberal no Espírito Santo, emergindo um novo conjunto de questões a serem discutidas, bem como a verificação da cisão ocorrida em meio ao grupo político que dominava a província até aquele momento. As palavras de José Marcellino Vasconcellos são claras em seu jornal; o grupo que se formava na província almejava, acima de tudo, ser a grande oposição política no Espírito Santo. Percebemos que em alguns momentos o jornal deixa explícito que ainda não teria se visto na província do Espírito Santo uma política de oposição. Reclamava o redator que a oposição que ali existia era feita apenas em jornais da Corte, mas que suas críticas pouco chegavam aos olhos dos capixabas. A ênfase do jornal é criticar a forma como *O Tempo*, e o próprio grupo Liberal, estavam sendo recebidos na província:

*Por ocasião do aparecimento do Tempo, constou-nos que a sua entrada e leitura foi proibida em algumas repartições, e até nos citou o fato de um empregado, aliás, de nobres sentimentos, que foi encontrado a ler o 1º ou 2º número no fundo de uma porta. Na cadeia desta cidade, onde há presos que gostam de ler os escritos que advogam a causa dos infelizes, foi um dia proibida a entrada do Tempo pelo Comandante da Guarda!*⁹²

Assim, parece que o mesmo grupo ordeiro de tempos atrás continuava sua tentativa de censura a qualquer ameaça que pudesse emergir da nova imprensa política. O periódico revela as denominações que vinha ganhando, sendo os homens do *Tempo* chamados de *anarquistas*, *sediciosos*, inimigos das autoridades e até inimigos do próprio povo. José Marcellino rebate as críticas feitas a seu grupo, indagando se não estaria vivendo em um país livre, de liberdade de imprensa. Nas palavras do redator, se assim não fosse, os espírito-santenses seriam na verdade os escravos do rei da Tunísia, do imperador de Marrocos, ou ainda talvez fossem servos de algum lugar da Turquia, clamando assim o redator pela liberdade de imprensa e de divulgação de ideias políticas.⁹³ Na visão do autor, a censura contra *O Tempo* seria o verdadeiro retorno da inquisição e de suas fogueiras. Percebe-se que são fortes as palavras utilizadas pelo *Tempo* na propagação dos ideais que defendia, assim como *A Liga*; emergiam ali novas palavras, mas não novas no sentido de nunca terem sido vistas no cenário local, mas, sobretudo, inovadoras pelo sentido renovador que traziam consigo e pelas referências que faziam contra o despotismo e pela defesa da liberdade.

As ideias propostas pelo *Tempo* se traduzem também nas propostas liberais oriundas da Corte, o que nos dá a indicação de que este grupo estivesse acompanhando as discussões do Partido Liberal no Rio de Janeiro. Entre as muitas ideias políticas que se assemelham à proposta de descentralização colocada pelos *liberais*, *O Tempo*

⁹² *O Tempo*, n° 42- 10/12/1861, p.1.

⁹³ *Ibidem*.

evidencia sua aversão à lei aprovada em 3 de dezembro de 1841⁹⁴, entendendo-a como elemento centralizador. Como enfatiza o jornal, a referida lei teria sido o elemento principal que “*começou a matar as mais sagradas garantias do povo e anular o Pacto Fundamental*”.⁹⁵Tendo em vista os atributos de José Marcellino no que tange às causas que envolviam legislação e jurisprudência, o redator ainda acentua que os maiores malefícios desta lei foram os elementos relacionados às atribuições que os juízes possuíam anteriormente, como também as modificações que se inseriram no Poder Executivo. Sobre tais questionamentos, o autor ainda emite sua opinião ao afirmar que, naquele momento, tudo vinha se tornando uma arma do Poder Executivo como forma de repressão.

Assim como a *Liga*, o periódico *O Tempo* também discutia a validade da *Conciliação* realizada pelo marquês de Paraná, momento no qual a iniciativa é elogiada por José Marcellino Vasconcellos nos escritos do jornal, embora afirme que seria necessária a presença de muita *autoridade* para se realizar uma verdadeira conciliação de partidos, resultando em uma reabilitação do sistema representativo. E é por meio deste periódico que vemos uma relevante modificação na linguagem utilizada na política local, pois pela primeira vez fala-se em *conservadores* e *liberais* na província do Espírito Santo. Os ditos “conservadores” seriam os que espalham o terrorismo, os que se utilizam da política exterminadora, como assinalamos também que o jornal tem plena consciência que este grupo oposto é a maioria na província, evidenciando uma possível resistência às ideias liberais.⁹⁶Contudo, José Marcellino não duvida da capacidade de união dos novos “liberais” capixabas:

*Hoje ninguém pode duvidar, de que está plantada uma comunhão entre nós, os provincianos, e que ela promete nascer e vigorar. O periódico Tempo é aplaudido não deixando levar pelas imposições dos governantes e mandões, que aborrecidos viviam almejando que se estirasse um estandarte, um estandarte político, e que idéias liberais se apregoassem. Estão convencidos que elas vão surgir cheias de “armação”.*⁹⁷

A alcunha de “anárquicos” nunca foi aceita pelo grupo que estava por trás do jornal *O Tempo*, já que o mesmo fazia questão de afirmar que não era a favor de anarquia alguma, nem seriam os *inimigos da ordem*, mas sim *veneradores das leis* em sua plenitude e *respeitadores da Constituição*.⁹⁸Aos poucos, o jornal tenta justificar sua própria existência, como também a do grupo liberal que se formava, afirmando que um governo quando é moralizado apreciaria a existência da oposição, pois dela é que tiraria proveitos para direcionar seu governo, lutando contra o falseamento do sistema representativo. O jornal ainda contesta o sistema de oligarquias em meio à política, o que faria, segundo a folha, que se perdessem as garantias do povo, evidenciando que

⁹⁴ Trata-se aqui da aprovação da Reforma do Código do processo Criminal, a qual centralizou a estrutura administrativa judiciária e policial, colocando tais esferas nas mãos do poder central, o que, conseqüentemente, acabou por acirrar uma rígida hierarquia de cargos e funções, como assinala Marcello Basile. BASILE, Marcello, *Op. Cit.* p.239.

⁹⁵ *Ibidem.*

⁹⁶ *O Tempo*, n° 42- 10/12/1861

⁹⁷ *Ibidem.*

⁹⁸ *Ibidem.*

tais garantias só seriam plenas se não todo o poder não estivesse alocado nas mãos do Executivo.⁹⁹ Nas ideias colocadas pela folha, torna-se evidente que, na visão do redator, o arranjo com o Partido Liberal seria a única esperança de que a província mudasse sua posição diante do Império:

*Então a província do Espírito Santo não será como tem sido objeto de zombaria. [...] As fileiras liberais terão de engrossar, visto que muitos cidadãos abastados e ilustres com elas pactuarão. Para as suas fileiras deverão se unir aqueles que tendo ilustração e honradez para bem exercerem empregos e tratarem das economias dos cofres públicos.*¹⁰⁰

Os homens que emergem junto ao jornal *O Tempo* parecem clamarem por uma melhor posição em meio à política local, denunciando que são repudiados e fazem parte do grupo de homens a quem o governo negaria pão e água. Em aspectos gerais, a folha é um verdadeiro chamado a um novo partido que estava se formando e que objetivava angariar participantes para iniciar a saga liberal na província. O objetivo do novo grupo que se inseria no contexto político provincial era realmente movido pelo desejo de ser oposição. O jornal de José Marcellino Pereira de Vasconcellos nos dá subsídios para entendermos a complexidade das formas de sociabilidade política naquele período dentro da província do Espírito Santo. Para tanto, é necessário voltamos aos grupos *Bermudistas e Dionisianos* e também à forma como estes mesmos grupos são denominados após a morte de padre Bermudes, como *Partido Capichaba* e *Partido Dionisiano*. Assim, tentaremos apontar o verdadeiro momento da formação do Partido Liberal na província.

2.5.1 – O “Nascer Liberal” na Província do Espírito Santo

Tentamos desde o início deste estudo defender a ideia de que, a partir das fontes, como também por meio do jornal *A Liga*, não se torna possível perceber ideias políticas distintas em meio à disputa entre tais grupos locais. Como diziam os presidentes de Província em seus relatórios, as disputas ocorriam por interesses pessoais, e, fora deste contexto, não se vislumbrava no cenário político uma divisão partidária de fato, o que a composição da Assembleia Provincial em 1860 também comprova, na qual estavam presentes tanto José Marcellino Pereira de Vasconcellos, Dionísio Álvaro Resendo e ainda coronel Monjardim, ou seja, *Capixabas* e *Dionisianos* faziam parte da mesma Assembleia. Recapitulando, parece-nos que tal legislatura ainda era fruto de articulações políticas bem anteriores, já que possivelmente a eleição destes deputados teria ocorrido em 1859.

A visão de José Marcellino, ao levantar a necessidade de uma oposição política na província, também corrobora nossas afirmativas da ausência de grupos “opostos”, visto que, da mesma forma, o redator também vislumbra a política capixaba sendo dirigida por um grupo ainda homogêneo em ideias, evidenciando uma província que nunca havia possuído uma oposição. Desta forma, nossa proposição é que, antes da divisão entre *liberais* e *conservadores*, os *Dionisianos* e *Capichabas* comungavam das mesmas ideias, fazendo parte de um só campo ideológico. O fato também se concretiza

⁹⁹ *Ibidem.*

¹⁰⁰ *Ibidem*

quando percebemos que a saída de Francisco Monjardim do grupo dos *Dionisianos* para o grupo de Bermudes - o grupo *Capichaba* -, só ocorre pelo fato de não o escolherem como candidato, o que faz com que Monjardim interprete tais atitudes do grupo Dionisiano como um ato de traição. Assim, Monjardim passa a fazer parte do outro “partido” a fim de articular sua próxima candidatura, fazendo com que se aponte que e a própria ausência de uma visão de si próprios como conservadores ou liberais nos traduz que não se viam, neste sentido, como partidos opostos em ideias, mas se dividiam, na maioria das vezes, por interesses eleitorais.

É neste ponto que reside a importância do jornal *O Tempo*, mostrando-se como divisor de águas em meio à política provincial. É por meio desta folha que se torna possível identificarmos o momento da cisão no seio da elite política local e a formação do Partido Liberal. Naquele tempo, o coronel Francisco Monjardim já se encontrava no grupo de José Marcellino (Partido Capichaba) por conta das últimas eleições. O referido “partido”, que antes era chefiado por padre Bermudes, naquele momento já havia perdido seu líder, o que faz com que *A Liga* indique sempre José Marcellino como o possível condutor do grupo, e não coronel Monjardim, que, pelo visto, agora participava do *partido Capichaba* por uma dissidência política advinda de um descontentamento pessoal. Aponta-se, todavia, que a organização do grupo liberal tenha sido feita por parte de José Marcellino Pereira de Vasconcellos, o qual lança mão do apoio de coronel Monjardim para obter o destaque necessário ao surgimento do novo partido formado na província.

Desta forma, indicamos que a verdadeira formação do Partido Liberal na província do Espírito Santo tenha ocorrido de fato no ano de 1861, sob as condições que acima citamos, e o jornal *O Tempo* foi o veículo utilizado para propagar as novas ideias que chegavam à província. Tais assertivas são endossadas a partir das análises feitas em outro periódico, *O Jornal da Victória*, escrito em 1864. O fato de ter sido publicado poucos anos depois faz deste jornal um objeto de pesquisa muito interessante no que tange à formação dos grupos políticos, pois além de envolver as discussões do momento em que é escrito, *O Jornal da Victória* acaba também por revelar algumas nuances acerca das formas de associação política anteriores a 1864, além de confirmar nossa hipótese de formação dos dois partidos, Liberal e Conservador, apenas em 1861.

Para tanto, é necessário explicitar de que forma surge tal discussão no *Jornal da Victória*, a fim de entendermos o posicionamento dos envolvidos e ainda enfatizar que nosso objetivo neste momento não é, na verdade, fazer uma análise profunda deste periódico, exercício que fará parte das próximas discussões, mas sim utilizar aqui alguns de seus escritos que se mostram atrelados às discussões sobre a formação de identidades partidárias das quais estamos tratando. Lembremos que o contexto político de 1864 mostra-se bastante diferente do ano de 1861; portanto, não estamos incluindo o *Jornal da Victória* no momento de formação do Partido Liberal. Assim, é necessário apresentar o fato de que, no referido ano de 1864, falece o desembargador José Ferreira Souto¹⁰¹, um dos representantes da província na Câmara dos Deputados, juntamente com o bacharel José Feliciano Horta de Araújo¹⁰², adeptos à causa liberal. Conforme

¹⁰¹ São poucas as informações encontradas Sobre José Ferreira Souto, sabemos somente sobre sua formação em Direito e da ocupação do cargo de presidente da província de Sergipe entre 1846 e 1847.

¹⁰² Segundo Basílio Daemon, José Feliciano Horta de Araújo era natural do Espírito Santo e cursou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo. DAEMON, *Op. Cit* ; Já em outras fontes, Horta de Araújo é citado como sendo natural de Minas Gerais, formando-se em Direito e, posteriormente, teria ocupado a presidência da província do Paraná entre 1867 e 1868: CARNEIRO,

afirmava o parágrafo 5º do decreto nº 1.082 de 18 de Agosto de 1860 sobre eleições¹⁰³, se estabeleceu que não haveria suplentes de deputados à Assembleia Geral, e, no caso de uma possível morte de um representante, teria que se organizar uma nova eleição para o preenchimento da vaga.

Assim, com o falecimento do desembargador José Ferreira Souto, inicia-se um grande conflito político na província entre os candidatos à deputado, fazendo com o próprio José Marcellino Vasconcellos se volte contra Francisco Monjardim, iniciando fortes denúncias contra a índole do Coronel, acusando-o de ter se debandado do grupo dos *Dionisianos* para então fazer parte do “outro lado” em 1859, por ser um homem sem lealdade, ou em outras palavras, um político sem opinião. Elogiando a si mesmo, José Marcellino, afirma que não era como Francisco Monjardim e que, desde 1847, já era fiel ao credo Liberal, seria então um verdadeiro Liberal, negando a fidelidade de Monjardim às fileiras do partido. As afirmações de Marcellino acirram os ânimos dos defensores do Coronel, sobretudo acabam por provocar seu filho, Alfeu Adolfo Monjardim, que escreve a defesa do pai em um artigo do *Jornal da Victória*:

*Desde 1847, disse o Sr. Marcellino que pertence à fileiras liberais da província, entretanto, [diz] que meu pai só para elas desertou de outras fileiras em 1859. Fantásticas proposições! Até o ano de 1861, como é notadamente sabido, os dois partidos da província eram unicamente de meras afeições pessoais, distinguindo-se pelos nomes dos respectivos chefes. E só nesse ano aqui se plantou a política liberal e conservadora. Como é, pois que o Sr. Marcellino já em 1847 pertencia às fileiras liberais?*¹⁰⁴

Nosso interesse nos indícios levantados por este jornal neste momento do estudo proposto remonta ao já citado ano de 1861, momento em que percebemos surgir verdadeiramente os dois partidos na província. Parece-nos, desta forma, que o artigo escrito por Alfeu Monjardim coloca ainda mais em evidência nossa hipótese, apontando exatamente para o mesmo ano aqui exposto como o ano do surgimento de liberais e conservadores na província. Alfeu ainda menciona o fato de que os dois outros partidos que existiam anteriormente fossem distinguidos apenas pelos nomes de seus chefes, e não por suas ideologias, o que também constatamos durante a investigação, sendo estes os *Bermudistas*, (que, após a morte de Bermudes, se tornam os *Capixabas*) e os *Dionisianos*. Mas os esclarecimentos de Alfeu não pararam por aí, e suas explicações que objetivavam a defesa do pai, ainda nos revelam outros pontos aqui já levantados:

[...] Fazendo-lhe ver que meu pai nunca desertou das fileiras de um outro partido para colocar-se nas de outro como me parece fez S.S, que em 1844 era soldado do Sr. Dionísio e em 1847 tinha por chefe o Dr. Bermudes na parcialidade adversa. É certo que meu pai em 1856 estava ligado ao Sr. Dionísio, do qual poderoso motivo apartou-se nesse ano, e só no ano seguinte estreando uma nova bandeira, depois de fortes

David. *História do período provincial do Paraná; galeria de presidentes, 1853-1889*. Curitiba: Tipografia Max Roesner, 1960.

¹⁰³ SOUZA, *Op. Cit.*, p.245.

¹⁰⁴ *Jornal da Victória*, nº 7- 23/04/1864, p.4.

*e repetidas insistências de certas pessoas, especialmente do mesmo Sr. Marcellino, que o convidara para tomar conta de um grêmio desarrebanhado, sem pastor.*¹⁰⁵

Pelo visto, parece que não só coronel Francisco Monjardim foi participante do grupo Dionísio Rezendo, mas também o próprio José Marcellino Pereira de Vasconcellos teria sido um *Dionisiano* até 1844, passando a integrar o grupo dos *Bermudistas* somente em 1847. O jornal ainda insinua que, após os atritos entre coronel Monjardim e o coronel Dionísio Resendo, ocorrido por um “poderoso motivo” (que já destacamos se tratar de uma candidatura), acabou Monjardim migrando para o partido de Bermudes e de José Marcellino, mas que na verdade ainda não seria o Partido Liberal. Segundo Alfeu Monjardim, seu pai, o Coronel, ainda guardaria consigo as cartas daquela época, cujo conteúdo explicaria a decisão de Francisco Monjardim se tornar o chefe dos liberais em 1861, terminando o artigo com uma ameaça a José Marcellino Vasconcellos: “*S.S é tão esquecido que parece já não se lembrar dos fatos ocorridos no ano de 1861, que se quiser, poderão mais claramente ser elucidados*”.¹⁰⁶

Os indícios apontam que teria sido realmente após “*os fatos ocorridos em 1861*”, citados por Alfeu, que José Marcellino Vasconcellos se une à Monjardim a fim de formarem o Partido Liberal, mesmo que já estivessem juntos no *Partido Capixaba*. As palavras do filho de Monjardim também embasam tais afirmativas, indicando que é José Marcellino quem convida o Coronel para chefiar a agremiação liberal que estava se formando, já que esses se diziam ser um rebanho sem pastor. Certamente, seria muito mais fácil para Vasconcellos iniciar a formação do partido que, repleto de ideias tão “diferentes” para a pacata província, conseguiria a confiança dos espírito-santenses por meio do prestígio de Monjardim, que naquela altura abraçava a causa de oposição, em contrapartida à “traição” sofrida enquanto fazia parte do grupo de coronel Dionísio. As disputas entre tais políticos não cessaram tão rapidamente após tais fatos, entretanto, não é nosso interesse, neste momento, discorrer sobre as discussões de 1864, pois como já esclarecemos ao leitor, a utilização do *Jornal da Victória* neste momento se justifica pelo fato de nos auxiliar a reunir provas em meio às fontes que confirmassem a hipótese que lançamos sobre a formação das agremiações políticas locais.

Enquanto a província começava a aprender a lidar com a divisão entre *liberais* e *conservadores*, na Corte, como se sabe, os liberais se articulam na Liga Progressista, uma união entre liberais e conservadores moderados, assim como a aliança que vimos surgir também na província do Espírito Santo. E, da mesma forma como assinalava José Marcellino em seu jornal liberal, *O Tempo*, os progressistas, na exposição de seu programa em 1862, almejavam a regeneração do sistema representativo e parlamentar, executando a divisão dos poderes de forma justa, a fim de que alguns poderes não fossem absorvidos por outros, ou que pudessem se anular. Entre outras manifestações do programa do Partido Progressista, assim como anteriormente no Partido Liberal, estaria também a efetivação do Ato Adicional, a descentralização administrativa, medidas relacionadas à economia de dinheiro público, além da reforma judiciária, entre outras propostas.¹⁰⁷ Portanto, há que se destacar a proximidade de ideias entre o Partido

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ *Jornal da Victória*, nº 7- 23/04/1864.

¹⁰⁷ Para uma melhor compreensão do Programa do Partido Progressista, ver: BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos Partidos e o Segundo Império*. Introd. Washington Luis neto. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p.21.

Liberal formado em âmbito local e o programa lançado pelos progressistas na Corte um ano depois, em 1862.

Desta forma, demonstramos também por meio do periódico *O Tempo* e das discussões suscitadas após 1861, que neste período estariam surgindo as ideias liberais em terras capixabas. O jornal mostra-se não só como porta-voz do grupo, mas também como um chamado aos habitantes da província. Assim como *A Liga*, o jornal *O Tempo* trouxe ao Espírito Santo não só um novo modo de se debater política, mas também a criação de um novo partido, fazendo emergir até mesmo seus opositores, os *conservadores*. Mesmo ainda não pactuando por um movimento anárquico e que balançasse os *pilares da ordem* na província, foi por meio do *Tempo* que surgiram as primeiras discussões acerca da descentralização, das ameaças de um controle absoluto nas mãos do Executivo e da falta de um sistema representativo mais justo, retirando a política imperial das mãos das oligarquias políticas.

O Tempo demonstrou ser um empreendimento de um grupo que se achava fora do poder, os quais representavam uma nova geração política, mas que, ao mesmo tempo, lançava mão de uma aliança com o passado, fazendo da união com o respeitado coronel Monjardim o fio condutor entre o “*novo partido*” e a “*velha ordem*”. Também não negamos que o novo partido tenha sido o cenário perfeito para a oposição que Monjardim desejava colocar em prática, e, acima de tudo, deste modo teria também em suas mãos um partido de ideário político muito diferente do que era de costume se ver na província, sendo muito mais sensato fazer parte desta nova agremiação do que entregar o sossego da província a iniciantes na política e quem sabe ainda, aos possíveis “destruidores” da ordem. E assim Monjardim, o “venerado ancião”, um dos mais envolvidos na condução política da *ordem*, propagador da ideia de unificação e da tranquilidade do Império, torna-se então o chefe do Partido Liberal criado na província do Espírito Santo em 1861, auxiliado pelo advogado José Marcellino Pereira de Vasconcellos.

O plano parecia infalível para a agremiação que ali nascia, e, sem dúvida, não fora apenas uma união política entre José Marcellino de Vasconcellos e coronel Francisco Monjardim; o novo partido também representava a união de antigas tradições às novas propostas políticas, como também manifestava o momento da cisão interna de uma elite que por muito tempo se manteve unida e coesa para a condução de um projeto político moderado. Conduzido por Francisco Monjardim, como já afirmava *O Tempo*, o Partido Liberal triunfou.¹⁰⁸ Passemos agora à vivência de um novo tempo político propriamente dito, período no qual percebemos a consolidação dos partidos Liberal e Conservador na província do Espírito Santo. Almejando uma análise que abarque o contexto político mencionado, faz-se necessário trazer à luz algumas perspectivas expostas por alguns jornais conservadores e liberais publicados neste período como, por exemplo, *O Amigo do Povo* e *O Monarchista*, ambos publicados em 1863.

2.6 – Iniciando as Definições Políticas: *O Amigo do Povo* Contra *O Monarchista*

Até o presente momento tentamos apontar indícios que nos levem a entender o ano de 1861 como um marco na trajetória política local. Sendo assim, depois de formados os partidos, chegara o momento de iniciar a definição de propostas, como também de conflitar ideias. Vivendo um momento inaugural no âmbito político, a

¹⁰⁸ *O Tempo*, nº 42- 10/12/1861.

província capixaba vislumbra agora a disputa partidária pela imprensa. Trabalharemos aqui com dois periódicos que não dispõem até o momento de uma análise de seu perfil político e de sua circulação em meio à dinâmica política provincial, e que, além disso, dispõem de poucos números a serem analisados. Pensamos, todavia, que o estudo de tais jornais seja primordial ao entendimento do contexto que pretendemos demonstrar, bem como a possibilidade de relacioná-los com as mudanças no cenário político provincial. Tanto *O Amigo do Povo*, quanto *O Monarchista* foram jornais criados em 1863, este defendendo a ala conservadora local, enquanto aquele era continuador das ideias liberais que foram iniciadas pelo *Tempo*.

2.6.1 – A ofensiva liberal

Enquanto *O Monarchista* exibia claramente os nomes de seus três redatores principais, sendo estes Joaquim Fernandes Maciel, Antônio Joaquim Rodrigues e José Camilo Ferreira Rebello, *O Amigo do Povo* preferia não identificar de quem eram as ideias publicadas no jornal. É necessário ressaltar que, da mesma forma que o jornal *A Liga*, o periódico *Amigo do Povo* insere-se em um contexto eleitoral, sendo utilizado como veículo de propaganda dos liberais e, sobretudo, utilizando a retórica com o intuito de difamar os candidatos conservadores, como também de lembrar a eleição de 1860, a qual deu a Antônio Pereira Pinto a incumbência de representar a província na Câmara dos deputados.

De acordo com José Murilo de Carvalho¹⁰⁹, a Constituição de 1824 teria sido ampla quanto à definição do alcance dos direitos políticos. Nas eleições primárias, os votantes eram homens maiores de 25 anos, possuindo renda que equivalesse a cem mil-réis; já nas eleições secundárias o eleitorado tendia a diminuir, pois a exigência era que se tivesse uma renda de duzentos mil-réis. Ao longo do Império algumas reformas eleitorais foram introduzidas, aumentando-se as exigências, e fazendo com que, aos poucos, acabasse se restringindo o número de votantes.¹¹⁰ Durante o Império as eleições se realizavam dentro das igrejas e quase sempre se tinha uma cerimônia religiosa realizada antes do ato. Entretanto, mesmo que tal recinto religioso remetesse a um clima de calma e serenidade, as eleições durante o Império não foram momentos de ações pacíficas, tampouco a colocação das igrejas como locais de votação tornava os ânimos de *liberais* e *conservadores* menos agitados. Assim, podemos afirmar que o período eleitoral era permeado por muita violência e pancadaria.

Dessa forma, a disputa por um maior eleitorado tomava conta dos momentos precedentes às votações nas províncias, em que *conservadores* e *liberais* passam a denunciar a ocorrência de arbitrariedades para vencer as eleições a todo custo. Os episódios escapavam ao controle das elites políticas, cabendo então às autoridades públicas a tentativa de repreender grupos populares que eram mobilizados pelos partidos da época. Na província do Espírito Santo a situação não era diferente, pois a cada eleição vislumbra-se uma série de tumultos diante das urnas ou em momentos que precediam as eleições. Assim, não era raro o fato de uma votação terminar em bate-bocas, desordens e até mesmo mortes, além de prisões que muitas vezes eram

¹⁰⁹ CARVALHO, José Murilo. In: Lisboa, João Francisco. *Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹¹⁰ Como ponto culminante de tais restrições, José Murilo de Carvalho nos indica a Lei de 1881, pela qual se eliminou a eleição de dois turnos, foi proibido o voto do analfabeto, além de terem sido aumentadas as exigências e verificações de renda. CARVALHO, *Op. Cit.*, p.394.

justificadas por motivos um tanto quanto suspeitos diante dos conflitos partidários ali existentes.¹¹¹

Intitulando-se um jornal político e noticioso, sem um redator que se responsabilizasse pelos escritos do jornal, *O Amigo do Povo* não dizia nem mesmo em quais os dias da semana a folha seria publicada. Tudo era muito incerto, contudo, a única certeza provinha do dogma que tentava divulgar. A epígrafe do jornal não deixava dúvidas acerca de qual lado estava defendendo:

Viva a nossa Religião
Viva o trono Imperial
Viva para o bem da Nação
- O Partido Liberal-

Seu vocabulário também mostrava-se um pouco diferente do que era visto até então, e sua linguagem, um tanto quanto violenta e irônica. O número do jornal o qual foi possível consultar foi publicado exatamente um dia antes das eleições para deputado geral acontecerem. Portanto, a linguagem do periódico direciona novamente o ato de votar como o verdadeiro ato de *soberania* para os capixabas. Enquanto *A Liga* fez surgir a importância do povo dentro das escolhas políticas, *O Amigo do Povo* atribui mais um conceito ao povo, pois agora o povo é livre. *A liberdade é a grande bandeira do jornal*. A eleição fazia-se o grande momento para que um *Povo Livre* sustentasse sua liberdade e os direitos que lhe são resguardados pela *Constituição*.¹¹² Ao que parece, o alvo das críticas da folha eram os candidatos Antônio Pereira Pinto e Luís Antônio da Silva Nunes, os quais já eram os detentores dos cargos na Assembleia Geral. Os candidatos são chamados pelo jornal de “*aves sem ninho*” e “*candidatos aventureiros*”, fazendo menção ao fato de que não eram da província. Outras palavras, contudo, inseriram-se no vocabulário político da província por meio do *Amigo do Povo*; foi o caso das alcunhas de *casquados* e *vermelhos*, utilizadas para denominação de seus inimigos políticos, os *conservadores*.

Quase três anos depois, vislumbra-se neste periódico a mesma denúncia acerca das últimas eleições de 1860, nas quais teria sido “atraindoado o respeitável capixaba Sr. Monjardim”.¹¹³ A fim de “desmascarar” os candidatos “forasteiros”, evidenciam-se ainda as possíveis arbitrariedades cometidas por Silva Nunes e as atrocidades que teria feito na Paraíba. O jornal faz um apelo: *Capixabas, repelem com indignação as pretensões destes candidatos casquados, e segue o partido Liberal. Correi todos a dar vossos votos ao nosso patrício, e quase provinciano, o Sr. Desembargador José Ferreira Souto*.¹¹⁴

Percebe-se, deste modo, que, ao acusar os candidatos conservadores de “aventureiros” por serem de fora da província, o redator utiliza argumentos retóricos que aproximam o desembargador José Vieira Souto aos espírito-santenses, visto que o mesmo também não havia nascido na província. Assim, dentro do contexto que se pretendia atingir, o candidato liberal torna-se um “quase provinciano”. Os candidatos

¹¹¹ Uma abordagem mais abrangente sobre eleições na província encontra-se em SIQUEIRA, Karulliny. “O Futuro há de ser o nosso vingador”: O Partido Liberal capixaba e as denúncias de perseguição política, 1868-1870. *Revista Ágora*. Revista Eletrônica do Programa do PPGHIS-UFES, 2009. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/agora/index.htm>.

¹¹² *O Amigo do povo*, nº5- 08/08/1863.

¹¹³ *Ibidem*.

¹¹⁴ *O Amigo do Povo*, nº5- 08/08/1863.

conservadores, Antônio Pereira Pinto e Luis Antônio da Silva Nunes, são chamados ainda de “os dois reis magos”¹¹⁵, no momento em que o redator usa de uma linguagem irônica para descrever as visitas feitas por tais indivíduos às diversas localidades da província a fim de angariar votos. Os termos pejorativos eram muitos; dentre eles, os conservadores também faziam parte da chama *Diabada*, os verdadeiros conspiradores: “Consta-nos que a Diabada e José Cavalinho estabeleceram no largo da Matriz uma casa de agência para comprarem votos amanhã e depois. Pensam estes senhores que os votantes capichabas são galegos de Portugal?”¹¹⁶ Os conservadores, que também por se tratarem de homens que estavam sempre em companhia de José Camilo Rebello tornaram-se conseqüentemente a *Rebelada*, que, juntamente com Luís Antônio da Silva Nunes e Antônio Pereira Pinto, tentariam ganhar as eleições a qualquer custo:

Os cascudos espalham que há de haver muito sangue em várias freguesias da província. Pedimos aos senhores vigários que mandem encher pipas d’água para lavar-se a templo de Deus depois da nova degolação dos inocentes.

*O Diabo Coxo*¹¹⁷

As denúncias continuam, e o medo de que os *conservadores* acabassem ganhando as eleições fazia com que o jornal anunciasse à província a grande violência que seria evidenciada pelos cascudos capixabas: “Quem quiser fazer sarapatel apareça no domingo à porta da matriz que os *cascudos* prometem fornecer sangue”.¹¹⁸ E ainda que “no palácio das sete portas fornece-se no domingo a todos os votantes cascudos, facas, pistolas, carabinas, navalhas e punhais. Às seis horas começa a distribuição”¹¹⁹, É interessante notar alguns elementos presentes na escrita do jornal, como, por exemplo, os pseudônimos utilizados, assim como este último “anúncio”, o qual é assinado pelo *Tirano de Siracusa*. De fato, o Tirano de Siracusa não está presente no contexto político da província do Espírito Santo em 1863, contudo, a denominação não se mostra tão fora de contexto se revelamos a identidade deste personagem dentro de sua própria conjuntura.

O Tirano de Siracusa, também conhecido como Dionísio I, *O Velho*, governante da Sicília durante o século IV a.C, é lembrado como um chefe militar arrogante, demagogo e, sobretudo, despótico em sua administração. Desta forma, acreditamos que, na visão dos *liberais* e do jornal *Amigo do Povo*, qualquer semelhança com Dionísio Resendo, chefe dos conservadores, comparado a Dionísio I, não seria uma mera coincidência. Seria Dionísio Resendo o “tirano” da província do Espírito Santo. Além disso, acredita-se que o pseudônimo de *Diabo Coxo* também se refira a Dionísio Resendo, pois em outras passagens da folha o chefe partidário também é chamado de “Dionísio Cambeta” ou ainda de “Guarda inválido”, referindo-se a uma possível deficiência física do líder dos conservadores. E assim *O Amigo do Povo* combatia a reeleição dos conservadores. Ao mesmo tempo, os cascudos tinham como veículo de suas ideias o periódico conservador *O Monarchista*.

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ *O Amigo do Povo*, nº5- 08/08/1863.

¹¹⁷ *Ibidem*. (grifo nosso).

¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹⁹ *Ibidem*. (grifo nosso).

2.6.2 – A resistência conservadora

Lembremos aqui, para nos auxiliar no entendimento dos conflitos políticos, que em 21 de maio de 1863 é nomeado para governar a província do Espírito Santo o bacharel André Augusto de Pádua Fleury; entretanto, no dia 28 do mesmo mês, após a saída de Costa Pereira deste mesmo cargo, Dionísio Resendo, o chefe conservador, assume a presidência da província. Possivelmente Dionísio ocuparia o cargo apenas enquanto André Fleury não chegasse em terras capixabas, no entanto, as desavenças entre os conservadores e o presidente de província estavam ainda por começar, sem mencionarmos os embates também com o próprio Partido Liberal, uma ameaça na visão conservadora.

É por meio do jornal *O Monarchista* que podemos, em certa parte, vislumbrar o posicionamento político dos conservadores locais, um grupo que também iniciava sua mobilização política no início da década de 1860. Evidenciamos que a folha não só atesta os atritos com o presidente de província pertencente à parcialidade política oposta, como também evidencia o “medo” e a “ameaça” que o grupo sentia com a emergência dos liberais, um grupo de ideias novas no cenário local. A vinda de André Fleury seria, no olhar dos conservadores e do jornal, uma articulação política entre o presidente de província e o Ministério do marquês de Olinda, cuja finalidade seria ocupar uma vaga em Goiás:

O tipo do Sr. André Fleury foi vazado no molde da mais fofa vaidade do amor próprio do grotesco. Elevado às posições que ocupa pelo poderoso auxílio de um distinto estadista de nosso país, o Sr. André pensou para si, que alguma centelha daquela inteligência vigorosa transmigrará para seu cérebro, e que assim (...) brasileiro que iludidos. Humilde toupeira alçou-se o Sr. Presidente do Espírito santo à alturas que lhe são perpetuamente inexpugnáveis. Entretanto, (tal é a cegueira humana!) o Sr. Fleury tomou ares de grão Senhor, repete constantemente que rejeitara as presidências de Pernambuco, Bahia, Minas e S. Paulo, despede pelo, sem ordenança, a pessoas conspícuas que o procuram por estar no banho ou tomando café, manda-lhes tiras de papel para assinarem o nome, e afirma que aceitou a presidência da miserável província do Espírito Santo, como um sacrifício feito a certos amigos, (ao diretório do Marques de Olinda). Que isto dizer- favor, por favor- voa impor o desembargador Souto pelo Espírito Santo, mas agüente-me por Goiás.¹²⁰

Neste sentido, percebe-se que *O Monarchista* advertia que a candidatura propagandeada pelo jornal *Amigo do Povo*, o qual vimos que apoiava o liberal desembargador Souto, seria na verdade uma imposição a ser feita pelo presidente de província no Espírito Santo durante as eleições que estariam por vir. A folha ainda demonstra a imagem que se tinha da província na Corte acerca da facilidade de se impor candidatos em âmbito local. É exatamente esta a discordância do jornal, não aceitando que Fleury chegasse à província e fizesse sua imposição, apoiando a eleição do candidato liberal:

¹²⁰ *O Monarchista*, nº3- 20/09/1863. (grifos nossos).

[...] Chegou o Sr. Fleury à Victória presumindo que bastava abrir a boca e dizer – quero que os deputados sejam tais e tais para que os chefes de partidos dessa terra lhe respondessem subservientemente – Seja feita a vossa vontade- O Sr. Presidente do Espírito Santo levou da Corte essas apreensões errôneas; à alguém dissera S. Ex – Como sei que a um presidente é facilímo impor candidatos na província que vai administrar, por isso mesmo não me envolverei na luta eleitoral, e limitarme-ei apenas a esclarecer a opinião acerca do mérito e idoneidade dos pretendentes- Estas frase esclarecer foi ao depois repetida em extenso artigo, sobre eleições, no jornal oficial da Victória.¹²¹

Enquanto o exemplar do jornal *Amigo do Povo* que aqui analisamos demonstrava o momento que antecedeu as eleições para deputados gerais em 9 de agosto, o exemplar da folha *O Monarchista* nos explicita o contexto do pós-eleição. Neste momento, já era certa a vitória dos liberais, como também o ódio dos conservadores com relação à situação nascente, tanto em âmbito local, como em todo o Império. A volta dos liberais na Corte era algo inaceitável na província do Espírito Santo, e, além disso, conviver com tal agremiação agora existente também dentro da província já causava repugnância aos homens de Dionísio Resendo. Neste sentido, a retórica existente no jornal conservador visa desqualificar a votação de agosto de 1863, demonstrando a eleição com caráter ilegal e despótico. Em seu vocabulário, os termos Liberal e Conservador agora não se fazem tímidos como antes, pois são conceitos recorrentes, demonstrando o fortalecimento das identidades políticas locais. Enquanto *O Amigo do Povo* denominava os conservadores de *casquados* e *vermelhos*, os próprios conservadores ainda se identificavam com uma terceira denominação, a de formarem o *Partido Constitucional*.¹²²

A situação colocada pelo periódico *O Monarchista* evidencia uma possível maioria conservadora na província, o que complementa a própria citação de José Marcellino Pereira de Vasconcellos, redator liberal, ao destacar que eram de fato a minoria política no Espírito Santo, contra a resistência em relação aos liberais que se percebia no cenário local. Contudo, o jornal destaca que, mesmo representando a grande maioria, o Partido Conservador não conseguiria a vitória nas urnas, pois o presidente Dr. André Fleury não permitiria tal audácia: “*respondera o S. Ex. Colérico e com os punhos cerrados- Pois hei de esmagá-los e não consentirei que a pequenina província do Espírito Santo pretenda arcar com a nova ordem das coisas, não se submetendo, como todas as outras do Império, aos impulsos da nascente situação Liberal.*”¹²³ O *Renascer Liberal*, desta forma, não poderia ser impedido pelo projeto político conservador que reinava na província do Espírito Santo, fazendo com que por meio da própria alteridade, ou seja, pela definição do que o “outro” partido fosse, o partido conservador iniciasse a consolidação de suas ideias, assumindo o posicionamento de *Partido da Ordem*, o partido que combatia a *anarquia* gerada pelos liberais, sendo estes os componentes do *Partido Frenético*¹²⁴:

¹²¹ *Ibidem*, p.2.

¹²² *Ibidem*.

¹²³ *O Monarchista*, nº3- 20/09/1863.

¹²⁴ *Ibidem*.

*Mas essa linguagem virulenta de S. Ex. era também ouvida da boca de seus comissais, um deles vociferava em pleno público- Hei de vencer a eleição na Villa da Serra, ainda que seja pisando sobre cadáveres. Não chegou a tanto o desenlace do drama, certo é, porém que ao **partido conservador**, que sempre ostenta a garantia da **ordem**, e que no intuito de evitar a **anarquia** retira-se antes da luta, como acaba de dar exemplo atualmente em todo país, deve-se sem controvérsia, o haver sido mantida a paz pública na capital do Espírito Santo, a despeito das provocações e das autoridades, e das agressões por elas cometidas contra muitos e distintos cidadãos.*¹²⁵

Assim, evitando a possível “anarquia” e almejando contribuir com a manutenção da ordem, o Partido Conservador utiliza em sua retórica argumentos que comprovem sua saída da cena política de forma positiva, e não a relacionando à vitória do partido Liberal. Percebe-se por meio da citação que o partido “retira-se” da luta para não dar chance aos adversários de que sejam os vencedores por mérito. E, ainda mais, por meio de seus argumentos o partido afirma retirar-se não por se mostrar fraco ou derrotado, mas em nome da ordem e da paz, para que o conflito não promovesse a anarquia. Os argumentos inseridos no discurso que tenta comprovar a ilegalidade das eleições de agosto são os mais variados possíveis, contendo desde simples denúncias até o surgimento de injúrias e vários assassinatos.

A administração do referido Presidente de Província, André Augusto Fleury, e suas atitudes duvidosas também estão presente na importante obra de Basílio de Carvalho Daemon, o qual afirma que, em 1863, “foi este Presidente o que foi incumbido de fazer as eleições de eleitores de Agosto deste ano, e que tão faladas foram pelas arbitrariedades cometidas”.¹²⁶ Daemon ainda nos evidencia o clima de instabilidade vislumbrado no dia 9 de agosto:

*Procede-se nesta província, a 9 de Agosto deste ano, à eleição de Eleitores, para o fim de serem eleitos os novos deputados gerais. Foi esta uma das eleições mais renhidas que tem tido a província, igual à do presente ano de 1879, mas com a circunstância de naquela época ter **havido ferimentos, mortes, incêndios, tiros disparados de encontro às casas, recrutamento em grande escala, prisões de cidadãos que à capital chegavam algemados e amarrados.** Na Matriz desta capital, estando à testa da eleição o futuro deputado Desembargador Souto, a tropa comandada pelo Tenente Antônio Rodrigues Pereira, a um aceno seu, invadiu a Igreja e de rifles desembainhados foram postos para fora da igreja os partidários contrários, tendo sido alguns cidadãos feridos.*¹²⁷

As palavras do memorialista nos apontam a mesma violência e também as questões de arbitrariedade expressadas por meio do jornal *O Monarchista*. No entanto, a opinião de Daemon necessita ser ponderada, já que se trata também de um relato conservador, feito alguns anos mais tarde.¹²⁸ Assim, nada mais partidário que dar a

¹²⁵ *Ibidem*.

¹²⁶ DAEMON, *Op. Cit.*, p.217

¹²⁷ *Ibidem*, p. 218.

¹²⁸ Basílio de Carvalho Daemon era membro do Partido Conservador no Espírito Santo, grande líder do partido na região Sul da província.

narrativa o sentido de vitória dos liberais por meio da injustiça. Podemos, contudo, constatar que, mesmo se mostrando um relato parcial, Daemon nos indica que a calma e a passividade já não eram recorrentes no cenário político local, afirmando ainda algumas inovações desta eleição quando comparada a outras já vistas na província: *é onde se deu pela primeira vez o exemplo de haver força armada em todas as igrejas, corrido sangue até dentro da Matriz desta capital de cidadãos da parcialidade conservadora, e onde se achava pleiteando a eleição o Desembargador Souto, que com um lenço branco fazia os respectivos sinais aos seus correligionários e à força ali postada.*¹²⁹

Portanto, todos os relatos de Basílio de Carvalho Daemon dão conta de que a parcialidade liberal lançou mão de violência, invasões e recrutamento, ao passo que, se analisarmos o relatório de André Fleury sobre as eleições na província, o mesmo atesta contrariamente na documentação o espírito ordeiro e moderado dos habitantes do Espírito Santo durante o período eleitoral. No entanto, o Presidente de província aponta que, se houve alguma agitação nos ânimos, esta fora promovida pelo abuso de liberdade na imprensa local, ocasionando uma séria troca de injúrias.¹³⁰ Desta forma, temos em meio aos relatos diversos tipos de narrativas; a conservadora nos aponta o caráter violento, característica inaugural na política capixaba, enquanto que o relatório administrativo também enfatiza o que neste estudo julgamos ser de extrema importância: o envolvimento da imprensa em meio à política local.

Os argumentos colocados pelo jornal *O Monarchista* se fazem ainda precisos ao relatarem as “injustiças” cometidas pelos liberais em algumas freguesias da província. Discorreremos a seguir o caso da freguesia de Queimado, uma localidade onde os conservadores julgavam sua vitória como certa e que, no entanto, foi efetivado o projeto liberal por conta da força militar mandada ao local e também pela “coerção” dos votantes:

Neste lugar a vitória do partido conservador era incontestável, devia ele ganhar a eleição por número maior de cinquenta votantes. Algumas pessoas influentes, que nesta freguesia trabalhavam pelo lado do presidente, reconhecerão a impossibilidade do triunfo, porque seus antigos companheiros e colaboradores, os Dutras, Siqueiras, Mollulos e Freitas, estavam nas fileiras contrárias. Ao Sr. Fleury, porém não é impossível, o Queimado entrava nos cálculos de sua estatística para vencimento de seu alter Ego Souto, pois bem. Vá força de linha, e o valente militar, Theotônio de Macedo para conquistá-lo a mão tente.

Assim, destacamos ainda outros trechos do jornal conservador, nos quais o redator denuncia que mais de 70 eleitores conservadores foram presos, e posteriormente 24 foram libertados sob a condição de votarem na chapa liberal. Sobre tais denúncias, os conservadores pedem a atenção do Ministério, mas ao mesmo tempo já afirmam que não esperam muitas respostas já que diziam saber que o referido Ministério falava naquele momento “*como muito desembaraço sobre os vermelhos*”, não se importando tanto com as denúncias feitas contra os liberais.¹³¹

¹²⁹ DAEMON, *Op. Cit.*, 219

¹³⁰ *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo* André Fleury na abertura Assembléia Provincial de 20 de abril de 1864. p.6.

¹³¹ *O Monarchista*, nº3- 20/09/1863. p.3.

As disputas, todavia, não ocorreram somente nas igrejas e na imprensa, pois destacamos ainda que, neste momento, já se torna possível perceber o posicionamento da Assembleia Provincial diante dos fatos que ocorrem durante a administração de André Fleury. Neste período também não foram produzidos *Anais* que nos auxiliem na reflexão acerca do debate no legislativo; contudo, tanto as atas, como obras acerca do tema nos dão base para tais afirmações. A composição da Assembleia Provincial nos dá fortes indícios de que ali havia um grupo em sua maioria conservador, fazendo parte da 14^a legislatura, concernente aos anos de 1862 a 1863; os deputados daquele período eram: coronel Dionísio Álvaro Resendo, vigário Manoel Antônio dos Santos Ribeiro, padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, major Francisco Gomes Bittencourt, bacharel José Camilo Ferreira Ribeiro, alferes Manoel de Moraes Coutinho e Castro, padre Francisco Antunes de Siqueira, Carlos Augusto Nogueira da Gama, José Joaquim Rodrigues, Fabiano Martins Ferreira Meireles, Dr. Florêncio Francisco Gonçalves, José Cláudio de Freitas, Manoel da Silva Simões, Aires Loureiro de Albuquerque Tovar, José Sebastião da Rocha Tavares, Vigário João Pinto Pestana, Caetano Dias da Silva, Capitão João Crisóstomo de Carvalho, capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire, Vigário Miguel Antunes de Brito.¹³²

Além disso, não só evidenciamos os componentes da Assembleia Provincial, como também destacamos que, neste momento, já existem divisões que adentram o Legislativo, enquanto a Legislatura que ocupou o recinto parlamentar entre 1860 e 1861 ainda não dava indícios de conflito político. Assim como destacamos ao longo do estudo, após 1861 as definições partidárias começam a se consolidar no Espírito Santo, fazendo com que a Assembleia também se tornasse palco de debate e contestação. Portanto, em 1863 o legislativo já possui sinais mais evidentes de posicionamento político entre os dois partidos, e, por se tratar de uma maioria conservadora, a volta dos liberais era tida como uma grande ameaça.

Os conflitos repercutiram dentro da Assembleia Provincial após as eleições de nove de agosto de 1863, iniciando a discussão entre os parlamentares acerca de que julgavam injusta e arbitrária a vitória liberal nas últimas eleições. Algumas atitudes tomadas pelo presidente da Província André Augusto Fleury tornaram-se motivo de críticas no meio parlamentar, além de suscitar uma divisão de opiniões entre os deputados. Nas palavras do deputado Rafael Pereira Carvalho:

*Ao mesmo Exm^o. Sr. A guarda de tropa de linha armada e municuada para ficar postada na porta da Igreja Matriz desta Capital, no dia 9 de Agosto , e por ordem de quem foram fechadas todas as portas internas e externas, ficando aberta a principal. Por ordens de quem a referida força entrou pela dita Igreja a marche-marche, e de baionetas caladas, quando se deu um tumulto por ocasião da primeira chamada de votantes.*¹³³

Além desta fala do deputado, é necessário salientar que, após as eleições em novembro, muitas pessoas são removidas de seus cargos, dentre eles, quatro professores efetivos, exonerando dois interinos, além da demissão do contínuo-interino da Secretaria do Governo, entre muitos outros contrários ao Partido Liberal. Os deputados

¹³² DAEMON, *Op. Cit.*, p. 216.

¹³³ ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa. *Atas da Assembleia Provincial do Espírito Santo*. Ata do dia 9 de novembro de 1863.

não se intimidaram, e em dezembro do mesmo ano, aprovaram uma representação a ser enviada ao Imperador dissertando sobre as irregularidades da eleição de agosto. A única voz contrária fora a de padre Madalena Duarte, que também era, a nosso ver, único componente do Partido Liberal que estava presente naquela legislatura. A representação acentua o abuso de autoridade cometido por André Fleury, ao “sufocar” o voto livre dos cidadãos e ao enviar a força militar para as igrejas, derramando sangue de indivíduos pacíficos.¹³⁴ Acusam ainda o administrador de abandonar seus afazeres de governo para dedicar-se apenas ao conflito eleitoral, o que acabou causando inúmeras desordens na província.

Por fim, o extenso documento expõe a anulação da qualificação dos votantes em todas as freguesias onde se supunha que a ala liberal não fosse a maioria, como também relata as demissões de alguns professores e transferências de alguns empregados. Assim como a narrativa de Basílio Daemon, como também no próprio jornal *O Monarchista*, a representação dos fatos também nos demonstra que a disputa política que se viu nesta eleição fora sem dúvida algo que a província ainda não havia conhecido, o que corrobora nossa afirmativa de inserção do conflito, bem como da divisão entre *liberais* e *conservadores* somente após 1861, tomando formas mais precisas em 1863. Além dos inúmeros relatos acerca das eleições deste período, percebe-se no jornal *conservador* um nítido medo da ascensão dos *liberais*. O que para o Império mostrava-se como um *Renascer*, na província do Espírito Santo traduzia-se como um verdadeiro *Nascer Liberal*, um período em que novas ideias estavam chegando, fazendo com que as consequências da mudança política fossem absolutamente incertas na visão dos conservadores, que até muito pouco tempo atrás dominavam a situação política, no momento que antecedeu as dissidências que provocam a formação do grupo Liberal, em que os mesmos não se definiam ainda como conservadores. Estes indivíduos formavam de fato um grupo coeso, sensíveis às necessidades locais, zeladores da ordem, da ponderação e do espírito pacífico dos habitantes.

Assim, faz-se importante destacar a chegada dos liberais ao poder vista por esta ótica conservadora, e que, por meio do jornal *O Monarchista*, torna-se evidente um sentimento que manifestava não só a incerteza, mas também a ameaça que este novo tempo *liberal* trazia consigo. A volta dos liberais, e para a província o “surgimento” liberal, traduziu-se no jornal como um verdadeiro apocalipse. A seguir, a carta de um leitor conservador ao jornal do partido, na qual fica explícito todo seu medo e aflição para com os novos detentores do poder:

Um Sonho

Sr. Redator,

*Comunicando-lhe do sonho que tive na noite passada
“Sonhei que havia galgado o cume desse imponente Penedo,
que com a sentinela muda, vela atravessada a bela baía desta
cidade.*

*“Sei que se aproxima uma época bem terrível, porque
bem vejo este **hórrido carro, que tirando pelo aziago Agosto**
(por nossos avós tão justamente temido) vem rodando sobre os*

¹³⁴ *Representação dirigida a S.M O Imperador d.Pedro II pela Assembléia Legislativa Provincial do Espírito santo, no mês de dezembro de 1863. In: BICHARA, Op. Cit., p.235.*

carregados horizontes da nossa infeliz Pátria. Sobre este carro , que não divulgas , belamente eu vejo, que a insaciável discórdia , nele ocupam seu lugar de honra: e entre essas temíveis mulheres, ainda uma terceira eu avisto bem que cautelosamente disfarçada, para que os seus conselhos mais apressem, e melhor segurem o desejado e futuro golpe...

O berço desta mulher está bem longe de nós: é todo cercado de Mares [...] Ainda mais sobre este desastroso carro outros vultos infernais: a vingança, o ódio, a traição, os quais procedem à inveja e ambição, que mais se esforçam da marcha deste carro fatal...

E poderão os brasileiro verem de braços cruzados e tranqüilos, a aproximação de tanto mal? Buscam disputar o domínio daquilo que se acha inteiramente ameaçado pelo estrangeiro? Querem chamar-se brasileiros, sem Brasil; como os polacos sem Polônia? Não vêem esse gigante feroz, e astuto, que se conserva sentado sobre este Equador?

[...] Quem poderia suster uma pedra que rolasse do cume deste rochedo? Quem poderia prever sua direção calcular todo o dano resultante de tão desastrada queda?

O Gênio do Brasil, a cordial e verdadeira união de todos os brasileiros tudo poderia sanar: e ainda seria tempo...

Essa diversidade de cores, como que ora, se tingem os partidos incautos no Brasil, não o tornará mais vistoso, só poderá despencá-lo

Então, ai dos brasileiros!

E infelizmente que nesse dia extremo, e de horror, ainda lhe restar um lenço, em que enxugar possa as lagrimas vertidas sobre as ruínas da mãe Pátria.

Horrorizado Sr. Redator, soltei um penetrante grito e acordei.

O terrível som das palavras, que acabava de ouvir, ainda ecoava em meus ouvidos; mas esse homem misterioso e o imenso Penedo, que estavam na minha vista, qual a Chama Etérea, que toda inflamada, no ar, brilha e morre; assim haviam desaparecido; e eu me achava só, e todo coberto de frígido suor...

Foi então que reconheci que realmente sonhava.

O Sonâmbulo de Itabapoana, 6 de setembro de 1863.

As alegorias e figuras de linguagem que se encontram nesta carta são de fato muito interessantes ao atentarmos para o posicionamento dos conservadores diante da época que estava por vir. O sonho era de fato algo apocalíptico, um recurso de linguagem habitual em escritos políticos desde o início do Império. O correspondente

amedrontado relata aos leitores que, tendo subido ao Penedo¹³⁵, um rochedo muito conhecido em Vitória, passou a avistar o “carro” trazido pelo mês de agosto, ou seja, a chegada dos *liberais* nas últimas eleições. É ainda a volta dos *liberais* que traria a discórdia e a desonra. Além disso, alerta-nos ainda para a falta de unidade do Império brasileiro, e as conseqüências que tal elemento poderia causar, citando o exemplo o caso da Polônia. Por fim, as menções apontam as “cores” que revestem os partidos, alegando que esta diversidade só poderia culminar na queda do próprio Brasil. Contudo, o que “*Sonâmbulo de Itabapoana*” não conseguia, e não queria perceber, é que seu sonho, ou melhor, seu grande pesadelo, era no fundo a mais pura verdade. Tudo aquilo não era um sonho, os liberais voltaram ao poder.

Assim, adormeceram os conservadores em um sono que só terminaria em meados de 1868. No entanto, até o momento deste despertar muitos outros sonhos serão construídos, enquanto algumas ideias ficarão apenas como uma quimera em meio à disputa entre *liberais* e *conservadores* no Espírito Santo. Enquanto os sonhos não se tornam realidade, as “folhas da discórdia” serão preciosos elementos para compreendermos o longo caminho percorrido pelos quase “estreantes” partidos políticos na província até a consolidação de seus ideais.

2.6.3 – Conclusão: uma política nada trivial

Iniciando pela contextualização da década de 1860 como um período de grande importância para a política imperial, almejou-se neste capítulo transmitir ao leitor as alianças políticas ocorridas na Corte, ao mesmo tempo em que deslocamos a análise para o cenário local. Demonstramos assim que a nova época política representou para a província do Espírito Santo um momento de redefinições partidárias ainda mais intenso do que no restante do Império. Para tanto, lançamos mão de nossa hipótese que atesta o surgimento dos partidos Liberal e Conservador somente em meados de 1861. Assim, foi preciso trazer à luz o maior conjunto possível de documentação que apontasse a ausência de partidos até o referido ano. Neste sentido, utilizamos os relatórios de presidentes de província, como também a afirmação da “explosão” ocorrida na imprensa política exatamente na mesma época. Junto ao novo movimento vislumbrado na imprensa, atrelamos indícios de uma elite intelectual (redatores) sendo composta por indivíduos de fora da província, o que facilitou as modificações em meio aos grupos políticos, bem como a inserção de ideias que irão dividir e fazer se opor uma elite que antes se mostrava homogênea em ideias políticas. Assim, demonstramos o perfil destes redatores por meio dados obtidos em análise prosopográfica, o que indicou de fato que sua maioria era proveniente de outras províncias do Império.

Para identificarmos a província do Espírito Santo como uma localidade peculiar no que tange aos aspectos políticos, por meio do periódico *A Liga* em 1860, foi possível demonstrar que a disputa política capixaba evidenciava, naquele momento, a ausência de uma divisão entre liberais e conservadores, prevalecendo a disputa entre “Partido Capixaba” e “Partido Dionisiano”. Além disso, destacaram-se inúmeros conceitos que agora adentram o vocabulário político da província, provocando indagações que até aquele momento não haviam sido vislumbradas. Afirmamos ainda algumas dissidências

¹³⁵ O chamado morro, ou pedra do Penedo é um maciço rochoso litorâneo que possui a altitude de 135 metros, situando-se às margens da Baía de Vitória.

políticas em meio a estes grupos, além de alianças feitas posteriormente, o que culminaria na formação dos partidos Liberal e Conservador em 1861.

Acerca da formação dos respectivos partidos, ressaltamos as formas de associação política por meio de alguns exemplos, como as alianças feitas entre José Marcellino Pereira de Vasconcelos e José Francisco Monjardim, união esta que deu origem à agremiação liberal na província. Neste sentido, por meio do jornal *O Tempo*, tornou-se evidente não só um novo conjunto de questionamentos políticos, como também um novo vocabulário, além de se destacar o próprio chamado feito pelo Partido Liberal que se formava naquele momento na província do Espírito Santo. Destacamos, todavia, que, ao salientarmos tais formas de sociabilidade política e articulações que permearam a década de 1860, culminando na verdadeira formação de partidos políticos que acompanhassem a divisão existente na Corte, evidenciamos assim a imprecisão das análises anacrônicas que analisaram as disputas entre as irmandades de “caramurus” e “peroás” como um conflito entre liberais e conservadores em meados de 1830, pois a agremiação Liberal surgiu apenas em 1861.

Assim, com o intuito de identificar o momento que pode ser considerado como um início de definições partidárias, colocamos em cena os jornais *O Amigo do Povo* e *O Monarquista*, aquele como representante da política liberal e este como defensor das ideias conservadoras. Estes dois periódicos ainda são cruciais para entendermos a volta dos liberais ao poder, como também a ameaça sentida pelo grupo conservador. Assim, iniciavam-se as disputas políticas no cenário provincial, agora com partidos políticos definidos e se alinhando à política da Corte. Sem dúvida, a década de 1860 representou uma grande modificação no cenário político do Espírito Santo oitocentista, seja esta por vocabulário, pela linguagem ou ainda por meio de novas práticas e novos códigos de conduta. Em suma, evidenciamos aqui uma nova cultura política.

No próximo capítulo elucidaremos como as “folhas da discórdia” colocarão em evidência a disputa entre liberais e conservadores por meio de outros jornais, ao mesmo tempo em que será possível enxergarmos a consolidação das ideias de ambos partidos, podendo ainda contrastar com a realidade política do Império no período posterior a 1863, como também objetivamos salientar como se deram as disputas e dissidências políticas fora da localidade de Vitória, sobretudo, o conflito político vislumbrado no sul do Espírito Santo, verificando a chegada de novas ideias vindas de fora da província.

Capítulo III

As Folhas da Discórdia: A disputa partidária invade a província

“Há em todos os países duas imprensas. Uma é o exercício grandioso da prédica de uma idéia sublime, ela paira sempre nas regiões da mais pura moralidade. [...] A outra assemelha-se ao garoto, cuja a única ocupação é atirar pedradas. [...] A sua única missão é cuspir a baba da infamante calúnia.”¹

Analizamos até aqui a trajetória política da província do Espírito Santo no que se refere à formação dos primeiros grupos partidários. Enfocamos a peculiaridade que envolveu o surgimento dos partidos Liberal e Conservador em âmbito local, ocorrendo provavelmente somente após 1861, e sendo caracterizado ainda pelo envolvimento de relações pessoais em meio à política. Após este período, salientamos a emergência dos primeiros jornais notavelmente políticos e defensores dos respectivos partidos até o ano de 1863.

Apontaremos agora em que medida as identidades políticas foram se consolidando na província do Espírito Santo e, ao mesmo tempo, suscitando a publicação de jornais cada vez mais voltados para uma discussão política acirrada. As bandeiras partidárias são agora fervorosamente defendidas, e, diferentemente de outros momentos, o Espírito Santo tenta acompanhar a discussão política da Corte. O objetivo será levantar, entre jornais colocados como divulgadores de idéias conservadoras e liberais, suas principais defesas e princípios, ao mesmo tempo comparando-os com os ideais propalados pelos dois partidos no Rio de Janeiro e pelo jogo político propiciado pela alternância dos Ministérios da Corte.

Além disso, como já enfatizamos em outros momentos, a década de 1860 se mostra como um conjunto de mutações no cenário político, o que faz com que desde, o período da Conciliação e, sobretudo, à formação da *Liga Progressista*, as relações partidárias se desmembrem em diferentes identidades, corroborando ainda divergências políticas e cisões dentro dos grupos. Assim, demonstraremos como durante a trajetória dos progressistas a própria insatisfação interna ao grupo faz emergir posicionamentos divergentes dentro do Partido Liberal.

Observando o debate político desde 1864 até meados de 1868 antes da queda do gabinete progressista de Zacarias de Góes e Vasconcellos em 16 de julho, serão mostradas as diferentes linguagens políticas encontradas na província do Espírito Santo até a volta do Partido Conservador na liderança da situação política. Para tanto, colocaremos em análise não somente a capital da província, mas também as localidades que compunham o sul do Espírito Santo, onde houve grande efervescência de debates e idéias neste período.

3.1 – Novas Peças Para Um Velho Quebra-Cabeça: a Política da Corte

O contexto político da década de 1860 ainda seguia as balizas propostas pela conciliação, mas, sobretudo, sob o predomínio liberal. O Partido Progressista unindo conservadores e liberais dissidentes dominou a Câmara durante os anos de 1862 até 1868. Entretanto, a permanência da condução política feita pelos *progressistas* não demonstrou estabilidade aos ministérios que se sucederam naqueles anos. A divergência entre os princípios políticos de conservadores e liberais demonstrava claras fissuras dentro de uma

¹ *Jornal da Victória*, nº 366- 27/11/1867.

aliança feita entre grupos com interesses tão diferentes. Além disso, por todo o Império havia desconfianças acerca da identidade desta nova facção, fazendo com que o partido fosse apresentado em cada província de acordo com o predomínio, liberal, ou conservador, naquela região.²

Mas nem só de problemas políticos de ordem interna viveu o Império brasileiro neste período. Alguns conflitos políticos externos também marcaram esta quadra. O primeiro deles se deu com a Inglaterra ainda em 1863, que já se encontrava em situação nada amistosa com o Brasil por conta da não revogação do *Bill Aberdeen*, provocando posteriormente reclamações de ambos os países. Assim como destaca Marcello Basile, os atritos ocorridos entre ingleses e brasileiros deram-se por dois incidentes sem grande importância: primeiramente, deu-se a interferência do representante britânico na Corte, Willian Dougal Christie, sobre o episódio no qual uma fragata inglesa naufragou e foi alvo de pilhagem no litoral do Rio Grande do Sul; o segundo fato que serviu de estopim para a chamada Questão Christie foi uma pequena confusão envolvendo três oficiais ingleses, que, bêbados e sem identificação, foram presos por uma sentinela no Rio de Janeiro. Após o ocorrido, Christie passa a exigir uma censura às autoridades que efetuaram a prisão, requerendo um pedido de desculpas do Império à Marinha Britânica, e, além disso, fez ainda a exigência de uma indenização, relativa ao naufrágio da fragata no Rio Grande do Sul.

Sabe-se que o governo se negou às reivindicações de Christie, que em retaliação, ordenou o bloqueio do porto do Rio de Janeiro, ocorrendo ainda a captura de navios brasileiros. A efervescência tomou conta do povo, que foi às ruas contestar as atitudes de Christie, e ainda ameaçava atacar a legação britânica. Levando o contexto ao Espírito Santo, Maria Stella de Novaes afirma que rompimento das relações diplomáticas entre os dois países fez com que se percebesse em Vitória atos de solidariedade ao governo, os quais a autora denomina como “defesa da pátria”. Todavia, questionar se o sentimento patriótico já vigorava internamente nos habitantes da província do Espírito Santo neste período levar-nos-ia a um julgamento talvez precipitado sobre tal situação. Contudo, o fato é que, segundo a autora, depois de noticiados os acontecimentos do Rio de Janeiro, houve passeata, discursos, apresentações de bandas musicais, entoando apoio à causa brasileira em meio à crise com os ingleses.³

Como outro exemplo de um momento que estremeceu os ânimos do Império, citamos ainda os percalços que envolveram a Guerra com o Paraguai. Uma guerra cujos motivos se concentravam na divisão territorial, envolvendo Brasil, Paraguai e o Uruguai, ou, ainda como afirma Marcello Basile, podemos falar deste como um conflito que encontra suas motivações inseridas na dinâmica de constituição dos Estados nacionais platinos.⁴ Como aqui não é nosso objetivo discorrer profundamente sobre o assunto, cabe apenas salientar as conseqüências que vieram após a guerra. Os conflitos com Solano Lopez culminaram na apoderação de territórios que o Brasil requeria ao Paraguai. Contudo, pode-se afirmar outra conseqüência da Guerra do Paraguai: o desenvolvimento do sentimento de identidade nacional e a exaltação do patriotismo, ideia muito bem desenvolvida nos estudos de José Murilo de Carvalho.⁵

O que se relatou acima demonstra apenas um pequeno resumo de um contexto político bastante conturbado, que vai de 1864 até a volta dos conservadores. Podemos dizer, em um

² BASILE, Marcello Otávio N. de C. “O Império Brasileiro: Panorama Político”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 256.

³NOVAES, Maria Stella. *História do Espírito Santo*. Vitoria: FEES, 1984, p.259.

⁴BASILE, *Op. Cit.*,p. 259.

⁵CARVALHO, José Murilo. Brasil: Nações imaginadas. In *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p.233.

termo mais coloquial, que, até aí, “muitas águas rolaram”, e serão estes os pontos de convergência de nossa análise durante esta parte da investigação. Os embates da Corte não ficaram somente por lá, e como aqui já enfocamos, a partir de 1863, a imprensa da província do Espírito Santo já se torna participante do debate político que se evidencia durante estes anos. Entre os partidos da Corte iniciam-se as dissidências; na província do Espírito Santo o processo parece ser ainda mais complexo: as divisões partidárias que eram recém inauguradas (ver capítulo 2), agora já precisavam entrar em um jogo político intenso, fazendo escolhas, adesões, discussões e defesas de ideias políticas que até então não se havia percebido na província.

Neste sentido, certamente as várias linguagens políticas que provinham de fora da província e de sua elite intelectual adentraram o pensamento da elite política e, conseqüentemente, da elite intelectual local. É por meio dos escritos contidos na imprensa que poderemos aferir a entrada de tais linguagens, ou, ainda, se uma mesma linguagem política desdobrou-se em várias outras no cenário político capixaba.

3.2 – Na Província: As Linguagens da Discórdia

Nesta fase, abordaremos a imprensa política da capital (Vitória), assim como jornais publicados na parte sul da província (Itapemirim), o que chamaremos de *Sul* e *Centro*. A escolha deu-se de forma a tentar mapear da melhor maneira possível as disputas políticas locais, não nos retendo apenas à capital, o que demonstraria um risco de transferir os conflitos do centro para o restante da província de maneira aleatória. Da mesma forma, o leitor pode se perguntar o porquê de se escolher apenas a parte sul e a capital, o que elucidamos destacando que somente neste dois pólos temos a publicação de jornais no período de 1864-1868, e, além disso, a escolha dos dois principais pólos políticos se dá pela importância da capital, por ser o local onde residia a grande discussão partidária abrigada na Assembléia Provincial; já o Sul da província destaca-se pela forte influência da política da Corte, provocada pela proximidade com o Rio de Janeiro.

Na Corte, temos agora os progressistas e os conservadores divergindo em opiniões e propostas políticas, além de uma progressiva dissolução do gabinete de Zacarias em 1864, que, como afirmara Nabuco: “*desde o princípio, é certo, notara-se a oposição de parte do elemento histórico à feição progressista predominante do gabinete*”⁶. Já se destacavam, desta forma, as primeiras dissidências dentro do Ministério. Ao mesmo tempo, na província do Espírito Santo, os “partidos”, cada qual com seu jornal, enfatizam seus projetos políticos, e perfazem todo um arcabouço de idéias e autores que se tornaram cruciais para compor o pensamento político da época. No Espírito Santo, tentaremos levantar as folhas partidárias, sendo estas *liberais progressistas* ou conservadoras, e ainda chamando atenção para a rotulação que alguns jornais sofreram pela historiografia.

Torna-se evidente que os anos foram modificando a cena política da província. Alguns jornais cessaram, outros nasceram, redatores se calaram, outros buscaram ainda mais fôlego para a defesa de sua política. Digamos ainda que as dissidências surgiram na província; além disso, os que se diziam apóstolos do liberalismo, por conflitos eleitorais, agora se tornam conservadores com uma retórica de força total.

O quadro abaixo demonstra o perfil dos redatores dos jornais utilizados neste capítulo, a fim de melhor entendemos quem eram estes homens que ajudaram a levantar uma política

⁶NABUCO, Joaquim. *Um Estadista no Império*. Vol.II. 5ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p.464.

diferente na província do Espírito Santo. Estes redatores inseriram um novo vocabulário em seus jornais e, da mesma forma, trouxeram ideias um pouco mais ousadas para o cenário político. E, deste modo, tornou-se possível uma solidificação do que seriam os partidos Liberal e Conservador no Espírito Santo.

Tabela 1

PERFIL SÓCIO-PROFISSIONAL DOS REDATORES

(1864-1868)

Redator	Jornal	Nascimento	Local	Escolaridade	Formação	Instituição	Ocupação	Emprego Público	Cargo Político
Basílio de Carvalho Daemon	<i>O Estandarte</i>	-	RJ	Superior	Bacharel	-	-	-	Deputado provincial
Clímaco Barbosa de Oliveira	<i>Sentinella do Sul</i>		BA	Superior	Medicina	Faculdade de Medicina do RJ	-	-	Deputado Provincial
José Correia de Jesus	<i>Jornal da Victória</i>	-	BA	Superior	Direito			Procurador Fiscal da Fazenda	Deputado Provincial
Manoel Feliciano Moniz Freire	<i>Jornal da Victória</i>		RJ	Superior	Engenharia			Tesoureiro da Fazenda Provincial	Deputado Provincial
Tito da Silva machado	<i>O Correio da Victória</i>	-	BA	Superior	Direito	Faculdade de Olinda	Professor	Procurador Fiscal	Deputado Provincial
Leopoldo Mello e Cunha	<i>Jornal da Victória</i>	1833	RJ		Matemática		Engenheiro		Deputado Provincial
José Marcelino Pereira Vasconcellos	<i>O Correio da Victória</i>	1821	ES	Superior	Direito	Faculdade de São Paulo		Insp. do Tesouro Provincial	Deputado Provincial Deputado Geral

Dos nomes acima, compete advertir que alguns deles já aparecem outrora no primeiro quadro socio-profissional dos redatores dos jornais que eclodiram após 1860. Entre estes nomes estão Manoel Feliciano Moniz Freire, o bacharel em Direito José Correia de Jesus, e o antigo liberal José Marcellino Pereira de Vasconcellos, que, a partir de 1864, pelos fatos que serão relatados ao longo da investigação, passa de redator de um dos primeiros jornais liberais, *O Tempo*, para agora redigir um jornal conservador, *O Correio da Victória*.

Novamente, a ideia sobre uma elite intelectual vinda de fora da província se perpetua, pois apenas José Marcellino Vasconcellos continua sendo o único redator nascido no Espírito Santo. Dos redatores, agora José Marcellino poderia ser considerado o mais velho, pois os dados sobre os demais demonstram que nasceram nas décadas de 1830 e 1840. Além disso,

José Macellino já vinha de uma discussão política anterior, e agora convive com estes novos redatores, assim como as novas práticas políticas do novo contexto político.

Todos os redatores possuíam formação superior, a maioria em Direito, e também em sua maioria, ocuparam cargos públicos na província, além de todos terem conseguido chegar ao paço da Assembleia Provincial. Todos os redatores tiveram sucesso com a difusão de suas ideias, tornando-se deputados provinciais, e um dele até mesmo ocupou a cadeira na Assembleia Geral. O próprio José Marcellino Vasconcellos conseguiu chegar à este posto.⁷ As principais faculdades freqüentadas pelos redatores eram a de São Paulo e de Olinda; já Clímaco Barbosa de Oliveira formou-se em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro.

A tabela acima exhibe os dados obtidos sobre os redatores dos quatro jornais escolhidos para análise deste período, que vai deste de 1863 até a volta dos conservadores ao poder em 1868. Como a abordagem previa a investigação sobre jornais da capital e do sul da província, elegeram-se como fontes os jornais liberais *Sentinella do Sul* e *O Jornal da Victória*. E por jornais conservadores a escolha se concentrou em *O Estandarte* e no *Correio da Victória*.

O Jornal da Victória, iniciado em 1864, ocupara agora o lugar do antigo periódico *O Tempo*, sendo produzido na mesma tipografia: a *Tipografia Liberal*, cujo dono era Delecarliense Alencar Araripe, nascido no Ceará, primo segundo de José de Alencar. No momento em que foi criado, o *Jornal da Victória* parece abandonar um pouco aquele vocabulário hostil à ala conservadora, com o qual se manifestava em *O tempo*, e se tornou o órgão oficial do Governo. A folha saía duas vezes na semana, e trazia os avisos oficiais, assim como recebia correspondências, tanto de leitores da província, como também de seus correspondentes da Europa, principalmente de Paris. Os preços das assinaturas eram de 10\$000 ao ano e 5\$000 o semestre.

A figura do diretor e editor Delecarliense Alencar ainda é muito obscura, pois parece fornecer ao jornal todos os subsídios para sua existência, desde o início da *Tipografia Liberal*, mas, no entanto, não expõe suas ideias. A redação fica por conta de nomes influentes na política local, como Moniz Freire, Correia de Jesus e Leopoldo Mello e Cunha, todos pertencentes ao grupo político de Francisco Monjardim. Ao longo da pesquisa, deixaremos explícito como se deu a linguagem política do *Jornal da Victória*, e qual era seu projeto liberal.

Outra fonte de ideias liberais, e certamente mais explícita do que o *Jornal da Victória* era a *Sentinella do Sul*, criada em 1867. A Associação Sentinella do Sul, como seu redator expunha no jornal, era composta claramente por um grupo de bacharéis em Direito: José Feliciano Horta de Araújo, Joaquim Pires de Amorim, Maximiano Bueno, todos advogados, liderados e dirigidos pelo médico baiano Clímaco Ananias Barbosa de Oliveira. Os bacharéis citados acima eram muitas vezes colaboradores do periódico, falavam de política sem nenhum pudor, além de se defenderem de acusações feitas pelo seu opositor Basílio Daemon, no jornal conservador do sul, *O Estandarte*. Nenhum deles era nascido no Espírito Santo, e provavelmente, como Clímaco Barbosa que lá chegou em meados da década de 1860, conflitar a política capixaba tornou-se algo muito mais fácil do que para os que ali já estavam. Certamente todos naquele grupo almejavam ocupar um cargo político e usaram de seu periódico para tal finalidade, além de adentrarem em uma teia de relações sociais com os grandes fazendeiros do sul, os quais poderiam, juntos, colocar em prática interesses pessoais e políticos.

⁷JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1979.

Das fontes escritas por conservadores, nada mais original do que escolher para a pesquisa um jornal redigido por Basílio de Carvalho Daemon, antigo colaborador do *Correio Mercantil* na Corte. Seu jornal, *O Estandarte*, iniciou a publicação no início do ano de 1868, em Itapemirim, sendo muito claro em suas pretensões de defender um partido constitucional, preocupado com a possível “anarquia” que poderia afetar o Império. O grande alvo do jornal era a política dos *progressistas*, e as ideias nada satisfatórias do liberal “extremado” Clímaco Barbosa. Saía aos domingos, custando 10\$000 a assinatura anual, e 5\$000 pelo semestre.

Já o segundo jornal conservador, *O Correio da Victória*, por falta de fontes, não se faz tão rico em informações sobre suas ideias políticas nesta quadra. Somente após 1870 teremos novamente os números que irão relatar a face política conservadora de tal periódico. O pouco que se conseguiu extrair desta folha foi retirado dos pequenos fragmentos encontrados na Biblioteca Nacional, assim como das palavras dos jornais rivais, *O Jornal da Victória* e da *Sentinella do Sul*. Contudo, se tratando de jornais opostos, é claro que muitos cuidados devem ser tomados; sabemos que nem tudo o que o *Jornal da Vitória* e a *Sentinella* tenham usado para acusar seu opositor conservador pode ser considerado como uma verdade total.

Os redatores da capital são os mesmo que estavam por lá no momento da transfiguração de *Dionisianos* e *Capichabas* em *Liberais* e *Conservadores*. Portanto, a imagem da composição da política de Vitória é vista de forma mais fácil; eram praticamente os mesmos grupos, um chefiado por coronel Monjardim, enquanto Dionísio Rezendo liderava os conservadores. No entanto, diferentemente de Vitória, torna-se importante entender como estes homens políticos foram atraídos do Rio de Janeiro e de outras províncias para o sul do Espírito Santo, fazendo com que a localidade tivesse um grande desenvolvimento comercial, o que, de certo, começou a envolver grandes interesses políticos.

3.3 – As Elites, o Café e as Ideias

A segunda metade do século XIX representou um divisor de águas para a província do Espírito Santo, principalmente quando falamos da parte sul da província. A localidade vivia um momento de recuperação econômica e, assim como adverte Nara Saletto, o início da produção cafeeira implantada no sul retira o Espírito Santo da “letargia” na qual se encontrava até aquele momento. Vitória também teria tentado implantar a cultura do café, mas continuou detendo-se muito mais às pequenas propriedades, aos engenhos e à produção de farinha de mandioca e milho.

Em seu estudo monográfico sobre fortunas e posses de terras em Vitória, Rafael de Jesus constatou a mesma diferença entre Vitória e o sul da província entre os anos de 1850 e 1872. Sobre a expansão do café, afirma que o desenvolvimento não se deu uniformemente em todos os municípios, expondo a diferença entre Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, até mesmo em termos demográficos. Enquanto a população livre em Vitória pouco crescia e o número de cativos decrescia, no sul a população aumentava cada vez mais.⁸

Ainda seguindo as pistas dadas por Nara Saletto, o café teria atraído um grande fluxo migratório de outras províncias, sobretudo de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Na visão da autora, estes imigrantes eram tanto fazendeiros que ocuparam extensas regiões com seus

⁸ O estudo monográfico de Rafael de Jesus aponta duas alternativas para tal fato. A primeira é de que Vitória não teria conseguido acompanhar a produção cafeeira como em Cachoeiro de Itapemirim; a segunda volta-se para a hipótese de que Vitória, neste momento, aumentava seu processo de urbanização, o que acabou por diminuir as pequenas lavouras e sítios. JESUS, Rafael de. “*Fortunas Capixabas: posse de terras e escravos em Vitória (1850 e 1872)*”. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.p.27.

escravos, mas também compreendia pequenos agricultores. A proximidade com o Rio de Janeiro não se dava somente pela geografia, mas também envolvia os interesses econômicos, pois o maior problema da província consistia no transporte de mercadorias, e, todavia, na falta de ligação direta com o exterior, a província estava subordinada ao Rio de Janeiro para fazer a exportação de seu café.⁹

Quem era de fato a elite econômica na província? Certamente em Vitória seriam os comerciantes e donos de fazenda, como Francisco Monjardim. No sul, não muito diferente, mas um pouco mais intenso, havia a presença de alguns comerciantes que vieram tentar a vida na província exatamente pela chegada do café, o que fez com que a região se desenvolvesse cada vez mais, e, sobretudo, fez emergir um grande número de fazendas de café.

Todas estas transformações fizeram do sul da província, em especial, Cachoeiro de Itapemirim, um local de grande desenvolvimento econômico, o que também influenciou no poder político da região. Distante 136 km de Vitória, o sul parecia muito mais ligado ao Rio de Janeiro, e, além disso, muito mais independente da capital, até mesmo na esfera política. Neste sentido, acreditamos que, juntamente com o café e com o fluxo migratório comprovado pela historiografia, também chegaram ao Espírito Santo homens de novas idéias, promovendo o advento de uma nova política.

3.4 – A Política do Sul

Em outro momento deste estudo, enfocamos a criação dos partidos locais em Vitória, e chamamos a atenção para a especificidade pela qual se deram tais fatos. Assim, segundo os jornais analisados, as disputas políticas na província do Espírito Santo se davam por meio de grupos personalistas: *Capichabas e Dionisianos*, podendo ser apontada ainda a ausência de caráter partidário entre os mesmos. Neste sentido, as afirmações corroboram para o entendimento da província como um lócus de práticas políticas diferentes se comparada ao restante do Império, onde os grupos Liberal e Conservador já se mostravam consolidados.

Desta forma, foram evidenciados os primeiros anos da década de 1860, percorrendo o surto ocorrido em meio à imprensa política local, o qual nos auxilia no entendimento e formação dos partidos políticos locais, mais precisamente em 1861. Contudo, é necessário notar que os primeiros jornais surgiram em Vitória, capital da província¹⁰, o que nos revela somente características sobre como se davam as disputas dentro desta circunferência. O que se deseja aqui salientar é que as práticas políticas vislumbradas na capital não podem ser tomadas como modelo, ou então, como uma base para toda a província do Espírito Santo, pois assim estaríamos sugerindo uma análise superficial da política local, vendo-a como homogênea e definida pelos mesmos personagens e pelas mesmas disputas em toda a província.

A partir da mesma hipótese que relaciona a criação de jornais às disputas políticas e definições partidárias, e tomando por base os dados acerca da produção de jornais na província neste período, destacamos que o sul da província, mais precisamente de Itapemirim, torna-se também um centro de ebulição da imprensa política. As informações fazem com que desloquemos o olhar para tal localidade, de forma a evidenciar as práticas políticas do sul, que se relacionavam com a política do centro (Vitória).

⁹ SALETTO, Nara. *Trabalhadores Nacionais e imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996. p.27.

¹⁰ Refiro-me aos jornais *Estafeta* e *O Correio da Victória*, publicado em 1849.

Dois jornais publicados em Itapemirim serão os pontos de partida para o entendimento da política do sul, e de nossa comparação com o centro: a *Sentinella do Sul*, iniciado em 1867, e *O Estandarte*, publicado pela primeira vez em 1868. Sabe-se, todavia, que os dados obtidos por meio de tais jornais não podem ser vistos como fontes isentas de questionamentos. Entretanto, tratando-se da carência de fontes relativas ao Espírito Santo no período provincial, assim como a ausência de estudos que nos demonstrem como eram de fato as características da política local, entende-se que o estudo de tais periódicos revela aspectos muito relevantes das práticas políticas do sul, nos auxiliando a entender seu diálogo com a capital.

3.4.1 – Arraias e Macucos

Afirmando piamente sua defesa das idéias constitucionais, o jornal *O Estandarte* iniciou sua publicação em 5 de abril de 1868, saindo sempre aos domingos. A assinatura da folha produzida em Itapemirim custava 10\$000 ao ano para os moradores daquela localidade; já para outros lugares da província, ou até mesmo para fora desta, *O Estandarte* saía ao preço de 11\$000 ao ano para seu assinante.

É por meio do jornal *O Estandarte*, escrito pelo redator conservador Basílio Daemon, que conseguimos sanar algumas dúvidas acerca de como se encontrava as divisões políticas no sul do Espírito Santo durante os primeiros anos da década de 1860. Já afirmamos que, em Vitória, ideologicamente, liberais e conservadores surgem apenas em 1861, derivando respectivamente de *Capichabas* e *Dionisianos*, lembrando ainda que o primeiro grupo é proveniente da facção denominada *Bermudista*, constituída pelos seguidores de padre Bermudes. Neste caso, antes de falar das disputas fora da capital, cabe agora indagar se, no sul, as disputas também tiveram como personagens os *Capichabas* e *Dionisianos*, e ainda outras indagações, pois, se seguiam esta mesma divisão política em 1860, eram liderados pelos mesmos coronéis que chefiavam os dois “partidos” na capital: José Francisco Monjardim e Dionísio Álvaro Rezendo?

Pelas informações obtidas, a resposta é negativa. A política de Itapemirim, a qual envolvia também as localidades de São Pedro das Cachoeiras e Itabapoana, extremo sul da província, provavelmente não seguiram a mesma trajetória da capital da província. Se 1861 pode ser considerada uma data tardia para a formação de partidos ideológicos, o *Estandarte* aponta para o fato de que somente em 1863 aparecem em Itapemirim os partidos Liberal e Conservador, sendo que, antes, a política local era dominada também por partidos pessoais, assim como em Vitória. Descobre-se pelo jornal que, em Itapemirim, a disputa se dava por meio de “partidários” denominados *Macucos*, chefiados pelo grande fazendeiro coronel João Gomes Bittencourt; enquanto o outro grupo político, denominado como *Arraias*, era comandado pelo poderoso Joaquim Marcellino da Silva Lima, o barão de Itapemirim. A explicação do redator Basílio Daemon sobre os fatos:

Antes que em Itapemirim aparecessem os partidos Conservador e Liberal, quando dominavam os partidos pessoais de Coronel João Gomes, e do Barão de Itapemirim denominados Macucos e Arraias [...] Pouco e pouco foi germinando as idéias políticas, os antigos grupos foram se desfazendo, até que em 1863, banidas as mesquinhas divisas, foram hasteadas as bandeiras constitucionais – conservadora e liberal.¹¹

¹¹ *O Estandarte*, nº17- 26/07/1868.

A fim de expormos um pouco mais sobre os chefes das duas facções políticas; *Arraias e Macucos*, afirmamos que pouco se sabe sobre a vida de João Gomes Nepomuceno Bittencourt. O coronel era de fato muito influente no sul da província, constituindo um dos maiores fazendeiros do lugar, e, em 1860, ocupava o cargo de presidente da Câmara da Vila de Itapemirim, e o próprio nome dado ao grupo, provinha de seu apelido, o “Macuco”.

Do outro lado estava o barão de Itapemirim, Joaquim Marcellino da Silva Lima, nascido na província de São Paulo, veio para o Espírito Santo e instalou-se em Benevente. Chegou e Itapemirim após o casamento com Leocádia Tavares da Silva, filha do capitão José Tavares de Brun, outro grande fazendeiro da região. Joaquim Marcellino da Silva Lima, o barão, é um exemplo dos homens de fora da província que chegaram ao sul como empreendedor da cultura cafeeira, herdando ainda grandes propriedades por conta da união com a filha do capitão Brun. Nara Saletto o insere no grupo dos donos de engenhos de açúcar do litoral, que foram atraídos pela nova produção, apropriando-se de grande áreas de terras devolutas, formando sua grande fazenda. Aos poucos, Joaquim Marcellino da Silva Lima ocupou muitos cargos de destaque na política provincial, atuou algumas vezes como vice-presidente de província, sendo também eleito deputado provincial.

Os ânimos entre as duas famílias sempre foram acirrados, o que fez com que ocorresse um grande alarde em janeiro de 1860, ano da passagem do imperador Pedro II ao Espírito Santo. O monarca faz a última parte da viagem exatamente em Itapemirim, e, como não podia deixar de ser, havia grandes expectativas sobre onde d. Pedro se hospedaria naqueles dias. Assim como afirma Levy Rocha, o coronel João Gomes Bittencourt foi um dos grandes patrocinadores das melhorias e preparativos para a vinda do Imperador, mas, com o intuito de evitar um “ferrão das arraias”, foi escolhido o sobrado pertencente à José Tavares de Brum e Silva, sogro do barão de Itapemirim. Todas as iniciativas visavam harmonizar os ânimos das duas facções.¹² Sem fontes para comprovação, mas citando-se aqui apenas como uma curiosidade, muito se afirmou que o barão faleceu no fim do ano de 1860 devido ao desgosto sofrido por não hospedar d. Pedro II em sua fazenda.

Neste sentido, perde-se um grande personagem da política da qual falamos até então. No entanto, como podemos perceber acima na citação de Basílio Daemom, em 1863 os grupos políticos marcados pelo caráter pessoal desaparecem em Itapemirim, entrando agora em cena os *liberais* e *conservadores* do sul. O coronel João Gomes Bittencourt faz dos *Macucos* os conservadores, e em oposição, a família do falecido barão de Itapemirim, as *Arraias* transformam-se na oposição liberal da localidade. Certamente, afirmar que a família dos Silva Lima tenha assumido o grupo liberal pode parecer ao leitor uma informação muito generalizada. Portanto, a partir das informações contidas nos jornais, podemos afirmar que um membro da família assumiu tal função: Joaquim Antônio de Oliveira Seabra. Comerciante de origem fluminense, Seabra se casou com a filha do barão de Itapemirim, assumindo quase que o mesmo prestígio e poderio na região. Neste sentido, esta era a divisão política no sul da província do Espírito Santo em meados de 1860.

¹²ROCHA, Levy. Viagem de Pedro II ao Espírito Santo. p.231. As informações sobre a estadia do Imperador na província também podem ser confirmadas a partir de seu próprio diário, no qual d. Pedro relata sua passagem por Itapemirim. *Diário do Imperador d. Pedro II, 1840-1891*(organização de Begonha Bediaga, Petrópolis: Museu Imperial, 1999).

3.4.2 – Liberais do sul

Após 1867 já podemos falar em um novo perfil para os grupos políticos da região. A chegada do médico Clímaco Barbosa, cuja vinda teria sido relacionada ao surto de varíola na região, fez com que houvesse uma união de profissionais liberais, dos quais citamos: Maximiano Bueno, Joaquim Pires de Amorim e José Feliciano Horta de Araujo. Por falta de dados, não se pôde quantificar aqui o número de participantes do partido Liberal, e nem ao menos uma grande quantidade de nomes envolvidos neste grupo. Portanto, mesmo com tão poucas referências, quem eram estes liberais do sul?

Joaquim Pires de Amorim era formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, sendo o primeiro juiz federal do Espírito Santo. Era filho de José Pires de Amorim, nascido em Passo de Avermar, na Freguesia de Santiago de Amorim em Portugal. Mudou-se para o Brasil, passando a residir em Passa Três, interior da província do Rio de Janeiro. Por volta de 1852, influenciado pelo major Antônio Vieira Machado da Cunha, um fazendeiro que residia do Espírito Santo, José Pires de Amorim decide ir para a província capixaba, e ali adquire a Fazenda Boa Esperança, bem próxima à Cachoeiro de Itapemirim.¹³

Outro membro liberal, José Feliciano Horta de Araújo, nasceu em Minas Gerais em 1835, e também cursou a Faculdade de Direito de São Paulo. Contudo, talvez seu maior destaque teria sido casar-se com a outra filha do barão de Itapemirim, Izabel de Lima, tornando-se então, cunhado do comerciante Joaquim Antônio Seabra. Certamente os cunhados, herdeiros da grande propriedade deixada pelo Barão, tentaram perpetuar o poderio da família. Já Joaquim Pires de Amorim, filho de outro fazendeiro da região, também advogado como José Feliciano Horta de Araújo, do mesmo modo deveria almejar poder político, ascendendo socialmente na província, além da manutenção do poderio econômico de sua família. Em outros aspectos, percebe-se ainda a ligação de parentescos que envolveram o grupo dos liberais no sul da província.

3.4.3 – Conservadores do sul

Por outro lado, o partido conservador da região apresenta-se de forma mais organizada em meio às fontes. No início do ano de 1868, já se afirmando como “partido”, *O Estandarte* publica a nova organização do grupo Conservador, o qual resolveu se dividir em dois distritos (São Pedro das Cachoeiras e Itapemirim), a fim de melhor discutir os próximos passos sobre a política que vinham encaminhando, e, sobretudo, sobre como agilizar a queda dos liberais. Foram assim organizados os nomes que seriam responsáveis pela política conservadora do sul da província.

¹³AMORIM, Joaquim Pires de. *Um dos primeiros habitantes de Cachoeiro*. 2. Ed. Cachoeiro de Itapemirim, 1966.p.7.

Tabela 2
Partido Conservador em São Pedro das Cachoeiras

Nome	Cargo
Coronel Francisco Xavier M. Nogueira da Gama	1º Vice-Presidente
Capitão Francisco de Souza Monteiro	2º Vice-Presidente
Basílio de Carvalho Daemon	1º Secretário
Francisco Salles Ferreira Junior	2º Secretário
Capitão Francisco Herculano Monteiro da Gama	Conselheiro
Major Antônio Hermogêneo Dutra	Conselheiro
Capitão Sabino José Coelho	Conselheiro
Comandante José de Aguiar Valim	Conselheiro
Capitão Pedro Ferreira da Silva	Conselheiro
José Francisco Furtado de Mello	Conselheiro
Capitão Francisco Lopes Pimenta	Conselheiro
Francisco Pinto de Almeida	Tesoureiro
João Paulo Ferreira Rios	Procurador
Alferes Joaquim Francisco Gomes	Adjunto
Alferes Nincolau Monteiro Nogueira da Gama	Adjunto
Misael Ribeiro da Silva Castro	Adjunto
Antônio Ferreira de Aguiar	Adjunto
Bernardino José da Silva	Adjunto

Tabela 3
Partido Conservador em Itapemirim

Joaquim Gomes da Silva Netto	1º Secretário
Manoel Bello de Araújo	2º Secretário
Major Antônio da Silva Póvoa	Conselheiro
Joaquim Moreira da Silva Lima	Conselheiro
Laurindo José Alves Silva	Conselheiro
Capitão Firmino Borges da Silva	Conselheiro
Alferes Antônio Borges de Athaídes	Conselheiro
Felismino Francisco Batalha	Conselheiro
Tenente José Gomes Meirelles	Conselheiro
Tenente Francisco Dias da Silva Pinheiro	Tesoureiro
Tenente José Gomes Pinheiro	Procurador
Felix Francisco de Oliveira e Silva	Adjunto
Conrado Gonçalves Viana	Adjunto
Capitão Caetano Dias da Silva Junior	Adjunto
Luiz de Miranda Faria	Adjunto
Joaquim Luiz Alvez Silva	Adjunto

Fonte: *O Estandarte*

Levando em conta a ausência de um presidente para o partido, presumimos que o grupo era ainda dirigido por Joaquim Seabra, entretanto, contava com a ajuda de todos estes membros para a coordenação e difusão da política conservadora na região. Dos nomes acima, poucos dados puderam ser realmente levantados, mas o que se verificou foi a grande presença de grandes fazendeiros e comerciantes. Comparando com os liberais que citamos, os membros conservadores pareciam ser bem abastados, seriam de fato, grandes latifundiários.¹⁴ Um fato que se assemelha com o grupo Liberal são laços de parentescos entre os membros dos partidos.

Destacamos também que, além de fazendeiros e comerciantes, a lista de nomes do Partido Conservador abriga muitos militares e oficiais da Guarda Nacional. Contudo, a ligação destes políticos com a posse de terras na região é que nos chama a atenção. Na lista acima, contamos com a presença de nomes como o do fazendeiro Francisco Xavier Monteiro

¹⁴Enfatizamos que não é possível precisar ao certo o que era um “latifúndio” no sul da província. As poucas fazendas que mencionam sua dimensão, como por exemplo, a Fazenda Monte Líbano, não pode ser de base para todas as propriedades da região, visto que a posse de mil alqueires de terra não era algo freqüente no período.

da Gama, e mais dois filhos: Francisco Herculano Monteiro da Gama e Nicolau Monteiro da Gama, dentro do Partido Conservador. Outro nome ligado ao grande latifúndio é o de Francisco Salles Ferreira Junior, cujo pai Francisco de Salles Ferreira, proprietário da Fazenda Pau Brasil.

Um caso a se destacar pela grandiosidade de suas posses seria o caso do capitão Francisco de Souza Monteiro, patriarca da família que dominará politicamente a região por muitas décadas. Vindo de Minas Gerais, Francisco de Souza Monteiro casou-se com Henriqueta de Souza Rios, filha do grande negociante Bernardino Ferreira Rios, também proveniente de Minas Gerais, e proprietário da fazenda Cachoeira Grande. O casamento redeu muitos frutos a Francisco de Souza Monteiro, além de angariar prestígio econômico e político na região. Possuía dois veleiros mercantes, os quais levavam mercadorias para o Rio de Janeiro, e de lá, trazia mercadorias para o porto de Itapemirim. Francisco era o também o proprietário da grande fazenda Monte Líbano, uma concentração de mais de mil alqueires de terra, possuindo um cafezal com aproximadamente 200 mil pés de café.

A fazenda Monte Líbano era praticamente auto-suficiente em termos de produção, pois, além do café, lidava-se ali com a pecuária, a produção de leite, couro, produção de algodão e lã, que eram fiados na fazenda pelos escravos, produzindo tecidos. Havia também a produção de açúcar branco e mascavo, além de aguardente. Já na olaria eram produzidos tijolos e telhas.¹⁵ Neste sentido, por meio da grandiosidade que tal fazenda demonstra, torna-se difícil não imaginar a existência de um comércio interno de tais produtos, assim como o comércio interprovincial.

Portanto, tentou-se por meio do levantamento destes dados identificarmos pelo menos alguns vestígios que possam auxiliar no entendimento dos interesses econômicos e políticos envolvidos na política do sul. A divisão entre os grupos políticos não é marcada pela heterogeneidade. Ao contrário, os dois grupos têm ligações com fazendeiros e negociantes. O grupo dos liberais, no entanto, parece ser composto em sua maioria por profissionais liberais, filhos ou parentes de fazendeiros, mas que tiveram ensino superior, e tentavam adentrar não só na elite intelectual da província, mas sonhavam com a ascensão política. Já no grupo conservador o indivíduo que se mostrava de fato intelectual era Basílio Daemon, sustentando sozinho, em termos de redação, a política conservadora. Já nos bastidores do Partido Conservador estava a verdadeira elite econômica do sul, a qual queria prevalecer com seu domínio econômico e poder político.

3.4.4 – A Linguagem Conservadora do Sul

Tentaremos aqui não somente dividir grupos políticos, mas, sobretudo, expor diferentes linguagens da elite intelectual, e ainda, linguagens políticas embrionárias, muitas vezes até ambíguas, as quais circulavam até 1868 no cenário político capixaba. Começaremos pela linguagem exposta pelo jornal conservador *O Estandarte*. No entanto, é necessário voltar ao próprio conceito de *conservadorismo*, que, em sua forma mais clássica, seria uma ideologia que confrontava os aspectos que compunham o liberalismo burguês, sobretudo, o progresso. Contudo, a dicotomia entre liberalismo e conservadorismo não pode ser levada a esferas totalmente separadas e radicalmente diferentes no contexto do Império brasileiro. Além disso, lembramos que o conservadorismo no Brasil oitocentista era, na verdade, uma vertente do liberalismo. Para Marcello Basile, por exemplo, muitos dos postulados liberais, como a oposição ao absolutismo, a defesa de uma monarquia constitucional representativa,

¹⁵MARINS, Antônio. *Minha terra e meu município*. Rio de Janeiro, 1920. p.154.

atrelada à divisão de poderes, assim como a garantia dos direitos civis e políticos dos cidadãos, foram também assimilados pelos conservadores do Império.¹⁶

Em termos de projetos políticos, a diferença central entre os dois grupos políticos colocava-se na defesa dos *conservadores* pela centralização administrativa, predominando a condução do Poder Executivo. Os conservadores também faziam ampla defesa do Poder Moderador, inspirado nas idéias de Benjamin Constant, e, ao contrário do que poderia se pensar, a centralização proposta pelo grupo era direcionada a conter o arbítrio dos poderes locais, assim como expôs brilhantemente o visconde do Uruguai¹⁷ em seus estudos sobre a centralização administrativa. É necessário afirmar também que, ser conservador no Brasil oitocentista, não era equivalente a ser contrário à modernidade e às mudanças, mas sim contrário a qualquer modificação que não fosse executada de maneira gradual, o que fazia com que fossem adversos a movimentos revolucionários, e o medo da anarquia. Todavia, faz-se importante ressaltar que o conservadorismo no Império, assim como em quase todos os países, deve ser visto como uma vertente do próprio liberalismo.

Em meio às características que nos apontam os princípios e as bandeiras políticas dos conservadores do Império, nos indagamos o que representava ser conservador na província do Espírito Santo, almejando encontrar as idéias defendidas, e o posicionamento político por meio da linguagem dos jornais. A linguagem conservadora de Basílio Daemon em *O Estandarte* demonstra um amplo conhecimento sobre o que se passava na Corte, evidenciando a insatisfação diante dos progressistas. Após as turbulências que envolveram o gabinete de Olinda, inaugurado em 1865, o mesmo acabou pedindo sua demissão, indicando Zacarias de Góes para ser seu sucessor.

Começava em 1866 o último gabinete progressista, que além de muito tumultuado, marcaria o retorno dos conservadores.¹⁸ Zacarias, citado por Joaquim Nabuco como um “pedagogo constitucional” e “implacável”¹⁹, era uma figura que dificultava qualquer mudança ou reforma constitucional, sobretudo as que se relacionavam ao sistema eleitoral. Até mesmo, o próprio Nabuco já destaca a necessidade seguir-se com menos rigor a Lei de 1841, almejando entre as funções judiciais e policiais, o que, como afirma José Murilo de Carvalho, daria maior autonomia e profissionalização aos magistrados.²⁰

Os percalços que Zacarias encontraria naquela quadra política não estavam ligados somente aos conservadores, pois se relacionavam também às próprias fissuras internas dos *progressistas*. Várias correntes já podiam ser vislumbradas dentro de um mesmo grupo. A maior rivalidade viria dos *liberais históricos*, defensores das principais reformas, e que, desde 1866, já começam a elaborar um programa de cunho mais radical. Discordando destes últimos, os *progressistas*, advindos da coalizão entre liberais moderados e conservadores dissidentes, insistiam nos limites da Constituição de 1824.

Os embates e críticas à direção dos progressistas iam se tornando cada vez mais fortes na Corte, gerando repercussão nos jornais do Rio de Janeiro, como também na província do

¹⁶BASILE, Marcello Otávio. “Conservadorismo no Brasil Império” In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MEDEIROS, Sabrina Evangelista e VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p.101.

¹⁷ URUGUAI, Visconde. Ensaio sobre o Direito Administrativo. In *Vinconde do Uruguai*. Org. e Intr. De José Murilo de carvalho. SP: Ed. 34, 2002.

¹⁸CARVALHO, José Murilo. “Radicalismo e republicanismo”. In: CARVALHO, J. Murilo & NEVES, Lúcia M. B.(orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos- Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 25

¹⁹ NABUCO, *Op.Cit.*, p.454.

²⁰CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/ O Teatro de Sombras*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.206.

Espírito Santo. O fato é que o grupo conservador da província capixaba, além de criticar por meio dos jornais a política do gabinete de Zacarias de Góes, possuíam também outro objetivo: retirar o líder Joaquim Seabra de seu grupo Liberal. O grupo Conservador não aceitava o fato de Joaquim Seabra pertencer aos liberais de Itapemirim.

O jornal *O Estandarte* acusa Seabra de ter vindo do Rio de Janeiro trazendo consigo idéias conservadoras, mas que mudou de crenças apenas para agradar aos cunhados aos quais deve obrigação: “Dizia o Dr. Seabra que era conservador de coração e por tradição de família, e que logo que se inaugurasse a política conservadora no município, teria de separar-se de seus cunhados”.²¹ Dizia ainda *O Estandarte*: “Veio o progressismo, com que encarnaram-se todos os que tinham fome de emprego e de honrarias, e sede de dinheiro. Os liberais da terra declararam-se imediatamente progressistas”. Os dizeres do jornal ao mesmo tempo em que criticam a posição política escolhida por Joaquim Seabra, também não desiste do convite para sua participação no núcleo conservador:

“Seja liberal, progressista pelo coração, ou pelas ações; mas tenha a coragem da franqueza. Os seus amigos da Corte podem ser embaidos; mas os conservadores da província não; pois tem os fatos que são os melhores argumentos da lógica política, com os quais contrariam a S. S^a, e protestam contra o esfarrapado sofisma de que aqui não existem conservadores. S. S^a está fascinado pelo progressismo, por isso não vê o partido contrário; há de vê-lo, porém, quando estiver de cima”.

A crise que o Partido Liberal tentava esconder, ou fingir não existir, era, no entanto, o principal alvo do jornal conservador escrito por Basílio de Carvalho Daemon. Todavia, a crítica à política progressista e ao gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcellos era seu carro chefe:

*É sabido desde as mais altas regiões do poder até o mais obscuro proletário, que o país acha-se disposto a mais não suportar um domínio que tem acarretado à nação as maiores calamidades. Desde o majestoso Amazonas até ao soberbo Prata o clamor é geral contra a prepotência de um punhado de homens, que apelidando-se de **progressistas** vão de degrau em degrau arrastando este infeliz Brasil a uma série de desgraças irremediáveis.*²²

O jornal de Clímaco Barbosa, o liberal *Sentinella do Sul*, era a grande oposição do conservadorismo de *O Estandarte*. Além disso, Joaquim Seabra é apontado pelos conservadores como o patrocinador do jornal Liberal. Daemon declarava que a *Sentinella* era a *Sentinella da Georgina*, que semanalmente preparava seu armamento para a “guerra” contra os conservadores. O nome Georgina está relacionado ao romance que Clímaco publicou em seu jornal naquele momento, o qual se intitulava “Georgina”. Atacando o Partido Liberal, os conservadores os chamavam de “Partido da Barriga”, “Club dos Vallets de Copas” e ainda “Alugados progressistas”.

A alcunha de *Partido da Barriga* fez surgir ainda outros derivados, como a “*política do barrigudismo*”, na qual os progressistas eram os verdadeiros barrigudos; as críticas aos

²¹ *O Estandarte*, nº17-26/07/1868.

²² *O Estandarte*, nº 1- 05/04/1868.

progressistas influenciavam ainda no próprio estereótipo dos liberais, que por meio do jornal conservador eram vislumbrados com uma fisionomia vampiresca, o que não somente referia-se ao físico, mas também fazendo alusão a estes como “sugadores”, aproveitadores. Suas características são sempre as piores; hostilizados como gladiadores, os progressistas também eram chamados de canibais.²³

As críticas eram sempre escancaradas. O descontentamento não era somente com os liberais, mas, sobretudo com conservadores que naquele momento se encontravam no grupo dos progressistas. O ajuntamento aos liberais era inaceitável aos olhos dos conservadores fervorosos, fazendo com sua censura não fosse simplesmente à oposição liberal, mas sim à onda progressista e as atitudes de Zacarias de Góes no ministério, sobre o qual alertavam que “a qualquer momento poderia ter um acesso de loucura”. Zacarias era muito mal visto pelos conservadores da província do Espírito Santo, freqüentemente chamado de “Zac Góes”, “o mestre”, o “boneco de mola”.

O jornal dos conservadores capixabas mostra-se desafiador diante da situação política do país, afirmando muitas vezes que o Ministério de Zacarias era então protegido e auxiliado por uma “maioria imbecil”, a qual estaria naquele momento acarretando somente desgraças ao país. E ainda conclui: “*O Estandarte, Dr.Lemos, só quer o direito do povo em toda a sua plenitude, não simula serviços, fai-os; pertence ao partido conservador, mas dele nada exige, porque seu redator não se mede pelo ouro que sai dos cofres públicos, nem o Sr. Zacarias por ser muito grande, terá coragem de arremeter com seu aríete contra os alicerces do pequenino Estandarte*”.²⁴

Os progressistas eram considerados traidores, e tanto liberais, como também conservadores que mudaram sua posição política eram criticados: “*Oh! Vós sois encarados como uns tristes alugados de todos os partidos, que hoje são progressistas, amanhã sereis conservadores, para mais tarde serdes liberais e vice-versa*”.²⁵ Na visão do jornal, todos os distúrbios, bem como “a afilhagem, a guerra e a fome” que assolavam o Império naquele momento, eram na verdade, consequências da má administração dos progressistas, ou dos “aventureiros” sob o comando de Zacarias, como sempre enfatizavam. Neste sentido, a missão do *Estandarte* era de fato eliminar “o batalhão dos barrigudos”, alertando para a necessidade do fim do “*progressismo da barriga*” e do “maldito progresso do retrocesso”.²⁶ Nas palavras da folha conservadora, era necessário “*condenar estes anarquistas ao ostracismo*”.²⁷

Assim como o *Sonâmbulo de Itabapoana* nos revelava no início da década de 1860 o desespero dos conservadores ao ver o retorno dos liberais por meio de um sonho apocalíptico²⁸, em 1868 as correspondência que chegavam ao *Estandarte* também revelavam

²³ *O Estandarte*, nº3- 19/04/1868.

²⁴ *O Estandarte*, nº14- 05/07/1868.

²⁵ *O Estandarte*, nº1- 05/04/1868.

²⁶ *O Estandarte*, nº2- 12/04/1868.

²⁷ *O Estandarte*, nº3- 19/04/1868.

²⁸ Esta passagem encontra-se no capítulo 2, p.60. Cabe ressaltar que esta linguagem apocalíptica era típica do discurso político oitocentista. Alguns trabalhos já evocaram anteriormente a presença de visões e sonhos, como, por exemplo, Gladys Ribeiro, que ao analisar os conflitos raciais na Corte em 1831, percebe em um dos folhetos da época a utilização de uma linguagem bíblica atrelada ao apocalipse de São João. Os sonhos apocalípticos também são encontrados por Marcello Basile ao trabalhar a linguagem dos grupos políticos do período regencial. RIBEIRO, G. S. “Metáforas e ações na longa luta pela liberdade: conflitos entre portugueses e homens de cor, Corte do Rio de Janeiro, 1827-1834”. *Revista Tempo*. Niterói, n. 10, p. 97-117, 2000 e BASILE, Marcello N. de Campos. *Anarquistas, rusguentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834)*. Dissertação de Mestrado UFRJ, 2000.

sonhos e visões, mas naquele momento com muito mais audácia e coragem. A retórica já não era de retirada do campo de batalha, mas sim de um contra-ataque contra as atitudes dos deputados provinciais:

Sonho ou visão?

Eu vi uma Assembléa Provincial composta de deputados mudos. Vi cada um deles de boca aberta quase a dormir sem saber o que havia a tratar. Vi mais como alugados de uma facção repelida por todo país, apoiarem os mais absurdos projetos daqueles que tem o olho aberto para fazerem progredir o progresso da barriga. Vi mais uma Santa Lingüiça apresentar um relatório de factura mista e a caterva dos asnáticos acharem que deviam concordar com todas as estilícias aí escritas. (...) Vi mais levantar-se os agiotas progressistas e darem muitos apoiados pela lembrança da Santa Lingüiça em formar uma linha de paquetes com o título: Economia dos Desperdícios. Vi mais fechar-se a Assembléa e ficar tudo no mesmo ser. E então eu acordei do lethargo.²⁹

Samuel

Na citação acima se torna clara a crítica ao legislativo da província, revelando um posicionamento apático por parte dos deputados, que, além de uma má administração, obedeciam a uma autoridade denominada “*Santa Lingüiça*”, apelido que se referia ao presidente da província, também seguidor da política liberal progressista.

Sem dúvida, assim como em todo o Império, o conceito norteador do Partido Conservador na província era o sentido da *ordem*. Os conservadores poucas vezes se intitulavam propriamente como “conservadores”, fazendo prevalecer sua maior característica como o grupo que conduzia a tranquilidade do Império. Já não era só necessário “conservar” a situação, visto que o momento era crítico na visão do grupo; a necessidade era de “ordenar” e “equilibrar” a sociedade. Fala-se muito em “equilíbrio constitucional”, que, na visão do partido, consistia na harmonia entre a *autoridade* e a *liberdade*. Neste sentido, o jornal critica a existência de um partido que só se direciona a *liberdade*, como também afirma a ineficácia de um partido que só lance mão de autoridade, afirmando que “[...]Ou leva a liberdade a um declínio perigoso, e chega ao abismo medonho da anarquia de 1793 em França; ou conduz a autoridade por um caminho opressor, até que dela faz o despotismo do primeiro Napoleão.”³⁰

Deste modo, o partido caminha por uma lógica de que liberdade sem a autoridade não traria benefício nenhum para a nação, ao contrário, o desequilíbrio poderia até mesmo terminar em desordem e anarquia. Assim, a fórmula pela qual se traduzem os conservadores é que seu partido seria um equilíbrio real entre liberdade e autoridade, não podendo nenhum destes dois preceitos estar acima do outro. A missão essencial do partido seria a vigilância constante da *Constituição do Estado*, em outros termos, levantando a bandeira centralizadora existente nos preceitos conservadores.

O jornal *O Estandarte* torna notável mais uma das bandeiras conservadoras: a defesa do Poder Moderador, denunciando ainda que esta era uma esfera na qual o próprio Zacarias de Góes estaria invadindo suas atribuições diante deste poder neutro da constituição:

²⁹ *O Estandarte*, nº2- 12/04/1868.

³⁰ *O Estandarte*, nº13- 28/06/1868.

Este alto poder neutro é a chave do equilíbrio, neste equilíbrio está a independência de todos eles; nesta independência estão contidas as condições das liberdades públicas, e de exercício de todos os direitos. No dia em que o poder moderador, poder neutro da constituição deixar de ser o que é no pensamento desta lei fundamental da nação, tudo está perdido[...].³¹

Neste sentido, os conservadores caracterizam a necessidade de manutenção do regime político, a fim de evitar oligarquias e anarquias, afirmando que “fazemos parte de um governo de sistema misto”, qualificado da seguinte forma: “a monarquia representada pelo chefe de Estado que é o poder moderador; a aristocracia pelo Senado e cortesões; e a democracia pela Câmara dos Deputados, cuja origem nasce do povo”.³² A este mesmo “povo”, os conservadores transmitem que “somente ele [o povo] tem o direito inalienável de escolher os seus representantes, devendo por conseguinte ser sempre respeitada a opinião pública[...].³³

Por hora, afirmamos que até 1867 o jornal conservador *O Estandarte*, será permeado quase sempre por tais discussões: a necessidade da saída dos liberais do poder, o respeito ao Poder Moderador, a representatividade do povo e sua eterna missão como guardiões da ordem e da vigilância contra a anarquia. Vejamos agora o que nos diz a linguagem liberal difundida no sul da província, por meio do periódico *Sentinella do Sul*.

3.5 – As Linguagens Liberais?

Ao falarmos em práticas políticas liberais no Império, devemos expor alguns de seus principais pressupostos políticos. As propostas fundamentais que fizeram parte do projeto político do liberalismo no período imperial residiam principalmente na defesa da descentralização administrativa, e, ao contrário dos conservadores, uma maior voz ao poder Legislativo, e não ao Executivo, além das inúmeras críticas ao Poder Moderador.

De toda forma, não só os conservadores estavam interessados em conter transformações abruptas e revolucionárias que poderiam levar à anarquia; os liberais também resguardavam o país de mudanças precipitadas. É certo que, durante os anos que trataremos neste estudo, a própria identidade do Partido Liberal estará em jogo, fazendo com que, mais tarde, uma parte do grupo se tornasse mais radical. Mesmo assim, até a chegada desta fase, cabe seguir a análise das ideias que foram disseminadas até este desmembramento entre os liberais.

Ao se analisar a consolidação das ideias atribuídas ao Partido Liberal na província do Espírito Santo, percebemos, após 1867, uma possível divisão em meio aos princípios que norteavam as práticas políticas locais, assim como suas propostas políticas. A emergência de jornais defensores partidários no sul da província nos possibilita uma comparação entre os liberais do sul e os do centro, aqueles chefiados por dr. Joaquim Seabra e que tinha por divulgador de ideias o jornal *Sentinella do Sul*; e estes últimos, formando o Partido Liberal Progressista em Vitória, que naquele momento ainda era comandado por coronel Monjardim,

³¹ *O Estandarte*, nº13- 28/06/1868.

³² *O Estandarte*, nº14-05/07/1868.

³³ *O Estandarte*, nº14-05/07/1868.

tendo como veículo difusor de ideias o *Jornal da Victória*, sobre o qual falaremos no decorrer deste estudo.

Para dar conta de tais diferenças, tentou-se explicitar as principais propostas políticas contidas nos jornais, algumas vezes sendo possível a comparação sobre alguns temas, sendo outras vezes difícil averiguar o posicionamento do jornal, por falta de uma demonstração mais clara do próprio periódico. Iniciamos o estudo a partir do jornal liberal *Sentinella do Sul*, escrito em Itapemirim.

3.5.1 – Um liberalismo diferente: A *Sentinella do Sul*

Publicado em Cachoeiro de Itapemirim, iniciado em 1867, na tipografia *Sentinella do Sul*, situada rua municipal nº 28, as assinaturas da *Sentinella do Sul* custavam 10\$000 ao ano e 5\$000 pelo semestre dentro da localidade de Itapemirim. Já fora da localidade, pagava-se 11\$000 ao ano e 6\$000 o semestre pelo recebimento do jornal. A publicação da *Sentinella* se dava todos os sábados, passando depois a sair aos domingos.

A *Sentinella do Sul* possuía como redator o já citado Clímaco Barbosa de Oliveira Formado pela Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. O redator nasceu na Bahia, mas certamente foi na própria Corte que tenha iniciado seus contatos com a política. No Rio de Janeiro publicou a obra “*Tristes e Íntimas: Poesias*”, em 1863; em 29 de agosto de 1864, apresentou sua tese “*A albuminúria*”, a fim de obter o grau de doutor em medicina, na qual nos chama a atenção sua página de agradecimentos, e, entre nomes de familiares e colegas da faculdade de Medicina, encontra-se por fim um agradecimento à Francisco Otaviano, dizendo: “*ontem, hoje e amanhã como sempre. Seu amigo, Barbosa*”.

Muito ilustrado, era o próprio Clímaco que criava os romances que apareciam em seu jornal, e que, quase sempre, travava-se de uma história sobre mulheres. Aliás, a preocupação com as mulheres talvez tenham sido o diferencial de Clímaco. Mesmo sendo um jornal político, a *Sentinella* falava muito sobre os cuidados que se deveria ter com as parturientes, além de criticar o trabalho das parteiras. Além disso, Clímaco ainda publicou uma obra chamada “Do aborto provocado”.³⁴

O médico possuía alguns colaboradores, que ao mesmo tempo, eram também componentes do Partido Liberal: Maximiano Bueno, José Feliciano Horta de Araújo e Joaquim Pires de Amorim. Todos, como Clímaco, vieram de outras províncias. Contudo, não afirmamos aqui que o referido debate político suscitado em meados de 1860, ocorra apenas pela diversificação vislumbrada em meio à elite política e intelectual; o que tentaremos demonstrar é que, por meio destes novos nomes, percebe-se as redefinições partidárias dentro da província do Espírito Santo. Também não focamos neste debate apenas pelo fato de serem indivíduos “de fora”, mas, sobretudo, porque os que vinham de outros lugares traziam consigo novos debates, novos questionamentos, novas idéias, além de grandes interesses em ascender na esfera pública. Assim, é a mescla de tais práticas políticas e dos interesses envolvidos nas discussões partidárias que nos interessa.

O jornal liberal de Clímaco foi muito perseguido por Daemon como um periódico que dava voz à ala *progressista*, ou seja, “os alugados”. O redator liberal, no entanto, não menciona muitas vezes no jornal o termo *Progressista*, e acaba muitas vezes discordando também da situação partidária que se encontra o país. A idéia de um terceiro “partido”, essa aliança feita entre conservadores e liberais, uma espécie de “centrismo”, também é repelida

³⁴BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. 7 vs Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. (1827-1903).

pelo jornal liberal: “*Numa época que se acha estragada por uma situação bastarda, na qual romperam-se a bandeira dos partidos para dar lugar ao mercantilismo; hoje que a pátria achasse a borda do abismo*”.³⁵ Entretanto, a volta dos conservadores é obviamente uma ideia sem sentido para os liberais, indicando retrocesso se houvesse a subida do Partido Conservador: “*São restauradores de uma crença abandonada*”.³⁶ Os liberais tinham mente que, após tantos anos de ostracismo político, dificilmente reacenderia o Partido Conservador:

*O partido conservador que com a morte do Marquês de Paraná parecia se ter atirado no letargo do desespero. [...] O partido conservador que havia abraçado essa miséria chamada conciliação para poder soster de pé alguns de seus campeões. [...] Querirá esse partido renegar o seu passado e com ele os seus vultos que foram os primeiros a declararem fora de sua competência a nova aurora política que aparecia com o ministério de 24 de maio? Mesmo que se reconstrua aparentemente o edifício conservador, seriam os seus sustentáculos prometedores de duração? Não. [...] Quem viu passar os esquifes das idéias conservadoras, quem as viu serem atiradas na vala do esquecimento sem lágrimas e preces, quem as viu em fim execradas pela nação inteira, não poderá crer que seja ela, que agora se ergue, novas múmias, e venham afrontar as apupadas dos vivos.*³⁷

Aliás, não aceitam nem ao menos chamá-lo de Partido Conservador, pois este partido era inexistente no meio político do Império. Os conservadores eram tão desprezíveis, na visão dos liberais, que nem um nome caberia ao grupo:

*Partido conservador não, porque o partido conservador está morto e para não apodrecer o combinam com a capa de partido contitucional. Partido constitucional não, porque não é partido constitucional essa porção de homens que fizeram e estão dispostos a fazerem do nosso pacto político um verdadeiro esqueleto de que já começou a quebra dos próprios ossos. Partido da ordem? Também não por quanto não é da ordem um partido cujos vultos insuflam ao povo resoluções perigosas e impolíticas. Aí está a questão inglesa. Partido nacional? Também não porque não está na altura de um partido nacional o convenio de 20 de fevereiro escrito e assinado pelo Senhor Paranhos.*³⁸ Assim o país não pode e nem deve aceitar uma empresa que não acha nome no nosso almanack político.³⁹

Esse grupo que, para Clímaco, não encontraria nem ao menos um nome para voltar à cena política, representava puramente o “retrocesso” que derrubaria as obras liberais de tantos anos. A retomada dos conservadores estava sendo bem articulada no sul da província, o que

³⁵ *Sentinella do Sul*, nº 3- 07/09/1867.

³⁶ *Sentinella do Sul*, nº4- 14/09/1867.

³⁷ *Sentinella do Sul*, nº4- 14/09/1867.

³⁸ O “convênio de 20 de fevereiro” mencionado nesta citação refere-se ao impasse que permeou as discussões do Conselho sobre a decisão acerca da demissão de Caxias ou do gabinete. O final de todo o processo resultou na retirada de Zacarias. NABUCO, *Op.Cit.*, p.755.

³⁹ *Sentinella do Sul*, nº4- 14/09/1867.

era visto por Clímaco e seus companheiros liberais, como uma verdadeira afronta: “*Hoje um triunvirato poderoso se apresenta em campo com o fim de consolidar os princípios constitucionais que regem a nação, conforme se lê em manifesto a gregos e troianos, emanado dos senhores major Caetano, Major Dutra e Francisco Xavier Nogueira da Gama. Assim se exprimem estes salvadores da pátria*”. Clímaco então, publica a circular distribuída pelos conservadores:

Ilm. Sr- Quando em todo o Império se agrupão os cidadãos que professam os princípios constitucionais, que regem a nação, e princípios, e a promovem bem estar do povo, entenderam os abaixo assinados, que não deviam permanecer em uma expectativa desconveniente a esse fim.

A indiferença aos males, que abismam o país, constituiria uma falta imperdoável dos vindouros, e por conseguinte resolvendo acompanhar os cidadãos patriotas, que se unem como um só homem na sustentação da bandeira conservadora, envidam seus esforços na realização da política capaz de salvar o país do tremendo cataclisma que o ameaça. Para tão justo fim instalou-se hoje uma sociedade, que elegeu a sua junta executiva provisória composta dos abaixo assinados e dos cidadãos Joaquim Gomes Pinheiro da Silva, major Francisco Gomes Bittencourt, Joaquim José Gomes da Silva Netto, e tenente coronel José Pinheiro de Souza Werneck, os quais incumbidos do desenvolvimento das ideias do partido constitucional nos municípios reunidos de Itapemirim e São Pedro das cachoeiras, entende ser de muita urgência a reunião da assembleia geral da sobredita sociedade para decretar as medidas convenientes e nomear os funcionários. Pelo que delibero convidar a V. S^a para que na sua qualidade de prestimoso cidadão brasileiro tome parte na referida sociedade para, inscrevendo-se como sócio e comparecendo no dia 15 futuro mês de março à casa do Sr. Major Caetano Dias da Silva nesta vila, para o fim de serem tomadas as necessárias deliberações.

*Vila de São Pedro das Cachoeiras, 16 de Fevereiro de 1868- Caetano Dias da Silva, Presidente- Antônio Hermogeneo Dutra, 1^o secretário- Francisco Xavier Monteiro da Gama, 2^o secretário.*⁴⁰

É interessante notar que a insatisfação com a política progressista era fato consumado também para os *liberais históricos*, que seria a vertente de Clímaco Barbosa neste momento. Ou seja, por meio das ideias difundidas em seu jornal, Clímaco pertencia à ala que propunha reformas à Constituição. A posição não era defesa do *progressismo*, mas representava o medo da volta dos conservadores, o que seria um verdadeiro anacronismo⁴¹:

A história do nosso tempo aí está para julgar nossos atos; o Sr. Marques de Caxias e o Sr. Muritiba ainda não devem estar livres dos remorsos que lhe causaram Pernambuco e Minas. Despi a máscara de partido constitucional, porque ela vai mal a quem teve em suas fileiras um Ferraz e outros. Lembrae-vos das últimas palavras

⁴⁰ *Sentinella do Sul*, nº30- 15/03/1868.

⁴¹ *Sentinella do Sul*, nº10- 27/10/1867.

*do Sr. Paraná – A cruz já é pesada para os nossos ombros. O que os liberais querem é a ordem pela liberdade, ou antes, a doutrina de igualdade perante a lei como fato. Vós o que quereis então? O pão da vossa felicidade amassado com as lágrimas do povo, a constituição como uma mentira, o endocuto do crime e o despotismo da vontade dos grandes. O povo porém só vos aponta um futuro e este é certo como o sol da manhã- o cadafalso.*⁴²

Um vocábulo importante para o jornal era a liberdade. O ideal de liberdade de Clímaco Barbosa é afirmado pelo redator tomando por base um ideário americano⁴³; é ele mesmo que expõe tais proposições, revelando dois episódios de maior base para suas ideias: a Revolução Americana e a Francesa.⁴⁴ Jules Michelet era considerado por ele como o São João da Revolução de 1848, aderindo a um conceito amplo de *liberdade*, no qual os direitos civis deveriam chegar a todos os cidadãos: *Obreiros desta seita sagrada chamada liberalismo, é tempo de sairdes de vossas tendas para receber a remuneração de vosso trabalho. [...] A caravana dos filhos da liberdade levantou pousada e hade no caminho de seus deleitos colher novas vitórias.*⁴⁵

No entanto, em nenhum momento este conceito de liberdade adentra a emancipação ou a defesa da abolição do elemento servil. Além disso, as discussões sobre o conceito de liberdade no jornal trazem à tona as críticas à comemoração da Independência em Vitória em 1867. Os liberais de Itapemirim criticam explicitamente as comemorações do 7 de setembro em Vitória, pois mencionam, em sua análise, a ausência de um monumento que comemore a verdadeira liberdade. São claras as críticas diante das homenagens ao Imperador ocorridas na capital. Diziam os liberais que eram inimigos da realeza, e compreendiam a forma como se dera a cerimônia; porém, afirmam no jornal que desejariam muito mais ver os cidadãos cumprimentado autoridades da província, do que “*a farsa ridícula de irem homens respeitáveis pela sua idade e seus serviços cumprimentar a um retrato do monarca*”. Para o redator, o costume seria justo se ocorresse no tempo de Luis XIV ou dos reis de Portugal.⁴⁶ É neste momento que se pode perceber o início do esvaziamento do sentimento monárquico, que, ainda não tão explícito, chegará à sua radicalização nos anos posteriores.

Em certo momento, a liberdade se junta à luta por direitos políticos, civis e pela cidadania na província. Sobre os direitos políticos de um cidadão, essa era a opinião do jornal:

*O direito político de todo cidadão é uma arma que ele pode manusear em defesa de uma idéia, e não em defesa de interesses particulares. [...] É na praça pública, diante das urnas, no juiz, na manutenção de seus direitos, no cumprimento de seus deveres, na igualdade perante a lei, que o homem pode dizer- Sou homem, sou cidadão!*⁴⁷

⁴² *Sentinella do Sul*, nº 22- 19/01/1868.

⁴³ *Sentinella do Sul*, nº5- 22/09/1867.

⁴⁴ Contudo, Clímaco não expõe suas bases teóricas de liberalismo. Ao falar de um liberalismo tipicamente americano, acreditamos ser uma referência a John Locke, e o processo da Revolução Americana. Já em suas citações sobre Michelet, se revela sua simpatia à Revolução Francesa.

⁴⁵ *Sentinella do Sul*, nº6- 29/09/1867.

⁴⁶ *Sentinella do Sul*, nº5- 22/09/1867.

⁴⁷ *Sentinella do Sul*, nº6- 29/09/1867.

Qual era a ideia de cidadania do jornal liberal *Sentinella do Sul*? Tanto as palavras de Clímaco, quanto a folha como um todo, enfocavam muito a necessidade de se resguardar os direitos políticos do cidadão e sua igualdade perante a lei. O voto era questão central nesta discussão. No entanto, falando sobre direitos e cidadania, o jornal entra com uma ideia muito diferente e ainda não questionada em nenhum periódico da província, o que pareceu um tanto quanto ousado da parte de dr. Clímaco: os direitos civis da mulher.

A questão da mulher na sociedade demonstrava, assim, uma preocupação ainda não evidenciada, ou, talvez nunca havia sido e nunca seria uma preocupação para a província do Espírito Santo. Clímaco tentou, por meio de artigos, relatar as mudanças acerca da liberdade e comportamento da mulher na sociedade.⁴⁸ Para os liberais de Itapemirim, a mulher seria destinada a ocupar na sociedade uma posição tão elevada quanto a do homem, devendo haver igualdade, além de explicitar os progressos da liberdade da mulher.⁴⁹ Para tanto, fez uma extensa exposição das várias fases pelas quais passou a mulher durante a história, destacando o exemplo de que, no mundo grego, esta possuía total liberdade na sociedade, assim também como citou a inferioridade da mulher no mundo helênico.⁵⁰

A folha evidenciava aos seus leitores a situação da mulher na sociedade americana, comparando-a aos direitos que a mesma possuía em território inglês. Entre tantos atributos e necessidades esboçados pelo jornal, a *Sentinella do Sul* expõe de forma muito consciente sua defesa de “*legítima igualdade dos sexos*”.⁵¹, lutando pelo fim do isolamento da mulher na sociedade brasileira, uma mudança que, segundo o próprio jornal, acarretava em “derrubar muitas barreiras”.⁵²

Mesmo legitimando uma melhor posição para a mulher na sociedade do Espírito Santo, Clímaco discursará mais acerca dos direitos civis e da necessidade de incluir as mulheres na educação provincial do que sobre a inclusão destas no meio político da província. Não negamos que tal ideia não fizesse parte do pensamento do médico baiano. Entretanto, suas concepções sobre a mulher não mencionavam direito de voto, mas sim, direito de mais participação na sociedade e direito de estudo.⁵³ As discussões sobre a criação sobre escolas que pudessem abrir os dois sexos serão abordadas no próximo capítulo. Todavia, redigindo o jornal *Sentinella do Sul*, o redator ainda não nos evidencia uma concepção abrangente de cidadania, a qual também abarcaria a cidadania política, assim como fizeram os *liberais exaltados*, quando admitiram o direito de voto para as mulheres na década de 1830.⁵⁴

Os artigos do periódico *Sentinella do Sul* perpassam outra importante questão que vigorava naquele período: a Guerra do Paraguai. Iniciada em 1865, o conflito já trazia ao país as mais severas conseqüências, promovendo a discordância sobre a guerra em termos de divisão política. Os conservadores reprovavam a continuidade do conflito e exultavam os malefícios da guerra. Dispendioso e mal dirigido, iniciado desde o gabinete de Furtado, o conflito já atravessava outros gabinetes, o que provocava tumulto em meio às ideias conservadoras.

⁴⁸ *Sentinella do Sul*, nº12- 10/11/1867.

⁴⁹ *Sentinella do Sul*, nº11- 03/11/1867.

⁵⁰ *Sentinella do Sul*, nº17- 15/12/1867.

⁵¹ *Sentinella do Sul*, nº33- 05/04/1868.

⁵² *Sentinella do Sul*, nº35- 19/04/1868.

⁵³ Entretanto, é necessário afirmar que, a partir de seus discursos na Assembleia Provincial, a luta de Clímaco Barbosa sobre a educação feminina parece ter nas entrelinhas uma proposta de instruí-las para que, posteriormente, pudessem adquirir direitos políticos.

⁵⁴ BASILE, Marcello. *Ezequiel Corrêa dos Santos: Um jacobino na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.p.30.

Já as palavras de Clímaco Barbosa na folha de Itapemirim davam total respaldo à guerra contra o Paraguai, atacando Solano Lopez em vários momentos, afirmando que o povo paraguaio era na verdade um povo *escravizado*, os quais compunham um mundo bárbaro. A guerra, neste sentido, não era para o liberal baiano apenas um conflito de política externa, mas sim um momento honroso para pegar em armas em favor da liberdade. Era essa a pregação do jornal *Sentinella do Sul*.

Sendo assim, havia uma real necessidade da ocorrência da guerra: levar a liberdade ao povo paraguaio. Nas palavras de Clímaco, “A guerra é a guerra, bradão todos os corações verdadeiramente patrióticos; à guerra, brada ainda o governo; vamos terminar as nossas aflições, vamos a última demão à vingança de nossa mãe pátria.”⁵⁵ Assim, a *Sentinella do Sul* acusou os conservadores de serem os inimigos do governo, como também inimigos de seu próprio país, já que visavam por meio das críticas, dissuadir o povo sobre a necessidade desta “luta de honra”, como costumava citar.⁵⁶

Ao contrário dos liberais, os *conservadores* do sul da província, por meio de *O Estandarte*, hostilizavam a Guerra na qual o Império se envolvia, e, sobretudo, colocava-a como fruto da insistência dos progressistas. Neste sentido, em praticamente todos os números, a *Sentinella* visava convencer o povo de que a guerra era necessária, e, além disso, levava aos leitores a ideia de que, se ainda não havia findado o conflito, era porque não havia chegado o momento certo para o término, e do alcance da liberdade. Torna-se interessante o entendimento liberal sobre a guerra contra Solano Lopez. Deste modo, o jornal fez do conflito não só uma simples guerra, mas inseriu nele o conceito de liberdade como justificativa para os acontecimentos.

Outro termo que frequentemente estava presente nos números do jornal era o *Sistema Federativo*. Na visão do redator do periódico liberal do sul, era a Inglaterra o principal modelo de uma país onde reinava a liberdade pública, e de lá também emanavam as mais modernas teorias de administração, onde os empregos eram dados pela confiança. A *Sentinella* defendia ainda o *sistema federativo* como a melhor forma de governo, tomando, por exemplo, as províncias britânicas. Para o jornal, outro sistema, como, por exemplo, o sistema de *confederação*, destruiria os antagonismos que existem entre as províncias, e eliminam as divisões de partidos locais.⁵⁷

É preciso mencionar o fato de que a idealização de um *sistema federativo* e *confederação* utilizados ao mesmo tempo na linguagem de Clímaco era algo recorrente na linguagem política da época. Os termos federação e confederação sofreram adaptações ao longo do tempo, permitindo entendimentos variados acerca de tais conceitos. Como explicitado por Ivo Coser, a diferença principal entre os dois termos está no fato de que dentro da ideia de federação, se torna claro o exercício do poder central da União sobre as províncias que a compõem. Já a *confederação* nos traz características de mais autonomia, perfazendo uma aliança entre estados independentes. Contudo, as concepções apresentadas sobre os termos *federalismo* e *confederação*, são resultantes de um processo histórico advindo dos Artigos da Confederação norte-americanos, aprovados no Congresso Continental em 1877.

Estes artigos foram, contudo, revistos e analisados na chamada Convenção da Filadélfia dez anos mais tarde. Um dos maiores críticos da ideia concebida pela confederação norte-americana foi Hamilton, que em sua análise, advertia sobre a pequena capacidade do poder central de agir sobre os cidadãos da União. Assim, a solução seria rever tal arranjo constitucional, dando reforço ao poder central, não sendo este apenas um poder que somente

⁵⁵ *Sentinella do Sul*, nº13- 17/11/1867.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 13.

⁵⁷ *Sentinella do Sul*, nº14- 24/11/1867.

recomendava resoluções aos estados da União como antes acontecia, não retirando-lhes sua autonomia, mas caindo por terra sua soberania.⁵⁸

Neste sentido, o chamado “descompasso” entre as palavras *federação* e *federalismo* é acentuado por Coser, principalmente ao citar o pensamento de Tocqueville sobre o impasse entre as duas denominações. Para Tocqueville, não havia um termo que agora denominasse a nova experiência histórica e política norte-americana após as modificações ocorridas na Convenção da Filadélfia, o que fez com que *federação* e *confederação* sempre fossem palavras utilizadas de forma associada.

Por meio de tal assertiva e analisando as ideias políticas do liberal Clímaco Barbosa, sua proposta estaria mais enraizada no conceito de confederação, onde o poder central se mostraria fraco ou totalmente nulo. Para o redator, as prerrogativas de um bom governo seria a total autonomia das províncias do Império. Sendo assim, a menção dos dois termos não se trata de uma atitude restrita à Clímaco, mas sim, torna-se uma ocorrência frequente diante das adaptações que os conceitos de *federação* e *confederação* sofreram ao longo do tempo.

Ainda falando sobre a descentralização administrativa, o jornal *Sentinella do Sul* aponta as Assembléias Provinciais como órgãos que na prática não correspondiam às expectativas de seus autores em 1834, mas que, no entanto, eram ainda indispensáveis dentro da organização política. A folha defende que seria melhor a existência de uma outra *organização das municipalidades*, contudo “*se não podemos reformar este maquinismo administrativo dando outro movimento as molas que prendem este corpo ao presidente da província, que representa sua cabeça, podemos habitua-la a desempenhar melhor as suas funções até que o tempo nos traga a desejada reforma*”.⁵⁹

Além da exposição de suas bases políticas, os liberais do sul iniciam no ano de 1868 uma articulação menos teórica, pois era hora de colocar em prática o projeto de ascensão política do grupo. Naquele momento as eleições de deputados provinciais se aproximavam, fazendo com que os redatores da *Sentinella* “sugerissem” aos leitores que se elegeisse a chamada “mocidade” para tais cargos, evidenciando a necessidade de uma maior rotatividade dentro da Assembleia, além de criticar a eleição de vigários, alegando que havia muita dificuldade para exercerem tais cargos devido à dificuldade em encontrar quem os substitua em suas freguesias. No entanto, corroborando nossas afirmativas expostas até o momento sobre a forte presença do coronel Francisco Monjardim, o jornal abre uma exceção sobre a crítica à reeleição. Para Clímaco, apenas Monjardim deveria ser reeleito, apresentando-o como antigo servidor do Estado, o qual não poderia ser esquecido em qualquer circunstância. Enfatiza ainda que “*Nesta mocidade cheia de emoções as vezes inconvenientes, o Sr. Coronel Monjardim é por si uma garantia de ordem*”.⁶⁰ Percebemos aí uma nova tentativa da mescla entre velho modo de governar, junto as novas idéias políticas dos liberais.

Ou seja, Clímaco sabia que ser ilustrado na província do Espírito Santo, não significava ser um grande nome. Ser um grande nome na província do Espírito Santo significava ter prestígio político ou econômico. Para ascender na esfera pública, deixando de participar apenas da elite intelectual, o redator sabia da necessidade de se juntar ao grupo de Monjardim, que, por meio das análises não se identifica totalmente com o liberalismo de Clímaco, mas que, naquele momento, era o único grupo no qual caberia suas ideias. O grupo conservador era logicamente inviável, e criar um grupo liberal mais “radical”, sozinho no sul, poderia parecer um tanto quanto perigoso, além de não angariar nenhum recurso político. Por

⁵⁸COSER, Ivo. Visconde do Uruguai. *Centralização e federalismo no Brasil 1823-1866*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2008. pp. 50-51.

⁵⁹ *Sentinella do Sul*, nº15- 01/12/1867.

⁶⁰ *Sentinella do Sul*, nº15- 01/12/1867.

isso, mesmo com seu pouco diálogo com os liberais de Vitória, no período das eleições, Clímaco estreita os laços com o Partido Liberal Progressista, dirigido por Monjardim.

3.6 – Sociabilidade e Política

Torna-se importante destacar que este estudo compreende as práticas políticas que se tornaram evidentes por meio da imprensa política local, embora não descarte aqui as formas de sociabilidade⁶¹ fora das tipografias, o que, por meio de raras informações, nos permitiu identificar indivíduos da elite intelectual e da elite política em algumas formas associativas.

Quando falamos em formas de viver juntos e locais privilegiados de práticas de sociabilidade, logo pensamos em irmandades leigas e religiosas, as quais tiveram grande importância nos séculos XVIII e XIX.⁶² No entanto, por meio dos jornais do sul do Espírito Santo, não foi encontrada nenhuma irmandade de maior destaque nesta localidade, e nem mesmo seu envolvimento com o cenário político. Ao contrário, os jornais exibiam até mesmo reclamações pela falta das irmandades, alegando que estas até chegaram a existir em Itapemirim, mas que não se perpetuaram.

Partimos então em busca de outras formas associativas, embora até a primeira metade do século não encontramos nenhuma associação política de presença forte na província do Espírito Santo, diferentemente da Corte, onde *caramurus, moderados e exaltados*, mantinham suas associações no período regencial. Tentamos, desta forma, encontrar por meio dos jornais, alguma forma de associação, mesmo que apenas demonstrassem práticas sociabilidade, para que se pudesse fazer um levantamento dos nomes dos sócios, comparando com os membros do partido da região. Ou seja, não trataremos aqui de associações notavelmente políticas, mas de recintos de sociabilidade, por onde passavam os grandes nomes da política de Itapemirim, os quais promoviam bailes e reuniões de leitura. Desta forma, destacamos uma visão de política que sai do contexto apenas do “partido” em si, mas que invade a conversa durante as festas, as lojas de secos e molhados, a leitura dos textos em grupo, ou até mesmo as conversas nas ruas. Em Itapemirim encontramos duas principais associações, nas quais também percebemos nomes de grande importância na política local; são elas: a *Sociedade Titocínio Literário* e a *Sociedade Recreio Familiar*.

Uma das formas de sociabilidades que pode ser destacada na sul da província iniciou-se em 1867, quando foi criada em Itapemirim uma associação literária denominada *Sociedade Tirocínio Literário*, que, segundo o jornal liberal *Sentinella do Sul*, era composta por “*moços empregados no comércio e na lavoura, com o fim de estudar alguma coisa e adquirir habito de tribuna.*”⁶³ Já o próprio redator de *O Estandarte*, Basílio Daemon define de forma diferente a associação da qual participa e divulga em seu jornal:

“É inaugurada neste ano, na vila de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim, uma Sociedade literária sob o título de Tirocínio Literário,

⁶¹ Tomamos por sociabilidade as formas de viver juntos, os encontros nos teatros e cafés; as conversas nas ruas e formas de sociabilidades formais e informais, assim como evidencia Maria Alexandre Louzada em seu estudo sobre espaços de sociabilidade em Lisboa entre o fim do século XVIII e início do XIX. LOUZADA, Maria Alexandre. *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Faculdade Lisboa, 2005. p.213. É necessário informar ainda que a mesma autora retira grande parte de sua caracterização do conceito de sociabilidade e envolvimento em discussões políticas das obras de Maurice Agulhon, grande expoente do tema.

⁶² BOSCHI, Caio Cesar. *Os Leigos e o Poder: (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)*, Ed. Ática, São Paulo, SP, 1986.

⁶³ *Sentinella do Sul*, nº 31- 22/03/1868. p.3.

*sendo seus estatutos aprovados no dia 7 de Setembro. Foi duradoura esta Sociedade, prestou serviços às letras e deu desenvolvimento literário a muitos de seus sócios, sendo a mesma Sociedade freqüentada até por notabilidades. Como todas as coisas em nosso país, morreu esta Sociedade no fim de três anos de existência, pela falta de recursos e guerra feita pelos tartufos e invejosos.”*⁶⁴

O redator liberal Clímaco Barbosa, além de não participar de tal associação, criticava o quanto podia as reuniões feitas naquela sociedade. Para os demais redatores do jornal liberal *Sentinella do Sul*, os estudos da *Tirocínio Literário* deveriam seguir outras diretrizes, diferente dos estudos de poemas e textos de que se ocupavam; afirmavam que seria muito mais interessante que a sociedade se aplicasse a estudos de utilidade prática, como a gramática nacional, o direito, o processo criminal, a história e a religião.⁶⁵ Melhor dizendo, as palavras do liberal Clímaco sugerem que seria muito mais valiosa a criação de uma associação para fins políticos, que instrísse o povo acerca de seus direitos e da situação política do Império.

A partir dos nomes que aparecem no jornal *O Estandarte*, o periódico conservador, e comparado aos nomes dos sócios participantes, é claramente notável que a *Tirocínio Literário* se fazia praticamente uma “associação conservadora”. A hipótese se dá tanto pelas críticas recebidas pelo jornal liberal, o qual não aceita as reuniões de tal associação, como pelos nomes dos membros do partido conservador. Além dos políticos da região sul, estava presente ali o correspondente Marcellino Pereira de Vasconcellos, que neste momento era membro do partido conservador em Vitória e redator do jornal também conservador *O Correio da Victória*.

Abaixo se encontra a relação dos sócios da referida Sociedade criada em 1867⁶⁶, dos quais destacamos muitos nomes ligados à política conservadora da região, tal como Francisco Xavier Monteiro da Gama, a quem é dado o cargo de primeiro secretário do Partido Conservador. Tal espaço de práticas de leitura era muito disseminado pelo jornal de Daemon, corroborando ainda mais de que se tratasse de uma sociedade composta por membros do partido. Contudo, há a presença de Maximiano Bueno, um liberal, mas que, talvez no intuito de também participar das discussões literárias locais, sendo esta a única na região, tenha se associado a *Tirocínio Literário*.

Tabela 4

Relação de Sócios da Sociedade Tirocínio Literário

1867

Sócio	Ocupação
Francisco Xavier Nogueira da Gama	Coronel
Francisco Herculano Monteiro da Gama	Capitão

⁶⁴ DAEMON, *Op. Cit.*, p.226.

⁶⁵ *Sentinella do Sul*, nº 32- 29/03/1868.

⁶⁶ A ausência de documentação sobre os referidos sócios fez com que a tabela exposta contasse com dados muito superficiais. Entretanto, citar a listagem dos nomes que compunham esta sociedade faz parte do conjunto de informações inéditas adquirida pela leitura dos periódicos desta investigação. Portanto, julgo pertinente citá-las, mesmo com poucos dados obtidos.

Antônio Hermogêneo Dutra	Major
Luis Bernardino da Costa	Tenente/negociante
Francisco Pinto Almeida	-
João de Loyola e Silva	-
Basílio de Carvalho Daemon	-
Antônio de Azevedo Coutinho Vellasco	-
José Antônio de Almeida Nunes	-
João Marques Dias de Carvalho Braga	-
José Pinto de Souza Barros	-
José Maria de Almeida	-
Diogo Carlos Tertuliano de Vasconcellos	Alferes
Francisco de Sales Ferreira Junior	-
Francisco Dias da Silva Pinheiro	Tenente
Joaquim José Pereira Gonçalves	-
Constantino Firmino Pereira dos Santos	-
Custódio Teixeira Maia	-
Antônio José Tavares Junior	-
Luiz Jorge Vidal	-
Domingos Martins Coelho do Nascimento	-
José Antônio de Oliveira	-
Francisco Alves Guimarães	-
Emígdio José Martins	-
Alcibíades Gomes dos Santos	-
Francisco Gomes Hiubeiro	-
Manoel Leite de Sampaio Mello	Padre
Pedro Ferreira Duarte	-
Carlos Bernardino Maciel	-

Augusto Martins Pestana	-
José Bento da Rocha	Capitão
Gabriel Ferreira Pena	-
Caetano Dias da Silva	Major
Lidano Ribeiro Nunes	-
João Salles Pinheiro	-
Manoel Fernandes Moura	-
Francisco de Souza Monteiro	Capitão
Teófilo Ferreira Rios	-
Alexandre Augusto Ferreira de Carvalho	-
José Xavier de Lima	-
Manoel Soares da Cunha	-
José Vicente Lousada de Andrade	-
João Pinheiro de Souza Werneck	-
Joaquim Antônio de Olivera Seabra	Coronel
Maximiano de Souza Bueno	-
Antônio Souza leal	-
Cícero Cesar de Macedo Bastos	-
Misael Ribeiro de Paiva	-
Thomas de Aquino Leite	-
Joaquim Vieira Machado da Cunha	Tenente
Manoel Alves França	-
Francisco da Fraga Quitite	Alferes
Manoel Ferreira Braga	-
Francisco Fernandes da Silva Lima	Alferes
Francisco Xavier Pinto Lima	-
Pedro Dias do Prado	Capitão

Delfino Pinto Fernandes	-
Francisco Gomes Bittencourt	Major
João Manoel da Fonseca Silva	Tenente
Joaquim Gomes Pereira da Silva	-
Dr. Esthephens (RJ)	-
Feliciano Teixeira leitão (RJ)	-
João Zeferino Rangel de Sampaio José Marcellino Pereira de Vasconcellos (Vitória)	Sócios correspondentes

O jornal *Sentinella do Sul*, o qual já se apresentava como uma espécie de “sociedade” apresenta outro recinto que talvez fosse reduto dos liberais: a *Sociedade Dramática Recreio Familiar*, que parecia se tratar de um local que promovia divertimentos como bailes e teatro. Entre os sócios estavam Clímaco e Joaquim Pires de Amorim. Ao que tudo indica, o jornal *Sentinella do Sul* possuía uma grande ligação com a referida sociedade, já que em um de seus números a folha convoca os sócios para comparecem à tipografia a fim de aprovarem os estatutos de uma nova associação em substituição à *Recreio Familiar*; seu novo nome seria *Recreio da Juventude*.⁶⁷ Esta sociedade dispõe de poucas informações, principalmente quanto comparadas à *Tirocínio Literário*. Neste sentido, seria uma hipótese apresentá-la, como dissemos acima, como uma forma de sociabilidade liberal, mas que, no entanto, não exclui a possibilidade de participação de outros indivíduos. O que se percebe, é que pela ligação do jornal com a associação, deveria haver uma grande presença de liberais naquele local.

3.7 – Enquanto Isso, em Vitória...

3.7.1 – A linguagem conservadora do centro

Primeiro jornal da província do Espírito Santo, o *Correio da Victória* iniciou sua publicação em 1849, informações já citadas no primeiro capítulo. Contudo há que se fazer algumas considerações sobre o referido periódico quando falamos do mesmo enquanto veículo de um partido político. As informações dadas por Amâncio Pereira⁶⁸ sobre a história da imprensa do Espírito Santo referem-se ao jornal como um periódico conservador. No entanto, se seguimos a hipótese da criação dos partidos Liberal e Conservador somente após 1861, o *Jornal da Victória* não pode ser considerado desde o início como um jornal conservador. Na verdade, acreditamos que tenha assumido tal posição política à medida em que as identidades políticas iam se formando em Vitória. Certamente, em seu período inicial, como órgão oficial do Governo, o *Correio* não possuía uma tendência política explícita, embora a partir de meados da década de 1860, possivelmente seria correto afirmar que o jornal se tornou um portador de ideias conservadoras.

⁶⁷ *Sentinella do Sul*, nº 33- 05/04/1868.

⁶⁸ PEREIRA, Amâncio. “História da Imprensa Capixaba”. *Revista do IHGES* nº 3, 1922.

É ainda necessário informar ao leitor que, exatamente durante este período de maior consolidação das propostas políticas, não existem muitos exemplares do periódico para os anos de 1863 e 1864. E ainda advertimos que as informações coletadas não o colocam numa esfera conservadora. A razão de tal afirmação não está só na ausência de ideias políticas, mas também na narração de fatos que, se comparados ao contexto político, não nos expõe seus principais preceitos e defesa de sua bandeira política conservadora, ainda despertam uma possível posição liberal:

Entrando hoje no décimo sexto ano de sua existência o Correio da Victória saúda o novo ano de 1864, e faz os mais sinceros votos para que seja ele uma manancial fecundo de todas as felicidades para seus assinantes e leitores a quem nesta ocasião cumprimenta e agradece o apoio e proteção com que o honraram. Depois de quinze anos de vida jornalística julgamos dispensados de fazer novos protesto se novas promessas. Nossas idéias, e nossos princípios são conhecidos. Se temos ou não cumprido conscienciosamente nossa missão na imprensa a outros compete dizer. Se não colocam, os o Correio da Victoria na altura dos principais órgãos de publicidade do Império, também não o rebaixamos. Nosso passado não nos envergonha. Qual será pore´m o nosso futuro? Esse é de Deus, e ninguém é dado devassalo.⁶⁹

Contudo, a razão de tal confusão sobre o posicionamento político do *Correio* se dá, sobretudo, pela ausência da documentação. Neste sentido, torna-se quase impossível, como também seria errôneo atribuir idéias políticas definidas a este jornal, sendo que o mesmo não determina suas proposições políticas neste tempo.⁷⁰ Desta forma, é por meio do conservador *O Estandarte* que temos a possibilidade de trazer à luz os principais conceitos que definiam o Partido Conservador na província do Espírito Santo.

Entre 1863 e 1864, contudo, o *Correio da Victória* parece trocar de posição política. Ou ainda, seguindo uma outra hipótese, existe a possibilidade de que o grupo que escrevia no *Correio da Victória* passe a escrever no jornal liberal *Jornal da Victória*, que foi criado exatamente em 1864. Os poucos fragmentos encontrados para análise indicam a defesa dos liberais, e até mesmo relatam um episódio considerado como “vandalismo”. O caso trata da retirada de André Augusto de Pádua Fleury do cargo de presidente da província. Amigo de Nabuco, associado com o mesmo na advocacia, Fleury pertencia ao Partido Liberal, sendo deputado na Corte, e até ministro, sempre envolvido com este partido. Portanto, analisemos a passagem abaixo, publicada no *Correio da Vitória* em janeiro de 1864:

Uma cena de vandalismo e da mais estúpida e grosseira ignorância acabou de presenciar esta cidade. Na ocasião em que o vapor Diligente seguia sua viagem levando a bordo o Ex. Sr. Dr. Fleury e sua família, uma horda de canibais soltaram girândolas de foguetes tanto na montanha em frente à cidade, como de quintais e outros lugares, mandados sem dúvida por essa gente que dominaram esta infeliz província, e que hoje se acham derrotados; desesperados por perderem o mando, depois de mandarem xingar o administrador ilustrado, reto e imparcial, peleo seu órgão “Provinciano”, depois crismado “Monarchista”, por esse papel imundo,

⁶⁹ *Correio da Victória*- 02/01/1864

⁷⁰ Amâncio Pereira e Basílio Daemon afirmam que o *Correio da Victória* foi um jornal conservador desde sua criação. No entanto, levamos em consideração a hipótese desta pesquisa: se até 1860 liberais e conservadores não eram partidos definidos na província, o jornal criado em 1849 também acompanharia tal indistinção.

não contentes com tanto cinismo, cometem a descortesia mandando soltar foguetes!! Perguntamos à esses senhores onde a sua política? Onde a sua educação ? Quais os males deixados pelo Sr. Fleury?Quais as demissões dadas por S. Ex. durante os seis meses de sua benéfica administração? Os males causados por Dr. Fleury foi ele não ter demitido os empregados que se fizeram merecedores deste castigo; por ventura o Sr. tirou o pão de alguém, só por demitir o comandante de polícia, 4 ou 6 autoridades policiais e deixar de sancionar leis que iam de encontro ao Ato Adicional é que lhe mandam desfeitear?

Ainda não podemos citar uma revolta política, nem mesmo grandes agitações. Contudo, se torna claro que a saída de Fleury faz com que os conservadores soltem foguetes, e comemorem a ida do ex-presidente para a Corte, o que parecia uma forma de manifestação política local, mesmo que amena e sem violência. O *Correio da Victória* faz sua defesa, e ainda torna explícito quem são os personagens que abusam de André Fleury: os redatores do jornal *O Monarquista*, ou seja, os conservadores. Além disso, reiteram sua indignação:

Algum dia os liberais desfeitearam os Administradores que não eram de seu credo político? Não, mil vezes não. Vós representantes a cena que em outro tempo fizeram representar com o Sr. Conselheiro Nabuco, e comendador Monjardim vosso comprovinciano. Mas enfim a lama que lançastes sobre o homem honesto, virtuoso e imparcial, reverterá sobre vós, e o dedo da providência há de vingar.⁷¹

A indagação que inicia a citação enseja comparar a atitude dos conservadores que insultaram André Fleury com o comportamento dos liberais, os que escrevem a denúncia no *Correio da Victória*. Assim, discordamos da historiografia que se refere ao jornal *O Correio da Victória* como um jornal conservador durante toda a sua existência.⁷² Está explícita a defesa liberal do jornal até janeiro de 1864. Como já foi afirmado, pouco se pode afirmar sobre os anos posteriores, mas é necessário que se corrija a questão sobre este periódico. *O Correio* foi o primeiro jornal da província, e, seguindo a hipótese deste trabalho, em 1849 não defendia um partido em si, mas era na verdade o órgão oficial local. Recorrendo à política saquarema que neste momento vigorava na Corte, não se pode rotular o *Jornal da Victória* como uma folha conservadora, visto que o próprio jornal diz quem são seus adversários: *O Provinciano* e o *Monarquista*, dois jornais conservadores.

O possível equívoco da historiografia talvez tenha relação em não se ter focado a atenção nestes números que pouco diziam sobre política, e que, ao mesmo tempo, são muito insuficientes para apontar uma posição partidária do jornal. Trata-se de uma folha que sofreu uma possível “metamorfose política”. Um periódico que, inicialmente, manteve uma posição “neutra”, e que, nas mãos do grupo de Monjardim, parecia ecoar uma defesa liberal, posteriormente, após 1864, podemos sim, afirmar com total certeza que o periódico adquire uma posição conservadora.

Outro ponto a se destacar, que talvez corrobore tais ideias, é a própria data de fundação do jornal liberal *O Jornal da Victória*, em abril de 1864. Este jornal parece ter sido criado exatamente para ser o principal contraponto do *Correio da Victória*. Algumas dissidências políticas certamente ocorreram naquele período, ao ponto de se criar outro jornal. As informações, contudo, não foram encontradas. Sendo assim, sobre o período de 1864 até

⁷¹ *Correio da Victória*- 02/01/1864.

⁷²PEREIRA, *Op. Cit.*,p.29.

1868, o que se conseguiu resgatar foi esta troca de posição do jornal, o que, em certo sentido, se faz de grande valia, pois adverte para a não generalização da posição “conservadora” do *Correio*. A ausência dos números não se trata de haver cessado a publicação do jornal, pois, após 1868, os jornais não se encontram numerados a partir de do último número encontrado para 1864, mas sim, como uma numeração que confirma a publicação do jornal durante todos estes anos.

Desta forma, o *Correio da Victória* só pode ser qualificado, muitas vezes, pelo que se dizia sobre o mesmo em seu jornal opositor: *Jornal da Victória*. Concordamos que, neste sentido, as afirmações feitas sobre o *Correio da Victória* podem ser colocadas como injustas, mas por hora, são as informações de que dispomos. As acusações sobre tal jornal, assim como todo o Partido Conservador, é de que ele (*O Correio da Victória*) não apresenta programa político algum. Todavia, se a falta de documentos já nos representa um entrave para discutir o projeto político conservador em Vitória, a fim de compará-lo ao fervor conservador do sul, a própria falta de expressão política do jornal, exposta pelos redatores liberais e inimigos políticos, nos dificultam ainda mais em levantar dados sobre o partido naquele momento.

A única certeza era de que a liderança do partido continuava nas mãos do coronel Dionízio Alvaro Rezendo. Para o jornal liberal, o *Correio da Victória* foi uma decepção em termos de propostas políticas, já que seus artigos não conseguiam expor suas principais doutrinas. De acordo com o *Jornal da Victória* (liberal), a única afirmação feita pelo jornal *Correio da Victória* (conservador) foi a de que no evangelho do partido conservador residiam as idéias de Jeremy Bentham. Os liberais, contudo, não abdicam das indiferenças, e afirmam que tal grupo não constitui um partido, mas sim um grupo de individualidades, e destaca: “*seu chefe é o Correio Mercantil, mas não os imitam no programa*”.⁷³

Seguimos então para o caminho que nos leva em direção da consolidação das ideias liberais na localidade de Vitória, por meio do periódico do *Partido Progressista*.

3.7.2 – Os liberais progressistas no *Jornal da Victória*

Iniciamos a análise do *Jornal da Victória* no ano de 1864, momento de agitações políticas ocorridas pela morte do desembargador Souto, o representante da província na Assembleia Geral. A vaga agora estava livre, era o momento de escolher seu sucessor. Já relatamos parcialmente no segundo capítulo as grandes discussões geradas pela disputa à vaga de deputado geral. O Partido Liberal Progressista ainda estava definindo quem indicaria para a eleição, e Francisco Monjardim tinha por um lado a possibilidade de escolher um parceiro local, José Marcellino Vasconcellos, e, ao mesmo tempo, possuía outra alternativa: lançar a candidatura do ex-presidente de província Leão Velloso.

Por motivos que não são exatamente claros, mas que certamente envolviam interesses entre Monjardim e a Corte, a escolha do Partido Progressista se deu sobre Leão Velloso. José Marcellino, entretanto, não aceita tal afronta, e, deste modo, trava-se a batalha. Mudando-se para o lado oposto, José Marcellino tornou-se membro do Partido Conservador, sendo escolhido candidato por este grupo, e ainda passa a ser um dos principais redatores do *Correio da Victória*. Ou seja, uma grande reviravolta no cenário partidário provincial, pois havia se perdido um grande defensor da política liberal, o qual se sentia naquele momento como um membro “desmerecido”, encontrando apoio no Partido Conservador.

Levantamos alguns dados sobre a dinâmica do Partido Liberal em Vitória em meados da década de 1860. A reunião dos liberais progressistas acontecia na casa de coronel

⁷³ *Jornal da Victória*, nº 363-16/11/1867.

Monjardim⁷⁴. Sabe-se ainda que algumas circulares eram entregues aos eleitores pelo diretório liberal e, por meio destas, era feito um tipo de “sondagem” sobre quem seria o melhor candidato a ser apresentado pelo partido nas eleições. Após analisadas as circulares, como afirma o jornal, o chefe do partido decide apoiar a candidatura de Leão Velloso.

Após a cisão, Vasconcellos não poupa Francisco Monjardim, ataca o Partido Liberal e, claro, abomina Leão Velloso como candidato. Ex-presidente de província e candidato á vaga de deputado geral, Velloso é acusado por Vasconcellos de ter “comido e bebido” com os *conservadores* no Rio Grande do Norte, e já no Piauí teria hostilizados os *liberais* genuínos.⁷⁵ Neste sentido, Velloso rebate as acusações, afirmando que Marcellino Vasconcellos era um indivíduo que tinha em seu pensamento a ideia de que um liberal não deve ter o menor contato com um conservador, devendo evitá-lo com um leproso. Leão Velloso afirma que seu *liberalismo* não vai até tais circunstâncias, evidenciando que possuía amigos conservadores e respeitava suas convicções e até reconhecia como honroso o fato de serem tão fiéis ao partido que participam. Na visão do *liberal* Leão Velloso, o Partido Conservador “*poderia prestar ao país tão bons serviços quanto o Partido Liberal, cada um por vez, não se mostrando feliz em ver os boatos da morte do Partido Conservador, pois pensa ser um mal ao país se fosse dominado exclusivamente pelos liberais, pois estaria sem inspeção da oposição, destoando de um verdadeiro sistema parlamentar.*”⁷⁶

Outra fala de Velloso em seu artigo no *Jornal da Victória* destaca a necessidade da *restauração partidária*, acusando Marcellino Vasconcellos de desconhecer a história dos partidos no Piauí, onde não teria hostilizados os *liberais genuínos*, pois lá não teria ficado nenhum desses, só existiriam lá os liberais atrelados aos progressistas.⁷⁷ Leão Velloso termina seu artigo fazendo uma alusão às críticas que Vasconcellos vinha tecendo contra Monjardim pelo fato de ter escolhido seu nome (Leão Velloso) como candidato do Partido Liberal da província: “*Para aqui lastimando a facilidade com que se apedrejam o sol, que ontem se adorava, porque o sol mostrou-se um dia disposto a retirar os raios que deram tanto conforto...O mundo é assim mesmo!*”⁷⁸ O que Velloso queria dizer, na verdade, era que, enquanto Francisco Monjardim rendeu frutos políticos à Marcellino Vasconcellos, fora tratado como um grande chefe, e que, naquele momento, era apedrejado por não tê-lo escolhido como candidato.

Por meio do *Correio da Victória*, Marcellino Vasconcellos se une aos *conservadores* e passa a hostilizar a figura de Monjardim, acusando a *Família Monjardim* de construir uma oligarquia na província do Espírito Santo. Ao mesmo tempo, o redator do *Jornal da Victória* passa a defender a família Monjardim e explicitar que não se tem ali uma oligarquia e nem um *monstro oligárquico*, como afirmava Marcellino, nem mesmo o favorecimento entre os cargos públicos. Os esclarecimentos no jornal visavam afirmar que somente dois empregados eram da família, sendo Alfeu Monjardim, que teria obtido seu emprego por meio de um concurso e o sr. Araújo, que o jornal não evidencia como chegou ao cargo. Sobre os títulos e honras que Marcellino julga serem distribuídos na família, Muniz Freire aponta que o único condecorado é o chefe da família, o próprio coronel Monjardim, mas evidencia que condecorações significam muitos serviços prestados à pátria.

Continua o redator do *Jornal da Victória* a defender a família, dizendo que na Guarda Nacional, somente um filho de Monjardim seria oficial, o sr. Alfeu como tenente. Já sobre o

⁷⁴ *Jornal Victória*, nº6- 20/04/1864.

⁷⁵ Um artigo, que, segundo o *Jornal da Victória*, havia sido publicado no *Correio da Vitória*- nº3 de 16/04/1864.

⁷⁶ *Jornal da Victória*, nº6- 20/04/1864.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ *Ibidem*.

“Sr. Araújo”, genro de Monjardim, o redator explica que este já era major antes do coronel ser comandante superior da Guarda. O major Loureiro e seus irmãos, considerados parentes de Monjardim, também já eram, segundo o jornal, oficiais da Guarda antes do coronel assumir o cargo.⁷⁹ Evidenciam ainda que major Henrique seja primo de Alfeu, e este tinha por amigo particular o major Torquato Simões, todos em cargos públicos, mas que não se enquadravam em uma “oligarquia”. O jornal em outras ocasiões é irônico ao falar sobre a presença de vários indivíduos da família Monjardim no cenário político da província como eleitores e como deputados provinciais: *Que culpa tem o Sr. Monjardim do Dr. Marcellino não ter parentes para serem todos eleitores e membros da Assembleia?*⁸⁰

Por meio de argumentos retóricos, o jornal liberal demonstra a carta de um *eleitor conservador*, pedindo votos para Velloso, colocando este como um candidato de ideias conservadoras, e que não votem em Marcellino, um antigo inimigo.⁸¹ Ou seja, a folha constrói a ideia de que Leão Velloso era sem dúvida o melhor candidato, que até eleitores conservadores pediam por sua eleição no jornal liberal. Dizia o jornal: *“cuidado com o lobo que se envolve na pele de conselheiro e procura entrar em nosso redil”*.

O chefe dos Liberais Progressistas continuava sendo muito respeitado, assim como fora desde seus primeiros atos políticos da primeira metade do século. Monjardim é evidenciado sempre, na linguagem do jornal, como *venerado ancião*⁸² E sobre este reverenciado chefe nenhuma acusação é aceita. O *Jornal da Victória* demonstra ao leitor o que de fato aconteceu para que ocorresse tal conflito entre Marcellino Vasconcellos e Monjardim. Parece-nos que o problema ocorreu quando Marcellino lançou uma circular aos eleitores da província, dizendo que seria candidato, não comunicando ao *diretório* e nem a Monjardim sobre tal decisão. Ou seja, havia agora todo um conjunto de regras colocadas pelo *diretório* liberal, palavras que antes não existiam no vocabulário político da província.

Começam a utilizar a prática de consultar o eleitorado antes das eleições por meio das experiências vindas da Corte, e que foi proposta no *diretório* liberal pelo padre Magdalena Duarte.⁸³ No final de toda esta confusão na política local, quem ganha as eleições é Marcellino Vasconcellos, o candidato conservador. Contudo, o jornal não cessa as críticas sobre o fato do participante liberal agora ter se juntado aos conservadores, perfazendo a mais nova *liga* Marcellino-Dionízio⁸⁴, como afirma o jornal:

*Há aqui nesta cidade
Um doutor bem mal formado
Tem barriga de badejo
Cara tem de mal casado
Já nota é tal sujeito
Joguete de profissão
Faminto não tem igual
Macambuzio e paspalhão
(A cor preta)*

⁷⁹ *Ibidem.*

⁸⁰ *Jornal da Victória*, n°7- 23/04/1864.

⁸¹ *Ibidem.*

⁸² *Ibidem.*

⁸³ *Ibidem.*

⁸⁴ *Jornal da Victória*, n°9- 30/04/1864.

O partido não aceita a saída de José Marcelino Vasconcelos, e afirma que os conservadores Dionísio Rezendo e Rebello só estariam esperando a hora certa para demonstrarem os antigos ódios que possuem pela figura do liberal. Começa-se a falar ainda das irregularidades ocorridas na eleição de vereadores que havia acontecido em 7 de setembro, na qual as acusações contra os conservadores eram sempre destacadas: “*padre Antunes de Siqueira como chefe do Partido Conservador em Santa Cruz, retirou o teto da igreja para não haver eleição no dia 7. O delegado mandou arrumar as tábuas novamente e Antunes o excomungou*”⁸⁵

Além das polêmicas políticas, pode-se dizer que a história e o passado sempre foram temas do *Jornal da Victória*, tendo até mesmo uma coluna denominada *Fatos Históricos*⁸⁶, os assuntos iam desde a invenção dos relógios, chegando até mesmo a história da barba⁸⁷ O jornal trazia ainda notícias da Corte como também da Europa, como por exemplo, as notícias da guerra da Dinamarca contra a Áustria e a Prússia, assim como as notícias vindas do Uruguai e as informações sobre a guerra nos Estados Unidos. Já da Inglaterra provinham as informações sobre as disputas políticas entre *Tories* e *Whigs*.⁸⁸

A linguagem do jornal evidenciava muitas vezes os discursos de Saldanha Marinho, a fim de elevar a confiança nos sentimentos patrióticos da maioria liberal.⁸⁹ As notícias da província também era recorrentes em meio ao jornal, assim como as chamadas para as reuniões da *Sociedade Concórdia*, da *Sociedade Musical Comercial* e os festejos do *Santíssimo Sacramento* em Vitória. Outra sociedade divulgada no jornal era a *Sociedade Therpicicore*, uma sociedade de danças composta por jovens, cuja maioria era empregados públicos; tiveram o primeiro ensaio em 6 de abril de 1864, teria por finalidade, instruir seus sócios na dança pelo menos uma vez na semana.⁹⁰ Evidenciam-se notícias também de uma sociedade denominada *União Dramática Capichaba*.⁹¹

Outros escritos do *Jornal da Victória* indicam que o periódico *O Monarchista*, jornal defensor do Partido Conservador chefiado por Dionísio Rosendo, ainda era publicado em 1864, pois segundo *O Jornal da Victória*, é por meio do *Monarchista* que se tiveram as primeiras notícias na província sobre a união entre o Partido Conservador e o liberal José Marcelino Pereira de Vasconcellos, ou da chama *liga Dionísio-Vasconcellos*.⁹² Sobre os apelidos, os liberais denominam o Partido Conservador como o **órgão vermelho**, e Dionísio também acompanha o adjetivo, sendo considerado o **chefe vermelho**, afirmando que se o intuito de Dionísio Rosendo era “espalhar desvalores” nas fileiras progressistas, o projeto não se concretizou, pois retirou do Partido apenas o sr. Marcellino, enquanto o restante do grupo se uniu ainda mais em torno de Monjardim, o chefe liberal.⁹³

Os redatores do periódico liberal questionam a aliança entre dois indivíduos tão “diferentes”, considerado pelos *liberais* como uma aberração. Outras denominações para o Partido Conservador podem ser destacadas no jornal; é o caso dos nomes “Charopes de agrião” e “Pedra Humes”⁹⁴ Rosendo parece ainda ser o **Tirano de Siracusa** e muitas outras vezes é chamado de **Belchior da casa amarela**.

⁸⁵ *Jornal da Victória*, nº46- 17/09/1864.

⁸⁶ *Jornal da Victória*, nº 11- 07/05/1864.

⁸⁷ *Jornal da Victória*, nº 26- 06/07/1864.

⁸⁸ *Jornal da Victória*, nº 40- 24/08/1864.

⁸⁹ *Jornal da Victória*, nº14- 18/05/1864.

⁹⁰ *Jornal da Victória*, nº36- 10/08/1864.

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² *Jornal da Victória*, nº21- 15/06/1864.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ *Jornal da Victória*, nº44- 07/09/1864.

No início da formação dos liberais na província, o próprio jornal *O tempo* dizia que os liberais se faziam minoria na província. Em 1864, solidificando ideias, os liberais progressistas se dizem agora a maioria política do Espírito Santo, mudando o quadro político partidário. José Marcellino era naquele momento o correspondente de Vitória para o jornal *Correio Mercantil* na Corte. Desta forma, coube ao deputado dar aos fatos a importância e o sentido que preferia diante de sua troca de partido, como também inicia uma série de críticas ao presidente de província, dr. Eduardo Pindaíba de Mattos, por talvez ser imparcial, como diz o *Jornal da Victória*, sobre a fusão *Diomarcella*.⁹⁵ A versão dos fatos pela ala liberal do *Jornal da Victória* buscando explicar ao *Correio Mercantil* e a Corte o que na verdade se passava no Espírito Santo:

*O Sr. José Marcellino, ex-redator de O tempo, pertencia ao grupo que se denominava liberal, e que tinha e tem como chefe o respeitável comendador Monjardim. O grupo chamado conservador é e sempre foi dirigido pelo Sr. Dionísio Alvaro Rosendo. Tendo aparecido uma vaga na Câmara dos deputados e não havendo o Sr. Marcellino conseguido que a maioria do partido o apoiasse, procurou o Sr. Dionísio, que aconselhado por amigos desta Corte, o aceitou, fazendo brecha ao partido liberal. [...] Dizia que empalmado uns vinte votos do grupo de Dionísio, não mudava de crenças políticas, voltando porém desta Corte diz ele, pela boca do correspondente do Correio Mercantil que propuzera a fusão de todos os partidos. Esta fusão, ou nova situação criada pelo deputado José Marcellino, não deixou de ser repugnante somente aos membros da família Monjardim.*⁹⁶

A partir do número 49 o *Jornal da Victória* passa a exibir as “Cartas do Amigo ausente”⁹⁷. O *amigo ausente* não se identificava, e somente fazia-se entender que residia longe da capital, certamente um recurso de retórica do jornal, podendo assim falar sobre os acontecimentos envolvendo os dois partidos em Vitória:

*Quando aqui me chegou a notícia da liga feita entre o distinto cavalheiro o Sr. Rosendo fez com o nobre e inteligente Sr. José Marcellino, suspeitei por alguns instantes estar habitando regiões da Costa da África, supuz-me entre feras e não entre homens, porque tudo nesta vida achava possível, menos uma tal união. Pois quem viu o que se tem passado entre estes dois antes, julgaria impossível jamais até um olhar para o outro, quanto mais chamarem-se de amigos!!![...] O meu amigo que já está aqui entre nós há bastante tempo, e que sempre tem residido nessa cidade, deve lembrar-se bem das correspondências publicadas nos periódicos Tempo, Provinciano e Correio da Victória a respeito dos senhores Rosendo e José Marcelino, isto é, do que um dizia sobre o outro[...].*⁹⁸

⁹⁵ *Jornal da Victória*, n°59- 05/11/1864.

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ *Jornal da Victória*, n°49- 24/09/1864

⁹⁸ *Jornal da Victória*, n°47- 21/09/1864.

Enquanto isso, no *Correio da Victória*, Dionísio se defende das críticas que vinha sofrendo ao abrigar Marcellino, o ex-liberal, agora no grupo conservador. É notória, a partir das discussões do *Jornal da Victória*, que o *Correio* tenha sido neste momento o mais importante veículo dos conservadores, no qual Marcellino também passa a escrever e a se defender das críticas de seus antigos companheiros de partido. Dionísio, como se afirmou acima, tentava de todas as formas enfatizar seu poder local, evidenciando ainda que em 1844, quando Monjardim se elegeu deputado, fora por conta de seu apoio político. Tais questões são demonstradas pelo *Jornal da Victória*, no momento no qual Henrique de Azevedo tenta novamente fazer a defesa do partido liberal e se chefe, Monjardim:

*Fatídico e até vergonhoso seria se propuzer-me a analisar todas as peripécias da luta eleitoral de 1856, da qual foi vítima o Sr. Monjardim. [...] Concluo aconselhando à S.S que seja mais cauteloso quando escrever, pois a continuar neste gosto me verei na contingência de chamar em meu auxilio o Sr. Epaminondas.*⁹⁹

As divergências entre o ex-liberal José Marcellino Vasconcelos e o grupo conservador de Dionísio Resendo já eram bastante conhecidas, fazendo que a famosa “liga” formada para a eleição que visava substituir o falecido desembargador Ferreira Souto se tornasse motivo de discórdia entre os amigos e ex-correligionários de Marcellino. Dizia o *Amigo Ausente*:

Meu amigo

*[...] Vamos meu amigo ao assunto principal desta carta. Torna a fazer objeto esta **honesta e sincera liga que aí fizeram os Srs. Dionísio, José Marcellino e Dr. Rebello**. [...] O procedimento desses **ilustres campeões da facção hoje ligueira, merecem toda a censura porque praticaram o crime da lesa honestidade!!! Um crime que revolta o mais pacífico espírito!!! [...] A cobiça do poder, meu amigo, cega o homem! Neste caso esta cobiça dos senhores Ligueiros então **conservadores derrotados**: sacrificam tudo, colocaram honra aos pés, praticaram as maiores infâmias, as maiores desonestidades, somente para receberem, por bem pouco tempo, as rédeas do governo! Infelizes! [...] Na realidade o procedimento do Sr. Rebello é inqualificável! É revoltante! O que faria pois o Sr. José Marcellino para magnetizar por tal forma o Sr. Rebello?!? Que mandinga empregaria o Sr. Deputado José Marcellino para tanto conseguir?***

Meu amigo, as carnes neste momento me tremem!! Os cabelos me eriçam! Estou horrorizado! O mesmo horror me tem causado a Liga do Sr. Dionísio com o Sr. Advogado José Marcellino, porque com aquele Sr. Dionísio deram-se os mesmíssimos atos que com o Sr. Rebello!!! Eram os dois alvos aos quais mais atirava o Sr. José Marcellino.

*[...] E como minha província pode progredir, pode sair do desgraçado estado em que estes senhores ligueiros, então **conservadores** a tem posto? O Sr. Dionísio merece uma página de honra na história da minha província; merece ser ligado à*

⁹⁹ *Jornal da Victória*, n°71- 31/12/1864.

posteridade, para que não mais se esqueçam os espírito-santenses do homem que tem arruinado a província que lhe deu o ser!!

*O amigo ausente*¹⁰⁰

Outro grande opositor das atitudes de Marcellino foi o liberal Henrique de Azevedo. Lançando mão de preciosas informações, os artigos escritos pelo major davam conta da discórdia provocada pela saída de Marcellino para o Partido Conservador. A junção ao grupo de Dionísio Rosendo era colocada por Henrique como uma “*palhaçada de especuladores*” e evidencia também que possui grandes provas de que havia um acordo entre Dionísio e o Leão Velloso sobre as últimas eleições, afirmações que Rosendo rebate no *Correio da Victória* de 30 de novembro.

Henrique, contudo, volta a atacar o chefe conservador, enfatizando: “*Para provar-lhe que tenho ciência da correspondência de S.S, lhe direi que existem quatro cartas, duas dirigidas pelo Sr. Velloso e duas por S.S em resposta às daquele Dr: na primeira de suas cartas está o compromisso e repulsa da candidatura do Sr. Marcellino; na sua segunda já sua S.S repele a candidatura Velloso pelo simples fato de ser aceita pela família Monjardim! [...] Cada vez mais me robustece a convicção que nutro que o tal **partido ligueiro** desta província, com honrosas exceções, não passa de uma palhaçada de especuladores. E o que se pode esperar de corpos tão heterogêneos? Sem princípios, verdadeira e robusta crença não pode existir política, se não a da conveniência, melhor fora que se denominasse **mercadores políticos**.*”¹⁰¹ Assim, estremecendo os ânimos de Dionísio Rosendo, a carta reconhecida pelo escrivão Nogueira da Gama, enviada à Leão Velloso negando o apoio à candidatura de José Marcellino é então publicada no *Jornal da Victória* a pedido de Henrique de Azevedo.

Os conservadores continuam sendo os *cascudos* na linguagem dos liberais, enquanto o próprio partido agora só se refiria a si próprio como **Partido Liberal Progressista**, e não somente Liberal, como no periódico *O Tempo*. Na retórica dos liberais do *Jornal da Victória*, a eleição demonstra o exercício do **direito político**, o que foi aclamado antes da eleição de vereadores na província. O jornal ainda propõe a liberdade de idéias, expondo liberais como os amantes da **liberdade** e do **progresso**.¹⁰² O periódico também se aproveitava dos discursos do deputado Horta de Araújo na Câmara, para expor suas concepções: exigindo o sacrifício da própria vida pela liberdade, esse seria o verdadeiro liberal de coração. Agora, para os liberais da província, a **liberdade** era sinal de **justiça** e não havendo justiça, não haveria garantia de **propriedade** e nem de **segurança individual**:

*[...] Temos que ser libertos de tantos sofrimentos contra os escravizados e oprimidos que colhem apenas os prêmios que podem colher e colhem, porém ficam sempre a sofrer porque não é um legado da razão e da justiça .Da justiça nasce o poder, a glória, a liberdade a união e a prosperidade; o contrário sucede com a escravidão.*¹⁰³

Além destas prerrogativas, o jornal expõe a concepção de que a **liberdade** e a **igualdade** são irmãs, devendo um povo livre manter as duas características, pois sem

¹⁰⁰ *Jornal da Victória*, nº 52- 08/10/1864.

¹⁰¹ *Jornal da Victória*, nº66- 30/11/1864.

¹⁰² *Jornal da Victória*, nº38- 17/08/1864.

¹⁰³ *Jornal da Victória*, nº39- 20/08/1864.

liberdade não há igualdade e nem a felicidade.¹⁰⁴ Já o conceito de *absolutismo* é sempre relacionado à Rússia: “As notícias do interior da Rússia são sempre tristes. O absolutismo anula a cada instante o efeito das reformas liberais”.¹⁰⁵

Outra transcrição do *Correio Mercantil* nos expõe mais uma vez a tentativa dos liberais da província em evidenciar a Corte a verdadeira situação política do Espírito Santo, afirmando que o correspondente do referido jornal comete muitas vezes inexatidões, falsidades e mentiras sobre os últimos acontecimentos políticos locais. Pelo *Correio Mercantil*, a Corte passa a saber pelo correspondente de Vitória, que a aliança entre José Marcellino e o grupo conservador local, era parte de uma proposta de fusão política entre os partidos da província, sendo que apenas a família Monjardim teria, segundo o correspondente, contestado tal aliança.

O redator do *Jornal da Victória* adverte sobre a ignorância da redação do jornal da Corte ao não acreditar nas “mentiras” do correspondente, e salienta que a proposta de fusão dos partidos nunca existiu: “A Liga do Sr. José Marcellino com os vermelhos para derrotar os próprios liberais, seus ex-correligionários, não precisa de comentários para ser devidamente apreciada por todos os homens que antepõem a sua consciência política e sentimentos políticos às transigências do interesse pessoal”.¹⁰⁶ Os liberais progressistas, desta forma, fazem um abaixo assinado ratificando a inexistência de uma fusão partidária na província; por meio desta lista, pode-se então demonstrar alguns nomes de participantes do Partido Liberal na província do Espírito Santo em 1864.¹⁰⁷

Tabela 5

Membros do Partido Liberal Progressista do Espírito Santo

1864

Nome	Formação	Ocupação
Francisco Monjardim	Militar	Fazendeiro/ Comandante da Guarda Nacional
Manoel do Couto Teixeira Negociante	Militar	Tenente-Coronel da Guarda Nacional Deputado Provincial
Pedro Cláudio Soído	Bacharel	Capitão de Engenheiros Deputado Provincial
Manoel Feliciano Muniz Freire	Bacharel	Deputado Provincial Redator
Francisco Gomes de Azambuja Meirelles	Militar Medicina	Capitão Cirurgião-mor da Guarda Nacional
Fernando Antônio Ferreira Castelo	Militar	Tenente Coronel em reserva
João Pinto Pestana	Religiosa	Vigário Deputado Provincial
Andrião Nunes Pereira	Militar	Tenente da Guarda Nacional

¹⁰⁴ *Jornal da Victória*, nº39- 20/08/1864.

¹⁰⁵ *Jornal da Victória*, nº 40- 24/08/1864.

¹⁰⁶ *Jornal da Victória*, nº60 - 09/11/1864.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

Henrique Augusto D’Azevedo	Militar	Major Deputado provincial
João Manoel da Fonseca Silva	-	Inspetor da Tesouraria aposentado
Torquato Caetano Simões	Militar	Capitão Deputado Provincial
Manoel Caetano Simões	Militar	Fazendeiro
José Barbosa Meirelles	-	Fazendeiro
Francisco Ladislau Pereira	-	Fazendeiro
Andrião Nunes Pereira	Militar	Tenente
Candido Maria da Silveira	-	-
Francisco Rodrigues Pereira	Alferes	-
Francisco da Rocha Tagarro	-	-
Jacinto Escobar Araujo	-	-
Aureo Trifino Monjardim	-	-
Alfeu Adolfo Monjardim	-	Inspetor da Alfândega Deputado Provincial

Quem são e o que fazem os liberais de Vitória naquele período? Certamente, pela ausência de fontes, responder tais questionamentos não é uma tarefa fácil. Os dados acerca destes indivíduos são muito poucos, tornando-se até mesmo complexo fazer a compilação dos nomes pertencentes ao Partido Liberal. A tabela tem como base em abaixo assinados feitos pelo partido no jornal, e, sobretudo, os anúncios de vereadores da chapa liberal. Neste sentido, foi possível estabelecer este grupo como o Partido Liberal Progressista que vigorava em 1864, mas que também reconhecemos não ser completo pela falta de dados.

Os homens do grupo não lidavam com imensas fazendas de café como os conservadores no sul da província, contudo, grande parte deles mantinha sua lavoura, como o capitão Francisco Ladislau¹⁰⁸, Manoel Caetano Simões e José Barbosa Meirelles, fazendeiros, ocupantes de alguns cargos públicos como tesoureiro provincial, no caso de Francisco Ladislau. Alguns, é claro, possuíam um poder aquisitivo maior, como Francisco Monjardim e sua opulenta Fazenda Jucutuquara, herdada de seu sogro Francisco Pinto Homem. Temos ainda a presença de padres e profissionais liberais, como o engenheiro Manoel Feliciano Moniz Freire. Do pouco que se pôde coletar, percebe-se de fato que os indivíduos

¹⁰⁸DAEMON, Basílio de Carvalho. *História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória: Typ. do Espírito Santense, 1879. p.252.

componentes do Partido Liberal tinham ocupações bem diversificadas, ocuparam alguns cargos públicos e muitos eram deputados provinciais.

Se nos indagarmos sobre a questão que insere os liberais em uma possível elite econômica local, precisamos destacar o que significava “ser rico” em Vitória. Levando em conta a peculiaridade demonstrada por Nara Saletto sobre a extensão das terras em Vitória - quando a mesma afirma que a concentração fundiária teria gerado uma prática especulativa, além de ter feito da terra, um elemento de grande valor, sobretudo após a Lei de Terras em 1850¹⁰⁹ - parece não ser a produção agrícola o setor mais forte em Vitória, até porquê as terras do sul eram mais férteis. A posse da terra, contudo, demonstrava poder e fortunas na região. Além disso, como aponta Rafael de Jesus, a dinâmica local se baseava nas atividades mercantis e escravista, além de atividade agroexportadora nos setores de cana de açúcar, arroz, milho e café, mas, que diferentemente do sul da província, tinha por base as pequenas propriedades.¹¹⁰

Ao contrário do que faz supor a pequena parcela da historiografia do Brasil Império dedicada à província do Espírito Santo, os inventários *post mortem* destacam uma grande movimentação econômica local. Por meio dos inventariantes que eram comerciantes, sabemos que em Vitória havia a circulação de mercadorias como as de utilidade doméstica, louças chinesas e inglesas e produtos voltados para a alimentação. Nos sobrados há o destaque para os móveis, muitas louças e prata. Poucas peças eram feitas de madeira na capital da província, os talheres quase sempre de prata. Estas informações fazem com que se compare a localidade com regiões do Império onde a maioria dos objetos eram feitos de madeira¹¹¹, enquanto a circulação de bens em Vitória Vitória se assemelharia muito mais à Bahia como apontam as pesquisas de Kátia Mattoso sobre esta província.¹¹²

A situação era esta: alguns engenhos, plantações, criações de animais e as tradicionais lojas de “secos e molhados”. A elite de Vitória, entretanto, encontra uma dinâmica paralela ao comércio que também se encontra nos inventários: a prática de empréstimos. Neste sentido, a rede de empréstimos que se formava criava uma dependência entre os indivíduos, dando aos comerciantes o poder de ascender economicamente, além de tornar a prática do empréstimo um diferenciador social e reconhecimento de poder local.

Diversos estudos já demonstraram a prática comercial que envolvia os empréstimos, os fluxos comerciais e as cadeias de endividamento desde o período colonial. Os trabalhos de João Fragoso e Manolo Florentino já evidenciavam que, no Antigo Regime, o fluxo comercial interno da colônia não se dava apenas pela forma direta, mas, sobretudo, a partir de uma cadeia de adiantamento e endividamento no Rio de Janeiro¹¹³, assim como mostramos a prática dos empréstimos que também eram recorrentes na província. Avaliando a circulação de mercadorias em Vitória, percebe-se uma classificação variada dos produtos que ali chegavam. Assim, a província era uma localidade onde circulavam tanto elementos de

¹⁰⁹SALETTTO, *Op. Cit.*,p.56.

¹¹⁰JESUS, *Op. Cit.*,p.8.

¹¹¹CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹¹²MATTOSO, Kátia M. de Queirós. “A opulência na Província da Bahia”. In. *História da vida privada no Brasil*. Org. ALENCASTRO, Luiz F.v. 2. São Paulo, Cia das Letras, 1997.

¹¹³FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro 1790-1840)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998. p. 89. FRAGOSO, João. *Homens de grossa ventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 241-252.

mercado interno, como também mercadorias vindas de outras províncias e até de outros países.¹¹⁴

A outra fonte de riqueza em Vitória concentrava-se nos escravos, sendo estes de grande necessidade diante da produção de cana de açúcar, mandioca e café, mesmo que não se comparasse à explosão cafeeira de Itapemirim e Itabapoana. A partir de 1850 com lei de proibição do tráfico, a prática do tráfico interno de escravos ocorreu em grande parte do Império. No entanto, a partir das pesquisas aqui apresentadas, esta não foi a realidade de Vitória, pois os inventários apresentavam somente escravos nascidos na localidade, além da presença de muitas crianças escravas, e sobretudo a incidência de crioulos, em vez de africanos, o que nos faz pensar em um processo de reprodução interna desses escravos.

Assim era a Vitória da década de 1860 até meados de 1870. Portanto, explicitadas agora as características sobre o que era possuir fortunas na capital, nos cabe entrelaçar o econômico ao político, verificando até que ponto os grandes nomes da política local faziam parte da dinâmica econômica da província. Ser um político em Vitória facilitaria ao indivíduo ter ascensão social e econômica? Ou, ao contrário, seria a elite econômica local a dominadora da cena política?

Muitos dos nomes listados como componentes do Partido Liberal estavam sim envolvidos nesta dinâmica econômica. Alguns como comerciantes, e outros, em sua maioria, como fazendeiros, donos de escravos e engenhos. Já os poucos profissionais liberais que não nasceram na província, como o engenheiro Manoel Feliciano Moniz Freire, ascendem de outra forma, pois, chegando ao Espírito Santo, casou-se com a filha de José Mello e Carvalho¹¹⁵, um indivíduo já bem estabelecido na região, conseguindo assim sua ascensão política. Os Monjardins são o grande exemplo de uma família opulenta, a qual domina politicamente a província por quase todo o século, ocupando tanto a esfera econômica pela propriedade de terras, produção e escravos, como também pela ocupação de cargos públicos pelos membros da família. Já como negociante, encontramos por meio das memórias de Daemon, o nome do membro do Partido Liberal, Manoel Couto Teixeira.

Portanto, como no sul da província, a capital também possuía seu jogo de interesses políticos e econômicos. Alguns indivíduos da elite intelectual adentrando a elite política, enquanto a elite política dava respaldo a esta elite intelectual, que na maioria das vezes não era nascida na província. Assim como Basílio Daemon, nascido no Rio de Janeiro, era o redator dos conservadores do sul, Moniz Freire foi colocado como a base intelectual da redação liberal do *Jornal da Victória*.

Por onde circulavam os liberais? É certo que por meio da urbanização e das modificações que ocorriam naquele momento, multiplicavam os espaços de sociabilidade, como assinala Marcello Basile.¹¹⁶ Neste período, os teatros, associações literárias e musicais passam também a fazer parte da rotina da capital. Todavia, um outro espaço continua sendo reduto de sociabilidades em Vitória: as irmandades religiosas. Procurou-se encontrar vestígios das possíveis irmandades que deram “origem” aos partidos políticos em 1833, ideia que discordamos neste estudo. O resultado obtido por meio dos anúncios das irmandades nos

¹¹⁴Tanto as pesquisas de Rafael de Jesus para os anos de 1850 a 1872, como também uma pesquisa sobre o período anterior feita por Enaile Flauzina, indicam o fluxo destas mercadorias desde o final do século XVIII. CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação UFES, 2008.

¹¹⁵Devido à repetição de nomes na família, é necessário ressaltar que José Mello e Carvalho era avô de José Mello e Carvalho Moniz Freire.

¹¹⁶BASILE, *Op. Cit.*, p.264.

próprios jornais, é que a possível “elite política”, ou de fato, os liberais e conservadores da província, não participavam da Irmandade do Rosário e nem da Irmandade de São Benedito.

Longe dos “peroás” e “caramurus”, as irmandades que se destacam é a de Nosso Senhor dos Passos, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a Ordem 3ª de Nossa Senhora do Carmo e a irmandade da Misericórdia, sendo que esta última abrigava tanto liberais, quanto conservadores. Segue abaixo alguns dados sobre as referidas irmandades e seus componentes:

Tabela 6

Irmandade Nosso Senhor dos Passos em 1867

Nome	Cargo
Dr. Manoel Feliciano Moniz Freire	Provedor
Alfeu Adelfo Monjardim	Escrivão
José de Mello e Carvalho	Tesoureiro
Áureo Trifino Monjardim	Mesário
Francisco Ladislau Pereira Junior.	Mesário

Tabela 7

Ordem 3ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo

Composição em 1867/68¹¹⁷

Nome	Cargo
Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira	Prior
Carolina Ribeiro Mascarenhas	Priora
Manoel Pinto Aleixo	Sub-prior
Laurintina Maria do Couto	Sub-priora
Manoel Gonçalves Victória	Tesoureiro
João A. do Couto Teixeira	Secretário
Augusto A. Palhares dos santos	Procurador
João Manoel de Siqueira e Sá	Consultor

¹¹⁷ *Jornal da Victória*, n° 355- 23/10/1867.

Antônio Leitão da Silva	Consultor
Dr. Aureliano de Azevedo Monteiro	Definidor
Custódio Teixeira Maia	Definidor
Enrique Pinto de Queiróz	Definidor
Joaquim Pinto de Queiroz	Irmão Mestre
Maria Gomes da Conceição Braga	Irmã Mestre
Padre Joaquim Santa Magdalena Duarte	Pró-Comissário

A partir dos nomes mencionados, destacam-se muitas figuras que estavam presentes no Partido Liberal, e ao mesmo tempo em tais irmandades, como é o caso da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, na qual encontramos Manoel Feliciano Moniz Freire, Alfeu Adelfo Monjardim, Áureo Monjardim, José de Mello e Carvalho e Francisco Ladislau Junior, filho de Francisco Ladislau. Assim, a irmandade era dirigida quase que exclusivamente por indivíduos do Partido Liberal. O jornal ainda evidencia que, no ano de 1867, a Ordem 3º de Nossa Senhora do Monte do Carmo teve como prior o médico dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, também um forte membro do Partido.

Muitos outros nomes contidos nesta listagem faziam parte do grupo Liberal, mas que, por falta de documentação, torna-se inviável afirmar com total certeza que em tais irmandades somente circulassem liberais. O que tentamos destacar, é que foram nestes espaços de sociabilidades que os liberais interagiam, e possivelmente não era raro se falar em política ou se comentar algo sobre as próximas eleições. É necessário relatar que também encontrou-se por meio das fontes a existência de um teatro¹¹⁸ denominado *União Capichaba* com várias apresentações durante o mês, principalmente nas comemorações da Independência do Brasil. Também obteve-se alguns dados sobre uma sociedade musical denominada *Minerva*.

O *Jornal da Victória* também levava ao leitor as notícias sobre a sessão preparatória da Assembleia Provincial¹¹⁹, afirmando que os liberais seriam maioria no legislativo da província, enquanto os partidários de Marcelino seriam apenas uma “*pequena patrulha*”.¹²⁰ As primeiras sessões não ocorrem por falta de *quorum*, fazendo com que a Assembleia se tornasse local de disputa, pois acusam Marcellino de não comparecer junto à seus companheiros de partido, a fim de prejudicar o andamento das discussões. O jornal informa que, nos dias 10 e 11 de outubro, os referidos deputados, partidários de Marcelino encontravam-se na ante-sala da Assembleia, mas não entraram a fim de não dar início à sessão.¹²¹

¹¹⁸Diferentemente das informações colocadas por Terezinha Bichara, a qual evidencia o primeiro teatro da capital somente em 1878. BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo no Espírito Santo, 1835-1889*. Vitória: Leoprnt, 1985. p.330.

¹¹⁹ *Jornal da Victória*, nº50-01/10/1864.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ *Jornal da Victória*, nº53-12/10/1864.

Estas foram algumas das grandes discussões explicitadas na folha liberal de Vitória. A partir de agora, passaremos a uma breve exposição do que o *Jornal da Victória* entendia por alguns conceitos como a guerra, a liberdade, a república e a revolução.

3.8 – As Ideias Liberais

3.8.1 – A guerra e o republicanismo na visão do *Jornal da Victória*

Em Itapemirim, Clímaco Barbosa incentivava o conflito contra o Paraguai, a fim de levar a liberdade àquele povo. Já em Vitória, as ideias não pareciam as mesmas, pois a preocupação acerca das consequências do conflito contra Solano Lopez já era uma realidade sempre presente no jornal:

*“Somos adversos à guerra, porque ela sempre importa em dores, luto e orfandade, mas quando se trata de salvar o brio e a dignidade da nação, damos de todo o coração um voto para que por meio das armas se extingue o estado anormal que põe em combustão os espírito e os povos”.*¹²²

Além de enxergar a guerra como um conflito dispendioso e doloroso, os liberais da capital deixam clara a defesa da **monarquia constitucional**, acentuando um caráter de **anti-republicanismo** que foi colocado aos capixabas de forma muito interessante; as explanações sobre o tema se davam pela discussão dos acontecimentos políticos do México, onde o conflito entre Benito Juarez e Maximiliano colocava em cheque as propostas monarquista e republicana.

*“O México, por seu sistema anárquico, pode dizer-se que perdeu a sua autonomia com a queda do governo de Juarez e a elevação do arqueduke da Áustria Maximiliano, foi uma imposição feita pelas nações que respeitam os direitos das gentes e as leis da humanidade”.*¹²³ *Porque não se fará o mesmo com essas republiquetas do Prata e Cisplatina, onde reina constantemente a desordem, como acontecia na pátria de Montezuma? Cremos isto ser o melhor meio de engrandecer. Que educação poderia dar a Espanha a essas colônias, se seu sistema governativo todo opressor, recomenda e ordena o fuzilamento, decreta os degredos aos seus homens mais ilustres, como sucedeu com o general Prim? Temos dois príncipes no Império, um já esposado com a princesa imperial, e outros brevemente esposará a princesa mais moça; se houvesse um acordo entre as nações, Montevideú, que já foi português, que já foi brasileiro, pelo dote dado a finada Rainha Carlota Joaquina, não poderia erguer um trono e nele colocar o duque de Saxe? É obvio que sim, e desta forma se sanariam bastantes males.*

Utilizando uma retórica bem amena, certamente, mais moderada do que a da *Sentinella do Sul*, percebe-se o apoio mais claro à monarquia do que à um governo

¹²² *Jornal da Victória*, nº60- 09/11/1864

¹²³ *Ibidem.*

republicano dentro do *Jornal da Victória*. Não podemos afirmar que os liberais do sul divulgavam um ideal republicano em seu jornal, mas, comparado ao *Jornal da Victória*, Clímaco Barbosa parece ser bem mais envolvido nesta tendência mais “radical” que surgirá dentro do Partido Liberal.

Em uma de suas falas, o redator do *Jornal da Victória* afirma que o jornal não seria totalmente contrário às ideias do republicanismo, mas deixa claro que também não seria o melhor sistema de governo na visão dos liberais da capital da província:

Não somos adversos ao Regime republicano quando é bem observado, mas suas conseqüências são quase sempre funestas. Olhemos para a Grécia, miremo-nos na terra dos Doges, apliquemos a atenção para Genova, vejamos a República francesa de Robespierre, Danton, toda manchada de laivos sanguineos e cá para a América fixemos os olhos nos Estados Unidos e em todas essas repúblicas que foram o apanágio espanhol. (do artista do Rio Grande).¹²⁴

Ao se colocar em questão os pensadores que se encontravam citados nos artigos, o que mais se destaca é que os redatores do *Jornal da Victória* mencionavam muitas vezes o nome de Émile Gerardin em seus escritos, sobretudo a censura sofrida por seu jornal *La Liberté* em Paris. Um fato curioso, contudo, era a sessão de literatura do jornal, a qual trazia em muitos números as Máximas de Napoleão I, exatamente o que o próprio grupo conservador de Itapemirim julgava ser uma “ditadura”. Entre as máximas de Napoleão das quais a folha fazia questão de citar, apregoavam uma certa moderação povo da província do Espírito Santo, dizendo: “*A anarquia conduz sempre os povos para o governo absoluto*”¹²⁵, ou então: “*O despotismo, passando das mãos dos que governam para a dos governados, não deixa por isso de ser despotismo*”.¹²⁶

A folha ainda enfatizou outras frases de grande cunho político criadas por Napoleão: “*A propriedade, as leis civis, o amor à pátria e à religião são os laços de todos os governos*”. E, para os que emanavam a ideia de que um novo governo, ou de que as novas ideias mais radicais seriam a melhor escolha para o Império, o *Jornal da Victória* evoca Napoleão novamente, dizendo: “*O nome e a forma do governo nada vem ao caso, com tanto que a justiça seja distribuída por todos os cidadãos e que eles sejam iguais em seus direitos.*”¹²⁷ E ainda, a fim de conter os ânimos, os liberais progressistas afirmam: “*Um povo que se entrega aos excessos é indigno da liberdade, um povo livre é aquele que respeita os decretos individuais de propriedade*”.

A leitura do periódico por meio do olhar direcionado ao vocabulário político, à retórica e os conceitos, permite apreender algumas definições dadas pelos liberais de Vitória, e que, curiosamente se diferem dos significados que os liberais do sul davam à um mesmo conceito. Sobre a ideia de **revolução**, o Partido Liberal do centro conduz a província a seguir os preceitos de que uma revolução social acabaria somente em desgraça e perturbação de uma nação:

¹²⁴ *Jornal da Victória*, nº 60- 09/11/1864.

¹²⁵ *Jornal da Victória*, nº273- 04/01/1867.

¹²⁶ *Jornal da Victória*, nº275- 12/01/1867.

¹²⁷ *Jornal da Victória*, nº 279- 26/01/1867.

“Não pode haver república em França: os republicanos de boa fé são idiotas, os mais são intrigantes. **“Uma revolução é um dos maiores males que podem afligir a terra; é o flagelo da geração que a executa: todas as vantagens que essa geração procura, não compensam a perturbação em que vivem seus autores.[...] No primeiro momento ela faz a desgraça de todos e a felicidade de ninguém.”** Uma **revolução social** nunca é sem grande terror. As revoluções por mais fundamentais que sejam, arruinam tudo no mesmo instante, e não restabelecem se não no futuro. “A verdadeira riqueza de um Estado consiste em o número de seus habitantes, em seu trabalho e em sua indústria”.¹²⁸

Sobre a situação dos liberais no Império, o *Jornal da Victória* é enfático ao dizer que o Partido Liberal da província também seguia naquele momento a política da Corte, colocando a *ordem* e a *liberdade* como preceitos centrais ao partido ao pedir votos para os candidatos Horta de Araújo e Carlos Pinto de Figueiredo:

*Os adversários da situação política, a qual com tino firmeza foi levado ao país por aqueles que miram unicamente o bem público, depende da prática das idéias livres, prevaleceram-se de algumas medidas tomadas há alguns dias pela administração, para propalarem urbi et orbi que uma grande inversão política ia ter lugar nesta província; atribuindo assim a presidência o propósito de deflaga-la. Os homens que aqui, como em todo Brasil, tomaram a **ordem** por símbolo, como escarneo lançado sobre essa inseparável companheira da **liberdade**, que por eles foi atosmente vitimada, ensarrilharam as armas de que sempre soem servir-se, eivados do rancor que os anima, batendo palmas, e entoavam hosanas a ressurreição do defunto domínio conservador. Nós, porém, do alto da tribuna do povo, podemos bradar-lhes; dar de mão a tanto entusiasmo! O pensamento da administração da província não está em desacordo com a política do governo imperial. Os liberais, aqui, como em toda parte hão de concorrer livremente as urnas de 3 de fevereiro.[...] Lançam um olhar para as páginas ensangüentadas da história do domínio conservador.[...] Não deve portanto, o partido liberal da nossa província nutrir o receio de ter de abrir luta com a administração. [...] Só um erro poderia hoje danificar o partido liberal, e esse seria o da desunião. Felizmente não há receita de que tal aconteça. [...] Os nossos correligionários sabem que a força provém da união, não ignoram que, conquanto em política, como em tudo mais, nem sempre todos os amigos pensam do mesmo modo, em questões que não são dogmas para o partido; em todas as ocasiões, e , principalmente nas épocas de crise, a união é imprescritível dever. [...] Hoje, livre o nosso partido de algumas impurezas que se propuzeram em outros tempos a infecciona-lo, podemos assegurar*

¹²⁸ *Jornal da Victória*, nº 289- 02/03/1867.

*que nenhuma divergência existe em seu seio, e que nenhum de seus membros se propõe em contrariar, pôr entraves ao triunfo dos candidatos que solicitaram os votos dos liberais da nossa província. São já conhecidos os candidatos aos quais nos referimos, o Dr. José Feliciano Horta de Araújo e o comendador Carlos Pinto de Figueiredo.*¹²⁹

Ao definirmos quais eram as ideias do jornal liberal progressista de Vitória, se torna importante buscar indícios sobre propostas ligadas também à emancipação de escravos dentro daquele partido. Contudo, é preciso afirmar que o tema não é muito mencionado até o ano de 1868, o que não nos dá base, contudo, para afirmar que a retórica do jornal não mudaria a partir deste ano. O tema “escravidão” é encontrado nas fontes no número 307 do *Jornal da Victória*, no ano de 1867, transcrevendo e traduzindo uma carta escrita pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, respondendo aos membros da *Sociedade Emancipação dos Escravos*, fundada em Paris. Sobre a carta, transcrevemos aqui um trecho importante:

*“Assim, o governo não disse que, acabada a Guerra, tomaria imediatamente medidas para extinguir a escravidão [...] O Governo disse foi que a emancipação dos escravos no Brasil é questão de forma e de oportunidade. [...] A agricultura é a nossa primeira indústria, e ora repousa no braço escravo. Suprir de repente a escravidão, tendo só em vista sentimentos religiosos, morais e filosóficos, fora sacrificar a propriedade de particular e o bem do Estado [...]. A solução do problema do trabalho livre no Brasil deve realizar-se conciliando-se, quando possível, o direito de propriedade, garantido pelas leis do Estado, como os ditames do Cristianismo e da Filosofia, e não sacrificando aquele a estes, nem estes àquele.*¹³⁰

Martin Francisco Ribeiro de Andrade

Assim, citando a carta, o jornal, ou o grupo *liberal progressista*, parece concordar com a emancipação gradual dos escravos, e, sem dúvida, também sabia da necessidade do braço escravo diante da lavoura, ainda muito mais presente no sul, mas que se fazia importante para toda a província. Neste sentido, não se encontra no *Jornal da Victória*- neste momento- uma linguagem radical e extremada ao falar sobre a abolição da escravidão no Brasil.

Da Corte, as notícias sobre a proximidade da falência do Ministério de Zacarias eram emitidas por jornais conservadores como *O Estandarte*; já para os liberais, bem como nas cartas particulares vindas do Rio de Janeiro, e publicadas no liberal *Jornal da Victória*, o que se publicava era uma situação muito diferente, na qual um correspondente chega a afirmar que “a atual situação política está cada vez mais firme com a força que lhe vem dos novos escolhidos do povo”¹³¹, sendo estes novos escolhidos citados pelo autor da carta, refere-se à nova composição dos deputados da Câmara.

Já os conservadores do *Correio da Victória* afirmavam que estavam sendo perseguidos em Vitória, enquanto os liberais diziam que a fala conservadora era contraditória quando comparada com a prática. Para os liberais, se os conservadores eram tão perseguidos, como se explicava então a alta presença dos mesmos na maioria dos cargos públicos na província? A

¹²⁹ *Jornal da Victória*, n° 277- 19/01/1867.

¹³⁰ *Jornal da Victória*, n° 307- 04/05/1867.

¹³¹ *Jornal da Victória*, n°315- 01/06/1867.

todo momento a acusação contra os conservadores é a mesma: “*Não sois um partido cheio de crenças, mas um grupo de indivíduos de insaciáveis ambições*”. Já os liberais afirmam-se velhos seguidores de um partido Liberal histórico¹³², e se indignam ao lerem na folha conservadora a proposta de só eles salvariam a Constituição:

*Salvar a Constituição! Quem rasgou página por página promulgando a Lei de 3 de dezembro, quem decretou o cerceamento das atribuições do júri. [...] Quem decretou que a imprensa tivesse por tribunal a polícia, quem nulificou o Ato Adicional com a lei de interpretação, quem decretou a chibata para a Guarda Nacional e a reduziu à máquina eleitoral, quem finalmente durante os 14 anos de domínio solapou todas as instituições do país? Vem agora dizer ao povo que quer salvar a Constituição?![...] Infelizmente o país vos reconhece e a vossa sentença já foi proferida.*¹³³

Enquanto no sul os liberais falavam de forma sarcástica sobre as comemorações de 7 de setembro, criticando as honrarias prestadas ao retrato do Imperador, em Vitória o aniversário da Independência é relatado como uma grande festividade, na qual a *Sociedade Musical Minerva* percorria as ruas da cidade, parando em frente ao palácio da presidência e dando vivas ao Imperador. Outro espaço de sociabilidade da cidade aqui já mencionado, o *Teatro União Capichaba*, foi utilizado como local desta festividade, encenando-se à noite o drama “Amor e Pátria”. A exaltação à monarquia foi o ponto de pauta da fala pronunciada por Pinto Figueiredo no dia da Independência. No texto, Pedro II é o sustentáculo do “*sistema monárquico constitucional que tantas garantias tem nos apresentado*”¹³⁴ As folhas do *Jornal da Victória* afirmavam que o Reinado de Pedro II é assemelhado ao de Deus, sendo o único capaz de promover a felicidade da nação.

A *moderação* presente no projeto político do jornal liberal da capital também pode ser enfatizada quando expomos a crítica feita pelo *Jornal da Victória* às propostas publicadas pelo periódico liberal *O Democrata* da província de São Paulo. O jornal liberal da província do Espírito Santo faz questão de expor as idéias colocadas pelos liberais paulistas, sendo estas: uma aliança federativa republicana da América; absoluta liberdade de consciência e de culto, associações e reuniões. Defendiam também a abolição da escravatura, da Guarda Nacional e da religião do Estado; a polícia eletiva; a emancipação; temporalidade do Senado, o desenvolvimento comercial; a descentralização e reformas administrativas, além do voto universal pela eleição direta. Por fim, o *Jornal da Victória* afirma que tal grupo, juntamente com o referido jornal paulista sustentava idéias republicanas, e os adverte: “*O tempo e a reflexão hade lhe fazer moderar tanto entusiasmo*”.¹³⁵

O jornal liberal de Vitória, neste sentido, não comungava de ideais políticos como os destes liberais de São Paulo. As propostas políticas do *Jornal da Victória* giravam muito mais em torno de interesses locais, da ocupação dos cargos públicos, da articulação em tempos de eleições, do que um programa liberal propriamente dito. Entretanto, a visão de duas vertentes liberais, a do *Jornal da Victória* e a de *O Democrata* em São Paulo, só faz aumentar os indícios do início da cisão entre os próprios liberais no Império. Além das próprias discordâncias quando comparados aos liberais do sul da província.

¹³² *Jornal da Victória*, nº 366- 27/11/1867.

¹³³ *Jornal da Victória*, nº 366- 27/11/1867.

¹³⁴ *Jornal da Victória*, nº 347- 21/09/1867.

¹³⁵ *Jornal da Victória*, nº 431- 22/07/1868.

3.9 – Conclusão: Comparando Ideias

Localizamos, neste sentido, dois pólos políticos na província, sendo estes não totalmente diferentes, mas que evidenciam aspectos muito contundentes ao ser falar em práticas e ideias políticas. Como assinala John Pocock, ao falarmos de linguagens políticas, estamos também falando em sublinguagens, retóricas e maneiras de falar. Neste caso, comprovamos, como o próprio autor enfatiza, a existência de um número indefinido de sublinguagens, dentro de uma determinada língua.¹³⁶ Sendo assim, uma linguagem não exclui a outra, fazendo emergir a importância de se distinguir pólos de linguagens e práticas políticas diferentes dentro de uma mesma província.

Constatou-se a hipótese apresentada para este estudo, a qual se referia à existência de *lôcus* políticos diferentes dentro da província do Espírito Santo. Para tanto, utilizamos os jornais da capital, o que denominamos de *centro*, e os jornais de Cachoeiro de Itapemirim, o *sul*. Encontramos membros que se diziam de um mesmo partido, mas que, na exposição de suas ideias, fizeram com que se destacasse o fato de que pertencer ao mesmo partido em uma pequena província, não significa comungar dos mesmos ideais. Por isso, é necessário ter cautela ao se falar do Partido Liberal na província do Espírito Santo, ou nas ideias de liberalismo ali expostas, pois como afirmamos acima, lidamos com linguagens e práticas diferentes. O estudo abarcou somente estas duas localidades da província, já que somente nelas é que se davam a publicação de jornais. Desta forma, em outros locais onde não é possível verificar as linguagens políticas por meio da imprensa, certamente nos depararíamos com outros estilos de linguagens e retóricas liberais e conservadoras.

A leitura do jornal *Sentinella do Sul* tornou explícita algumas ideias discrepantes com o núcleo liberal de Vitória, assim como também evidencia aspectos em comum entre as duas localidades. Durante o ano de 1867, no mesmo tom utilizado pelo *Jornal da Victória*, os redatores da *Sentinella do Sul* manifestam sua adesão à causa de Maximiliano no México; diziam que Maximiliano foi um verdadeiro mártir, mas que sua morte não fora uma vitória da liberdade, mas sim uma vítima da anarquia.¹³⁷ A própria palavra “liberdade” aparece com bem mais frequência no jornal do sul do que na folha liberal de Vitória, assim também como o conceito de civilização. A todo momento a *Sentinella do Sul* exulta que quer liberdade e civilização para o povo.¹³⁸ Além disso, Clímaco Barbosa publica na *Sentinella* qual seria seu ideal de liberdade, referindo-se sempre como um modelo americano.

Outra ideia de liberdade é inaugurada pelo periódico *Sentinella do Sul*: a liberdade feminina. Assuntos nunca antes abordados e vistos no vocabulário político dos jornais da província agora chegavam aos leitores do Espírito Santo, tentando até mesmo implantar a ideia da igualdade civil das mulheres. É neste sentido que se inclui no vocabulário liberal a questão dos *direitos civis* e da *cidadania*, bem como as necessidades das reformas administrativas, demonstrando clara oposição à centralização e defesa da ideia de *sistema federativo* que levasse à uma maior autonomia provincial.

Certamente havia muitas diferenças entre os liberais de Itapemirim e os liberais de Vitória, embora deva se destacar que os dois jornais possuíam funções diferentes. O *Jornal da Victória* era o órgão oficial do Governo, mostrando-se em uma posição mais moderada. Já a *Sentinella do Sul* e sua associação de advogados, liderados pelo médico Clímaco Barbosa, chegaram ao Espírito Santo com a finalidade de se implantar uma política diferente, sem

¹³⁶ POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003. p.65.

¹³⁷ *Sentinella do Sul*, nº 1- 24/08/1867.

¹³⁸ *Sentinella do Sul*, nº 2- 31/08/1867.

medo dos barões ou dos grandes fazendeiros da região. Tentaram, neste sentido, incluírem-se na elite política da província, almejando serem mais do que somente a elite intelectual.

Comparando o posicionamento dos jornais acerca dos efeitos e da necessidade da guerra contra o Paraguai, vimos que os liberais de Itapemirim eram seus extremados defensores, enxergando a guerra como algo que “*levaria a liberdade ao povo paraguaio*”, enquanto os liberais do *Jornal da Victória* não exibiam tamanho entusiasmo diante de um conflito tão dispendioso, combinando muito mais suas ideias com o jornal conservador do sul, *O Estandarte*. Este último via no conflito com Solano apenas mais uma das fendas que poderiam abalar o Império brasileiro, sendo um ato dispendioso e ameaçador para a situação política do país.

Comparando os quatro periódicos no que tange à questão do Poder Moderador, o único a fazer defesa explícita é o conservador *O Estandarte*, pois sobre este assunto, nada foi encontrado na folha conservadora *O Correio da Victória*. Este último parecia se deter muito mais a assuntos ligados a interesses pessoais da capital, principalmente pela troca de posição política do ex-liberal Marcelino Pereira de Vasconcellos, fazendo com que o *Jornal da Victória* e o *Correio da Victória* tivessem o intuito de travar uma batalha pessoal entre si do que levantar a bandeira política de seus respectivos partidos.

Enquanto isso, comparando-os com os dois veículos políticos do sul, constata-se naquela região uma maior presença de discussão partidária, não deixando de lado os interesses pessoais, é claro, mas fazendo de suas folhas um tanto quanto mais ricas em questão de programas políticos. Interessante ressaltar que, dentro do conjunto de redatores dos jornais da capital, estarão homens que já estavam presentes na província desde os primeiros conflitos políticos, como o próprio Marcellino Vasconcellos e Moniz Freire; já entre os redatores do sul, encontram-se os homens de novas ideias, vindos do Rio de Janeiro e de outras províncias, sem medo de expor uma nova política.

Os jornais do sul e do centro, por mais que defendessem os mesmos partidos, pareciam não ter uma forte ligação em termos de política, embora, é claro, sabemos que deveria haver algum tipo de ligação política que visava interesses pessoais entre aqueles homens do mesmo grupo, o que fez com que o próprio liberal Clímaco Barbosa e José Correia de Jesus se aproximassem do grupo chefiado por Monjardim na capital da província, buscando uma vaga na Assembleia Provincial para o biênio de 1868/1869.

Concluimos desta forma que, na província do Espírito Santo, pertencer ao mesmo partido não significava professar as mesmas ideias. Talvez possamos afirmar uma espécie de diálogo entre os grupos liberal e conservador do sul e da capital, mas, tanto pela falta de fontes, como também pelos poucos fragmentos que são possíveis de serem analisados, não se percebe uma continuidade entre um grupo e outro quando se trata dos projetos políticos que eram expostos nos jornais. A nosso ver, era no momento das eleições para deputação na Assembleia Provincial e Geral que tais nomes se misturavam, perfazendo um só partido, pois precisavam unir forças, embora, mesmo assim, não possamos afirmar se tratar de um partido coeso.

Um exemplo já citado inúmeras vezes fora dr. Clímaco Barbosa. A aproximação ao centro rendeu-lhe a vaga de deputado provincial, e, segundo a história da imprensa capixaba, seu jornal chegou ao fim no início de 1868. No entanto, pelas informações coletadas, já podemos afirmar que o jornal continuou a ser publicado, e com um teor ainda mais fervoroso do que antes. E um fato ainda mais importante é que agora, a partir de 1868, teremos o médico na tribuna da Assembleia Provincial. Clímaco, um liberal um tanto quanto mais extremado, se comparado aos liberais “moderados” de Vitória, trará consigo as ideias que difundia no sul, agora não só em papel, mas também em alta voz.

Ao longo do estudo, percebemos também que os dois grupos políticos, que praticamente eram recém-criados, visto que haviam surgido em 1861 na capital e 1863 no sul, já lidavam com uma organização partidária bem organizada. Os conservadores do sul fecharam o cerco contra os liberais, lançando ao público circulares e manifestações a fim de angariar membros. Já os *liberais progressistas* em Vitória continuam com seu chefe Francisco Monjardim, mas agora até denominam o partido de “diretório liberal”. Neste sentido, as mudanças são claras quando comparadas ao início da década de 1860. Os partidos se consolidaram, ocorreram divergências e dissidências, e em 1867, bem como no início de 1868, já sabemos muito mais sobre os *liberais* e *Conservadores* da província do Espírito Santo. No entanto, exatamente quando os partidos provinciais se consolidaram, a crise partidária que vem da Corte começa a abrir fissuras dentro dos grupos locais.

O ano de 1868 reservaria muitas surpresas aos deputados provinciais daquele biênio. A queda do último Gabinete de Zacarias estava por vir, mas a ideia dos deputados liberais eleitos para aquela legislatura era de que a saga do partido se perpetuaria. Resta-nos saber, em meio ao “estelionato político” ocorrido no 16 de julho de 1868, como será a recepção dos deputados à volta dos conservadores, pois terão agora a Assembleia Provincial como veículo de reivindicação. Como os próprios *liberais* de Vitória irão reagir às ideias liberais mais radicais de Clímaco Barbosa? E ainda nos perguntamos se, em meio ao ostracismo político, continuaria o *Jornal da Victória* com uma linguagem liberal tão moderada. Enfim, como irão reagir os liberais dentro palácio das idéias?

CAPÍTULO IV

O Palácio das Ideias: a política partidária na Assembleia Provincial e na Imprensa

Saiba que nós, representantes deste partido perseguido, deste partido ultrajado, não temos os olhos voltados para o presente, dele nada queremos. Temos os olhos voltados para o futuro. Porque o futuro é das grandes idéias, e as grandes idéias são a realização do pensamento divino a face da terra.¹

4.1 – 1868: os Antecedentes do Ostracismo Político dos Liberais

Na tentativa de evidenciar o debate político da Corte e sua relação com as províncias, colocamo-nos aqui a entender a que altura estavam as discussões e divisões partidárias no Rio de Janeiro, e como o Espírito Santo insere tais divisões partidárias na política local. Assim como afirma Vamireh Chacon, certamente os anos de 1868 e 1869 foram decisivos para o liberalismo brasileiro². A queda do gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcellos, vigorando entre agosto de 1866 e 16 de julho de 1868, pode ser explicitada como um dos momentos mais conturbados do jogo político Imperial, e, sobretudo, pode ainda ser apontado como o causador das dissidências entre os grupos políticos existentes.

Os meses que antecederam a eminente queda do último gabinete progressista fizeram com que as reclamações e o medo da exclusão dos liberais do governo, fossem então noticiadas em dois principais periódicos: o *Jornal da Victória*, o qual já foi mencionado várias vezes, e *O Cidadão*, outro periódico que defendia o Partido Liberal neste momento de crise, iniciando sua publicação em abril de 1868. Além dos jornais, não se pode esquecer que, eleita em 1867, a Assembleia Provincial estava composta exatamente por uma maioria liberal, proveniente da situação política vigente até aquele momento. Mas, se a queda estava próxima, o “Palácio das Ideias”, como denominaremos aqui a Assembleia, também se tornará local de debate e contestação do partido, principalmente por nomes mais extremados como o próprio dr. Clímaco Barbosa de Oliveira, que, agora sem a *Sentinella do Sul*, não demorou a expor na tribuna seus principais conceitos de liberdade. A legislatura que operou em 1868 e 1869 era a seguinte:

¹ ESPÍRITO SANTO. *Annais da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo de 1868*. p.200.

² Introdução de Vamireh Chacon In ARAÚJO, Thomaz Nabuco de. *O Centro Liberal*. Brasília: Senado Federal, 1979. p.11.

**Perfil dos deputados Provinciais
1868-1869**

Deputado	Nascimento	Data	Educação	Ocupação	Formação	Comendas e Títulos	Cargo Público
Alfeu Adelfo Monjardim	ES	1836		Tenente Coronel	Militar	Ordem de Cristo/ Barão	Inspetor da Alfândega
Áureo Trifino Monjardim	ES			Major Fazendeiro	Militar		
Antônio Joaquim de Santana							
Clímaco Barbosa de Oliveira	BA	1839	Superior	Médico	Medicina		
Constantino Gomes da Cunha				Tenente-Coronel	Militar		
Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira			Superior	Médico			
Henrique Augusto de Azevedo	ES			Tenente-Coronel	Militar		
João Manoel Nunes Ferreira		1835		Capitão	Militar		
Joaquim Pires de Amorim	RJ	1838	Superior	Advogado	Direito		Juiz Municipal e de Órfãos Chefe de Polícia
José Correia de Jesus	BA		Superior	Lente de História Advogado	Direito		Procurador Fiscal
José de Melo e Carvalho			Superior				
José Francisco Monjardim	ES	1797			Militar	Comendador Ordem da Rosa/ Aviz/ Cruzeiro/ Cristo	
Torquato Caetano Simões				Major	Militar		
João Alberto do Couto				Capitão	Militar		

Teixeira							
Manoel Francisco da Rocha Tavares							
Manoel Feliciano Moniz Freire				Engenheiro			
Leopoldo Augusto de Mello e Cunha	RJ	1833	Superior	Engenheiro	Ciências Exatas		Procurador da tesouraria provincial
Luiz da Rosa Loureiro				Capitão	Militar		
Manoel Pires Martins			Superior	Padre	Religiosa		
Olynto Pinto Coelho			Superior	Médico	Medicina		Suplente de Juiz Municipal

Fonte: PEREIRA, Heráclito Amâncio. *Homens e Causas do Espírito Santo*. Vitória: Sociedade Artes Gráficas, 1914; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. 7 vs Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. (1827-1903).

A tabela acima estabelece a tentativa de se resgatar informações e dados acerca dos deputados provinciais que estarão na Assembleia Provincial exatamente no momento da inversão política, ou seja, a elite política provincial. A legislatura em questão trás consigo as mudanças que já vinham ocorrendo nas *elites intelectual e política* da província, pois alguns importantes redatores liberais conseguem ser eleitos no ano 1868. Outra diferença a ser demonstrada é a origem destes políticos, pois quase sempre eram estes mesmos redatores que compõe agora o grupo que vem de fora da província. Ou seja, a hipótese é a de que uma *elite política* heterogênea em termos de interesses políticos e, de origem, estaria entrando em cena a partido do próprio desenvolvimento da imprensa. Se a imprensa trouxera redatores nascidos em outros locais, o perfil dos deputados mostra que a mesma imprensa auxilia na transformação destes redatores em deputados provinciais.

Não falamos, é claro, de uma substituição de *elites*, mas sim de uma lenta transformação. A legislatura de 1868 contará com políticos de longa carreira na província, como terá também a participação de indivíduos que iniciavam a carreira política naqueles anos, vindos de outros lugares, com novas propostas políticas, além de uma maior vivência em cargos políticos do que os deputados nascidos na província. No caso de José Correa de Jesus e Clímaco Barbosa, formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que residiam em Itapemirim, ainda podemos adicionar o fato de que defendiam um liberalismo um pouco dissidente das opiniões do Partido Liberal estabelecido em Vitória.³

³ Sobre as diferenças entre os partidos do sul da província com relação à Vitória, ver capítulo 3.

A média de idade destes deputados se equilibra quando há a verificação de que a maior parte do grupo nasceu na década de 1830. Neste sentido, sendo espírito-santenses ou não, essa geração política não participou do processo de consolidação do Império, pois nascera exatamente em uma época de grandes agitações e debates políticos. Ressalta-se aqui, a presença do coronel Francisco Monjardim, que, diferentemente do restante do grupo, acompanhou a província em todos os seus momentos políticos, sendo atuante no projeto de construção e consolidação imperial.

Assim como José Murilo de Carvalho identifica a educação e a formação dos membros da elite política como elementos unificadores, relacionados à socialização e treinamento, passamos a comparar a elite política local com aquela evidenciada pelo autor. O grupo que ocupou a Assembleia Provincial em 1868 não era homogêneo nem em termos de educação e nem de ocupação, e uma pequena parcela ocupou cargos públicos. Mesmo com a fragilidade dos poucos dados obtidos, o que temos são oito deputados com formação superior em meio a um grande grupo que determinamos aqui como “militares” com formação secundária. Entretanto, a indicação destes políticos como militares requer certo cuidado. As informações retiradas de memorialistas e dicionários biográficos muitas vezes citam um referido deputado como “militar”, mas é necessário ressaltar que, muitos que foram denominados com esta formação e ocupação, eram na verdade componentes da Guarda Nacional na província⁴. Todavia, seguiremos as informações dadas por estas obras, tomando a definição de “militares” como a mais adequada, já que as únicas fontes que dispomos para o período nos indicam esta classificação.

Depois dos militares, há um grupo de sete profissionais liberais, que, diferente da ocupação da elite imperial, onde predominava o estudo do Direito, a elite provincial do Espírito Santo contava com poucos advogados neste período. Dos profissionais liberais que conseguimos alguns dados, a maioria estudara Medicina. Sobre que os que não encontramos nenhuma informação, pode-se supor, assim como nos indica o próprio José Murilo de Carvalho, que fossem fazendeiros e sem educação superior.⁵ Concluimos então que este grupo de deputados que assumiriam os trabalhos do legislativo provincial não tiveram um mesmo treinamento, não tiveram meios iguais de socialização mesmo pertencendo ao mesmo partido (capítulo 3), e, diferente da elite imperial como um todo, no Espírito Santo havia uma predominância de militares nos cargos políticos.

Neste sentido, a legislatura é sem dúvida peculiar. Ela une o elemento genuíno às necessidades da terra, políticos que estavam presente desde a primeira metade do século, com homens que estavam ali almejando ascender politicamente na esfera política. E, para complementar tal peculiaridade, eram liderados pelo chefe do Partido Liberal, Francisco Monjardim, honrado e estimado por sua experiência política e pelos empreendimentos de “pacificação” na província quando as ameaças de turbulências tentaram invadir o Espírito Santo na Independência e na Regência. De algum modo, não parecia ser perigoso misturar *liberais do sul* e *liberais do centro*, pois o “venerado ancião”⁶ estava no comando.

⁴ Estes componentes da Guarda Nacional são lembrados por José Murilo de Carvalho como os “donos de terra”, os quais ocupavam os cargos de capitães-mores, barões e oficiais da Guarda Nacional. CARVALHO, *Op. Cit.*, p.109.

⁵ *Ibidem.* p.106.

⁶ Apelido dado a Francisco Monjardim por parte de seus correligionários do Partido Liberal.

Mas no que esta legislatura difere das legislaturas da primeira metade do século? No que refere à formação e ocupação, a elite política da primeira metade do século não destoa em muitos aspectos do grupo que se analisa em 1868. Uma diferença é participação de clérigos que na primeira metade do século era bem mais intensa no Legislativo do Espírito Santo. Contudo, a diminuição no número de padres é compreensível se tratando do período estudado. Já os militares eram maioria na Assembleia Provincial desde 1835, assim como aparecem na tabela acima. O que diferenciou a elite política provincial da primeira metade do oitocentos diante da que emerge a partir de 1860, foi exatamente a socialização e o treinamento da mesma. Os deputados que ocuparam a Assembleia desde sua criação em 1835 eram pessoas que tiveram suas trajetórias cruzadas em outras ocasiões.

Os deputados das primeiras legislaturas estiveram juntos na formação Junta Provisória e combateram as ameaças dos que desejavam o retorno do Brasil às mãos de Portugal da década de 1820. Estes políticos também foram membros do Conselho Geral Provincial, órgão que precedeu a criação da Assembleia Provincial. Nomes como Manoel Pinto Rangel e Silva, Francisco Monjardim, Dionísio Rozendo e Francisco Pinto Homem de Azevedo, que fora capitão-mor, formavam o mesmo grupo de vereadores na primeira metade do século.⁷ A elite anterior à 1860 era composta por pessoas como Pinto Homem de Azevedo que ao participar dos trabalho de administração dentro do Conselho Geral, ocupando interinamente o cargo de presidente de província por conta de uma viagem de Ignácio Accioli de Vasconcellos, e na década de 1830 assumindo a vice-presidência, acaba adquirindo treinamento e reconhecimento das demandas locais e maior habilidade para lidar com os assuntos administrativos.⁸

Como foi dito no segundo capítulo deste estudo, os dois maiores opositores partidários da província do Espírito Santo após 1860, Dionísio Rozendo e Francisco Monjardim, estavam juntos desde o início do século na defesa da ordem do Império, zelando firmemente pela tranqüilidade local no período regencial e durante as revoltas de 1842 em São Paulo e Minas Gerais. O próprio Francisco Monjardim tinha em sua filiação um nome importante para a administração do Espírito Santo quando ainda era uma capitania, pois seu pai Ignácio João Monjardino, capitão da Marinha de Portugal. Em suma, analisando de forma geral, a elite política da primeira metade do século era em sua essência, um grupo ligado de forma intensa a cargos administrativos do Império Português, e assim, se tornou possível adquirir experiência para administrar a província.

Este processo de transformação da elite após a segunda metade do século também pode ser vislumbrado na Corte, mas o que salientamos aqui são algumas diferenças importantes. Por exemplo: se na Corte a primeira metade do oitocentos é marcada por uma “ilha de letrados”, o grupo formado em Coimbra destacado por José

⁷ A presença destes políticos na Câmara de vereadores e no Conselho Geral Provincial é atestada por Rodrigo Goulart em sua dissertação de mestrado. GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Figurões da Terra: Trajetórias e Projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos*. Dissertação de Mestrado. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGHIS-UFES, 2008. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/Documentos/Disserta%E7%F5es/2008/22.pdf>. Acesso em: 21/01/2010. p.61.

⁸ No requerimento de sua solicitação da mercê da Ordem de Cristo, consta que Francisco Pinto Homem de Azevedo “[...] sempre mostrou muita adesão à causa do império do Brasil, e da independência, e [da] Augusta Pessoa de Sua Majestade Imperial”: BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Obras Raras. Documento C-0355,006. *Requerimento encaminhado ao ministério do império solicitando a mercê da Ordem Cristo*. 1823-1825.

Murilo de Carvalho, pode-se dizer que o Espírito Santo neste período é liderado por um grupo de militares, sem formação superior, mas que da mesma forma, tiveram seu papel na construção do Estado imperial.

Sendo assim, enfatizamos que a elite política que adentra a Assembleia em 1868 não teve a mesma homogeneidade em interesses políticos, e nem possui o nível de socialização que teve a elite da primeira metade do século. Os deputados de 1868 já eram bem diversificados com relação ao local de nascimento; não eram, em sua maioria, homens ligados à trajetória política e administrativa da província. A presença de Francisco Monjardim não modifica este cenário composto por várias nuances, pois muitos dos deputados, mesmo que militares, não passaram pelo mesmo processo e aprendizado de Monjardim. Certamente o interesse dos médicos, advogados e engenheiros vindos de outros lugares do Império, não estava voltado para as necessidades provinciais e a manutenção da ordem imperial. O que estes homens queriam? De certo estavam na província do Espírito Santo na tentativa de ascenderem politicamente numa localidade que, mesmo pequena e quase sem peso político, poderia ser o primeiro passo para uma carreira mais longa.

Assim, destacamos o grupo político desta quadra, a fim de mostrar ao leitor que a linguagem política destes deputados será nosso foco de análise ao recorrermos aos discursos do Legislativo. Estas serão as vozes que posteriormente serão ouvidas na província após o afastamento dos liberais do poder em 16 de julho de 1868. Ao longo da investigação, estes nomes reaparecerão encaminhando o debate político do período.

4.2 – A Contestação por Meio da Imprensa Liberal

Em 1868 o redator José Correa de Jesus, que antes residia no sul da província, atinge seu objetivo: chegar à Assembleia Provincial. Entretanto, o Legislativo funcionava apenas dois meses por ano. Assim, para quem tanto gostava de debater política, esperar as sessões começarem era praticamente uma perda de tempo, o que certamente levou Correa de Jesus a iniciar a publicação de um jornal em Vitória. Era hora de a capital conhecer as ideias do liberal baiano.

Publicado em Vitória, o jornal *O Cidadão* inicia seus trabalhos em 14 de abril de 1868 na *Tipografia do Cidadão*, situada na rua do Piolho nº 4, a qual era propriedade de Emilio Francisco Guizã. Embora as fontes originais demonstrem tais informações, segundo Amâncio Pereira, o jornal era publicado da *Tipografia Parcial*.⁹ Seu redator era José Corrêa de Jesus, bacharel em Direito, também já exposto neste trabalho como colaborador em outros jornais da época.

Diante da crise do Partido Liberal, *O Cidadão* nos parece uma tentativa isolada de José Corrêa de Jesus em levantar a honra dos princípios liberais, denominado a doutrina liberal como “um princípio santo”, além de utilizar seu jornal como um esclarecedor da opinião pública, com o intuito de lutar pelo direito do povo.¹⁰ As críticas do redator não iam apenas contra o jornal conservador local, *Correio da Victória*, mas também chegava aos números do *Correio Mercantil* na Corte, acusando seus redatores de difamação, como também de desonrarem grandes nomes como o de Afonso Celso, Martim Francisco e Zacarias de Góes.

⁹ PEREIRA, Amâncio. “História da Imprensa Capixaba”. *Revista do IHGES* nº 3, 1922.p.36.

¹⁰ *O Cidadão*, nº1- 15/04/1868.

Na Assembleia, as falas de Correa de Jesus eram perceptivelmente mais amenas, enquanto que em seu jornal começa a transparecer um novo vocabulário, como, por exemplo, a defesa da legitimidade do direito de resistência, explicando que o que era contrário à esta idéia se manifestava na forma de despotismo.¹¹ É neste momento que começam a se desdobrar as ideias iniciadas por Clímaco e por Correia de Jesus ainda em Itapemirim, onde uma tentativa de um “republicanismo”, ainda muito disfarçado, já tentava mostrar sua faceta aos habitantes de Vitória:

*“Ensinam os publicistas que pelas ideias grandiosas é que são governados os povos; e enunciando eles esta doutrina ordenam que estas ideias sejam manifestadas por meio do pensamento, e só duas fórmulas de governo podem realizar este axioma do direito público moderno; são o governo representativo e o republicano. São os governos da luz, são os governos onde o povo que forma a sociedade denominada – a nação- tem o direito incontestável de intervir na marcha do progresso da nacionalidade.”*¹²

Neste sentido, para Correa de Jesus, era necessário a um governo representativo que existissem dois partidos distintos, com ideias fixas e com programas verdadeiros. Entretanto, após o experimento da Conciliação, a situação partidária do Império estava bem longe deste ideal. Todavia, como já foi citado, no recinto parlamentar o redator acabava não dando tanta importância a um novo tipo de governo. Na Assembleia, as maiores preocupações de Correia de Jesus foram direcionadas ao ensino público. E, no jornal, afirmava que os donos do poder na província do Espírito Santo tinham um medo extremo de que sua população fosse instruída, sempre postergando a reforma da instrução pública.

Enquanto isso, o *Jornal da Victória* também ajudava a alinhar as críticas contra os conservadores, exibindo também uma grave indignação mediante a escolha para deputado geral que representaria o Espírito Santo naquele período. Vêm à tona os atos frequentes de se mandar à Corte pessoas que não sabiam da realidade da província, pois não pertenciam a ela: *“Eis a razão porque quando se trata de distribuir candidatos por todo o Império e depara-se com a província do Espírito Santo, diz-se – ‘Ali não há vontade desde o mais rico até o mais pobre, quem manda é o governo’”*. A fúria referia-se à escolha de Silva Nunes como representante da província, genro de Muritiba. Diziam os liberais que, na visão do grupo conservador, *“O Silva Nunes nosso deputado com o sogro no Ministério pode arranjar-nos”*.¹³

Transcrevendo partes publicadas no *Diário de Minas*, os liberais prometiam, naquele momento, partir para a investigação desta “cisão absurda” que se via acontecendo no seio liberal. Além de tais assertivas, o *Jornal da Victória* publicou também alguns escritos de Francisco de Paula da Silveira Lobo, os quais falavam das perturbações e dissidências que ocorriam no Partido Liberal durante aquele período.¹⁴ O periódico divulgou também que, durante a festa do Carnaval no Rio de Janeiro, alguns jornais conservadores teriam noticiado que houvera manifestações hostis ao Ministério. Na província, o *Jornal da Vitória* tratou de desfazer tais boatos, indicando que os

¹¹ *O Cidadão*, nº 2- 22/04/1868.

¹² *O Cidadão*, nº 2- 22/04/1868.

¹³ *Jornal da Victória*, nº 442- 02/09/1968.

¹⁴ *Jornal da Victória*, nº 392- 29/02/1868.

principais jornais da Corte podem confirmar a não existência de nenhuma desordem durante o Carnaval.¹⁵

No jornal liberal de Vitória surgiam novas ideias e conceitos que agora eram mais elaborados do que no princípio de sua publicação. Com a finalidade de instruir, o periódico diz ao leitor o que significava viver em um país constitucional:

*Vejam os que é um país constitucional. É aquele parece-nos, que tem um corpo de leis fundamentais que constituem o governo ou por outra, o que tem o ato que encerra a lei fundamental do Estado, a Constituição, a lei das leis.*¹⁶

Sobre a Monarquia Constitucional:

*Monarquia Constitucional é aquela em que os poderes são contrabalanceados e regulados pela lei das leis, sendo estes poderes o executivo, o legislativo e o judiciário, representados pela realeza, a aristocracia e a democracia; por conseguinte uma monarquia constitucional é também representativa; sem este complemento não haveria garantias para a **democracia**.*¹⁷

Portanto, com a eminência da volta dos conservadores à administração do Império, a imprensa liberal da província tentou utilizar suas folhas para defender o partido diante da crise na qual entrava naquele momento. Havia, neste sentido, a necessidade de propagar as ideias do partido e, ao mesmo tempo, denunciar o que estava por vir.

4.3 – O Fim do Sonho Liberal: Cai o Ministério de Zacarias

O fim do último ministério de Zacarias de Góes, iniciado em 1866, é marcado por diversas especulações. Em meio à crise no conflito com o Paraguai, Caxias, um general conservador, foi convocado para comandar as tropas brasileiras. O início da discórdia veio com as conseqüências desta nomeação forçada, pois a entrada de Caxias esteve ligada diretamente à saída do Ministro de Guerra, Ângelo Ferraz. A troca não agradou ao ministério, e muito menos a Zacarias. Outros motivos foram fortificando o descontentamento de Zacarias com a condução da política ministerial, como, por exemplo, a questão servil que se inserida pelo imperador na Fala do Trono em 1867.¹⁸

O descontentamento também estava diretamente atrelado aos interesses políticos, visto que a demissão do ministério também esteve relacionada a não aceitação de Zacarias ao nome de Sales Torres Homem na lista tríplice para a vaga de senador pelo Rio Grande do Norte, o qual tinha o apoio do imperador. Entre as atribuições do Poder Moderador e a vontade de Zacarias, prevaleceu a vontade do monarca. Os atritos envolvendo o marquês de Caxias, o próprio Zacarias de Góis e até mesmo a figura de Pedro II culminaram na substituição da situação vigente sob a direção progressista por um gabinete conservador.

¹⁵ *Jornal da Victória*, nº 398- 29/03/1868.

¹⁶ *Jornal da Victória*, nº 420- 13/06/1868.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ CARVALHO, *Op. Cit.*, p.25.

Os fatos propiciaram grande repercussão tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. De fato, iniciava-se naquele momento a volta dos conservadores ao poder, submetendo os liberais ao “ostracismo” político que só teria fim no final da década de 1870. Em 1º de agosto é que se concretiza no *Jornal da Victória* a retirada do Ministério de Zacarias. Logo que aportou em Vitória o vapor Diligente, que vinha da Corte, verificou-se a pior das notícias para os liberais da província do Espírito Santo. As ameaças eram verdadeiras, a crise liberal havia se consolidado, o Ministério de 3 agosto havia sido retirado, sendo chamado o visconde de Itaboraá para organizar o novo gabinete da “oposição”. Além de noticiar a queda de Zacarias, o jornal local menciona o motivo: o gabinete não havia concordado com o Imperador na escolha do conselheiro Torres Homem como senador pela província do Rio Grande do Norte:

*Está, portanto, o partido conservador na governação do país, e agora vai a nação decidir se apóia ou se repele. Estas notícias, bem longe de entristecer-nos, foram para nós do maior júbilo: o partido liberal se acha hoje unido e compacto, e como um só homem vai ele entrar na luta das urnas.*¹⁹

A notícia toma conta da província, surgindo então uma série de manifestações pelas ruas, que, por menores que fossem, já nos demonstram um maior engajamento político da população. Um correspondente da Vila de Viana emite ao *Jornal da Victória* notícias de que, após a saída do ministério na Corte, durante uma certa noite, havia saído um grupo de indivíduos pelas ruas da vila, os quais tocavam música e atiravam foguetes, enquanto insultavam os liberais.²⁰ O correspondente complementa: “*Na porta dos dignos liberais o Sr. Capitão Nunes Ferreira e negociante Francisco José da Costa Junior as provocações chegaram ao ponto de atirarem foguetes contra as vidraças e dirigirem os maiores insultos*”.²¹

Os liberais pediram ao chefe de polícia que tomasse as devidas providências, e advertiram que os conservadores de Vitória não estavam longe de cometerem os mesmos delitos que foram cometidos em Viana. Já *O Liberal de Minas* noticia que no paço da Assembleia Provincial local também ocorreu manifestação, embora esta tendo se dado em prol da união do partido Liberal após a queda do gabinete. O redator acrescenta:

No meio de toda essa balburdia, Timandro, encantado por se ver escolhido senador, Paranhos, Alencar e outros declaram ao país que eles são os verdadeiros liberais, e zeladores das prerrogativas da coroa. Os conservadores de cá não seguem o exemplo de seus chefes na Corte...Preferem outro gênero de demonstrações ruidosas, agradáveis aos fogueteiros, mas sumamente prejudiciais à placidez com a população desta capital que gosta de conciliar o sono depois do toque do Pindaíba.

Após as notícias vindas do Rio de Janeiro houve extremo alvoroço no grêmio conservador, afirmando que “Dr, Valle” já não representava nada para a província,

¹⁹ *Jornal da Victória*, nº 434- 01/08/1868.

²⁰ *Jornal da Victória*, nº 434

²¹ *Jornal da Victória*, nº 436- 12/08/1868.

estando, portanto, demitido do cargo de 1º vice-presidente, sendo nomeado para este posto o coronel Dionísio Rosendo.

Já na noite de 15 de agosto, o sono da população da capital parece ter sido perturbado pelas manifestações dos conservadores. Segundo o *Jornal da Victória*, a tranquilidade dos moradores fora interrompida por “*grande foguetaria e algazarra que percorreu as ruas da nossa pacífica capital. No meio de tanto tumulto e vozzeria distinguimos o pavilhão nacional que parecia envergonhado de servir aqui para dar sulto à tão extravagante cena.[...] Ouvimos os seguintes vivas: Viva Diniso Alvo Rosendo! Presidente nomeado de sua majestade! Viva Barão de Muritiba, sôgo de Silva Nune, nosso deputado! Viva goveno conservadô! Liberá já se acabô, viva votante consevadô!*”²²

Propositalmente citamos o trecho acima do modo como aparece no jornal liberal, pois este era exatamente o objetivo do redator: afirmar que os conservadores eram menos instruídos, falavam errado, eram facilmente manipulados e sem opiniões próprias. Disse o jornal que, após estas falas, subiram ao ar girândolas e foguetes. O redator insatisfeito se pergunta: “*Que juízo forma esta gente do povo espírito santense? Acreditará realmente que assim se forma opinião?*”

Na Assembleia Provincial, as manifestações públicas também foram motivo para debates. Os deputados relataram fatos importantes ocorridos após a saída do gabinete, atestando que, quando noticiada na província a volta dos conservadores ao poder, “*houve bacanaís que se podia vislumbrar pelas ruas da capital, através dessas músicas e dessas inconveniências populares que assistiram impassíveis as autoridades*”.²³

As descrições acima nos evidenciam novas práticas políticas na província, cabendo aqui salientar a importância dos espaços públicos em meio à discussão política, assim como evidencia Marco Morel²⁴. Para os liberais capixabas, o que mais revoltava seria a forma pela qual os conservadores subiram ao poder, isto é, como uma usurpação do poder político, valendo-se do ocorrido para retificar que os conservadores tendem ao absolutismo. O conceito de absolutismo é tratado, na visão dos liberais, com uma metáfora, colocado como uma “planta exótica” no Brasil. Os liberais, no entanto, afirmam que fariam tudo que estivesse em seu alcance para que essa planta não crescesse em solo americano.²⁵

O jornal *Sentinella do Sul* noticia com pesar a queda do gabinete de Zacarias, dizendo que “*contra a geral expectativa, caiu o ministério de Zacarias, subindo ao poder o partido conservador*”.²⁶ Nos próximos números a crise ministerial ainda é parte da agenda do jornal, publicando os discursos de Nabuco de Araújo e de José Bonifácio, o Moço, sobre a referida crise do ministério.

Na Assembleia Provincial o clima é de perseguição política. Longe de discutirem grandes projetos e melhoramentos para a província, os deputados liberais, especialmente José Correia de Jesus e Clímaco Barbosa, utilizavam suas falas como deputados para revelar a “perseguição” da qual estavam sendo vítimas os liberais da província. Outro episódio de grande repercussão na Assembleia Legislativa Provincial foram as eleições de 7 de setembro de 1868. Outros elementos relacionados às

²² *Jornal da Victória*, nº 439- 22/08/1868.

²³ *Ibidem*, p.54.

²⁴ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

²⁵ *Jornal da Victória*, nº 439- 22/08/1868.

²⁶ *Sentinella do Sul*, nº 48- 19/1868.

desordens que envolviam as eleições na província capixaba podem ser ressaltados a partir da análise de medidas e votações envolvidas nos projetos de deputados do partido liberal, as quais extinguíam alguns meios de repressão política na visão dos legisladores.

Assim, o clima político que envolvia todo o país com o retorno dos conservadores ao poder faz com que os liberais capixabas vislumbrem a guerrilha de Itapemirim, que outrora havia sido criada por um deputado liberal, Joaquim Pires de Amorim, em 1867, para a captura de escravos, tornando-se neste momento uma grande ameaça e um meio eficaz de coerção eleitoral naquela localidade.

Cabe assim evidenciar que o mesmo deputado supracitado será o autor do projeto de extinção da guerrilha, e, juntamente com outro liberal extremado, dr. Clímaco Barbosa, convencem os demais deputados da emergência em se extirpar tal elemento dentro da província do Espírito Santo:

Sr. Clímaco Barbosa: Sr. Presidente, tenho o prazer de, nesta ocasião, declarar à casa que estou inteiramente convencido de que razões muito poderosas devem atuar no espírito de todos nós para não deixar-se que continue no Itapemirim a existir uma guerrilha. Eu, apropriando-me das considerações expedidas pelo criador da guerrilha, que hoje pediu a palavra e apresentou um projeto para que ela seja extinta, tenho também convicções próprias.

Já o disse, antes mesmo de ter regulamento, a guerrilha fez recolher à casa de seus senhores, grande número de escravos.

Estávamos todos nós neste pé de contentamento, estávamos todos fruindo bons resultados que a guerrilha nos começara a dar, quando o inqualificável ato de 16 de julho de 1868 veio pôr em circunstâncias que iam mudar todas as cenas. A injustiça, a moderação e a moralidade que devem presidir todos os atos das autoridades constituídas foram postas de lado e em seu lugar apareceu o arbítrio, apareceu a mascarada, apareceu a desfaçatez como condições da nova existência começada.²⁷

Era como se a província vivesse um clima de guerra e perseguição por parte do Executivo local. Os discursos acerca da desmoralização sofrida pelos liberais capixabas são ocorrências que também nos remetem às discussões acerca da defesa das ideias de descentralização de poder, característica marcante do referido grupo político e tema de forte debate durante todo o Império. A guerrilha do Itapemirim teria se tornado representação de perigo após os acontecimentos políticos em nível nacional, fazendo com que a volta dos conservadores ao poder na província transformasse este projeto dos liberais em uma espécie de arma contra si próprios. A referida guerrilha já não seria, segundo os deputados, um elemento de manutenção de ordem, mas, sim, um meio de ação política irregular das forças conservadoras locais.

A obra *Estudos práticos sobre a administração provincial*, escrita pelo visconde do Uruguai²⁸, foi sem dúvida o maior embasamento dos deputados no período de contestação e debate político contra a volta dos conservadores e os conflitos com o Presidente de Província. Pode-se afirmar que os escritos de Paulino José Soares de

²⁷ ESPÍRITO SANTO, *Annais*; ... p.95.

²⁸ URUGUAI, Visconde de. *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1865.

Souza foram utilizados e interpretados pelos liberais ao seu modo, mas sempre destacando o autor como maior autoridade sobre as discussões em questão, como, por exemplo, a questão da extinção da força policial da província:

*“Sr. Presidente, tendo de combater opinião tão distinta e respeitável, entendi que não devia entrar na luta só e desarmado, procurei uma autoridade para vir amparar a minha argumentação. Não foi nas fileiras do **partido liberal** que encontrei porque V. Ex. Sabe que poderiam opor a exceção de suspeição; foi nos arraiais contrários que fui buscar o socorro que precisava, e vim fortalecido com uma das principais cabeças do **partido conservador**, e uma das glórias brasileiras- o finado **visconde de Uruguay**. Para que a doutrina do parecer que ha pouco li a assembléa fosse procedente era preciso que se provasse, o que não está, qual a força policial, organizada antes da criação das assembléas provinciais.”²⁹*

A partir do levantamento feito nos documentos oficiais, o discurso parlamentar demonstra que a batalha no paço da Assembléia Provincial foi de fato fervorosa. Os ataques ao presidente de província e as denúncias que explicitavam perseguição por parte dos conservadores foram constantes, pois, durante toda a legislatura, Fernandes Pinheiro, o presidente de província nomeado, e o partido Conservador foram os maiores alvos dos debates políticos. No discurso de 12 de Novembro de 1868, os deputados liberais acusam o presidente de nomear uma comissão designada para acompanhar os indivíduos que vinham sofrendo com a epidemia de *bexigas* (varíola), apenas como meio de desvio de dinheiro público e como meio de interferência política diante da proximidade das eleições que ocorreram em 7 de setembro daquele ano.

A desconfiança dos parlamentares se baseia nos nomes que integram tal comissão, quais sejam: o presidente da Câmara Municipal de Cachoeiro, o delegado Chavantes, membro de peso do Partido Conservador naquela região, além do dr. Candido Joaquim da Silva:

Até aqui Sr. Presidente, vai bem, apenas em uma comissão em que devia predominar o elemento médico, ele coloca o elemento político, como si os bexiguentos pudessem levantar-se no dia 7 para pagarem com um voto a gratidão a que tinha direito a alminha caridosa e humanitária do presidente da câmara; vai ainda otimamente o Sr. Fernandes Pinheiro colocando nesta comissão o delegado de polícia porque ele no caráter de membro de uma comissão de caridade podia entrar com” pés de lã” na casa dos votantes e arranjar-lhes os votos. [...] Ora, senhores, eu quero que me respondão: na quadra do despotismo em que estamos, o mandar um presidente de província que fosse membro de uma comissão de salubridade pública, o presidente da câmara, que é influência política na localidade, o delegado de polícia, bacharel Chavantes, que só se ocupa atualmente de política, autorizar este indivíduo na tarde de 6 de Setembro a que despendesse por conta dos cofres públicos a quantia necessária para sanar os sofrimentos dos pobres, o que quer dizer, senhores?”³⁰

²⁹ *Ibidem*, p.143. (Grifos Nossos).

³⁰ ESPÍRITO SANTO, *Annais da Assembleia Legislativa do Espírito Santo de 1868*. p. 214.

Neste mesmo discurso, o delegado Chavantes é acusado de ser o chefe de uma quadrilha política juntamente com o comandante da guerrilha do Itapemirim, que outrora fora nomeado pelo referido delegado. Percebe-se que durante a análise do discurso político, de uma forma ou de outra, falando-se de instrução pública, da criação de hospital ou de demais obras públicas, o administrador da província podia ser encontrado nos discursos dos liberais como causador de todos os problemas. Na eloquência de nossos deputados provinciais, ouve-se o freqüente clamor do Partido Liberal:

[...] As vozes harmoniosas que ouvem, são os hinos que se entoam, são os belos cantos que a sereia sentada na cadeira do poder, desprendendo para embalar as vítimas incautas, mas todos os dias, todas as horas, todos os momentos, o povo vê seus irmãos, nossos cidadãos entrarem nesta cidade algemados, amarrados com grossa corda, caminharão eliminados por este sol do Ipiranga, que iluminou os dias de liberdade deste solo que soube inspirar grandes idéias aos filhos dos trópicos, para serem encerrados em fétidas masmorras.³¹

No embate entre a Assembleia e o Executivo, a decisão de maior peso dos deputados liberais foi a aprovação da postura que determinava a extinção do corpo de polícia. Os debates foram calorosos, e apenas um dos deputados, José Mello e Carvalho não concorda totalmente com a extinção, pois pensava que a província ficaria assim desprovida de segurança. Ou seja, tanto em Vitória, como também em Itapemirim, a atitude dos liberais após a volta dos conservadores ao poder foi de tentar abolir qualquer instituição que pudesse servir como perseguidora do “partido decaído”, como diziam os próprios Liberais.

Em outras palavras, da mesma forma como foi demonstrado nos capítulos anteriores, pertencer ao Partido Liberal no Espírito Santo não significava professar os mesmos ideais. Na Corte, sobretudo, além das divisões já existentes e das insatisfações com a direção que a situação partidária vinha tomando, vislumbra-se o Partido Liberal iniciando uma cisão entre Liberais históricos e aqueles que provinham da direção progressista. A divisão entre os liberais teria chegado até a província? E qual seria o lado escolhido por Monjardim para o direcionamento dos liberais locais?

4.4 – O Centro Liberal

Desde a queda do gabinete, Nabuco de Araujo já começava a discutir o rumo que devia ser tomado pelos Liberais, e em 3 de outubro de 1868 foi fundado Centro Liberal, que tinha por veículo difusor de ideias o jornal *A Reforma*, escrito por Francisco Otaviano. A cisão dentre os projetos políticos que envolviam os partidos na Corte faz ocorrer, neste sentido, a reorganização do Partido Liberal, fazendo com que progressistas e liberais históricos se articulassem neste novo grupo chefiados por Nabuco.³² As informações dadas por José Murilo de Carvalho indicam que havia um diretório nacional do Centro Liberal, e, a partir deste, foram criados diretórios em cada província³³.

³¹ ESPÍRITO SANTO, *Annais*; ... p.172.

³² ARAÚJO, Thomaz Nabuco de. *O Centro Liberal*. Senado Federal: Brasília. 1979. p.16.

³³ CARVALHO, José Murilo. “Radicalismo e republicanismo”. In: CARVALHO, J. Murilo & NEVES, Lúcia M. B.(orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos- Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 28.

Por meio do *Jornal da Victória* torna-se evidente a constituição do diretório do Centro Liberal no Espírito Santo, liderado por José Francisco Monjardim. Em 12 de dezembro de 1868, o jornal publica a primeira manifestação do Centro, que era na verdade uma circular aos diretórios das províncias.

Corte, 20 de novembro de 1868

O Centro Liberal, constituído nesta Corte, sob as bases constantes dos artigos orgânicos, aprovados em 3 de outubro próximo passado, dos quais vos enviamos alguns exemplares, congratulando-se convosco por este princípio da reorganização do Partido Liberal, vos encarrega de promover nesta província, a atividade do diretório e círculos, que os mesmos artigos orgânicos estabelecem [...].³⁴

A circular, no entanto, não veio apenas falar sobre a organização dos diretórios provinciais, mas, sobretudo, veio também aconselhar a abstenção para as eleições que iriam ocorrer em janeiro de 1869. O diretório provincial imediatamente adere ao protesto:

O Partido Liberal perante as eleições de janeiro futuro

O diretório do Partido Liberal nesta província, tomando na mais alta consideração o conteúdo da circular do Centro diretor datada de 20 de novembro e (concordando com a violência e a fraude das últimas eleições), resolveu aconselhar os seus amigos e correligionários a mais completa abstenção por ocasião das eleições que devem ter lugar em janeiro próximo futuro.

Vitória, 22 de dezembro de 1868
José Francisco Monjardim³⁵

No ano de 1869, a adesão dos liberais do Espírito Santo ainda era explicitada no *Jornal da Victória*, no qual era possível ler as transcrições sobre o Centro Liberal e as medidas reformistas direcionadas pelo partido. Várias partes do *Diário da Bahia* eram transcritas no jornal liberal de Vitória. A passagem a seguir demonstra um pouco deste intercâmbio de informações com a Corte, transmitindo ao leitor o fato de que as maiores reformas pretendidas pelo partido estariam ligadas ao sistema eleitoral e ao elemento servil:

Consultando o conselheiro Nabuco ao seu ilustrado colega o Sr. Saraiva sobre algumas reformas mais importantes que figuram o programa do partido liberal, dirigiu este ao seu muito distinto amigo uma carta que foi publicada no diário da Bahia:

“Meu parecer é que o programa contenha somente as reformas urgentes e sem as quais o progresso do país será tardio, se não impossível. [...] Atualmente a aspiração mais ardente de todos os brasileiros esclarecidos, como tem sido de todos os partidos em oposição, é a liberdade ampla da eleição, pronunciamiento franco da união do país nos comícios eleitorais.

Do falseamento da eleição derivam-se todas as nossas dificuldades políticas bem como o trabalho escravo e todos os nossos atrasos industriais. São estes, pois, em meu humilde conceito os dois pontos cardeais para que devem convergir completamente a atenção e

³⁴ *Jornal da Victória*, nº 476- 12/12/1868.

³⁵ *Jornal da Victória*, nº 481- 27/12/1868.

*esforço do partido liberal. Com a eleição livre, com o desaparecimento do elemento servil, e com a liberdade de imprensa que já possuímos, o Brasil caminhará seguro para seus grandes e gloriosos destinos, e, em um futuro não muito remoto, colocar-se-á entre as nações mais adiantadas. Com a escravidão, porém, do homem e do voto, não obstante a liberdade de nossa imprensa, continuaremos a ser, como somos hoje, menos prezados pelo mundo civilizado. [...] Sem elas é quase impossível obter a descentralização administrativa e a organização de um sistema de impostos que interesse a província e ao município em seus próprios destinos; porque sem a verdadeira eleição, a opinião nacional não atuará vivamente na câmara dos deputados, e continuará a encontrar obstáculos sérios na câmara vitalícia. [...] A reforma eleitoral não será eficaz sem que tiremos ao poder executivo toda a força que foi dada para reprimir as revoltas, e de que hoje se utiliza para comprimir o voto.[...] Assim, a reforma eleitoral de nada servirá sem a extinção do recrutamento e a substituição do atual sistema. Arbitrário e selvagem, de compor o exército pelo alistamento voluntário, sem a extinção da Guarda Nacional e a extinção dessa milícia por uma reserva do exército que não tenha absolutamente voto nos comícios populares.*³⁶

Ou seja, de acordo com que a carta nos indica, as principais reformas, consideradas também as mais “urgentes”, estariam centradas no sistema eleitoral. Na visão do Centro Liberal, retirando as forças que agiam diretamente no falseamento das eleições, como o Executivo provincial, estaríamos diante de uma eleição mais justa e menos arbitrária, além do fato de que tal prerrogativa também ajudaria a auxiliar na obtenção da descentralização administrativa. O trabalho escravo é colocado na carta acima como uma espécie de “atraso”, inserido no contexto do atraso industrial do país.

Outras necessidades também foram expostas pelo partido na Corte. O Centro Liberal também lutava neste momento pelo equilíbrio entre os poderes constitucionais. Na visão do partido, isso só seria possível se as eleições fossem mais legítimas, dando à Câmara a incumbência de equilibrar tais poderes. Outras reformas, entretanto, que o partido afirma serem muito evocadas pela imprensa liberal, como, por exemplo, a extinção do Poder Moderador e a vitaliciedade do senado, não seriam, neste momento, ideias centrais nas reformas do Centro:

*“uma câmara legitimamente eleita dará fim a esta ditadura e estabelecerá o equilíbrio entre os poderes constitucionais. [...] A extinção do poder moderador, pedida por parte da imprensa liberal, torna-se ao meu ver, desnecessária. (Desde que eleita uma câmara livre)[...]A vitaliciedade do senado é hoje um grande bem, porque abriga a oposição independente”[...] A temporalidade, sem a reforma eleitoral seria uma desgraça.*³⁷

Da mesma forma como fizeram nos anos anteriores, o embate entre o *Jornal da Victória* e o *Correio da Victória* continuava. Aquele sendo agora veículo do Centro Liberal na província, enquanto este já festejava a eminente situação conservadora após a

³⁶ *Jornal da Victória*, nº 488- 21/01/1869.

³⁷ *Jornal da Victória*, nº 488- 21/01/1869.

queda do gabinete em 16 de julho. A troca de farpas acontecia diariamente e agora, mais do que nunca, envolviam o nome do chefe liberal Francisco Monjardim. O jornal conservador *Correio da Victória* de 17 de fevereiro de 1869 atacou a figura de Monjardim, fazendo insinuações de que no passado o coronel estava muito mais ligado aos conservadores do que aos liberais. O *Jornal da Victória* parte em defesa de seu estimado líder, mas, para tanto, era necessário voltar à história dos grupos políticos da província, o que comprova novamente a hipótese deste estudo, a qual destacou desde o início que a adesão aos partidos Liberal e Conservador ocorreu somente a partir de 1860:

Reconhecemos que devíamos uma resposta pronta ao colaborador do jornal oficial, mas não nos foi possível ser tão breve, quanto desejávamos. O colaborador foi fazer escavações em época remota [...] e não deveríamos vir à imprensa senão competentemente habilitado a se à aquele escritor : adulterante os fatos, quisestes mostrar conhecimentos da história dos tempos passados , e faltastes a verdade no que disseste sobre os acontecimentos da nossa história política, a que te referiste. Sem isto não podíamos vir a imprensa. Era preciso ter diante dos olhos documentos irrecusáveis, era indispensável recordar a história política do país neste último quarto de século, e a crônica da província neste mesmo período, para podermos mas uma voz desafrontar a sempre ilibada reputação e dignidade de quem se ocupa o colaborador.[....]

Neste sentido, o redator tentará voltar aos fatos desde a época dos *Bermudistas*, atrelando padre Bermudes às ideias liberais, mas deixando claro a não rotulação de que tenha sido um “liberal”. Assim, a retórica tinha por objetivo ligar Monjardim à Bermudes, não os colocando como “liberais”, mas reafirmando que o coronel estava distante de ser um conservador. Além disso, se o *Correio da Victória* acusava Monjardim de ter chegado à Câmara em 1844 por estar ligado à Dionísio Resendo, um conservador, o redator enfatiza que, se o coronel chegou a ocupar tal cargo, não teria sido por causa de nenhuma filiação partidária, mas sim, por seus méritos próprios:

*Vamos aos fatos [...] Aqueles que quiserem falar com sinceridade, e para os quais não seja fácil falar a verdade devem confessar que até bem pouco tempo não existiam aqui partidos políticos. Em 1844 o Sr. Dionísio Resendo tinha tanto o direito a chamar-se saquarema ou conservador, quanto a tomar qualquer outro apelido que lhe soasse bem aos ouvidos. O Dr. Bermude, cujos sentimentos liberais não contestamos, nunca prevaleceu deles para solicitar o apoio de seus comprovincianos em favor de sua candidatura. [...] O Dr. Bermude, conseguiu reunir um forte partido, que se esforçava com admirável dedicação para mandar ao parlamento tão ilustre espírito santense. **Os partidos da província só há bem pouco tempo estão filiados aos dois partidos gerais do país.** Se fizemos tão pouco caso da verdade, como o escritor a quem respondemos , tínhamos um bem poderoso motivo para considerar o Sr. Comendador Monjardim ligado ao Partido Liberal desde 1844.[...] Já se vê que, se quiserem considerar este ilustre espírito-santense como membro estremado de um dos dois partidos militantes do país, desde aquele tempo, com mais razão se o deve classificar entre os liberais. Mas a verdade é que na eleição do nobre comendador em 1844, não **prevalecendo as idéias políticas**; ele*

obteve um lugar entre os representantes da nação pelo brilhantismo de suas virtudes cívicas, pelo prestígio de seu nome, e pelo apoio de seus parentes e amigos, contando-se entre estes últimos (devemos ser francos) o Sr. Dionysio Resendo, que ainda então fingia ser, em quanto adquiria seiva para declarar-se inimigo rancoroso deste honrado velho, de quem sempre recebeu provas de atenção, amizade, e não pequenos favores.

Agora, o redator do *Jornal da Victória* passa a relatar os acontecimentos do ano de 1856, ano em que Monjardim deixa Dionísio e passa a chefiar os *Bermudistas*, que mais tarde, como sabemos, seriam chamados *Capixabas*. Como a historiografia não nos dá base para esta passagem de Francisco Monjardim de um grupo para outro, as palavras do jornal liberal auxiliam muito no entendimento e ratificação das ideias enunciadas nos capítulos anteriores:

*Passemos agora ao ano de 1856, vamos historiar com rapidez o que se sucedeu neste ano, antes e depois da eleição: são dois períodos estes bem notáveis, que exigem minucioso exame. Neste ano os partidos na província não tinham ainda bandeira política. Correu a eleição. Se houve traição ninguém o sabe, mas o resultado foi ser o Sr. Comendador Monjardim menos votado do que o seu suplente. E aqui termina o primeiro período do ano de 1856. Passemos ao segundo não menos notável que no primeiro, e no qual se explica o motivo porque o Sr. Comendador Monjardim assumiu a chefatura do partido Bermudista, que **depois de 1860 hasteou a bandeira liberal**. O Sr. Comendador Monjardim capacitado de ter sido atraído por aquele que supunha seu amigo, deliberou-se abandonar de todo as lutas eleitorais, para não expor-se outra vez a tão profundos dissabores. Nessa ocasião o Dr. Bermude por seu lado sentiu-se completamente desanimado, tanto assim que o Sr. José Marcellino, seu amigo partidário, escrevendo ao Sr. Comendador Monjardim a 21 de janeiro de 1857, diz: “O Dr. Bermude desenganou-se; ele jamais deve esperar ser eleito por esta província, porque Deus ou o Diabo contra ele se conspira.”³⁸*

Parece-nos que padre Bermudes estava desiludido com a política, e que não esperava ser eleito pela província em nenhuma ocasião, deixando sem líder o grupo que chefiava, do qual também participava Marcellino Pereira de Vasconcellos, que antes se dizia liberal, mas que agora em 1869, afirmava ser conservador. O próprio Bermudes pede à Monjardim que assuma a liderança de seu partido, sendo que naquele momento coronel Monjardim já havia se distanciado dos *Dionisianos*, por conta da eleição na qual havia se sentido traído. Ao que tudo indica, Monjardim teria resistido muito a tomar para si a liderança do grupo. E é neste momento que o redator tenta sua “jogada de mestre” contra o redator conservador do *Correio da Victória*: Francisco Monjardim teria aceitado comandar o grupo por insistência do mesmo homem que hoje escrevia contra ele no jornal opositor, Marcellino Vasconcellos. Para tanto, o jornal liberal exhibe um pequeno trecho da carta escrita por Marcellino endereçada ao coronel Monjardim: [...] *V. Ex. tem prestígio e as maiores simpatias; porque razão não há de chamar a si a grei que vive desarrebanhada, quase sem pastor, e que só deseja suplantar o homem mais inimigo dos patrícios*”. Depois de tão estimado pedido, Monjardim assume como chefe dos *Bermudistas*, que depois de *Capixabas*, em 1861, hastearam verdadeiramente a bandeira Liberal.

³⁸ *Jornal da Victória*, nº497- 24/02/ 1869. (Grifos nossos).

O *Correio da Victória* volta a alfinetar os liberais, agora mencionando que os progressistas de ontem eram antíteses dos liberais daquele período. Assim, o *Jornal da Victória* parte para um esclarecimento. Era preciso ensinar aos conservadores o que era ser progressista e o que significava ser liberal, e para isso, faz uso de autores franceses:

O que é progresso?

Segundo um publicista Francês, que vós outrora muito lês e citáveis em vossa gazeta, por conseguinte autor abalizado e insuspeito para vós, Girardin³⁹, - é a perfeição da humanidade, é a civilização.

O que é o progressista?

O amante do progresso, o homem ou o partido que trabalha em prol da perfeição da humanidade, o obreiro da civilização.⁴⁰

Agora, cabia ao redator explicar o que era ser liberal nas ideias do *Jornal da Victória*:

*E o que é liberal se não o amante do progresso, se não o homem que procura extirpar da nossa sociedade por meio de reformas sábias e justas os abusos e anacronismos de que estão inçados nossos costumes e legislação? O que é ele que o amante da liberdade, que, da opinião de vosso predileto e nosso co-irmão em idéias, o autor de La liberte- é a razão do homem? Sim, o liberal é o homem da razão e não o egoísta que em hora reconhecendo as verdades que nós proclamamos e procuramos enraizar no país, combate-nos porque do erro tudo espera; no erro encontrará o poder com que mais facilmente esmagará o adversário.[...]O que é liberal se não o progressista, tão somente no Brasil, mas em França, mas na Inglaterra, mas em todo mundo? Se em lugar como nos estados da Ásia ele procura **modificar o despotismo em governo absoluto**; se na Rússia, na Turquia, etc.. procura tornar o absolutismo em monarquia temperada; se em outros lugares, como entre nós, **procura tornar a monarquia constitucional mais de acordo com as nossas necessidades da democracia**; se em outros **procura tornar a monarquia democrática em democracia pura**: é porque ele segue a lei do progresso, e da razão, é porque ele caminha os passos seguros e não aos saltos, embora seus difamadores processos e espumantes bramem o contrário.⁴¹*

Deste modo, o jornal explicita que quem é liberal logo também seria progressista. Ou seja, as ideias ainda seriam as mesmas que as dos liberais do início da década de 1860, e não aceitavam ser chamados de neo-liberais, como eram considerados pelos conservadores do *Correio da Victória*. Comparando com o vocabulário e a retórica que eram utilizados pelo *Jornal da Victória* antes da situação de marginalização dos liberais, percebe-se uma ênfase maior nas discussões políticas e no próprio entendimento do conceito de liberdade:

³⁹Émile Girardin atuou tanto na esfera política da França, como também na área da imprensa. Publicando o jornal *La Press* em 1836, Girardin acabou inovando e incentivando a venda de periódicos a baixo custo, difundindo, desta forma, uma imprensa de opinião. O jornal *La Press* encontra-se disponível no site da Biblioteca Nacional da França: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb34448033b/date>.

⁴⁰*Jornal da Vitória*, nº498- 27/02/1869.

⁴¹*Ibidem*. (Grifos nossos).

*“Se está demonstrado exuberantemente pela história que todas as liberdades se prendem, se harmonizam de tal modo, que uma não pode dar um passo para adiante sem que as outras a acompanhem [...]. Suprimi a liberdade política, e imediatamente, bom ou mal grado vosso tereis igualmente suprimido as liberdades civis e religiosas. É por isso que em todos os tempos o despotismo religioso e político se auxiliavam, e se amparavam como alicerces de um mesmo edifício. Não é pois, de estranhar que a ditadura política que agora nos sufoca acompanhe sem reбуço a intolerância religiosa, seu primeiro auxiliar; e que esta por sua vez se arme de sua alavanca de todos os tempos- o jesuitismo”.*⁴²

Sobre as formas de governo, o jornal ainda não deixa clara sua posição exata, pois, mesmo elogiando a república dos Estados Unidos, também faz questão de defender uma monarquia constitucional com suas devidas reformas. Diziam ainda: [...] *A monarquia como a República são duas fórmulas que podem satisfatoriamente resolver os mesmos problemas; a preferência depende das tradições, dos costumes, das aspirações dos povos, e das circunstâncias em que no momento se acham colocados. [...] Entre a república e a monarquia constitucional não temos preferência decidida por nenhuma das duas contra a outra.*⁴³

Contudo, além do conflito na imprensa entre liberais e conservadores, aos poucos, começam a surgir na Assembleia Provincial palavras que farão parte do vocabulário político do momento, como por exemplo, **reforma** ou **revolução**, palavras cruciais quando defrontamos o Centro Liberal com dissidentes dentro do próprio partido. Como sempre fora exposto, a opção do Centro era pela reforma e não pela revolução. Em uma das sessões, Clímaco Barbosa e José Corrêa de Jesus divergem sobre o conceito de revolução, assim como da possibilidade desta ser feita pelo povo. Enquanto Corrêa de Jesus professa ideias de que uma revolução não seria o ideal para o Império, o “extremado”, e companheiro de partido, Clímaco, revida. Dizia Clímaco Barbosa que, embora Lamartine tratasse a revolução como uma filosofia que deveria nascer das grandes cabeças, o deputado afirma que contesta tal pensamento, acreditando que o povo deveria, sim, iniciar uma revolução, a fim de repelir o governo despótico que os atacava naquele momento.

O deputado José Corrêa de Jesus diz que “*Ainda é cedo*”. No mesmo instante, Clímaco retruca o companheiro: “*Ainda é cedo...! Tudo caminha para uma dissolução*”.⁴⁴ Desta forma, o Centro Liberal estava com seu diretório concreto na província do Espírito Santo, mas algumas vozes, como a do próprio médico Clímaco Barbosa, começam a dar sinais de que não comungam com todas as ideias do Centro. Haveria então vozes mais radicais pelo Império?

⁴² *Jornal da Victória*, n°515- 05/05/69.

⁴³ *Jornal da Victória*, n°549

⁴⁴ ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa. *Annais*; ... 14/10/1868.

4.4.1 – Liberais radicais no Espírito Santo?

Desde 1866, alguns liberais históricos, os quais não aderiram ao Centro pela divergência de ideias, já publicavam o jornal *Opinião Liberal* na Corte, fundado pelos advogados Henrique Limpo de Abreu, Francisco Rangel Pestana e José Luis Monteiro de Souza. O jornal pode ser considerado de cunho mais radical, pois ia contra as estratégias da maioria progressista. Teve suas interrupções, voltando a ser publicado em 1867, mas agora sem Limpo de Abreu e Rangel Pestana, que agora fundavam outro jornal radical na Corte: o *Correio Nacional*.⁴⁵

No Espírito Santo, o programa do Centro Liberal começa a ser divulgado, dando ênfase ao fato de que nele constava a responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador, a descentralização e a emancipação gradual dos escravos: “*Com o característico título A Reforma, começou na Corte a publicação do órgão legítimo do partido liberal, e as primeiras colunas dos primeiros números que recebemos, são ocupados com o patriótico programa do partido. A frente da administração da Reforma acham-se, pois, além dos ilustres senadores signatários do referido documento, conta aquela redação com os muito talentosos e ilustrados Tavares Bastos, Macedo, Lafayete, Silveira Martins, Pinto Coelho e outros que não conhecemos ainda.*”

Contudo, por volta de 1869, Francisco Otaviano deixa a redação de *A Reforma*, o que já era de se esperar, já que, entre os progressistas que estavam dirigindo o Centro Liberal, constava o nome de Zacarias de Góes e Vasconcellos. Certamente era difícil manter uma direção homogênea misturando figuras como Zacarias, Tavares Bastos e Francisco Otaviano. Suas bases políticas eram muito distintas. Posteriormente, acompanhando os desdobramentos políticos, outro grupo emerge em meio às dissidências liberais propondo as reformas mais radicais durante o Segundo Reinado e aderindo ao programa da *Opinião Liberal*. Formado por estes dissidentes, o *Clube Radical* defendia a abolição do Conselho de Estado e da Guarda Nacional, entre outras medidas mais sociais como a abolição da escravidão⁴⁶.

O surgimento dos liberais radicais fez o acirramento do discurso político se propagar para outras localidades, culminando em conferências e debates públicos. Desta forma, convém salientar então a recepção destas ideias por parte das províncias, utilizando desta forma o caso do Espírito Santo e o debate político emergente nos anos de 1860. Se faz importante ressaltar que, mesmo se colocando como veículo dos liberais aliados ao Centro Liberal, o *Jornal da Victória*, em meados de 1869, passa também a demonstrar nuances mais direcionadas aos radicais. Pode-se citar como exemplo as transcrições advindas do periódico *Radical Paulistano*:

[...] *A revolução caminha, é melhor pois que ela seja prevenida por medidas profundas e largas, antes, que vê-la chegar de braços, ou pior ainda, precipitá-la mais depressa, continuando-se com o sistema absoluto que nos governa, e que é o único responsável pelos nossos*

⁴⁵ CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 28

⁴⁶ Sobre as diferentes opiniões entre o Centro Liberal e os Radicais, ver: KAUFFMANN, Elisana F. L. *Liberais versus liberais: a oposição da Opinião Liberal ao Centro Liberal na Corte Imperial (1868-1870)*. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004, especialmente os capítulos III e IV.

males. [...] O país precisa de reformas. [...] A nossa política deve tomar outra direção, o partido conservador não pode continuar no governo do país, os partidos dúbios, as situações conciliadoras e progressistas ainda nos são um flagelo maior, porque continuadoras do governo pessoal, só tem servido para estragar o país. Só uma política radical, verdadeiramente definida, que tenha em suas bandeiras as urgentes reformas [...] conseguirá nos salvar, abortando o grande cataclisma. Nestas condições se apresenta o Partido Radical do Brasil, único que possui predicados que as circunstâncias exigem. (O radical Paulistano)⁴⁷

Além deste exemplo, que inseriu propostas de reforma na política imperial, também fica perceptível que uma política bem definida, se trava de uma política radical. Não podemos, é claro, julgar tais ideias como propostas do jornal liberal da província do Espírito Santo, mas, ao transcrevê-las, o periódico parece concordar pelo menos em parte sobre seu programa político. Diferentemente dos anos posteriores, quando transcrevia um jornal de cunho mais extremado, e acerca de tais citações fazia suas críticas, indicando a moderação como melhor programa político, o *Radical Paulistano* não é criticado no *Jornal da Victória*.

Ao mesmo tempo, também não podemos afirmar de modo algum nenhuma identificação sólida com o grupo dos radicais que se manifestavam também na Corte, principalmente por meio de conferências. Entretanto, novamente, é o *Jornal da Victória* que noticia e transcreve pelo menos uma das conferências ocorridas no Rio de Janeiro: “Centralização”, a qual teve como orador Graciliano Aristides do Prado Pimentel. As razões para o jornal noticiar de forma positiva a política do Clube Radical, e ao mesmo tempo, colocar-se como um jornal interlocutor dos liberais locais ligados ao Centro, não ficam explícitas no jornal. Neste sentido, é necessário trazer à luz da pesquisa as formas de apropriação do discurso liberal radical na província do Espírito Santo, seus interlocutores e espaços de discussão.

4.4.2 – Um moicano rebelde na província

É necessário levar em conta as próprias peculiaridades que envolviam o partido Liberal capixaba e a forma como interagiu com o debate vindo do Rio de Janeiro. O partido no Espírito Santo teve uma atuação que não se espelhava em geral na agenda e propostas dos radicais e, de acordo com as fontes analisadas, não há ocorrência de conferências na província, embora não se descarte a atuação e propagação das ideias vindas da Corte. Entretanto, pode-se afirmar que a província chegou a vislumbrar um debate um pouco mais radical, não por todo o Partido Liberal, mas sim por uma única voz: o deputado Clímaco Barbosa de Oliveira.

Assim, o Espírito Santo que estava acompanhando o programa do Centro Liberal, tinha em sua Assembleia Provincial durante 1868 e 1869, um “moicano rebelde”, como se autodenominava o médico baiano, e irmão de Rui Barbosa. Para aqueles liberais do Centro, que eram indivíduos bem mais atrelados à noção de reforma das instituições, e não dispostos a nenhum discurso “revolucionário” e, sobretudo, para a província que se manteve por tanto tempo longe das turbulências políticas, Clímaco

⁴⁷ *Jornal da Victória*, nº524- 09/06/69.

era uma voz isolada na tribuna provincial, uma voz muitas vezes estranha até para os próprios liberais locais.

Clímaco Barbosa: “Olhai o nosso passado, nesta simples frase está escrita a história do nosso passado e do nosso futuro. Vós vereis que há grave diferença entre o trabalho insano que tendes e estas palavras que proferimos. Senhores há muita diferença entre política de consciência, política do princípio são, e a política que se funda no princípio de habilidade e da sutileza: n’esta última parte está colocada a comissão que quer fazer o que eu chamo política de sabedoria ; eu fico na política de consciência, na política da pureza de princípios. O nobre deputado, Dr. Muniz Freire, que acabou de citar nesta casa Eduardo Laboulaye como um extremo defensor das idéias liberais, consinta que atualmente eu traga um defensor tão extremado como Laboulaye, Jules Simon, a quem o nobre deputado não pode dirigir as mesmas palavras que acaba de dirigir-me.

Muniz Freire: Não tenho a honra de conhecê-lo.

C. Barbosa: Como o nobre deputado confessa essa tão lastimável falta, sou abrigado a ler as palavras evangélicas em que Jules Simon funda a verdadeira política liberal. (lê): “O caráter próprio de uma política radical é repelir as transações, as meias medidas, é ir, como vulgarmente se diz, ao cabo de seus princípios. É o que distingue a política prudente que se jacta de fazer à propósito todas as concessões necessárias. A primeira destas políticas é uma doutrina; a segunda é sobretudo uma habilidade.”⁴⁸

O deputado explicita que faltaria a si próprio um princípio de moderação dos atos da alma, característica necessária à chamada “política de habilidade”. Desta forma, discordando da comissão e dos votos sobre um projeto que estava em votação no momento, Clímaco afirma que prefere ficar com a política proposta pelo francês Jules Simon e acatar os princípios que não transigem e não se iludem, conferindo um caráter inflexível à política.⁴⁹ Para terminar seu discurso, utiliza uma citação de Simon: “Podeis dizer, se vos agrada, que representais o saber, a experiência, a moderação e habilidade. Quanto à nós, é diversa a nossa função, representamos a consciência”.

Edouard Laboulaye era um dos autores que agora permeava o pensamento do Partido Liberal. Esse processo de renovação do liberalismo brasileiro é atestado também por Christian Lynch, indicando que os liberais tiveram que se adaptar à ideia de que era necessário deixar de lado a concepção não-democrática do sistema representativo. A obra de Laboulaye *O Partido Liberal: Seu programa e seu futuro*, escrita em 1861, trouxe consigo a tônica de um governo parlamentar.⁵⁰ Lynch também chama a atenção para a remodelagem do liberalismo brasileiro a partir da obras de Tavares Bastos, na qual temos a prova da entrada destes novos autores se mostrando como matriz

⁴⁸ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa. *Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo*: Itapemirim, Tip. da extinta Sentinela do Sul. 1870. p.157. (Grifos nossos).

⁴⁹ A citação de Clímaco não menciona a referência da obra utilizada. Contudo, as palavras proferidas em seu discurso podem ser encontradas no prefácio do livro “*La Politique Radicale*”: SIMON, Jules. *La politique radicale*. Paris :Librarie Internationale. 1868. p.4.

⁵⁰O título original da obra: LABOULAYE, Édouard. *Parti liberal – son programme et son avenir*. Huitième édition, revue et augmentée; Paris, Charpentier et Cie, Libraires- Edteéurs, 1863.

intelectual, citando, por exemplo, Prévost-Paradol.⁵¹ Outros autores fizeram parte desta adaptação do liberalismo às novas formas de vislumbrar o próprio sistema representativo e a instituição monárquica. Dentre estes, citamos John Stuart Mill⁵² e Walter Bagehot.

Todavia, o francês Édouard Laboulaye e seu liberalismo de visão Americana⁵³ parecia não ser o bastante para Clímaco Barbosa. De acordo com seu discurso, Clímaco estava muito mais de acordo com as ideias políticas de Jules Simon⁵⁴, o qual afirmava que “meias medidas” já não bastavam. François-Jules Simon, nascido na França em 1814, foi exatamente a matriz intelectual que deu mais exaltação à esquerda Liberal em 1869. O grupo chefiado por Simon na França se pautava em uma severa crítica às instituições do governo, requerendo a mobilização da opinião pública para a aceitação das reformas que propunham. Suas principais bandeiras eram a separação entre igreja e Estado e democratização da instrução pública.⁵⁵ Outra característica do grupo foi a saída do recinto parlamentar para fazer política nas ruas, por meio de comícios e conferências⁵⁶, exatamente todo o modelo buscado pelos *liberais radicais* no Rio de Janeiro.

Mesmo quando professavam os mesmos ideais, como no caso da necessidade da reforma da instrução pública⁵⁷, os deputados também chegaram a discordar totalmente das ideias de Clímaco em determinadas ocasiões, como por exemplo, durante a discussão sobre a reforma da instrução e do ensino para as mulheres. Nestes momentos é que se sentia que o “liberalismo radical” de Clímaco Barbosa, era um pouco destoante dos liberais da província. E, assim, as ideias do médico baiano eram julgadas na maioria das vezes como utópicas e sem fundamento, principalmente no que se refere ao ensino público e aos direitos da mulher na sociedade. A questão é que, embora não levado a sério, Clímaco faz sua proposta: a introdução do ensino misto na província do Espírito Santo.

Na visão de Correa de Jesus, a introdução do ensino misto proposta por Clímaco era uma questão de idealismo e utopia, pois não poderia se comparar a sociedade europeia com a brasileira, exigindo que se votasse a lei de acordo com os elementos que

⁵¹ Trata-se de: BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do Futuro*. 2ª Edição. São Paulo: Nacional. Brasília, 1976.p.48

⁵² Das obras de Mill, certamente *Da Liberdade e Considerações sobre o Governo Representativo* tenham sido as de maior impacto, rejeitando a ideia de um governo misto e a distinção entre governo e representação política. *Apud* LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o poder moderador e o pensamento político imperial*. Tese de doutoramento em Ciência Política – IUPERJ, 2007. p.239.

⁵³ Este “liberalismo americanizado” também é citado por Nabuco em *Minha Formação*. NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*, 1849-1910. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984. p.33.

⁵⁴ Jules Simon aparece posteriormente com um dos expoentes da “Geração de 70” apontada por Ângela Alonso. ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁵⁵ SIMON, *Op. Cit.*, p.4.

⁵⁶ A rua como espaço público de manifestações e conferências políticas foi um dos aspectos estudados por Maria Tereza Chaves ao analisar o período de crise das instituições da monarquia. MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/anpuh, 2007.

⁵⁷ A instrução pública foi alvo de grandes discussões durante o Império. Foram muitos os que propagaram as necessidades de reformas neste âmbito. Uma importante obra sobre o tema foi escrita pelo advogado, educador e político maranhense Antônio de Almeida Oliveira, que em 1873 redigiu: *O Ensino Público*. OLIVEIRA, Antônio de Almeida. *O Ensino Público*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, (Edições Senado Federal, v.4), 2003.

se via na sociedade brasileira. A educação mista seria apenas uma *bela teoria imaginária do futuro*, uma utopia que estaria presente apenas nas obras de George Sand. O deputado discordante do ensino feminino chega a citar o fato de que a questão da busca de direitos pelas mulheres seria ainda “*uma pretensão louca de 50 senhoras ricas que na ociosidade, imaginaram que deveriam ter um assento no Parlamento Inglês e se envolverem nos comícios populares*”⁵⁸.

O destaque dado à Revolução Francesa de 1848 ainda é, sem dúvida, um ponto crucial no discurso do liberal Clímaco Barbosa, e, mais ainda, ouve-se do deputado a afirmação de que o povo também pode fazer uma revolução, sendo esta proposta de duas maneiras: *O povo pode fazer as revoluções, pacíficas ou ruidosas, mostrando toda a grandeza de suas paixões*⁵⁹. A revolução se justificaria quando se luta contra o poder centralizador, sendo o presidente da província, denominado: *o Braço armado desta autoridade injusta, ilegal e anárquica que um capricho irresponsável acaba de construir no país. Esse homem é, contudo, uma peça dessa máquina infernal, vergonha e insulto dos governos constitucionais*.⁶⁰

A atuação de Clímaco Annanias Barbosa de Oliveira foi, sem dúvida, essencial para “balançar” a política provincial. No entanto, lembremos que exaltação, agitação e radicalismo não eram palavras que faziam parte do vocabulário político da província do Espírito Santo. Nem liberais e muito menos conservadores aceitariam de bom grado reformas bruscas e elementos muito “radicais”. O projeto do Espírito Santo se pautava na ordem do Império.

Entretanto, a inquietação dos liberais perante os problemas que aconteciam na Corte e dos embates contra a ala conservadora da província era um sentimento comum ao partido. O grupo Liberal sentia-se em uma posição inferior, embora estivesse ocupando a Assembleia Provincial, o que fazia com que se manifestassem com longos discursos, repletos de analogias e metáforas. Os deputados buscavam em autores franceses, alemães e outros as bases da retórica que contestava o alijamento político.⁶¹ A frequência de termos como *nação*, *cidadãos* e *tiranía* também pode ser evidenciada nos Anais do legislativo capixaba, já que o termo “tiranía” quase sempre se referia ao presidente de província, ao poder que tudo centralizava ou ainda nas críticas sobre o Poder Moderador.

Fazendo uso de antíteses e figuras de linguagem, os liberais denominavam a volta dos conservadores como uma *aurora boreal*, enquanto o partido Liberal seria uma eterna *estrela*. Faziam uso assíduo do termo “futuro”, mostrando-se como uma agremiação de ideias novas, uma nova geração propagadora de um tempo de progresso. Já o partido Conservador era o *partido da ordem*, mas sempre utilizado em tom de ironia nos discursos. Contrastando com seus ideais de progresso, os liberais capixabas levantavam ainda comparações com o Antigo Regime, o absolutismo, lembrando sempre as características de atraso do *caduco* Portugal, como costumavam citar.

A defesa de um governo constitucional é parte primordial no pensamento político dos liberais durante a década de 60 na província capixaba. Ao referirem-se

⁵⁸Clímaco Barbosa explica o fato e corrige seu colega de partido, dizendo que, no episódio, eram 5.400 mulheres que levaram ao Parlamento Inglês esta pretensão, a fim de também se envolverem nas questões políticas na Inglaterra. ESPÍRITO SANTO. *Anais... Op.cit.*,p.218.

⁵⁹*Ibidem*, p.12.

⁶⁰*Ibidem*.

⁶¹Vários autores podem ser mencionados no debate do partido, como por exemplo: as obras de Vitor Hugo, Vico, Shiller, Edgar Quinet, Louis Blanc, entre outros.

sempre à Constituição como uma *carta Imperial escrita com sangue*, os deputados afirmam que naquele momento de crise do partido, a autoridade não seria mais do que o pretor que açoita o povo nas praças públicas e lhes nega o título de cidadão. Além disso, denunciam que a imprensa conservadora de todos os lugares acusa o partido, chamando-os de: “*Liberais, proscriptos, revolucionários e anárquicos*”.⁶²

Dissertando acerca da centralização, tema de grande discussão e debate durante o período escolhido para a investigação, os deputados provinciais pertencentes ao partido Liberal explicitavam a ideia clara de que um governo que direciona sua autoridade maior ao Executivo, é, sem dúvida, um governo no qual há falta de liberdade, culminando no falseamento de suas instituições:

*A nação contempla o falseamento de suas instituições e sofre resignada e impotente profundos golpes naquilo que tem de mais santo e respeitável como sejam os **corpos representativos**, encarnação real da **soberania popular**, e, como tais, únicos competentes para julgarem das necessidades daqueles que os elegeram.*⁶³

Como já dito, uma preocupação geral vislumbrada no partido era a questão da instrução pública. Os deputados se pautavam na importância da educação e na necessidade de melhoramentos que envolviam o ensino na província. Afirmando que a instrução pública seria a *luz* que guia os povos na estrada para o *progresso* e para a *liberdade*:

*Só há um poder que não a quer, é o **poder absoluto**, o poder que não quer que o povo saiba ler para que a **liberdade** não venha abrigar-se no asilo do cidadão. A instrução é filha de um **partido** que em todos os tempos tem pedido **luz** para o povo com o fim de fazer com que a sociedade caminhe para a estrada do **progresso** com passos firmes. Eu quero a instrução pública derramada como ela está nos **Estados Unidos**, quero que o cidadão brasileiro tenha o mesmo orgulho que tem o daquela **República** [...]*⁶⁴

Na Assembleia, Clímaco volta a comparar a mulher brasileira com as de outros países como a Bélgica e a França, ratificando a importância da educação feminina, enquanto para o deputado Correia de Jesus, a educação feminina é destinada a outros fins:

*Senhores, a educação da mulher é toda peculiar, toda especial, a sua missão é outra. [...] O nobre deputado que é médico, que conhece a organização e inclinação dos corpos, sabe melhor do que eu que a mulher não pode ser equiparada em direitos civis e políticos ao homem.*⁶⁵

Outra questão inserida na instrução pública que levou a um momento de divisão de opiniões entre os Liberais foi a obrigatoriedade do ensino, o que para alguns deputados parecia uma espécie de despotismo, já que na visão destes, ninguém teria o direito de forçar o pai a mandar seu filho para a escola, e que ninguém teria o poder de

⁶² ESPÍRITO SANTO. *Anais*....,p.172.

⁶³ *Idem*, p.76. (Grifos nossos).

⁶⁴ *Idem*,p.215. (Grifos nossos).

⁶⁵ *Idem*,p.217.

intervir “*neste outro Estado chamado família, e sair fora da lei*”.⁶⁶ Neste sentido, Clímaco defende a ideia afirmando ser um “despotismo” que, na visão também de Victor Hugo, torna-se um despotismo em que a liberdade ganharia cem por cento.⁶⁷ Percebe-se nesta fala que a palavra despotismo é utilizada pela primeira vez para destacar um sentido positivo com a obrigatoriedade do ensino.

Na visão do deputado Clímaco Barbosa, qualquer sociedade, mesmo a mais “adiantada”, e mais ainda a sociedade brasileira, deveria estar ciente da diferença existente na educação das mulheres, chamando atenção para o fato de que a questão da educação mista seria ainda mais fora de questão na província do Espírito Santo, sabendo-se que o idealismo que ali prevalecia era da quase total separação da mulher nas relações. Toda a Assembleia Provincial concordava com as idéias expostas por Correia de Jesus, explicitando as limitações das mulheres no meio político. Do outro lado, Clímaco defendia fortemente sua bandeira em prol das mulheres, afirmando que se devia ampliar as perspectivas das mulheres, pois ela não é apenas progenitora: “*A inteligência feminina é capaz de outras glórias.*”⁶⁸

O deputado Muniz Freire afirma que este pensamento não condiz com seus preceitos liberais, os quais ele sustenta a partir da análise da administração da instrução pública da Bélgica e da França demonstradas por Laboulaye⁶⁹. Já para Clímaco Barbosa, mesmo sendo um liberal de discurso radical, expõe suas ideias de forma diferente: “*a liberdade também está sujeita a seus tributos, é preciso que as liberdades tenham certas garantias, e sem essas garantias que as vezes se tornam pecuniárias, a liberdade não pode persistir.*”

Contudo, a liberdade voltará a ser tema de debate dentro da Assembleia Provincial, mas não apenas como conceito, mas também como prática.

4.5 – A Assembleia e a Abolição

Questão amplamente debatida no Segundo Reinado, a abolição já foi várias vezes mencionada neste estudo. A necessidade de se extinguir a escravidão foi tema recorrente em muitos gabinetes, como também nas Assembleias Provinciais. Não visamos debater aqui sobre o posicionamento dos liberais diante da abolição, pois, a partir das poucas fontes que se possui, visa-se apenas indicar que a Assembleia eleita para os anos de 1868 e 1869 participou deste debate, e, além disso, foi nesta legislatura que se teve a aprovações de leis muito importantes que visavam a alforria de escravos.

O elemento servil e a emancipação foram os grandes debates que ocorreram na Assembleia Legislativa provincial do Espírito Santo e que até mesmo dividiu a opinião partidária. A preocupação com o “cancro da nação”⁷⁰ fazia parte do pensamento do Partido Liberal. A escravidão era vista como um atraso, algo sempre relacionado à barbárie, mas, ao mesmo tempo, os deputados sabiam da necessidade de mão-de-obra para a província. Aos poucos algumas medidas foram sendo implantadas pela

⁶⁶ ESPÍRITO SANTO. *Annais...*,p.219.

⁶⁷ *Ibidem.*

⁶⁸ ESPÍRITO SANTO. *Annais...*,p.221.

⁶⁹ ESPÍRITO SANTO. *Annais;*... p.151.

⁷⁰ Este tema é elaborado de forma bem mais intensa no artigo “Escravidão e Razão Nacional” de José Murilo de Carvalho. CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p.35.

Assembleia. Podemos afirmar tal informação ao analisarmos passagens como esta, do projeto de Lei nº7:

*[...] O Deputado Clímaco Barbosa justifica e manda a mesa um projeto autorizando o Senhor Presidente da Província a despende anualmente 12\$000 contos de réis com a alforria de escravos de sexo feminino de 10 a 15 anos de idade, o qual é julgado urgente.*⁷¹

Tal projeto foi discutido por alguns dias, quando então o deputado Muniz Freyre relata durante a sessão optar por formar uma comissão de três membros para que o projeto de Lei fosse analisado da melhor forma. Participaram desta comissão o próprio Muniz Freyre, o sr. Mello e Cunha e o sr. Alpheu Monjardim, todos pertencentes ao Partido Liberal.

A partir das informações coletadas nas atas, torna-se possível afirmar também que muitos projetos de lei que visavam alforrias de escravos foram criadas em anos bem anteriores à própria abolição da escravatura (1888), o que nos revela o caráter da real participação nesta questão por parte dos parlamentares liberais, visto que ainda não se vislumbrasse neste momento as forças do movimento abolicionista atrelado às ideias republicanas, o que só será visto mais claramente nos momentos finais do Império.

Um exemplo que ilustra esta ideia seria a votação da Lei nº. 25 de 4 de Dezembro de 1869, que concedia liberdade a escravos de sexo feminino de 5 a 10 anos de idade. Esta lei foi sancionada pelo então Presidente da Província do Espírito Santo, Antônio Paes Leme:

Art. 1º O Presidente da Província fica autorizado a despende anualmente a quantia de seis contos de réis (6:000\$000) com alforria de escravos do sexo feminino de cinco a dez anos de idade.

Art. 2º O preço de cada alforria não poderá exceder de seiscentos mil réis (600\$000).

Art. 3º Até o dia sete de setembro os possuidores ou protetores dos escravos que pretenderem o favor da presente lei, apresentarão ao presidente da província petições documentadas com certidões de idade e atestado de saúde declarando-se na mesma petição.

Art. 4º Recebidas as referidas petições no artigo antecedente, o presidente nomeará uma comissão de cinco membros para em quinze dias dar parecer sobre as ditas petições indicando quais os petionários devem merecer a preferência.

Art. 5º A preferência será fundada no menor preço relativo de cada alforria, ou seja, este devido a filantropia dos possuidores, ou qualquer auxilio prestado pelos protetores.

Art. 6º Se o valor dos escravos que se acharem em circunstâncias idênticas de preferência, for maior do que a quantia votada a sorte designará os que nesse ano serão alforriados.

Art. 7º As respectivas cartas de liberdade serão entregues as beneficiadas no dia da abertura das sessões ordinárias da Assembléia Provincial.

Art. 8º No regulamento que o presidente da província expedir para boa execução desta lei determinará o destino que se dará as alforriadas.

⁷¹ Ata da Sessão de 16 de outubro de 1869.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário.⁷²

Em uma discussão inter-relacionada entre a questão da educação e as alforrias concedidas na Província, encontrou-se também em meio aos documentos pertencentes a este recorte temporal, a criação de escolas noturnas no Decreto de 1869, em que podem ser percebidos os princípios da elite intelectual visando a educação das camadas populares, inclusive os libertos. Sobre estas medidas, torna-se pertinente citar a opinião de Aldaires França⁷³, evidenciando que a proposta dos deputados acerca da criação das aulas noturnas para as camadas populares pudesse pretender a normalização e a ordem, além de estabelecer o controle social, inclusive e principalmente sobre os trabalhadores negros recém libertos.

Assim sendo, o discurso parlamentar acentua uma linguagem política que evidencia o clamor originado pela busca de direitos e liberdade, mesmo que fosse simplesmente a tão sonhada *liberdade de voto* da qual nos fala o Partido Liberal. Tal fato nos permite afirmar a Assembléia Provincial capixaba como local para onde se dirigiam os anseios agregados ao conceito de cidadania, além dos acirrados conflitos partidários, que na maioria das vezes originavam-se em espaços informais de discussão.

4.6 – Entre Urnas e Baionetas: Violência nas Eleições Provinciais

O ano de 1868 também é relatado na Assembleia Provincial como o momento de uma das eleições mais violentas já vistas na província e uma perseguição acirrada por parte dos conservadores após a saída de Zacarias de Góis. Em nome de tais dissidências políticas, os anais denunciam a eleição de 7 de setembro deste ano, indicando fatos suspeitos como prisões de alguns indivíduos sem motivação concreta, sendo quase sempre efetuadas contra membros do Partido Liberal ou pessoas que possuíam alguma ligação com o grupo.⁷⁴

A análise do debate ocorrido na Assembléia Provincial revela também episódios de cunho mais violento, mortes e diversas outras acusações que parecem vir à tona neste momento de agitação política⁷⁵, fazendo com que houvesse uma radicalização no discurso do partido. Em vários momentos os parlamentares atestam os episódios acima relatados, colocando alguns nomes do Partido Conservador como acusados de terem praticado tais crimes. O período é compreendido pelos membros do Partido Liberal como uma “época anormal”, em que os Liberais eram tidos como “moicanos rebeldes”, anunciando a iminência do retorno do domínio conservador.⁷⁶ Já em Viana, os deputados afirmam que o Presidente da Província também autorizou a utilização das armas durante as eleições, que não apenas armou a força policial e seus “capangas”, mas também alguns escravos, a fim de não deixar que o povo não exercesse sua liberdade de voto, seu direito ao sufrágio.

⁷² BICHARA, *Op. Cit.*, 176.

⁷³ Sobre este aspecto consultar FRANÇA, Aldaires Souto. *Uma educação imperfeita para uma liberdade imperfeita (1869-1889)*. Dissertação de Mestrado em Educação. UFES, 2006.

⁷⁴ ESPÍRITO SANTO, *Annais*; ... p.107.

⁷⁵ As agitações vislumbradas em períodos de eleições e os embates com os presidentes de província também são questões muito parecidas com as que são evidenciadas pelo *Jornal de Timon* encontradas em Lisboa, João Francisco. *Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁷⁶ ESPÍRITO SANTO. *Annais*., p.165.

As denúncias acerca das eleições se prolongaram por outras sessões. Em outro discurso, destacam que, durante as eleições, muitos indivíduos sem autorização vestiram o uniforme da Guarda Nacional e empunharam as armas dadas pelo poder público para garantir o que os conservadores afirmavam como “garantia da ordem social” e defesa do direito do povo. Nas palavras do Partido Liberal, o grupo político oposto havia tentado ganhar as eleições por meio das “baionetas”, da violência e da coerção. De acordo com o deputado Correia de Jesus, durante a quadra eleitoral foi formado um verdadeiro exército, sobretudo na localidade de Serra, onde, na visão do deputado, o Partido Liberal possuía a opinião pública a favor de si, o que fazia de sua vitória nas urnas algo incontestável. Segundo os relatos do legislativo, até aquele momento nunca havia se vislumbrado tantos trabalhos no foro da Serra, nem a necessidade de tantos oficiais de justiça como na época eleitoral:

*Continuando, Sr. Presidente, no histórico da eleição da Serra, o Sr. Delegado de polícia, conhecendo a nulidade de sua posição como indivíduo, para solicitar o sufrágio de qualquer cidadão, apresentava-se nas portas dos votantes acompanhando do cortejo, e dizia: “Não é Ribeiro Rosa quem pede o voto, é o delegado de polícia!”.*⁷⁷

Os deputados liberais também aproveitaram o espaço da Assembléia Provincial para denunciar uma série de falsificações contidas nas listas de votantes da província, relatando que, no referido 7 de setembro de 1868, todos viram se dirigir para a matriz da Serra um senhor de nome Barbosa Meirelles, 1º Juiz de Paz daquela paróquia. Os liberais evidenciam que o mesmo juiz havia recebido um ofício que o direcionava a fazer a chamada dos votantes pela qualificação de 1866, visto que a de 1867 não fosse possível de ser utilizada, e a lista de 1868 estava falsificada.

Os deputados exigiram na Assembleia que o juiz prestasse contas acerca do caso, pois até aquele momento não havia esclarecimento algum sobre o ocorrido. José Corrêa de Jesus se dizia ansioso para que tais representações chegassem ao poder judiciário, a fim de que se responsabilizassem os falsificadores. Contudo, já sem nenhuma esperança, os deputados afirmam que não acreditam no fato de que tais documentos seriam enviados, assegurando que estas representações seriam na verdade uma mentira do ex-presidente do governo, utilizando do fato para injuriar o Partido Liberal.

Em meio ao debate ocorrido na Assembleia Provincial em 1868, um deputado usa de ironia para relatar a “liberdade de voto” que estava presente na Província do Espírito Santo. Segundo o parlamentar, as palavras contidas no relatório do Presidente de Província acerca das eleições e seus acontecimentos incendiários contra os eleitores, indicam que a eleição não passaria de uma completa dissimulação, onde o maior símbolo da liberdade havia sido violado:

Liberdade de voto, quando o presidente da província dava ordens a guardas nacionais para fazerem tudo em benefício da conquista cujas glórias que queria ter! E mandava armas para Vianna para assassinar cidadãos!

Liberdade de voto, Sr. Presidente, quando apareceram guardas nacionais fardados, sem que o poder competente autorizasse! Liberdade de voto quando o próprio comandante superior da Guarda

⁷⁷ *Ibidem*, p.180.

*Nacional é desrespeitado na matriz desta capital. Liberdade de voto, senhores, quando um dos mesários teve erguido sobre o peito o punhal. [...] Será liberdade de voto, quando em Benevente um indivíduo suplente de eleitor, sargento da Guarda Nacional, é arrastado pelas ruas públicas, algemado e dado à contemplação de seus adversários? A Liberdade de voto que tem o cidadão prudente de não se apresentar na ponta das bayonetas da polícia para não tingilas de seu sangue? Liberdade de voto é por certo uma coisa mais nobre, mais sagrada, e não essa tragédia infernal, essa comédia desgraçada que todos acabamos de presenciar.*⁷⁸

A linguagem utilizada pelos liberais pautava-se quase sempre neste mesmo discurso: a linguagem da perseguição. Além disso, os episódios de violência durante as eleições aumentavam ainda mais a revolta do Partido Liberal. O tempo já estava se esgotando.

4.7 – O Vocabulário e as Ideias

Por meio da análise da retórica e de aspectos que envolviam o discurso dos liberais⁷⁹, tentou-se buscar alguns conceitos básicos que direcionaram os atos de fala destes indivíduos quando estavam na posição de marginalização política. A ideia dos deputados era exaltar o partido e, ao mesmo tempo, denegrir os conservadores.

Sobre a *Constituição*, os representantes do partido deixam claro que esta deveria caminhar com o tempo e ainda “atender para os costumes que predominam na sociedade para qual ela é promulgada”. São também enfáticos em afirmar que a finalidade é legislar em relação ao povo e ainda “*legislar olhando e abrindo os livros dos grandes filósofos para neles ver-se a realidade das coisas e não atrapalhar a marcha progressiva da sociedade*”.⁸⁰

Na visão dos liberais, as leis e as mudanças na Constituição são reflexos das atitudes dos próprios partidos e de suas ideias. Sendo assim, um deputado cita que a verdadeira tradução do liberalismo seria o Código do Processo, que, no pensamento dos liberais, seria uma manifestação do liberalismo em uma organização judiciária, e a lei de 3 de dezembro de 1841 seria a expressão do Partido Conservador, caracterizando-se por uma “*lei de ferro*”, que esmaga os direitos individuais, sendo esta a bandeira deste partido.⁸¹

Analisando as práticas políticas e o vocabulário utilizado pelo grupo, o partido Liberal capixaba reconhecia como base para um verdadeiro Partido Conservador as ideias de Pierre Paul Royer-Collard. Acerca dos princípios de cada partido, o deputado Clímaco Barbosa evidencia a discussão acerca das “crenças embaralhadas” e crise de identidade dos grupos políticos no período, contradizendo os que afirmavam que as divergências entre liberais e conservadores não passariam de meras palavras.

A preocupação com a *pátria* e os deveres de um cidadão também eram parte do discurso dos liberais no Espírito Santo, contudo, tinham um pensamento que destoava, por exemplo, das ideias de Frei Caneca sobre a questão da *pátria* e do exercício da

⁷⁸ *Ibidem*, p.168.

⁷⁹ CARVALHO, José Murilo. “História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura” in: *Topoi: revista de História*, nº 1. Rio de Janeiro.

⁸⁰ ESPÍRITO SANTO. *Annais*;... , p.220.

⁸¹ *Idem*, p.120.

cidadania.⁸² Em texto escrito em 1822, o frei afirma que o cidadão deveria morrer e lutar por sua pátria e viver exclusivamente em função desta, destoando das ideias dos liberais da província, que afirmavam “*hoje a sociedade quer mais luz! Mais que os pálidos clarões da civilização antiga*”, destacando a ideia de que o verdadeiro Estado é a família, é ela que forma cidadãos.⁸³

Os deputados deixam claro o fato de não serem favoráveis ao idealismo antigo da sociedade espartana e nem o poder público colocado na posição idealizado por Licurgo, e nem mesmo querem que sejamos como eles no que se refere ao seu amor à Pátria, pois na visão dos legisladores da província: *o mundo marcha na estrada para o progresso, não podendo um homem morrer para a família e viver para o Estado.*⁸⁴ Colocavam-se como os verdadeiros *Apóstolos da Liberdade*, e muitas vezes afirmavam que zelavam pelas leis da província, assim como as virgens do templo de Vesta em Roma zelavam pelo fogo, são também os *operários da democracia*, e são ainda os únicos que exercem verdadeira cidadania e patriotismo. Os conservadores, por sua vez, são sempre componentes do *partido da imoralidade*, os operários da calúnia, verdadeiros *bárbaros*.

Contudo, acima de todos os debates, os relatos sobre a retirada de Zacarias se fazem presente em cada sessão do Legislativo, cada vez de forma mais ruidosa, na tentativa de chamar a atenção para o “golpe” sofrido pelo Partido Liberal. Um deputado se exalta, afirmando que o referido 16 de Julho e a queda dos progressistas, fora de fato um ato que representou a falta de justiça e de moderação do governo imperial.

O fato é que, se o 16 de Julho era data e motivo de luto para os liberais, o 7 de Abril de 1831 era lembrado como a maior expressão de liberdade que o Brasil já teria visto. O partido reverencia os fatos deste período, colocando-se como herdeiro de tais ideias. Assim como os *liberais exaltados*⁸⁵ da primeira metade do século, os liberais capixabas também associavam o governo de d. Pedro I como a mais suprema expressão do absolutismo. Os discursos também evidenciam os fatos ocorridos nas vilas de Queimado e Viana, onde a “liberdade de voto” também não teria sido respeitada na visão dos liberais capixabas. Segundo os deputados, muitas armas de fogo foram compradas e distribuídas nestas localidades, fazendo com que indivíduos que não eram votantes se apresentassem armados ao redor da igreja, forçando o constrangimento da mesa eleitoral, e até mesmo pronunciando a palavra “assassinato!”⁸⁶

Mas os deputados sabiam que a privilégio de debater e manifestar a indignação contra a volta dos conservadores estava com os dias contados. As sessões possuíam data para terminar, e cada vez mais se aproximava a consolidação da administração dos conservadores. Tão escasso foi o tempo para que a nova geração política mostrasse suas ideias e permeasse o palacete da Assembleia com seus discursos ornamentados. Tão pequeno foi o espaço para se absorver algumas fagulhas do liberalismo radical de Clímaco Barbosa.

⁸² CANECA, Joaquim do Amor Divino. Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria. In: *Frei caneca*. Organização e introdução de Evaldo Cabral de melo. São Paulo: Editora 34, 2001.

⁸³ ESPÍRITO SANTO. *Anais...Op.cit.*,p.213.

⁸⁴ *Idem*,p.216.

⁸⁵Sobre o projeto dos liberais exaltados ver: BASILE, Marcello Otávio. *Anarquistas, rusguentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834)*. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2000. Capítulos VI e VII.

⁸⁶ *Idem*.

4.8 – E Acaba-se o Sonho Liberal

As mudanças no cargo de presidente de província e de toda a administração local, a qual agora pertenciam aos conservadores, fizeram do ano de 1869 um ano tumultuado para os liberais do Espírito Santo. Os “apóstolos da liberdade” sabiam que caminhavam para a marginalização política e, por isso, acirraram o debate enquanto tiveram voz. Seja nos jornais ou na Assembleia Provincial, o partido ergueu um tom de denúncia contra o “golpe” dos conservadores sobre o ministério de Zacarias de Góes e Vasconcellos.

O renascer que o partido vivenciou na década de 1860 chegara ao final. Com o ostracismo político, os grupos que se formaram no período desta crise política, como o Centro Liberal de Nabuco e o Clube Radical, terão em suas mãos a missão de defender uma causa importante: a marginalização no cenário político. No entanto, justamente por estarem divididos, a ação dos liberais parecia não se fortalecer. Em 1870, os conservadores já dominam a cena política do Império. Na província do Espírito Santo as vozes liberais parecem se calar, e já não havia mais “sonhos”. Na visão daqueles homens e de todo o partido “golpeado”, os “*Operários da calúnia*” tomaram o poder na província. Era chegado o momento de se retirar, mas, se os “sonhos” nunca envelhecem, talvez um dia os “*Apóstolos da liberdade*” conseguiram novamente voltar ao poder.

CAPÍTULO V

ASPECTOS POLÍTICOS DA DÉCADA DE 1870

Sei que morro, não me importa o morrer; mas sinto não existir na ocasião em que se der a ascensão do partido conservador; sede firmes, meus amigos, como eu o tenho sido, e não deixeis que a anarquia se assenhoreie de tudo.¹

5.1 – O Retorno Conservador

Até o momento, divulgou-se aqui o domínio dos liberais, que, por meio dos ministérios progressistas, estiveram no poder até o ano de 1868. Exatamente neste período, havendo a queda do último ministério progressista, os liberais agora estavam à margem do poder político. Com já explicitado, o próprio Partido Liberal demonstrava fissuras, fazendo com que alguns *históricos* engrenassem em uma ala mais radical, enquanto uma parte do grupo, liderada por Nabuco de Araújo, formou o Centro Liberal, no qual se inseriu o Partido Liberal do Espírito Santo. A partir deste radicalismo que não durou muito tempo, obteve-se bases para a formação do Clube Republicano na Corte, que, em 1870, já explicitava seu programa político.²

É necessário destacar que, após este período de dissidências políticas, mais exatamente em 1870, a província do Espírito Santo ainda não teria um Clube Republicano, e nem mesmo jornais que se colocassem como defensores da mudança do regime político. Entretanto, mesmo que novamente não estivesse acompanhando a maioria das províncias em termo de grupos políticos, o Espírito Santo não estava apático aos movimentos que surgiam. A hipótese é de que, com a volta dos conservadores ao poder, junto à ausência de atividades de fôlego por parte do Partido Liberal, talvez se tornasse difícil um embate maior entre os dois partidos.

Sobre a ausência do *Clube Republicano*, cumpre lembrar que a “política radical” foi totalmente excluída do Partido Liberal da província. Se a única atitude liberal radical que havia era a do Médico Clímaco Barbosa, com a saída deste personagem do cenário político capixaba, também sairia da província qualquer tentativa de radicalização, que sozinha, dificilmente teria forças para a formação de um Clube Republicano. Clímaco voltou para o Rio de Janeiro, e lá se envolveu com a campanha abolicionista. Para encontrarmos republicanos no Espírito Santo, teríamos que esperar que a nova geração política voltasse das universidades, como por exemplo, as faculdades de Recife e de São Paulo, juntamente com alguns atores já conhecidos na política local.

O republicanismo, no entanto, não é nosso objeto de análise. A passagem acima apenas visa esclarecer que ao mencionar o conceito de “republicanos”, os jornais da província estariam se referindo ao restante do Império, e não à presença destes

¹ Segundo Basílio Daemon, estas foram as últimas palavras que o conservador e fervoroso monarquista, Manoel Serafim Ferreira Rangel, disse a seus amigos e filhos no leito de morte ao saber da proximidade do retorno liberal em 1877. O trecho demonstra o medo dos conservadores acerca da ocorrência de alguma desordem que abalasse os pilares do Império. DAEMON, Basílio de Carvalho. *História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória: Typ. do Espírito Santense, 1879. p.270.

² BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos Partidos e o Segundo Império*. Introd. Washington Luis neto. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p.61.

indivíduos dentro da província. O objetivo deste capítulo é demonstrar a fase da dominação conservadora, até a volta dos liberais em 1878. Para tanto, utilizaremos novamente as ideias e linguagens contidas nos jornais e em alguns discursos da Assembleia Provincial.

Após a saída de Zacarias de Góes, em 16 de julho, o ministério presidido por Itaboraí centrou-se internamente em questões de finanças públicas. Como destaca Sergio Buarque de Holanda, mesmo sendo um remanescente Saquarema, Itaboraí demonstrava plena consciência da necessidade de reformas, sendo muitas destas propostas anteriormente pelos liberais.³ As reformas destacadas pelo novo gabinete citavam a Lei de 3 de dezembro de 1841, a da Guarda Nacional, assim como a reforma eleitoral e uma alusão à questão servil.⁴ Desde a saída do ministério progressista, a província já passava a ser governada pela direção conservadora de Luis Antônio Fernandes Pinheiro. Já em 1869, o governo imperial nomeia Antônio Dias Paes Leme como presidente de província do Espírito Santo.

Na Corte, a sessão de 1870 foi para Nabuco um terreno fértil para o início das discussões sobre a emancipação dos escravos, e, ao mesmo tempo, dissolvia-se o gabinete de Itaboraí.⁵ Nabuco de Araújo assinala que a entrada de São Vicente no lugar de Itaboraí não era de fato nenhuma dúvida naquele momento, o que, segundo o autor, demonstraria o empenho do Imperador em levar adiante a causa da emancipação. Sendo assim, em seu entendimento, se já havia terminado o conflito contra o Paraguai, não havia a necessidade de proceder com uma direção tão conservadora, como fora “obrigado” a fazer em 1868. O Imperador certamente saberia que tal projeto não seria bem aceito por Itaboraí. Neste sentido, restava apenas o nome de São Vicente no meio do grupo considerado por Nabuco como os “conservadores moderados”.⁶ Ao contrário das falas de Nabuco na Corte, no *lôcus* provincial agora não se ouve falar em Centro Liberal, e nem mesmo nos amplos espaços de discussão utilizados pelos liberais no momento de marginalização do poder: a imprensa e a Assembleia Provincial. No fim de 1869 e já em 1870, o Partido Liberal perdeu a voz na tribuna parlamentar provincial, e, além disso, os jornais liberais pareciam diminuir.

Entretanto, os conservadores no poder provincial hostilizam os inimigos liberais por meio da imprensa. O jornal *Correio da Victória* inicia suas publicações em março de 1870, evidentemente, dando “Vivas!” ao fim da Guerra com o Paraguai, ocorrendo até mesmo um *Te Deum* em homenagem ao fim do conflito.⁷ Enquanto isso, o ataque entre liberais e conservadores parece ter continuado por meio dos jornais rivais, contudo, não dispomos de nenhum número de jornal liberal para análise.

Na Corte, a visão de Nabuco nos indica também que o gabinete de São Vicente não tinha “*nem fôlego, nem vontade de viver*”. As palavras se referem ao não comprometimento com o que Nabuco pensava ser mais importante: a escravidão. No Rio de Janeiro a questão da emancipação toma também os jornais conservadores, envolvendo opiniões dissidentes. Na província os conservadores também se manifestam:

³ HOLANDA, Sergio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira* - Brasil Monárquico - Tomo II Vol 5 -Do Império À República. São Paulo: Difel, 1972.p.108.

⁴ *Ibidem*.

⁵ NABUCO, *Op. Cit.*, p.806-807.

⁶ NABUCO, *Op. Cit.*, p.809.

⁷ *Correio da Victória*, n° 28- 09/04/1870.

*[...]Mas a abolição da escravidão importa entre nós uma profunda transformação da vida social, entende não só com direito de preexistência à Constituição do Estado, respeitada e garantida por ela, mas ainda com interesses essenciais da ordem pública. Para conseguir esta abolição cumpre proceder muito cautelosa e lentamente, de modo que nem sofrerão aqueles direitos, nem se ponham em sobressalto os proprietários rurais e os interesses numerosíssimos e legítimos que estão ligados com os desta importantíssima classe da nação. Cumpre que não se estanquem, nem mesmo se desunam as fontes de produção, e por seguinte a renda pública.*⁸

Estava claro o interesse dos conservadores da província. Quando nos capítulos anteriores acompanhamos os conservadores por meio de alguns perfis socioeconômicos, tornou-se claro que eram em sua maioria proprietários de grandes fazendas ou ligados à produção agrícola. Na visão do partido, a abolição teria que se dar de forma lenta, a fim de não interferir ou causar algum prejuízo aos proprietários rurais, indivíduos que o jornal trata com uma *classe importantíssima* da nação. Também se torna possível demonstrar o posicionamento do jornal ao transcrever um artigo publicado em um periódico chamado *Do Conservador da Campanha*:

*Os liberais, os radicais, os republicanos ou que melhor nome tenham, os reformistas da nova espécie, não cessão em aventurar em periódicos as suas idéias precipitadas e subversivas, lançando-as aos quatro ventos o véu da filantropia a fim de merecerem a simpatia do povo. É de todos sabido o modo porque falam os liberais na emancipação servil, isto é, os que não tem o que perder com sua realização precipitada, pretendendo atribuir ao Partido Conservador todos os obstáculos que a demoram.*⁹

Novamente, percebe-se que o Partido Conservador tenta explicitar que o posicionamento do Partido Liberal, ou dos republicanos de outras partes do Império, advinha de uma despreocupação com relação à ausência de mão de obra, um dos problemas que somente os proprietários rurais vivenciavam. Outra forte menção nos artigos transcritos com teor contrário à emancipação destacava também a questão do direito de propriedade. O medo dos proprietários centrava-se muito nos prejuízos que a emancipação causaria à lavoura.

Mas, além de entrarem no debate sobre a abolição, a missão naquele momento era também desmoralizar o Partido Liberal. As críticas dos conservadores destacavam a redação do jornal *A Reforma*, publicado na Corte. Por meio das condenações feitas ao jornal, os conservadores indagam ao periódico *A Reforma*: “*Quem acabou com a chibata no exército? Não foram de certo os liberais, mas os conservadores.*”. Sobre os liberais diziam ainda mais: “*Partido que não tem religião do patriotismo, só pode ser uma aglomeração de ambições*”.¹⁰

⁸ *Correio da Victória*, n°44- 11/07/1870.

⁹ *Correio da Victória*, n° 44- 11/07/1870.

¹⁰ *Correio da Victória*, n° 30- 20/04/1870.

5.2 – Recordações Históricas: Os modernos herdeiros dos Exaltados

Outra medida implementada pelos conservadores do *Correio da Victória*, a fim de desonrar o Partido Liberal, partiu de uma reflexão histórica. Para afirmar a “anarquia”, que direciona o referido partido, os conservadores voltam a 40 anos no tempo, a fim de resgatar nos *Exaltados* as raízes das reformas consideradas inconcebíveis pela direção conservadora. O *Correio* transcreveu por muitos dias uma coluna denominada: *Recordações, ontem, hoje e amanhã*, chamando a atenção dos que virão as ideias “liberais” de 1830, e comparando-as com os liberais e reformistas de 1870:

Com efeito- o que é que realmente queria o liberalismo de 1830, que o não o queira o liberalismo de hoje? De outro modo – o que é que sem o querer, fingiam querê-lo os liberais de há quarenta anos atrás, que do mesmo modo e com a mesma simulação, o não fingem seus modernos herdeiros? [...] Queriam o poder, para o exercício do qual entretanto se haviam mostrado incapazes por sua rematada imprudência e inaptidão desde os atos turbulentos da constituinte.[...] Assim que no mentindo nome da democracia ergueuse em 1831 por todo o Império a propaganda demagógica, apregoando a excelência de uma monarquia federal modelada pela democracia norte-americana, uma realeza puramente nominal e caricata- uma ridícula utopia que, sem ter nenhuma das vantagens que as repúblicas bem organizadas podem produzir entre povos educados para esse regime.¹¹

Para o jornal, o que restou de todo o processo que envolveu a luta dos *Exaltados* na Corte foi simplesmente uma situação de anarquia. Os *Exaltados* não teriam triunfado com sua “democracia”, pois possuíam muitas ambições, e, além disso, ideais de reformas que não se adequavam a um país recém-emancipado e com uma população “pouco esclarecida”. A propaganda exaltada representou, na visão dos conservadores, uma propaganda da anarquia. Para estes, os *exaltados* não possuíam nenhuma capacidade de governo e nem poderiam querer governar:

Era isto o que queriam os liberais de 1830?[...] Podiam querer isto os antigos liberais quando pregavam no Repúblico, na Luz Brasileira, o Tribuno do Povo, todo o processo de doutrinas anárquicas e subversivas, que deviam produzir necessariamente naquela época os efeitos que produziram? Seguramente não: cegou-os a paixão política, enlouqueceu-os a ambição ardente do mando, a vertigem do poder- e no seu delírio arrojaram a pedra da montanha sem medir-lhe o alcance. Tarde e sem remédio o conheceram.¹²

Era assim, voltando ao passado, e tentando demonstrar o erro cometido pelos *Liberais Exaltados* da Regência, que os conservadores tentavam convencer aos seus leitores de que as reformas colocadas por periódicos liberais, como por exemplo, *A Reforma* e *O Diário da Bahia*, seriam programas exagerados em propostas políticas.

¹¹ *Correio da Victória*, nº 59- 03/08/1870.

¹² *Correio da Victória*, nº60- 06/08/1870.

Além disso, os conservadores tentam utilizar desta retórica para direcionar o leitor ao entendimento de que as reformas propostas pelos liberais, não representariam nada mais do que uma forma de chegar ao poder e ali perderem-se em suas ambições. Para os conservadores, os liberais tentam intimidar o Imperador pela ameaça, pelo possível terror de uma revolução. Contudo, o partido defende o monarca e destaca suas características: “*Mas o Imperador é esperto, sério, prático e analítico*”.

Analisando o texto, percebe-se que existe um contraponto entre os “antigos liberais”, que seriam os exaltados e os “modernos liberais”, atuantes na situação política vigente. A retórica utilizada para denegrir o partido oposto era bem explorada de muitas formas. No momento em que os conservadores colocam a origem do Partido Liberal atual no seio do grupo *exaltado* da Regência, acaba-se atribuindo aos liberais de 1870 toda a perseguição sofrida pelo primeiro grupo, e a fama de anarquistas pela qual os *exaltados* acabaram sendo rotulados durante suas manifestações. Também podemos aferir que, expondo a “incapacidade” e a tentativa ilusória de implantação de ideias de fora do país pelos *exaltados*, os conservadores acabam dando respaldo à não aceitação das reformas enfatizadas pelo Partido Liberal em 1870, pois, de algum modo, pareciam padecer do mesmo “erro”.

Em terceiro lugar, sabendo-se que na província do Espírito Santo não se viu nascer em 1830 um grupo *exaltado* como o da Corte, atrelar o Partido Liberal da província a este grupo era também demonstrar aos espírito-santenses uma história ainda não conhecida, e criar raízes para um partido que, na verdade, só se consolidou como Liberal em 1861. Para os que agora liam o jornal, tornava-se fácil comparar os reformistas liberais com os *exaltados*, mesmo que na província do Espírito Santo o discurso liberal nunca tenha chegado a possuir um teor de fato radical, como na Corte. Mas, em todo caso, agora os liberais da província eram herdeiros dos “liberais antigos”, os “anárquicos”.

Com base nos mesmos aspectos de retórica que visavam rebaixar a situação dos liberais no Império, os conservadores do *Correio da Victória* agora citam o “golpe da maioria” dado pelos liberais, e também deslocam a discussão para a lei de 3 de dezembro de 1841, a qual reformou o Código do Processo Criminal. A tônica da discussão visava criticar a referida lei, e de uma forma muito interessante:

*[...] Destruindo a divisão e harmonia dos poderes políticos, sábio equilíbrio que a constituição firmou como princípio conservador dos direitos dos cidadãos, e meio mais seguro de fazer efetivas as garantias constitucionais; confundindo e amalgamando atribuições distintas e incompatíveis, quais as do poder judicial e as da polícia; anulando as jurisdições eletivas, derrancando até a própria natureza do júri; subjugando a sociedade inteira, de mãos atadas, numa rede infinita de agentes do Executivo- A lei de 3 de dezembro de 1841 matou a iniciativa popular em fato de eleição, que é a base ampla e sólida do regime constitucional, tornando-se de fato impraticável, impossível entre nós.*¹³

A reforma do código criminal era uma crítica decorrente do grupo Liberal e agora tornou-se parte do aparato de críticas utilizado pelos conservadores. Mais uma vez, a argumentação retórica foi importantíssima para imputar aos liberais as

¹³ *Correio da Victória*, nº31/08/1870.

deficiências da lei de 1841. Os conservadores afirmam no jornal que a lei de 3 de dezembro foi gerada a partir de um motivo: “*frear a corrente de subversão*” propagada pelos liberais. Desta forma: “*É portanto evidente que essa lei de ferro, essa tremenda mãe de abusos e de excessos, não foram os conservadores que fizeram, foram os liberais que os forçaram a fazerem-na*”.¹⁴ Ou seja, os conservadores repassam aos liberais a culpa pela criação da lei, o argumento reside que a necessidade de “travar” os abusos veio dos próprios liberais, pois eram os “subversivos”, fazendo com que eles se tornem os autores da lei que tanto repelem.

Neste sentido, todas as críticas dos liberais e as reformas propostas pelo grupo, tanto pelo Centro Liberal, como também pelos radicais que agora já se intitulavam republicanos, torna-se alvo do jornal conservador. O *Correio da Victória*, apontando mais uma das reformas que julgava ser totalmente ineficaz, iniciou também outro apontamento: seria um erro extinguir o Poder Moderador:

*Nessa época que atravessamos, a efervescência democrática dos radicais, exaltada pelo excessivo amor às prerrogativas populares, fez o seu grupo dissidente inserir em programa da oposição, como ideia capital, a extinção do poder moderador. Compreende-se que os liberais do Centro apregoem como crença do seu partido a responsabilidade ministerial pelos atos do poder moderador; mas reclamar a abolição de um poder, só porque no exercício de um ou outro ato de sua competência veio ferir interesses deste ou daquele partido, é o que de fato não aceitamos. Os países que se regem pela nossa forma de governo reconhecem como uma necessidade governativa a existência de um poder moderador; é assim que o grande liberal, Benjamin Constant, pensando profundamente na divisão dos poderes, considerou indispensável à criação de um poder moderador neutro, equilibrador [...].*¹⁵

Os conservadores indicam Benjamin Constant como base dos princípios norteadores do Poder Moderador na monarquia do Brasil, considerando-o como um poder neutro. Entretanto, é sabido que o Poder Moderador, o qual foi tão criticado por Zacarias de Góes e Vasconcellos, era na verdade uma poder que permitia ampla interferência por parte do Imperador. Assim, a retórica dos conservadores não é tão convincente neste sentido. A crítica liberal à este poder que poderia interferir na política a qualquer momento era muito mais plausível do que a tática dos conservadores em utilizar Benjamin Constant e sua “metáfora das molas”, que geraria o equilíbrio no poder político do Império.

No entanto, o que expomos acima foram as maiores críticas elaboradas pelo *Correio da Victória* nos primeiros anos da década de 70. Além da crítica às reformas, os conservadores afirmavam também que descentralização seria incompatível com a vastidão do Império. Eram estes os maiores pontos de debate dos conservadores, que, como já dissemos, não temos como contrastar com as ideias liberais na província, por falta de jornais deste período. Deste modo, só temos a visão conservadora dos fatos.

¹⁴ *Ibidem.*

¹⁵ *Correio da Victória*, nº68- 03/09/1870.

Diversos autores¹⁶ atestam que na Corte, a situação do ministério vigente já apresentava significativas mudanças. Nabuco de Araújo indica que o ministério de São Vicente “*não resistia nem às suas próprias dissensões, nem ao caráter da oposição que lhe moviam [...] A verdade é que faltou a S. Vicente energia e resolução*”.¹⁷ Na visão de Nabuco, São Vicente teve de enfrentar uma luta dupla, pois tinha contra si uma oposição liberal e, ao mesmo tempo, lutava também contra o núcleo tradicional do Partido Conservador, seu próprio grupo. Entre todas as menções, São Vicente também não fora capaz de desenvolver a lei de emancipação, e a ideia do presidente do Conselho, segundo Nabuco, seria passar o poder a Rio Branco, que naquele exato momento estava em Buenos Aires. A principal motivação do Imperador era a votação da lei de liberdade dos nascituros, uma missão que o monarca agora passaria a Rio Branco.¹⁸

A partir de 1871 na Corte, o 25º Gabinete tinha como presidente do Conselho o visconde do Rio Branco: José Maria da Silva Paranhos. Em 7 de abril de 1871, foi organizado o gabinete, que, para Nabuco, mostrava-se como um gabinete diferente por conta de sua homogeneidade. Além disso, o referido ministério ficou no poder por um longo período, pois durou até 25 de junho de 1875. As explicações para a duração do ministério de Rio Branco são enunciadas por Nabuco em tom de admiração às qualidades de Paranhos: “*Essa duração explica-se, mais que tudo pelas qualidades do chefe do gabinete para a posição a que fora chamado. [...] O Visconde do Rio Branco era em tudo o juste milieu: tinha seriedade, critério, infatigabilidade, coragem, vigor físico, pontualidade [...]*”.¹⁹ Elogios não foram poupados à Paranhos, principalmente no que se referia ao seu caráter diplomático.

Afigurava-se assim o presidente do conselho que direcionaria a aprovação da lei nº 2.040. de 28 de setembro de 1871, a *lei do ventre livre*. Neste período, nomeou-se para a província do Espírito Santo o presidente de província Francisco Ferreira Correia, que antes governava a província de Santa Catarina. Após a nomeação deste presidente, outros conservadores foram enviados à província do Espírito Santo para ocupar o cargo, como, por exemplo, Antônio Gabriel de Paula Fonseca, João Tomé da Silva, Luis Eugênio Horta Barbosa e Domingos Monteiro Peixoto.²⁰

Diante da ausência de jornais e de informações da Assembleia Provincial neste período, mas operando na tentativa de resgatar vestígios que levassem ao entendimento da dinâmica política provincial, recorre-se então aos relatórios dos presidentes de província acima citados. Entretanto, é explicitamente difícil vislumbrar disputas entre liberais e conservadores, pois, com um presidente que mantinha a mesma linha política do Legislativo da província, não havia discordância entre ambos; do outro lado, se os liberais eram contra as medidas dos presidentes, não temos suas folhas para analisar. Mesmo após a lei do Ventre Livre, parece que a emancipação ainda era um tema de grande escala na província do Espírito Santo.

¹⁶ Sérgio Buarque de Holanda também atesta os problemas do ministério de São Vicente, indicando que a posição do ministério se tornava cada dia mais precária. O autor enuncia o mesmo embate colocado por Nabuco, pois para Holanda, São Vicente estava quase isolado no gabinete, além de estar isolado dentro de seu próprio partido. HOLANDA, *O. Cit.*, p.137.

¹⁷ NABUCO, *Op. Cit.* p, 821.

¹⁸ *Ibidem*, p. 131.

¹⁹ *Ibidem*, pp. 133-34

²⁰ A referida listagem de presidentes de província segue de acordo com as indicações do Barão de Javari. JAVARI, Barão. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 3. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1979.

Primeiramente, sabemos que a província foi uma das que votaram contra a lei²¹, e em segundo lugar, por meio do relatório do presidente Francisco Ferreira Correia, percebe-se que alguns escravos articulavam-se em prol da liberdade no sul da província. Exibia em seu relatório a fatídica cena de tranqüilidade pública da província, até mesmo em tempos de eleições, mas afirma que, se houve algum transtorno, este se dera em Cachoeiro de Itapemirim no dia 21 de julho de 1871: “*No Cachoeiro de Itapemirim estava marcado o dia 21 de julho para um pronunciamento, planejado por uma associação de escravos de diferentes fazendas, no intuito de obterem a liberdade. O delegado de polícia descobriu a tempo a existência do projeto, e o fez malograr-se nada sofrendo a ordem pública.*”²²

Já o relato de Antônio Gabriel de Paula Fonseca em 1873 sobre o ano de 1872 foi um pouco mais detalhista e revelador. O presidente comenta no relatório as dissidências que surgiram entre liberais e conservadores durante as eleições, sendo que algumas paróquias tiveram sua eleição adiada. Nas palavras de Antônio Gabriel, os conflitos entre os dois partidos começaram antes mesmo das eleições de 17 de agosto, pois houve quebra de vidraças e ameaças de um dos partidos de que tumultuaria as eleições. O partido que se exaltou certamente foi o Liberal, o que gerou ordens da Corte para que Antônio Gabriel deslocasse forças policiais para as eleições, pois já previam tal “exaltação”, como denominou o presidente enquanto relata até mesmo violação de urnas por parte dos liberais.²³ João Tomé da Silva retoma o tom de calma na província, não citando nenhuma dissidência entre os grupos políticos.²⁴

A linguagem utilizada em 1874 pelo presidente Luis Eugênio Horta Barbosa volta a mostrar a província do Espírito Santo como uma localidade sem nenhum empecilho à tranqüilidade pública, motivo do qual muito se orgulhava. O ano de 1874 também conta com um outro relatório de presidente de província, escrito pelo coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, o novo chefe do Partido Conservador, sendo que este deve certamente se tratar de um presidente interino, aguardando a chegada de um novo presidente. Este relatório também se vangloria pela paz e pela ordem que se vê na província do Espírito Santo.

5.3 – Mudanças na Corte: os Conservadores e a Reforma Eleitoral

Desde a sessão de 1874, os políticos na Corte já discutiam a questão da reforma eleitoral, colocando em foco a eleição direta, o que ainda não era consolidado nas ideias de Rio Branco como presidente do Conselho de Ministros. Nabuco indica que o projeto de uma eleição direta fazia parte do programa Liberal que redigiu em 1869. Para realizar tal reforma, as apostas de Nabuco agora se direcionavam à Cotegipe, a fim de que este se pronunciasse acerca das eleições diretas.²⁵ Mas eis que as mudanças seriam ainda maiores dentro do Conselho, pois em meados de 1875, talvez insatisfeito com a política que seguia seu ministério, o visconde do Rio Branco renuncia o poder, fazendo

²¹ COSTA, Emilia Viotti. *A Abolição*. São Paulo: Unesp, 2008. p.57.

²² *Relatório do Presidente de Província do Espírito Santo*, 1871: Presidência de Francisco Ferreira Correia. p.8

²³ *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo*, 1872: Presidência Antônio Gabriel de Paula Fonseca, p.6.

²⁴ *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo*, 1873: Presidência de João Tomé da Silva. p.4. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/262/000004.html>.

²⁵ NABUCO, *Op. Cit.*, p. 824.

com que Caxias fosse chamado para formar um novo ministério, o qual contaria também com a participação de Cotegipe.²⁶

Continuando a seguir os relatos da vida de Nabuco, o novo Gabinete não mostrou ser uma continuação da política de Paranhos: “*a verdade é que o ministério Rio Branco foi expressão fiel da monarquia brasileira, das ideias, tendências, preconceitos e aspirações do Imperador. [...] Como o Imperador, aquele ministério mostra-se patriota (questão argentina); anticlerical questão religiosa (processo dos bispos); anti-escravagista (lei de 28 de setembro de 1871[...])*”²⁷, entre outros atrativos. Na província do Espírito Santo, entre um artigo e outro, o jornal *O Espírito-Santense* também é nostálgico com relação ao gabinete anterior. Basílio Daemon elogia com intensidade o ministério de Rio Branco, publicando uma biografia de Paranhos e suas conquistas durante sua história de vida.²⁸

No entanto, política no Gabinete Caxias-Cotegipe parecia vir exatamente para “*cicatriz*” algumas questões levantadas por Rio Branco, como, por exemplo, o embate com a Igreja, a retomada do diálogo com os donos de grandes propriedades a partir do auxílio à lavoura, além de cobrir as fissuras criadas dentro do próprio grupo conservador.

5.4 – Mudanças na Província: Dissidências no Partido Conservador

Em meados de 1870, a liderança do partido que pertencia à Dionísio Rosendo, passou para as mãos de outro coronel: Manoel Coutinho Mascarenhas. Apesar disso, em nenhum momento se tem informações sobre as razões da saída de Dionísio. Já em um discurso proferido pelo deputado conservador Domingos Vicente Gonçalves na Assembleia Provincial, parece-nos que alguns indícios levam a crer que foi em 1872 que o Partido Conservador se viu dividido, o que culminou na troca de seu líder, o que vale a longa citação abaixo:

Deputado Domingos Vicente: Sabem todos, tenho repetido muitas vezes, e não venho dizer uma novidade, que sou conservador. Desde os primeiros dias que me envolvi em política abracei estas idéias; desde que tive que exercer ato político, como cidadão eu segui este velho que se senta à minha esquerda, (mostrando) e a quem sempre reconheci como chefe.

Nesta qualidade prestei-lhe sempre toda consideração e toda obediência política. Militei portanto nas fileiras deste partido. Em 1872, houve uma cisão, que lamento, e eu fui um dos que ficarão ao lado do nobre deputado a quem me tenho referido, pugnando pela autonomia deste grande partido. De 1872 até 1876, não só nesta casa, como fora dela eu estive em oposição, na qual me acompanharão os meus amigos políticos residentes na localidade onde moro. Em agosto ou setembro de 1875, antes da época eleitoral, um deputado que está ausente, e que também é 1º vice-presidente da província, e a que me unem laços de parentesco espiritual, porque sou

²⁶ Para Joaquim Nabuco, a inserção do novo ministério visava assegurar a passagem da lei do terço, assim como outrora Rio Branco fora chamado para dar base à lei do Ventre livre. NABUCO, *Op. Cit.*, p.825.

²⁷ NABUCO, *Op. Cit.*, p. 828-829.

²⁸ José Murilo de Carvalho trata destas questões quando menciona o “divorcio entre o rei e os barões”, e a as consequências da Lei do Ventre Livre. CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/ Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 322.

*compadre dele, dirigiu-se à minha casa e pediu-me o meu discurso, declarando ser o chefe do partido conservador. Prometi acompanhá-lo, e fazer em seu favor e do partido que ele ia unir tudo quanto me fosse possível, afim de que ele saísse triunfante do pleito e pudesse cantar a vitória. O que prometi fiz com lealdade, com dedicação, mas foi uma infelicidade para mim; desde esse dia nunca mais esse deputado de que falei, me procurou para dizer-me qual a marcha que seguia a política que prometeu dirigir, qual o ponto a que se dirigia esta política que lhe deu a importante posição de Coronel da Guarda nacional, de 1º Vice-Presidente e outras. Esse deputado nunca mais procurou-me para expor o estado da política que lhe deu importantes posições. Eu não quero censurá-lo por isto, quero apenas referir os fatos para mostrar como da oposição passei a ser governista. Sr. Presidente, depois daquele dia a que me referi, nunca mais ouvi uma palavra desse homem, sobre política. Vindo para esta casa, onde não o encontrei, com franqueza que não me é própria, quando ele tomou assento, eu disse ao 1º Vice-Presidente desta província, também deputado, que tínhamos necessidade de fazer economias, e que uma delas era a supressão do lugar de Diretor do Atheneu, do qual disse querer exonerar-se, e mais, achar necessário.*²⁹

O relato de Domingos Vicente parecia denunciar a diferença sobre o comportamento de Dionísio Rozendo, que antes havia pedido seu apoio político, e depois não mais o procurou. O início da citação deixa explícito que em 1872 houve um rompimento dentro do partido conservador, mas não nos diz os motivos. Havia dois lados a serem seguidos: Dionísio ou Mascarenhas, e foi ao lado de coronel Mascarenhas que o deputado Domingos Vicente decidiu ficar. Melhor dizendo, Dionísio parece ter sido excluído do Partido Conservador, pois na legislatura na qual se encontra este relato, o ex-chefe conservador chega a se eleger deputado provincial, mas foi tirado do cargo que ocupava na comissão de Instrução Pública e depois disso, não voltou mais à Assembleia. Domingos Vicente reclama novamente: “*abandonou a casa e senti mesmo frialdade nas relações comigo*”.³⁰

O descaso de Dionísio fez aumentar ainda mais a distância com seu grupo. O grupo do qual um dia fora o líder. Não satisfeito com as atitudes do homem que pensava ser seu amigo e companheiro político, o deputado Domingos Vicente enfatiza: “*Infelizmente, Sr. Presidente, aqui nesta Assembléia cheguei a reconhecer que esse deputado não tinha essa influência, esse prestígio que lhe atribui o nobre 2º secretário, para dirigir um partido*”.³¹ Assim, se redeseenhava o novo Partido Conservador que atuava desde 1872 com um novo líder. As notícias que se tem de Dionísio Resendo em 1874 indicam que o político já estava aposentado, e, aliás, se aposentou com uma quantia exorbitante.

As denúncias apontam que no momento em que ocupou a presidência da província interinamente, Dionísio fez com que a Assembleia aprovasse um aumento retroativo em sua aposentaria no valor de 200 mil réis. As acusações de abuso dessas aposentadorias que sobrecarregavam os cofres públicos foram expostas por Misael Ferreira Pena em um folheto escrito exatamente em 1874. Dionísio Resendo e mais oito

²⁹ ESPÍRITO SANTO, *Annais da Assembleia Legislativa Provincial de 1877*. p.217.

³⁰ *Ibidem*. (Grifos nossos).

³¹ *Idem*.

ex-ocupantes de cargos públicos tornaram-se alvo do panfleto denominado “*O Livro Negro, Memórias escriptas a lápis pelo doido- O Philemon- Para serem publicadas quando o seu autor convencer-se da fraqueza da eloquência dos homens bons e do poder das cousas serias*”.³² Deste modo, Misael Ferreira Pena utilizava o pseudônimo de *Philemon* para criticar Dionísio Resendo, chegando a ser irônico, dizendo que, como o mesmo estava ocupando o cargo de presidente, “*não lhe ficava muito legal ele mesmo dar sanção própria ao presente de compadre, com que a Exma. Comadre Assembleia o mimoseava*”.³³

Assim parece que em 1874, Resendo já não gozava do grandioso prestígio que manteve por anos, chegando a perder a posição de líder do partido que chefiou desde sua criação. Neste ano, a dinâmica política ainda é marcada pela direção conservadora, e as lutas políticas agora se tornam mais evidentes. Para exemplificar o ataque conservador contra os liberais, dispomos do periódico *O Espírito-Santense*. O referido periódico iniciou sua publicação desde 1870, era publicado na Tipografia do Espírito Santense, sempre defendendo a política conservadora.

O *Espírito-Santense* passou pelas mãos de José Marcellino Pereira de Vascellos e Manoel Coutinho Mascarenhas, sendo o órgão oficial da província. Sua tipografia era utilizada até mesmo para publicar os relatórios presidenciais acima citados. No entanto, foi feita a leitura do jornal desde os primeiros números encontrados, mas não se encontra nos anos anteriores a 1874 uma discussão política tão intensa no jornal como neste ano. A política aparece pouco nos anos de 1872 e 1873, as notícias são mais centradas em mensagens vindas da Corte, informações oficiais, sendo publicado duas vezes na semana.

O ano de 1874, que corresponde ao ano IV na coleção do periódico, representou uma grande diferença para o jornal, pois muda-se novamente de proprietário, que agora era nada mais, nada menos do que o fervoroso conservador Basílio de Carvalho Daemon. Com a mudança do proprietário e redator, até mesmo as dimensões do jornal foram ampliadas e as assinaturas abaixaram o preço.³⁴ O jornal levanta o tom da discussão política, e se bem conhecemos nosso redator, o alvo seria não só os liberais da província, mas também os da Corte. E foi exatamente o que aconteceu, pois Daemon procurou em todos os momentos bater de frente com o jornal *A Reforma*, o qual continuou a ser publicado até o final da década de 70:

*Na Reforma do dia 8 do corrente, o correspondente desta capital para aquele jornal, escreveu o seu respectivo, tomando para ponto de partida a retirada do Exm. Sr. Dr. Horta Barbosa a tomar assento na Assembléa Geral, e daí principiou a ferir, não só aquele presidente, como os Exm. Srs. Ministro da agricultura e o Coronel Mascarenhas, que se acha na administração da província.*³⁵

³²O folheto mencionado encontra-se compilado junto a outros escritos avulsos na Biblioteca Nacional, não sendo os demais panfletos sobre a província do Espírito Santo. BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Obras Raras. Documento II-73-6-13, nº6. “*O Livro Negro, Memórias escriptas a lápis pelo doido- O Philemon- Para serem publicadas quando o seu autor convencer-se da fraqueza da eloquência dos homens bons e do poder das cousas serias*”. Vitória, 1874. Pseudônimo de Misael Ferreira Pena.

³³ *Ibidem*.

³⁴ PEREIRA, Amâncio. “História da Imprensa Capixaba”. *Revista do IHGES* nº 3, 1922.

³⁵ *O Espírito-Santense*, nº369- 16/05/1874.

Ou seja, agora o Espírito Santo teria um correspondente no jornal *A Reforma*, e, por meio deste, a Corte passava a saber das críticas liberais com relação aos atos da administração conservadora. Neste mesmo número do jornal, Daemon confirma o novo nome do chefe dos conservadores: Manoel Coutinho Mascarenhas no lugar de Rosendo. Outra situação que fica muito evidente na linguagem do *Espírito-Santense* é a de que os liberais estavam definitivamente divididos. O publicista não chega a mencionar a oposição entre *republicanos* e *liberais*, mas demonstra que, ao mesmo tempo em que estão lados adversos, unem-se para combater os conservadores no poder: “[...] *Se por um acaso, próprio nas nações monárquicas constitucionais representativas, subisse ao poder um dos dois lados políticos que combatem a presente situação, perguntamos nós-qual a posição que tomaria um dos dois lados adversos, unidos nos combatem, quanto a si próprios? Ligar-se ião formando um só partido, renegando suas antigas crenças?*”³⁶

Certamente a indagação de Basílio Daemon era interessante. Se o objetivo era retirar os conservadores do poder, quem assumiria, se tínhamos neste momento um jogo político dos liberais divididos entre o Centro comandado por Nabuco, e seus dissidentes mais radicais que agora já se tornam republicanos? Mas as críticas ao jornal *A Reforma* eram realmente o ponto principal do periódico. Para os conservadores, o correspondente mandava calúnias para serem publicadas na Corte, e o mais interessante foi que, inicialmente, o referido correspondente não é identificado pelos conservadores, pois o mesmo não assinava suas correspondências emitidas para *A Reforma*. Entretanto, em 24 de setembro daquele ano, Manoel Godolfredo de Alencar, um dos que mais se sentia prejudicados com os escritos publicados na Corte, agora dá nome à seus “caluniadores”:

A Pedidos

O Bacharel Manoel Godolfredo de Alencar, ao público.

*Acaba de chegar ao meu conhecimento que o esquivador das ridículas correspondências desta província para A Reforma, na Corte, é um Sr. Alpheu Adolfo, mancomunado com um outro Sr. Horta de Araújo, que não faz mais que pensar em águas turvas.*³⁷

Novamente, encontra-se mais uma acusação sobre o periódico *A Reforma*, agora, mencionando Manoel Mascarenhas, o atual chefe conservador:

O Exm^o. Sr. Coronel Mascarenhas e A Reforma da Corte.

*“A mentira é a mais desagradante das objeções, a que pode cair a imprensa. [...] Estas pequenas reflexões, que aí deixamos alinhadas, saíram-nos ao correr da pena, quando lemos um arbitrário artigo, estampado nas colunas editoriais do n^o20 da Reforma de 18 do corrente, a respeito de fatos atribuídos ao nosso respeitável e muito estimado amigo, o Exm^o. Sr. Coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, que atualmente ocupa a cadeira presidencial desta província.”*³⁸

As denúncias feitas na *Reforma* exibiam a forte influência que Mascarenhas estaria exercendo como presidente interino, como por exemplo, a pressão e demissão em meio aos cargos públicos na província, assim como interferência nas eleições. Alfeu

³⁶ *O Espírito-Santense*, n^o381- 13/06/1874.

³⁷ *O Espírito-Santense*, n^o 425- 24/09/1874.

³⁸ *O Espírito-Santense*, n^o 426- 26/09/1874.

Monjardim também explicita no jornal da Corte o motivo que o leva a pedir a publicação naquele periódico, que seria a negação por parte do único jornal vigente naquele momento, *O Espírito-Santense*, em dar voz aos artigos da oposição. Era evidente que os artigos contra os conservadores seriam recusados em um jornal que funcionava como órgão do partido. Já o *Espírito-Santense* defende-se da acusação, dizendo que Alfeu Monjardim nunca havia levado nenhuma publicação para aquela tipografia. Como poderiam aceitar artigos de um membro liberal o jornal que publicava frases como: “*Liberais, capangas da politqueira*”, ou então “*máscaras abaixo senhores da Reforma*”.³⁹

5.4.1 – Abaixo o republicanismo!

O periódico *O Espírito-Santense* torna-se naquele contexto um verdadeiro detonador de críticas, as quais não eram somente aos indivíduos pertencentes ao Partido Liberal, mas também ao conceito de liberalismo, indicando até mesmo quais seriam os limites da liberalidade:

*A liberalidade é uma virtude moral que sabe despender as riquezas em bom uso.[...] O liberal não dá para receber, recebendo para dar, dá no mesmo tempo que recebe. [...] Dar com excessos é extinguir a liberdade, o muito óleo apaga a luz; conserva-se esta virtude com efusão moderada; dar pouco a pouco, em diversos tempos, é saborear o gosto de dar. Não é bom fechar a área de sorte que se não possa abrir; nem convém abri-la de maneira que não se torne a fechar.*⁴⁰

Era assim que Basílio Daemon via a *liberdade*, como algo que deveria ser permitido pouco a pouco, como a posição dos conservadores com relação às reformas, ou mesmo sobre a abolição do elemento servil. Quando utiliza a retórica com palavras opostas como “fechar” ou “abrir”, o redator quer necessariamente falar sobre os excessos que não podem ser permitidos; excesso este que, na visão dos conservadores, era muito inerente aos liberais. O conservador ainda completa seu discurso: “*A liberdade é um estado natural, no qual tem o homem todos os movimentos da sua vontade, independentes e livres*”.⁴¹ Em suma, o jornal explicitava: liberdade em excesso não faria bem à política do país.

Após as especificações sobre a liberdade, o jornal volta-se agora para a crítica aos republicanos, fazendo até mesmo trocadilhos. Em vez de tratar de uma “república”, *O Espírito-Santense* critica e ironiza um governo chamado “ralé-pública”:

*[...] Que bela gente são estes republicanos?! E há ainda quem acredite que medrará no Brasil tal utopia?! Depois lições das repúblicas cisplatinas, das guerras de Espanha, França e do Prata, e da limpeza de mãos do governo dos Estados Unidos como é público nos jornais, só loucos pensarão em tal!!...*⁴²

³⁹ *O Espírito-Santense*, n° 432- 10/10/1874.

⁴⁰ *O Espírito-Santense*, n°6- 14/01/1875.

⁴¹ *O Espírito-Santense*, n°6- 14/01/1875.

⁴² *O Espírito-Santense*, n°6- 14/01/1875.

Os republicanos são acusados pelos conservadores de usurparem o nome de *liberais* para que recebessem mais aceitação do público e obtivessem mais aceitação no cenário político do Império. Entretanto, a crítica conservadora é severa: “*A formação do Partido Republicano neste Império é uma empresa verdadeiramente quimérica. Basta observar as tendências do nosso povo e o caráter dos homens que se acham à testa deste partido, para compreender-se a verdade do nosso asserto*”.⁴³

É interessante ressaltar que o Partido Republicano ainda não havia sido criado no Espírito Santo, embora a intenção de denegrir a imagem dos contestadores do regime monárquico era ponto de pauta do *Espírito-Santense*. Em outras palavras, na visão dos conservadores, prevenir parecia melhor do que remediar. Os republicanos são encarados pelos conservadores como indivíduos que estariam, na verdade, apenas se intrometendo nos problemas políticos do Império, e por meio dessas intervenções, acabavam dando “*mil opiniões disparatadas*”⁴⁴ Os contestadores, deste modo, assolavam a política monárquica com suas opiniões e ideias incoerentes à nação, e chega-se a mencionar a denominação de “*revolucionários*”, homens que usurpavam o nome dos *liberais* e que tinham apenas a finalidade de satisfazer seus desejos individuais; na visão do jornal, a luta pela prosperidade do povo seria apenas uma forma de ostentação, uma propaganda política: “*Desde que vai surtindo efeito esse meio tão cômodo de arranjar a vida, não há razão para que cesse de todo o ardor republicano. Eles se compenetraram perfeitamente daquele ditado popular: Quem não grita, não mama. Entre nós não tenha dúvidas, uma das industrias mais lucrativas é o republicanismo*”.⁴⁵

Assim era a visão sobre as ideias republicanas dentro da província do Espírito Santo, uma política sempre assistida com maus olhos. Se ali não se vira surgir uma pequena faísca dos *liberais radicais* em 1869, nem mesmo uma suave simpatia por parte dos próprios liberais, a repulsa ao republicanismo torna-se ainda mais compreensível por parte dos conservadores. O fato é que, por meio da relutância dos dois partidos, talvez se explique a letargia com relação à propaganda republicana na província. Basílio Daemon poderia, por meio de seu jornal, estar criticando dois grupos opostos ao partido que defendia. Todavia, em solo espírito-santense, por enquanto só havia um inimigo: o Partido Liberal.

5.5 – No Palácio, a Voz dos Conservadores da Província

Os conservadores dominaram a política imperial de 1868 até o ano de 1878 e, conseqüentemente, a província seguiu as mesmas direções. Desta forma, neste ínterim podemos afirmar a formação de diversas legislaturas conservadoras na Assembleia Provincial. No entanto, não é possível analisar todos os debates que ocorreram neste período, pois não existem *anais* para todas as legislaturas a partir de 1870, e nem mesmo utilizando as atas das sessões foi possível analisar os discursos dos deputados provinciais, visto que este tipo de documentação, por um ser um tanto quanto mais burocrática e prática, não trás consigo os debates e diálogos detalhados, mas apenas a pauta de discussões do dia, a chamada dos deputados e outros trâmites que eram de costume.

Dentre os documentos que nos demonstram discursos de deputados conservadores, foram encontrados os *anais* de 1876 e 1877. Por meio deste biênio

⁴³ *O Espírito-Santense*, nº 53- 02/05/1876.

⁴⁴ *O Espírito-Santense*, nº 53- 02/05/1876.

⁴⁵ *O Espírito-Santense*, nº 53- 02/05/1876.

almeja-se levantar características da linguagem conservadora no Legislativo da província, demonstrando quais eram suas preocupações, seus principais pontos de debate e se demonstravam um projeto político partidário. A seguir, o perfil dos deputados eleitos para os anos de 1876 e 1877:

PERFIL DOS DEPUTADOS PROVINCIAIS

1876-1877

Deputado	Nascimento	Data	Educação	Ocupação	Formação	Comendas e Títulos	Cargo Público
Tito da Silva Machado	BA		Superior	Advogado Redator	Direito	Ordem da Rosa	Juíz Municipal Inspetor da Tesouraria Professor
José Alves da Cunha Bastos				Tenente-Coronel	Militar		
Antônio Joaquim Rodrigues			Superior				
Domingos Vicente Gonçalves de Souza		1842		Fazendeiro Major	Militar	Ordem da Rosa	Juiz de Paz Inspetor da Repartição Financeira
Manoel Ferreira de Paiva				Coronel	Militar		
João Nepomuceno Gomes Bittencourt	ES	1807		Coronel	Militar		
Aristides Brasileiro de Barcelos Freire	ES	1843					Professor Membro do Conselho Fiscal Promotor
Matheus Gomes da Cunha				Fazendeiro			
Dionísio Álvaro Resendo				Coronel	Militar		
Aires Loureiro de Albuquerque e Tovar	ES	1836		Capitão	Militar		
Antônio Pereira Pinto Júnior	RJ	1819	Superior		Direito		

Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas	ES	1835		Coronel	Militar	Ordem da Rosa	
Emílio da Silva Coutinho	ES	1840	Superior	Comerciante/ Coronel/ Fazendeiro	Humanidades		Tesoureiro Provincial
Joaquim Vicente Pereira							
Raulino Francisco de Oliveira			Superior		Medicina		
Manoel Leite de Novaes e Mello							
Francisco José Gonçalves				Alferes	Militar		
José Pinto Homem de Azevedo				Alferes	Militar		
João Antônio Pessoa Junior				Capitão	Militar		
Henrique Gonçalves Laranja				Fazendeiro Capitão	Militar		

Fonte: PEREIRA, Heráclito Amâncio. *Homens e Causas do Espírito Santo*. Vitória: Sociedade Artes Gráficas, 1914; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. 7 vs Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. (1827-1903).

Assim como as demais análises prosopográficas, a tabela acima também sofre da falta de dados e documentos sobre origem, formação e data de nascimento dos deputados. No caso de alguns nomes, nenhuma informação sequer foi encontrada. Dos dados obtidos, percebe-se que o grupo é bastante homogêneo em termos de origem; a maioria havia nascido na província. Sobre a idade dos ocupantes da Assembleia, esta é uma característica bem variada, pois existem deputados nascidos na década de 30 e de 40, e, ao mesmo tempo, um deputado nascido em 1819. Da mesma forma que Monjardim se tornava o mais velho da legislatura de 1869, no biênio de 1876 temos João Nepomuceno Gomes Bittencout, o barão de Itapemirim como o mais antigo dos deputados em idade e em política.

Assim como barão, a maioria dos deputados também fazia parte dos proprietários de terra da província ou eram militares. Alguns nomes que se sobressaem em termos de educação e ocupação seriam Tito Machado, advogado formado pela

faculdade de Recife, nascido na Bahia, que por sua vez, faz parte da *elite intelectual* que afirmamos ter adentrado a província após 1860, e que agora já ocupava um cargo político; e Antônio Pereira Pinto, que, se lembrarmos, se tornou o estopim da política da província com a propaganda de sua candidatura com deputado geral por meio do periódico *A Liga*, em 1860. Foi Antônio Pereira Pinto o primeiro a erguer oposição contra o coronel Francisco Monjardim, e agora participava da Assembleia Provincial do Espírito Santo.

Apenas alguns destes deputados assumiram cargos públicos, e muitas vezes temos um mesmo deputado com vários cargos. Não falamos de uma só pessoa acumulando empregos públicos, mas sim, do fato que alguns deputados assumiram mais de um cargo público durante sua trajetória. Assim, composta por militares, comerciantes, fazendeiros, advogados e médicos, estava formada a legislatura que antecederia a volta dos liberais em 1878. Quais eram as preocupações dos conservadores na tribuna provincial?

5.5.1 – A assembleia conservadora contra o Executivo

Enquanto no jornal conservador as ideias partidárias fervilhavam, na Assembleia Provincial os deputados da legislatura de 1876/77 estavam muito mais interessados em discutir sobre imigrantes, fixação de limites, fiscalização de impostos, etc. Outra diferença quando comparada à legislatura liberal de 1868 e 1869 seria a própria forma de elocução dos parlamentares. Antes do início das falas, geralmente os deputados pedem desculpas aos colegas mais “instruídos”, por não saberem falar bem em público. Isso se dava pelo fato de muitos dos deputados ali presentes serem fazendeiros que assumiam pela primeira vez a cadeira de deputado provincial.

Os deputados agora ocupavam o *palácio das ideias* com discursos não tão ricos em termos de retórica e recursos linguísticos como na época dos liberais. O contexto condizia com a prática, pois em 1869 os discursos na Assembleia se voltavam para uma tentativa de denúncia de marginalização política. Já em 1876 e 1877, a situação dos conservadores estava equilibrada, não havendo motivos para debates deste tipo. Quando se encontra nos *anais* alguma discussão que envolve o nome do partido, quase sempre são falas que tentam elevar o nome dos conservadores, como, por exemplo: “*Deputado Domingos Vicente: Como político sirvo o meu partido, hei de servi-lo como puder, com dedicação e zelo, como político (sou franco) subscrevo-me aos meus atos com moderação, e imito aos meus adversários atuais que não procedem diversamente de nós quando no poder, imito aos conservadores que estão afastados do partido*”.⁴⁶

No entanto, se não denunciavam a marginalização política, já que esta não era a situação do grupo, os conservadores tiveram um momento de acusação intensa, e que, por incrível que pareça, não fora contra os membros do Partido Liberal, mas contra o presidente de província nomeado para o Espírito Santo em janeiro de 1877. Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama é citado por Terezinha Bichara⁴⁷ como um presidente de província ligado ao Partido Liberal, mas deve-se deixar claro que nenhuma informação oficial fora encontrada sobre a posição política de Nogueira da Gama. Todavia, nomeado em 1876 pelo ministério de Cotegipe, o qual consideramos

⁴⁶ ESPÍRITO SANTO, *Anais*; 06/08/77. p.35.

⁴⁷ BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889*. Vitória: Leoprint, 1985. p. 244.

conservador, a indicação de um liberal para governar a província pode parecer um pouco incoerente, mas não impossível.

Durante o ano de 1877 e sob a administração do referido presidente ocorreu então um grande atrito entre aquele e os deputados de maioria conservadora. A crítica às intervenções do Executivo que sempre foram prática dos liberais agora passou a fazer parte do discurso conservador. O principal embate se deu por conta da demissão do juiz municipal Epiphânio Werres Domingues da Silva.

Durante as sessões da Assembleia Provincial, foram muitas as denúncias contra o juiz, como, por exemplo, as seguintes acusações feitas pelo deputado Tito Machado:

Sabe a Casa que um processo de responsabilidade foi instaurado contra o juiz municipal deste Termo o bacharel Werres, pelo modo arbitrário, pelo qual, excedendo de suas atribuições invadiu a cadeia desta capital, e nela penetrando entre as oito e as nove horas da noite, (não preciso bem a hora) daí tirou um seu escravo que havia sido preso, sem atender ao próprio delegado de polícia, sem atender a pessoa alguma, e sem lembrar-se que como juiz municipal, ele nada tinha que ver com a cadeia.⁴⁸

A revolta do deputado estava no fato de que mesmo após o episódio o juiz Werres ainda continuava no cargo, sendo que nenhum deputado na Assembleia sabia de fato que havia acontecido com processo relacionado às arbitrariedades do juiz. Tito Machado resolve contar mais fatos que envolviam o nome de Werres, relatando os acontecimentos de Misael Ferreira Pena, inimigo político do juiz por conta dos escritos contra o mesmo. De acordo com o deputado, o juiz teria tentado atrapalhar o casamento de Misael, de modo que pediu uma prestação de contas do tutor da noiva, o reverendo José Gomes de Azambuja Meirelles. O juiz permaneceu com a ideia de não fornecer a licença necessária para que os noivos se casassem, e foi então que, com a ajuda de algumas pessoas próximas, parentes, do tutor e do próprio Tito Machado, resolveram realizar o casamento às 7 horas da manhã na Igreja da Misericórdia. Logo que acordou, as notícias chegaram ao juiz que, por volta de meio dia, chamou alguns soldados e com muita violência, teria levado Padre Azambuja preso.

Deste modo, Tito Machado assumiu a defesa do padre, pedindo seu *habeas-corpus*, que fora aceito. Entretanto, segundo o deputado, no próprio documento constava a violência que se lançou mão no momento da prisão do padre, mesmo com todo o clamor público que cercou o caso.⁴⁹ Outras denúncias ainda foram feitas, mas o principal fato é que, mesmo após a interpretação do Ato Adicional sobre o julgamento e demissão de magistrados, a Assembleia se colocou no direito de julgar Epiphânio Werres, visto que nada foi feito com relação às atrocidades do juiz. Assim, os deputados formalizaram a demissão do juiz municipal, que enviada ao Poder Executivo, foi imediatamente contestada, colocando o juiz novamente em suas funções.⁵⁰

Assim, Legislativo e Executivo enfrentaram-se em 1877 na província do Espírito Santo, pois, diante da “afrota”, os deputados resolvem revidar, negando a votação do orçamento provincial. O presidente de província Nogueira da Gama exigiu que se prorrogassem as sessões daquele ano, entretanto, a lei do orçamento continuou não

⁴⁸ ESPÍRITO SANTO, *Annais*;.... 07/05/1877.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ BICHARA, *Op. Cit.*, p. 244.

sendo colocada na ordem do dia. Por fim, o presidente convoca uma sessão extraordinária em 23 de junho de 1877, a qual os deputados se negaram a comparecer, já que foram realizadas 20 sessões preparatórias, que, por falta de *quorum*, acabam não ocorrendo. Neste clima de enfrentamento, somente no dia 25 de julho, quando Nogueira da Gama deixa a província, momento no qual o vice Manoel Ferreira Paiva ocupou o cargo, os deputados resolvem então votar a lei do orçamento.

Na imprensa, o conservador *Espírito-Santense* agora tem um opositor, o jornal *Opinião Liberal*⁵¹, dirigido por Francisco Urbano de Vasconcellos. O periódico era publicado uma vez na semana, e sua assinatura custava 10\$000 ao ano e 5\$000 o semestre. Afirmando ser o órgão oficial do Partido Liberal na província “*Sustenta as idéias do partido liberal desta província de que é órgão legítimo, tendo empenho de levantar o elemento popular do abatimento em que está, e de restabelecer o regime da execução das leis*”, a *Opinião Liberal* discutia de forma feroz com *O Espírito-Santense*, denominando-a de folha “semi-oficial”, mentirosa, e arbitrária.⁵²

No intuito de reagir aos ataques liberais, *O Espírito-Santense* revidava os nomes pejorativos que ganhava do jornal liberal.

Retrospecto Político

*É de suma intuição o provarmos que o órgão liberal que tanto apregoa as liberdades públicas fica confundido pelos atos cometidos durante o domínio liberal-progressista nesta província. É de necessidade que esse calamitoso passado seja denunciado à face de todos, para que as ilações tiradas pela Opinião Liberal, não passem sem resposta pronta e baseada em fatos do mui recente data. Quem não sabe o que sofreram os conservadores durante esse malfadado domínio progressista [...].*⁵³

Depois de resgatar nos *liberais exaltados* a origem das ideias e reformas inadequadas dos liberais, os conservadores agora voltam ao início da década de 1860, período dominado pela *liga progressista*, e que também fora muito criticado pelo mesmo redator, Basílio Daemon, na época na qual escrevia o periódico *O Estandarte*. Relembrar a má direção do gabinete de Zacarias de Góes e as “perseguições” sofridas pelos conservadores agora era o ponto principal do jornal. Mas na política nada fica sem resposta:

*O Espírito-Santense, que prometeu manter-se em atitude condigna, é o primeiro a provocar-nos em estilo insólito e grosseiro removendo as cinzas do passado: e para que não se diga que ficamos indefenso em falta de dados, vamos hoje esmagá-lo ante um quadro tão constrictador sem que para isso desçamos na esteira destes insultos. Vamos reviver as cenas condenáveis de outros tempos e provar que o partido- conservador- tem sido sempre o partido do- arrocho; [...]Quereis saber o passado desse partido cheio de misérias! Cheio de opressão e cheio de lágrimas, lede e horrorizai-vos!*⁵⁴

⁵¹ Na verdade, o referido periódico foi criado em 5 de outubro de 1876, mas, em razão da falta de fontes, mencionamos o único número existente para pesquisa, escrito em 1877.

⁵² *Opinião Liberal*, nº5- 11/02/1877.

⁵³ *O Espírito-Santense*, nº11- 25/01/1877.

⁵⁴ *Opinião Liberal*, nº5- 11/02/1877.

A partir daí, o jornal liberal passa a manifestar atos considerados arbitrários promovidos pelo Partido Conservador após a queda do gabinete progressista. A primeira acusação era óbvia: 1868 fora um golpe de Estado. Nas outras críticas constam inúmeros assaltos à casa de cidadãos durante eleições naquele período, além da demissão do administrador da recebedoria. Alegam ainda que Barcellos Freire e o próprio Basílio Daemon foram admitidos na Assembleia Provincial com documentação incompatível com as leis do Império.

Relembrem também a eleição de 1872 como uma eleição feita com uma grande aparato bélico. Acusam o capitão Henrique Laranja pela prisão de muitos votantes, assim como teria feito um cercamento de urna na vila da Serra. E, entre tantas informações, o jornal ainda afirma ironicamente que foi no domínio conservador que o *Filemon* escreveu o Livro Negro, descrevendo a “biografia” dos homens do próprio Partido Conservador, os quais viviam dos cofres públicos. Por fim, ameaçam: “*Daremos ainda a publicidade a interessante poesia aos –nubentes- e outras coisinhas mais- se o professorzinho conservador continuar a provocar-nos: e em falta de dados recorreremos ao livro- Negro- por ser escrito de correligionário*”.⁵⁵

As ameaças foram feitas e, por meio da leitura do jornal conservador, a troca de farpas parece ter cessado pelo menos em certa medida, e, além disso, o contexto político já ia se modificando com a proximidade de 1878. A inexistência de outros números da *Opinião Liberal* faz com que não se possa prosseguir com o diálogo entre as duas folhas. Mas, é interessante ao menos demonstrar o conflito entre conservadores e liberais sendo reiniciado em 1877 por meio da imprensa política. A voz liberal, que parecia ter se calado, agora dava indícios de que havia reagido e que, na verdade, nunca perdera as forças, mesmo durante o ostracismo. Na maioria das vezes, quem volta de uma derrota retorna ao combate com uma força ainda maior para combater seu inimigo. O domínio conservador estava por um fio.

5.6 – Dez Anos Depois: a Volta do Sonho Liberal

No fim da década de 1870, as contestações às instituições do sistema imperial se acentuavam cada vez mais. O Imperador havia deixado Caxias na presidência do Conselho ao viajar para a Europa, mas, em 1877, ao retornar, depara-se com um Caxias adoentado e pedindo afastamento do ministério. A discussão sobre a reforma eleitoral e o sistema representativo continuavam, o que fez com Pedro II pensasse que talvez fosse a hora certa de retirar os liberais do “exílio político”, trazendo-os novamente ao poder dez anos depois. João Lins Vieira Cansação de Sinimbu foi chamado então para formar o novo gabinete, assumindo-o em 5 de janeiro de 1878.⁵⁶ De acordo com José Murilo de Carvalho, a opção pelos liberais novamente no poder se deu pelo fato de terem sido eles os primeiros a colocar em pauta a questão da eleição direta, um projeto que, naquele momento, já interessava tanto aos liberais, como também aos conservadores.⁵⁷ Diante da necessidade de assegurar a aprovação da lei da eleição direta no Parlamento, o

⁵⁵ *Opinião Liberal*, nº5- 11/02/1877.

⁵⁶ JAVARI, *Op. Cit.*, p.177

⁵⁷ Neste momento, a inversão política não teria sido um problema como em 1868, e os dois partidos tinham interesse na reforma eleitoral: CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 180. O programa do novo gabinete também aponta a reforma eleitoral como “interesse geral” e não de um só partido: JAVARI, *Op. Cit.*, p.177.

ministério que entrava em 1878 dissolveu a Câmara de maioria conservadora para que se formasse uma que contasse com liberais em sua totalidade.⁵⁸

Pelas mãos do editor Benedito Ferreira de Carvalho, surge na capital da província, em meio a esta ressurreição liberal, o jornal *A Actualidade*, o qual se dizia órgão do Partido Liberal na província. A notícia do retorno liberal foi dada com grande intensidade: “*Caiu o partido conservador! Quando depois de longos sofrimentos originados por esta política de mistificações e imoralidades, que nestes últimos tempos de vergonhosa memória, acarretou-nos o descrédito no estrangeiro e a corrupção do Norte ao Sul do Império [...]. Tal o quadro esperançoso que anima os bons brasileiros-a ascensão do partido liberal.*”⁵⁹

Enquanto isso, no *Espírito-Santense*, o redator alertava o Partido Conservador para que continuasse defendendo os interesses da pátria: “*É necessário que esta nação não durma o sono da indiferença; que o partido conservador, forte e unido, apesar do ostracismo, se levante como um só homem para cuidar dos interesses da pátria, ludibriado pelo partido liberal, que promete muito quando está for do poder, o quando nele nada mais faz que cuidar do homem próprio em particular*”.⁶⁰

Somente em abril de 1878, Afonso Peixoto de Abreu e Lima deixa o cargo de presidente da província do Espírito Santo, sendo nomeado o novo chefe do Executivo: Manuel da Silva Mafra.⁶¹ Contudo, a inversão partidária provocou grande tumulto na província desde o mês de fevereiro. O longo relato que será citado abaixo faz parte das informações dadas por Basílio de Carvalho Daemon em sua obra *História Cronológica do Espírito Santo*, ou seja, novamente devemos chamar a atenção do leitor para o fato de que, escrito por um conservador, o relato tem a tônica que demonstra somente a visão do autor diante dos fatos. O episódio se refere à “invasão” da Assembleia Provincial por parte dos liberais em 26 de fevereiro de 1878:

Neste ano, a 26 de Fevereiro, dá-se nesta capital, com pasmo de todo o país, um fato virgem nos anais do mundo civilizado, e foi que, reunindo-se em sessão preparatória neste dia os deputados provinciais legalmente eleitos e aprovados pela Câmara Municipal para o biênio de 1878 a 1879, Coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, Augusto Rafael de Carvalho, Capitão João Antônio Pessoa Júnior, Capitão Pedro de Santana Lopes, Alferes Luís José Furtado de Mendonça, João Correia Pimentel dos Reis, Tenente Emílio da Silva Coutinho, Joaquim Vicente Pereira, Bacharel Gabriel Emílio da Costa, Antero da Silva Coutinho, Gaudino Faria da Mota, Bacharel José Cesário de Miranda Monteiro de Barros, Capitão Joaquim Francisco Pereira Ramos, Capitão Henrique Gonçalves Laranja, Tenente Manoel Augusto da Silveira, faltando alguns outros, entra e invade repentinamente a sala das sessões da Assembléia

⁵⁸ BASILE, Marcello Otávio N. de C. “O Império Brasileiro: Panorama Político”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p.282.

⁵⁹ *A Actualidade*, n°2- 02/02/1878.

⁶⁰ *O Espírito-Santense*, n°25- 09/04/1878.

⁶¹ Manuel da Silva Mafra era advogado, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi um político de grande influência em Santa Catarina, onde ocupou o lugar de deputado provincial por diversas vezes. PIAZZA, Walter. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis : Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

*Provincial um grupo de cidadãos composto do Engenheiro Leopoldo Augusto Deocleciano de Melo e Cunha, Bacharel João Francisco Poggi de Figueiredo, Salvador José Maciel, Bacharel José Feliciano Horta de Araújo, Major Joaquim Gomes Pinheiro da Silva, Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meireles, Alferes Virgílio Francisco da Silva, por parte da facção liberal, e com admiração geral, apossa-se o Engenheiro Leopoldo Cunha da cadeira da Presidência e os cidadãos Bacharel Poggi de Figueiredo e Salvador Maciel das cadeiras de Secretários, declarando o intruso Presidente da **falsa Assembléia** estar constituída a mesa interina da mesma Assembléia Provincial; enquanto que as galerias se enchiam de facciosos peitados talvez para esse fim, dando vivas e insultando os legítimos representantes da província, que à reclamação que faziam eram interrompidos por vozerias não só por parte dos intrusos como das galerias, viram-se obrigados a aí proceder na forma do Regimento e estilo parlamentar à aclamação do Presidente e Secretários, que tinham de constituir a mesa provisória, procedendo em tudo o mais conforme o estatuído em lei; então os arbitrários e intrusos mesários da indébita mesa de cidadãos não eleitos, alguns com um a três votos para deputados, continuaram a estar colocados na mesa da Assembléia sem ligarem a mínima importância às reclamações que faziam contra tal arbítrio o Coronel Mascarenhas, Capitão Pessoa Júnior, Bacharel José Cesário e outros. Procedendo os deputados legítimos à nomeação dos membros da Comissão de Poderes, e sendo esta eleita, **o Engenheiro Leopoldo, pseudo Presidente, tira debaixo da mesa o chapéu de copa alta e, fazendo dele urna, procedeu também à eleição de uma fictícia e irrisória Comissão de Poderes**; à vista disto, o deputado Bacharel José Cesário, depois de haver orado debaixo do insulto atirado das galerias, requer que se levasse o ocorrido à ciência do governo provincial, o que foi aprovado, comunicando-se o fato ao então Administrador da província, 1^o Vice-presidente Tenente-coronel Alfeu Adolfo Monjardim de Andrade e Almeida; neste ínterim aparece o Porteiro da Assembléia e apresenta um ofício deste administrador no qual ofício declarava adiada a sessão da Assembléia para o dia 28 de Abril, não dando as causas exigidas pela Constituição para um tal ato.⁶²*

O que para Daemon era uma invasão, para os liberais representava a volta ao poder provincial. Os liberais, assim que souberam da subida do novo gabinete, iniciaram imediatamente a tentativa de tomar de volta o recinto parlamentar, onde não entravam há dez anos. Percebe-se também que as reclamações dos deputados eleitos no ano anterior foram remetidas a Alfeu Adolfo Monjardim, que naquele momento era presidente interino da província, já que o novo presidente só chegou ao Espírito Santo no mês de abril. Todavia, sendo com Manuel Mafra ou Alfeu Monjardim, já se torna evidente o posicionamento dos liberais no cargo do Executivo local, fato que leva Alfeu a apenas adiar o início dos trabalhos, mas não a contestar a atitude dos liberais que adentraram a Assembleia.

⁶² DAEMON, Basílio de Carvalho. *História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo*. Vitoria: Typ. do Espírito Santense, 1879.p.268. (Grifos nossos).

No dia 24 de Abril deste ano são arrombadas as portas da Assembléa Provincial a mandado do Engenheiro Leopoldo Augusto Deocleciano de Melo e Cunha, pseudo Presidente da ilegal Assembléa Provincial e dos dois outros também ilegais Secretários, Bacharel Poggi de Figueiredo e Salvador Maciel, para o que foi requisitada força ao Presidente da província, que a concedeu, colocando-se nas duas portas de entrada sentinelas por três dias e noites e também soldados rondando, a fim de não deixarem entrar os legítimos deputados provinciais; foi feito o arrombamento na presença do Delegado de Polícia e com anuência em tudo do então Presidente da província Bacharel Manoel da Silva Mafra. Instalaram-se, pois, em sessão preparatória os intrusos deputados, sem maioria de votação, e sim com diminuto número de votos. A mesa legal dos deputados legítimos comunicou mais este arbítrio ao Presidente da província, que nenhuma providência tomou, deixando correr tudo à revelia até o dia 28 deste mesmo mês, em que, para vergonha da província e do país, foi instalada uma ilegal Assembléa composta de cidadãos que não eram deputados, manchando assim o Presidente da província, Bacharel Manoel da Silva Mafra, não só seu caráter de homem político, como a toga de Juiz e a farda de administrador circumspecto. Teve, no entanto, este Presidente, logo após, e dos seus próprios correligionários, a recompensa daquela nunca vista prepotência, que sacrificou seu passado até então ilibado, sendo guerreado aqui e acusado no parlamento por aqueles mesmos que talvez o arrastassem a esse atroz e inaudito arbítrio, reduzido a ver-se processar e a ser pronunciado por crime de responsabilidade.

*Os legítimos deputados provinciais levaram todo o ocorrido à presença do governo geral, e sujeito o fato ao Conselho de Estado, foi opinado que era arbitrário e ilegal um tal ato; mas o governo de 5 de Janeiro nenhuma providência deu contra tão írrito e descomunal atentado!*⁶³

Pela descrição de Basílio Daemon, a entrada dos liberais na Assembleia Provincial foi amparada pelo Executivo, que, mesmo sabendo do “arrombamento”, nada fez em favor dos conservadores. Por meio do memorialista, percebe-se também que as portas da Assembleia ficaram vigiadas por três dias, a fim de que nenhum dos conservadores eleitos no ano anterior entrassem no recinto. Tentando denegrir o nome de Manuel Mafra, Daemon aponta a falta de providências sobre o episódio como algo que pudesse manchar o nome do presidente de província em sua carreira política. O fato é que, aceitando ou não aquela, a chamada “falsa Assembleia” se tornou legalmente a verdadeira. Em 18 de outubro os deputados liberais já estavam na primeira sessão preparatória de 1878.⁶⁴

5.7 – Os Liberais e a Volta ao Palácio das Ideias

Exatamente dez anos depois, o Partido Liberal retoma o poder. A retirada da cena política de 1868, o tão falado “golpe” sentido pelos liberais, poderia ter afastado o

⁶³ DAEMON, *Op. Cit.*, p.268.

⁶⁴ ESPÍRITO SANTO, *Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo de 1878*. p.1.

partido da administração política do Império, mas não apagou a paixão dos liberais em nenhum momento. Quem perde uma batalha talvez se fortalece muito mais para o momento da retaliação, e foi assim que o Partido Liberal do Espírito Santo voltou à Assembleia Provincial. Se os deputados invadiram ou não o recinto Legislativo, o importante para os membros do partido era provar que voltaram com todo o entusiasmo possível.

Ânimo foi o que não faltou à legislatura de 1878. Já não se ouviam as falas do “radical” Clímaco Barbosa, nem os debates fervorosos que provocavam, mas, depois de tanto tempo afastados, era chegada a hora de dar fôlego ao partido e mostrar o que ocorreu enquanto os conservadores estiveram no poder. Encontra-se abaixo o perfil dos homens que tiveram a missão de elevar o nome do partido após o ostracismo:

PERFIL DOS DEPUTADOS PROVINCIAIS

1878-1879

Deputado	Nascimento	Data	Educação	Ocupação	Formação	Comendas e Títulos	Cargo Público
José Feliciano Horta de Araújo	ES	1831	Superior	Advogado	Direito		
João Aprígio Aguirre	ES	1846	Superior	Farmacêutico	Farmácia		Juiz de Paz
José Gomes de Oliveira							
Antônio da Silva Borges	ES	1856		Agricultor/ Comerciante / Coronel	Militar		
Leopoldo Mello e Cunha	RJ	1833	Superior	Engenheiro	Engenharia		Procurador da Tesouraria Provincial
Menceslau Ferreira Wanzeller				Padre	Religiosa		
João Manoel Nunes Ferreira		1835			Militar		
Odorico José Mululo		1843					
José Francisco Monjardim	ES	1797		Coronel	Militar	Ordem de Cristo/ Rosa/ Aviz/ Cruzeiro	
João Francisco Poggi de Figueiredo	PE	1846					
Custódio Teixeira Maia							
Inácio de Almeida							

Trancoso							
Virgílio Francisco da Silva							
Salvador José Maciel							
Antônio das Neves Marins	ES						
João Felipe da Silva Calmon	ES	1842					
José Correa de Jesus	BA		Superior	Advogado/ Redator			Lente de História/Procurador Fiscal
João Ferreira Freire							
Andrelino de Barcellos							
Francisco Gomes de Azambuja Meirelles							

Fonte: PEREIRA, Heráclito Amâncio. *"Homens e Causas do Espírito Santo"*. Vitória: Sociedade Artes Gráficas, 1914; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. 7 vs Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. (1827-1903).

No mesmo sentido de outras legislaturas, a composição da Assembleia de 1878 era bem diversificada. Alguns nomes eram muito conhecidos, como o redator e advogado José Correa de Jesus, José Feliciano Horta de Araújo, formado em Direito pela faculdade de São Paulo e João Aprígio Aguirre que estudou na faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, novos deputados surgiram no cenário político, mas sobre estes, as poucas fontes e biografias não nos permitiram saber sobre as províncias onde nasceram e tampouco sobre sua formação e ocupação. Dos dados encontrados, apenas quatro possuíam ensino superior, profissões que variavam entre advogados, farmacêuticos e engenheiros, ou seja, temos neste grupo quatro profissionais liberais. Também podemos afirmar que poucos deputados chegaram a ocupar cargos públicos na província, o que nos relembra a questão das diferenças quando comparados aos membros da elite política da primeira metade do século, que ocupara diversos cargos públicos, sempre inserida das demandas políticas e na administração provincial. Sobre os títulos ou comendas, apenas o coronel Francisco Monjardim detinha tais condecorações, que por sinal, para o contexto provincial, podem ser consideradas como um número alto de títulos.

Sobre a origem dos deputados, desta vez temos uma maioria nascida na província, mas como sempre, percebe-se a presença de deputados de outras localidades, os quais, de forma muito interessante, são muitas vezes os que mais interagem com a política da província. O objetivo da análise não tem como foco afirmar que a elite política nos anos posteriores à década 1860 pode ser colocada como diferente por conta da entrada de muitos indivíduos de fora da província. Os deputados de outras localidades geralmente não eram a maioria, mas os poucos que estiveram presente da elite política local acabam auxiliando neste “novo modo de fazer política” que

enfaticamente desde o início deste trabalho. Estes homens que chegavam à província com o intuito de ascenderem politicamente, podiam até mesmo não possuir treinamento necessário à administração pública, mas trouxeram consigo novas teorias, novos autores políticos, e novas formas de entender a política do Império.

O perfil gerado a partir da data de nascimento dos deputados não pode ser evidenciado como algo equilibrado, pois existem ali várias gerações políticas convivendo juntas, o que dá um caráter bem peculiar ao grupo. O que mais se diferencia no perfil desta legislatura, é que, comparando-a ao grupo de deputados de 1868, que para nós demarca uma nova fase na elite política, este grupo de deputados já não apresenta sua maioria composta de militares.

Ao mesmo tempo em que estão ali alguns políticos que esperaram anos a fio para voltarem à tribuna provincial desde a inversão política, também se vê dentro do grupo alguns políticos que não passaram pelo episódio de 1868 com tanta intensidade, que não viveram este momento com um sentimento de perda de poder político. Entretanto, tudo estava nos eixos, já que, com o chefe do partido presente, dificilmente haveria atrito entre os membros da Assembleia. Aliás, 1878 não era um bom momento para atritos, mas sim para boas articulações políticas. Era o momento do tão esperado retorno.

5.7.1 – A nova assembleia liberal

Enfim, havia acabado o jejum político dos liberais. Mesmo depois de tanto tempo, José Francisco Monjardim ainda continuava sendo o chefe do partido e, sobretudo, havia sido eleito para a legislatura de 1878 e 1879. Como de costume, após a votação, os deputados indicam que José Francisco Monjardim seria o presidente da Assembleia, cargo que sempre ocupou nas legislaturas das quais participou. Monjardim, entretanto, pela primeira vez dá sinais de cansaço em sua vida política. Há tantos anos à frente do partido e com a saúde debilitada, o coronel já não tinha as mesmas forças das primeiras décadas do Império. Assim, após sua escolha para presidente, o comendador agradece aos colegas, afirmando que se sentia muito honrado pela escolha, mas que por conta de sua idade e de seu estado de saúde, pensava que seria mais prudente não aceitar o cargo. Monjardim alega ainda que, devido a estas dificuldades, talvez não poderia nem mesmo participar todos os dias das sessões.⁶⁵

Depois de tanta espera, agora era o líder dos liberais que já não possuía a mesma energia de sempre. Contudo, outros correligionários tomaram para si o ato de reascender o partido. O engenheiro Leopoldo Mello e Cunha ocupou o cargo de presidente no lugar de José Francisco Monjardim, e, como acima citamos, entre os grandes nomes liberais, o grupo ainda contava com José Feliciano Horta de Araújo e o baiano José Correa de Jesus. Lembremos que este último deputado foi muito atuante no momento da retirada dos liberais em 1868, discursando sobre a “injusta” saída do gabinete e também destacando a perseguição que sofreram pelos conservadores.

Em 1878, no entanto, temos na Assembleia um discurso eivado de uma retórica um pouco diferente de 1868. Passados dez anos, os deputados que antes se pautavam na denúncia agora usarão de seus discursos para resgatar a “má administração” dos conservadores, e ao mesmo tempo, relembrar o momento posterior àqueles, período dominado pelos liberais: *“Há dez anos saímos desta casa, levados pelo tufão da*

⁶⁵ ESPÍRITO SANTO, *Annais*; ...18/10/1878. p.3.

política, momento que de um momento para o outro, transformou a situação do país”.⁶⁶ Outra fala de José Correia de Jesus parece ter nas entrelinhas a falta do *liberal radical*, Clímaco Barbosa:

Corrêa de Jesus: Para ver quão dolorosa, quão triste, quão desgraçada foi essa situação na qual se cometeram todos os crimes. O partido liberal tudo sofreu conquistando a opinião pari passu, para que mais tarde o povo, a coroa e enfim todo o universo ficassem convencidos de que só este partido era compatível para dirigir os destinos de um Império colocado na América, onde representa a grandeza da liberdade (apoiados, muito bem!). [...] E não posso deixar de saudar o país e a província pela ascensão ao poder do partido liberal. [...] Nesta ocasião também não posso deixar de, lançando os olhos para os companheiros de então, lastimar que o vento da perseguição tivesse feito alguns ausentarem-se desta província e outros fossem repousar as suas frentes no travesseiro de cal do sepulcro em busca de um descanso, que naquele tempo não lhes dava a sociedade.

*Horta de Araújo: Resta a memória.*⁶⁷

Assim, depois de tantos anos aguardando a volta ao poder, o deputado expõe com pesar a falta de alguns companheiros, que se não mudaram da província pela perseguição que sofriam, acabaram falecendo durante os anos de espera. Além da nostalgia sobre a Assembleia de 1868, começam as denúncias sobre os feitos do Partido Conservador enquanto governou a província, afirmando que os conservadores destruíram o dinheiro público.⁶⁸ E, se na linguagem utilizada em 1868 os conservadores eram os operários da calúnia, agora o Partido Liberal mostrava-se como “operários chamados para reconstruir o edifício social [...] restaurar o direito e a justiça. Além desta denominação, ganham também o título de *operários da democracia*.”⁶⁹

Outras questões que não envolviam a situação partidária também passam a fazer parte do debate da Casa, direcionando a preocupação com o estado sanitário da província. A questão focava nos antigos cemitérios e nas doenças que podiam causar. Muitos deputados fizeram reclamação do odor vindo dos cemitérios em várias localidades da província, principalmente em Benevente. Alguns deles não possuíam portões, nem grades. A solução estaria em mudar estes cemitérios para outros lugares, longe da população e das moradias. Assim, determinam que o melhor lugar seria alojar o cemitério “por trás do antigo pelourinho, em direção à rua da Pedra”, decisão que alguns deputados pensavam ser dificultada pelo fato dos terrenos ali encontrados, serem quase todos particulares. Neste momento, ouve-se uma frase irônica: “*Olha, o Espírito-Santense é defensor dos defuntos*”.⁷⁰

A inversão partidária trouxe à tona uma discussão de fato interessante e, ao mesmo tempo muito espirituosa na visão dos deputados. A Assembleia denuncia que existia um território entre Minas Gerais e o Espírito Santo que afirmava não pertencer a nenhuma das duas províncias: “*nem prestam autoridade de lá, e nem de cá. Vivem*

⁶⁶ ESPÍRITO SANTO, *Annais*; ...28/10/1878. p.22.

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ ESPÍRITO SANTO. *Annais*;... p.23.

⁶⁹ ESPÍRITO SANTO. *Annais*;... p.24

⁷⁰ ESPÍRITO SANTO. *Annais*;... p.41.

muito felizes. Não votam, não são jurados, nem guardas nacionais, não pagam impostos nenhum". As afirmações parecem estranhas, mas nos próximos discursos seria elucidado o fato. O local em debate encontrava-se próximo ao rio Mucuri, na divisa com Minas Gerais. Após a afirmação do território que não obedecia nem ao Espírito Santo e nem à Minas, outro deputado afirma que na freguesia do Veado, território da província do Espírito Santo, muitos indivíduos conservadores, que não se conformaram com a nova situação liberal, dirigiram-se aos altos poderes da província a fim de desmembrarem este território, anexando-se a Minas Gerais.

O deputado Odorico Molulo se pronuncia com total desdenho, pois para ele, se aqueles indivíduos queriam tanto pertencer à Minas Gerais, que pertencessem então. Mas Horta de Araújo tenta acalmar os ânimos dos deputados, afirmando que duvidava que a deputação mineira permitisse algo deste tipo, alegando que os próprios mineiros iriam fazer a devida delimitação que não prejudicasse a província deles, bem como a do Espírito Santo. Entretanto, o deputado Odorico Molulo, que não faz questão dos conservadores continua: *"Mas se querem pertencer a Minas?"*, e Horta de Araújo novamente explica que o desejo não era de toda a freguesia, mas sim um grupo de indivíduos conservadores, e que, além disso, não entendia nem ao certo o porquê de quererem esta anexação, já que a maioria da província de Minas Gerais também era liberal.⁷¹

Para dar base e legalidade à legislatura de 1878, a "assembléia invadida", os deputados apresentam um ofício que se referia à anulação da eleição de 16 de dezembro de 1877, e para tanto, utilizaram as ideias do visconde do Uruguai para falarem sobre a dissolução de Assembleias Provinciais.⁷² Neste sentido, apontam que, se os conservadores tivessem lido a obra do distinto visconde, saberiam muito mais sobre a dissolução de uma Assembleia. Um dos deputados leu em voz alta uma citação de Uruguai: *"Assembléias que se tem dissolvido- "Dissolvida a Camara dos Deputados em 1842, a Assembléia Provincial do Ceará reuniu-se em 22 de julho do mesmo ano e resolveu que estavam nulas as eleições em virtude das quais se tinham reunido, deliberando que se fizessem novas, sendo expedidas ordens para serem feitas na mesma ocasião em que se procedesse a eleição de deputados gerais"*, depois, mais um exemplo do visconde do Uruguai: *"A Assembleia Provincial da Paraíba dissolveu-se igualmente"*.⁷³

Deste modo, pautaram-se nas ideias do conservador visconde do Uruguai para balizarem a retórica de que a dissolução da Assembleia era de fato legalizada. Assim, a "invasão" citada por Daemon perdia total valor, dando todo o merecimento aos deputados liberais.

Outra denúncia feita pelos deputados é enfática para este estudo: a ausência de documentos na Assembleia. Em vários momentos deste trabalho, citou-se o fato de não ser possível dialogar com algumas fontes do Legislativo, por conta da inexistência das mesmas. Entretanto, parece que não só aqui se percebeu a falta desta documentação. O deputado Custódio Maia, a fim de averiguar os projetos da época da administração conservadora, deparou-se com a mesma situação em 1878:

⁷¹ ESPÍRITO SANTO. *Annais*;... 31/10/1878. p.49.

⁷² Neste momento os deputados citam Visconde do Uruguai por meio da obra: "Os Estudos Práticos sobre a administração da províncias no Brasil, Tomo I p. 57".

⁷³ESPÍRITO SANTO. *Annais*; ... 6/11/1878.p.73.

*Sabem os nobres deputados que as Assembléias Provinciais funcionam desde 1835. Pois bem, vão ao arquivo da secretaria desta Assembléia e verão que os documentos e papéis aí existentes não são de tal ordem, e só parece que funciona a quatro ou cinco anos. Que fim levaram estes papéis? Onde estão estes documentos, ninguém sabe.*⁷⁴

O deputado Poggi de Figueiredo faz uma denúncia ainda pior, afirmando que, em junho de 1875, uma portaria da Assembleia pediu a autorização do presidente de província da época, o qual permitiu que a secretaria queimasse muitos documentos da Assembleia, fato que os deputados chamaram de “uma nova inquisição”.⁷⁵ Todavia, se houve de fato a queima destes documentos, não foi possível aferir. No entanto, por meio da pesquisa e do levantamento das fontes, constatou-se que os *anais* deste período realmente não existem.

Entre algumas discussões, os deputados iniciam um debate sobre a importância da descentralização, no qual é importante ressaltar que José Correa de Jesus abre espaço dentro deste pensamento para falar da reforma da instrução pública. Pela primeira vez o deputado afirma que neste caso era a favor da centralização, pois seria muito mais profícuo que se tivesse uma unificação, ou então um órgão geral e central que organizasse a instrução pública. O ensino público será parte de muitos debates dentro da Assembleia, assim como foi em 1868 e 1869, mas ainda não seria naquele momento em que ocorreria a reforma tão esperada, em prol do progresso da sociedade capixaba.

Ainda no ano de 1878, o deputado Horta de Araújo teve de se ausentar da Assembleia Provincial para ocupar uma vaga na Câmara dos Deputados. Perdeu-se uma voz política na Assembleia, mas ganhou-se uma na Corte. Contudo, a história que se desdobra entre 1878 e 1879 não é tão simples de ser analisada. Uma morte no Senado causaria um grande reboiço na província do Espírito Santo.

5.8 – A Província Reage às Ordens da Corte

A volta dos liberais já estava consolidada e, na província, o partido aplaudia com veemência a saída da marginalização política. Um novo presidente de província, uma nova Assembleia e tudo parecia caminhar bem, quando, de repente, com a morte do senador José Martins da Cruz Jobim, eleito pelo Espírito Santo, a tranqüilidade política se abalou. Inicia-se um conflito político dentro da província, mas que não teve a participação dos conservadores. A disputa ocorreu dentro do próprio Partido Liberal, e o motivo: a província queria um representante local, e não mais uma das imposições da Corte.

Após o falecimento de Jobim, eram necessárias eleições para a lista tríplice e pela primeira vez, a província do Espírito Santo demonstrou que não aceitava a intromissão dos ministros do Rio de Janeiro. O intuito era eleger um representante natural do Espírito Santo, fato este que a província nunca havia conseguido realizar. Como foi demonstrado em momento anterior (capítulo 3), a política provincial dividia-se entre os liberais do sul e os liberais do centro. Mais uma vez comprovamos esta hipótese, visto que tenha sido justamente esta divisão que teria dado o tom da discussão naquele momento. O diretório Liberal do sul compôs uma chapa na qual estavam um

⁷⁴ESPÍRITO SANTO. *Annais*; ..., pp.131-32.

⁷⁵ESPÍRITO SANTO. *Annais*; p.190.

candidato de Vitória, e mais dois candidatos do sul, sendo um destes o deputado Feliciano Horta de Araújo, que havia deixado a Assembleia Provincial para assumir a vaga de deputado na Corte. Era, portanto, inaceitável, um forasteiro dentro da lista tríplice:

[...] Com a escolha de qualquer deles a província poderá ufanar-se de que, pela primeira vez, terá no senado um representante que se interesse por sua grandeza e prosperidade. [...] O diretório pensa que a província deve repelir qualquer candidatura estranha, porque seria uma ingratidão esquecer os nossos companheiros de lutas e sacrifícios, aqueles que guiaram o partido nos dias difíceis do ostracismo. [...] É, pois, preciso que ainda uma vez saibamos repelir esse único nome, o do conselheiro Christiano Ottoni, que nos foi imposto ab-alto, para que se salvem os verdadeiros e reais interesses do nosso partido[...]. Só assim ganhará o Espírito Santo uma posição digna entre suas irmãs, só assim merecerá a província a atenção dos nossos governos, para que não continue sendo uma enjeitada da comunhão brasileira.⁷⁶

Os interesses dos políticos do sul estavam relacionados à lavoura, e se orgulhavam de já terem adquirido muitos benefícios após a ida de Horta de Araújo para a Câmara dos Deputados. Na verdade era este o escolhido dos liberais do sul, pois Horta de Araújo significaria uma grande abertura política para os interesses provinciais. Contudo, a corrida por uma vaga no Senado não era nem um pouco simples, e a morte de Jobim representava para os grandes políticos da Corte uma oportunidade de maior projeção. O “inimigo” do diretório citado acima, Christiano Ottoni, iniciou uma série de manifestações à Alfeu Monjardim, que, com o pai já doente, parecia ter tomado a liderança dos liberais em Vitória. Christiano Ottoni e Sinimbu tinham certo grau de amizade, e apoiado pelo presidente do Conselho, primeiramente tentou uma candidatura como deputado Geral por Minas, mas parece que, com as inimizades com Afonso Celso e Silveira Lobo, Ottoni não conseguira a vaga tão esperada.

O mineiro parte então para uma certa “pressão” sobre a província do Espírito Santo, escrevendo cartas à Horta de Araújo: “*Dirigi-me aos amigos que tenho no Ministério [...] aprovaram a idéia[...]. Eu, porém, não desejo ser imposto, nem o ministério atual faz imposições; desejo ser aceito pela província; e sendo V.Ex. uma das primeiras influências aí e naturalmente o primeiro da chapa, desejo dever-lhe o obsequio de concordar em que eu ocupe o segundo ou terceiro lugar.*⁷⁷

Monjardim agora se via pressionado por dois lados. Ottoni colocava nas mãos dele a missão de fazer com que seu nome entrasse na lista tríplice, enquanto o diretório dos liberais do sul nunca aceitariam tal proposta, pois sabiam que, para um espírito-santense chegar ao Senado, era preciso que os três nomes fossem da terra; se não fossem, logicamente era o “forasteiro” que seria nomeado. Ottoni ainda propõe alguns benefícios à Horta de Araújo, prometendo a construção de uma ligação ferroviária de Vitória até Minas Gerais, e mais, prometia ainda que seu lugar como deputado estaria

⁷⁶ Manifesto do diretório Liberal de 28 de novembro de 1878. *Apud* BANCK, Geert. *Dilemas e símbolos. Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. 1998. p.32.

⁷⁷ Carta de Christiano Ottoni a José Feliciano Horta de Araújo em 5 de setembro de 1878. *Apud* BANCK, *Op. Cit.*,p.33

assegurado, pois ele (Otoni), estava com boas relações com as deputações de outras províncias.⁷⁸

A situação piorou quando o conselheiro barão de Vila Bela pressiona o presidente de província Manuel da Silva Mafra a impor outros dois nomes de candidatos que não eram da província: conde Prados e Homem de Melo. Contudo, estas duas indicações não eram apoiadas por Sinimbu, fazendo com que Otoni enviasse uma carta à Monjardim, explicando o ocorrido: “*Essa idéia de mais um de fora é intriga aqui da Corte para fins odientos. [...]Se alguém falar em ceder, a resposta é obvia- não prescindimos de dois da terra[...]*”. Pelo visto, Otoni estava com medo de que a pressão feita por Mafra fizesse chegar mais um nome da Corte para a lista, aumentando a concorrência com ele. Para que fosse mais fácil ser nomeado, certamente era melhor que fossem mais dois candidatos do Espírito Santo. E se o recado não foi bem dado, Christiano Otoni termina dizendo que, se Monjardim aceitasse se retirar da lista, no seu lugar seria colocado o dr. Accioli, eleito também para a Câmara no Rio de Janeiro.

Mafra enviou diversas cartas à Horta de Araújo e ao barão de Itapemirim a fim de ratificar que, de qualquer modo, Otoni seria eleito. O presidente da província pressionou enquanto pôde para que o nome do mineiro entrasse na lista, querendo ainda a desistência de Horta de Araújo. Por fim, acabam eleitos Horta de Araújo, o candidato de Vitória, e Christiano Otoni, que por sinal fora o menos votado. Mas, como já se imaginava, foi o nomeado. Contudo, as coisas mudaram na província do Espírito Santo: os liberais da região cafeeira enviaram as cartas escritas por Mafra ao ministério, sendo que estas tinham a finalidade de intimidar e pressionar os liberais do sul. Além disso, Otoni tinha inimigos no Senado, e Silveira Lobo não tardou em instaurar um inquérito sobre aquela eleição. Todas as irregularidades foram comprovadas, e o presidente Manuel da Silva Mafra foi enquadrado no artigo 101 do Código Criminal por ser responsável por pressões ilegais na época daquela eleição.

Christiano Otoni, não satisfeito com a situação, escreve à Monjardim em março de 1879, dizendo que Horta de Araújo era um “*deputado de nada*”, que havia se juntado à Silveira Lobo apenas para dar esse “golpe” e que por culpa dele, eram grandes as chances de que se anulasse a eleição. As afirmações e ameaças fizeram com que Alfeu Monjardim criasse uma grande inimizade com Horta de Araújo, já que, segundo Christiano Otoni, o deputado teria criado uma contenda que poderia atrapalhar até mesmo o próprio ministério de Sinimbu.

Mas, o jogo entre Sinimbu e Otoni daria certo no final, pois Christiano Otoni foi nomeado em setembro de 1879 como senador pela província do Espírito Santo. O que não se pode negar é que houve mudança nas práticas políticas. De certo, nenhuma grande revolução, manifestação de rua ou radicalização. Mas é necessário apontar que, pela primeira vez, os espírito-santenses tentaram, se manifestaram e reagiram contra a imposição da Corte. Queriam certamente retirar a fama de uma província que abaixava a cabeça para todas as ordens do Rio de Janeiro.

Mas o esforço não foi bem sucedido. O Império não os deu chance de chegar aos grandes cargos políticos da Corte; logo aqueles que sempre lutaram pela *construção da ordem*, por uma província moderada, bem vista aos olhos do Império. Aquela província que tanto cerceou seus habitantes para que não fizessem nenhuma oposição política na Regência e nos anos de 1842. Nunca se permitiu naquela província nenhuma ideia

⁷⁸ *Ibidem.*

contra o regime, contra o monarca ou contra a ordem. Contudo, em matéria de política, as coisas sempre podem mudar de acordo com os interesses de quem está no jogo.

5.9 – O Início do Fim

Se a década de 1860 pode ser considerada como divisor de águas na política da província, pode-se afirmar que 1880 também demarca uma nova fase política. Após 1860, percebemos a intensificação da imprensa política e a entrada de indivíduos de outras localidades infiltrando-se tanto na *elite intelectual*, como também na *elite política* local. Também foi em 1860 que os partidos políticos começam a se delinear ideologicamente, hasteando a bandeira dos partidos Liberal e Conservador.

Vinte anos se passaram. Foram exatamente estes vinte anos que deram base para esta investigação, na qual liberais e conservadores conflitaram por meio de seus jornais ou quando ocupavam a Assembleia Provincial. No início do XIX, a nosso ver, a elite provincial, aquela que direcionava politicamente o Espírito Santo, tentou de todas as formas apartar a localidade das agitações que ocorriam em território brasileiro. Dando base, logicamente de acordo com suas condições, para a consolidação do Império, não era interesse da província sair da engrenagem que era movida pelos dois grupos políticos. Uma prova disso seria a não emergência de um clube republicano até o ano de 1886.

Enquanto em 1870 a Corte já percebia a publicação do Manifesto Republicano como uma possível ameaça ao sistema imperial, na província do Espírito Santo nenhum jornal se dizia republicano, e, se houve alguma tentativa de entrada dessas ideias, parece que foram estrategicamente afastadas. Contudo, em 1880 muitas imagens começam a se desfazer, como a própria imagem do Império e a do imperador Pedro II. Após os atritos que surgiram com a eleição de Christiano Otoni, as fissuras começariam a aparecer, fazendo com que os diretórios do Partido Liberal (sul e centro) comesçassem a demonstrar interesses diferentes na política imperial. Vitória continuava em sintonia com o Rio de Janeiro, mas os liberais do sul ainda possuíam a ideia fixa de que poderiam ocupar cargos melhores e chegar à Corte.

Após a saída de Sinimbu do Ministério, o imperador chama Saraiva para compor o novo gabinete em 28 de março. A função do novo gabinete concentrava-se em reformas e finanças, o que não foi muito diferente se comparado aos propósitos dos deputados eleitos na Assembleia Provincial do Espírito Santo. A tabela abaixo nos demonstra a composição da Assembleia em 1880:

PERFIL DOS DEPUTADOS PROVINCIAIS

1880-1881

Deputado	Nascimento	Data	Educação	Ocupação	Formação	Comendas e Títulos	Cargo Público
José Feliciano Horta de Araújo	ES	1831	Superior	Advogado	Direito		
João Aprígio	ES	1846	Superior	Farmacêutico	Farmácia		Juiz de Paz

Aguirre							
José Gomes de Oliveira							
Antônio da Silva Borges	ES	1856		Comerciante Agricultor Coronel	Militar		
Leopoldo Mello e Cunha	RJ	1833	Superior	Engenheiro	Engenharia		Procurador da Tesouraria Provincial
Menceslau Ferreira Wanzeller				Padre	Religiosa		
João Manoel Nunes Ferreira		1835		Capitão	Militar		
Odorico José Molulo		1843					
José Francisco Monjardim	ES	1797		Coronel	Militar	Ordem da Rosa/ Cristo/ Aviz/ Cruzeiro	
João Francisco Poggi de Figueiredo	RE	1846					
Custódio Teixeira Maia							
Luiz de Siqueira da Silva Lima							
Inácio de Almeida Trancoso							
Virgílio Francisco da Silva							
Salvador José Maciel							
Aristides Armínio Guaraná	SE	1843	Superior	Engenheiro General	Engenharia/ Militar	Ordem da Rosa/ Cristo	

Manoel do Couto Teixeira		1814					
Olindo dos Santos Paiva	ES			Fazendeiro		Barão de Timbuí	
Cleto Nunes	ES	1855					Servidor Público
João Martins de Azambuja Meirelles							

Fonte: PEREIRA, Heráclito Amâncio. *“Homens e Cousas do Espírito Santo”*. Vitória: Sociedade Artes Gráficas, 1914.

Com origens diversas, estes deputados também confirmavam a diversidade em termos de idade. Tinha-se ali deputados nascidos na década de 30, 40 e 50, além do destoante Francisco Monjardim nascido no final do século anterior e já atravessava toda a trajetória política do Império. Aos 83 anos, Monjardim foi eleito novamente deputado provincial, o que já parecia uma tradição dentro do Partido Liberal. Poucos destes deputados chegaram a ser empregados públicos, assim como a legislatura liberal de 1878, mas em matéria de comendas e títulos, além do coronel Monjardim, o engenheiro e militar Aristides Guaraná e o grande fazendeiro Olindo dos Santos Paiva também detinham seus títulos de honra.

Esta legislatura contou com figuras que merecem destaque no cenário político da província. Olindo dos Santos Paiva, o barão de Timbuí, possivelmente teria nascido em São Mateus, norte do Espírito Santo. Era um grande proprietário de terras em sua região de origem. Era o dono da Fazenda Santa Izabel, que estava localizada à margem do Rio Itaúnas. Olindo dos Santos Paiva foi muito reconhecido e prestigiado politicamente por seu empenho na construção da linha telegráfica na região.⁷⁹ Além disso, é importante ressaltar que o mesmo deputado participou de outras legislaturas na década de 1870.⁸⁰ Ou seja, Olindo fez parte da administração conservadora e agora estava junto de liberais dentro da Assembleia.

O fato de Olindo estar na Assembleia já demonstra que tal legislatura não era realmente igual às outras que possuíam homogeneidade partidária. O fazendeiro certamente não era o único conservador inserido em meio aos liberais. De toda forma, outras informações não são possíveis de ser afirmados pela falta de dados sobre a posição partidária dos deputados. Um deputado de grandiosa eloquência merece evidência em 1880. Trata-se de Cleto Nunes, legislador de grande fôlego naquele biênio. Os discursos de Cleto visavam quase sempre a construção de possíveis ferrovias, articulando novos ganhos econômicos para a província. Novamente destacamos que o número de militares continua a ser bem menor do que no início da década de 1860. O número de profissionais liberais agora chega a ultrapassar o de militares.

Fazendo uma análise comparativa entre todos os perfis estudados até então, os militares se apresentam em menor número com relação à primeira metade do oitocentos desde 1868. Contudo, ainda neste ano (1868), eles seriam maioria na Assembleia. Na

⁷⁹MORAES, Paulo Stuck. “A nobreza capixaba”. *Revista do IHGES*, nº58, 2004. p.55-72.

⁸⁰ Refiro-me à lista de deputados da legislatura de 1870/71. Para a constatação dos nomes ver BICHARA, *Op. Cit.*

verdade, a separação ideológica de partidos na província havia se dado há pouco tempo, o que nos remete à questão de que anteriormente, grande parte destes militares faziam parte de um mesmo grupo político, que aos poucos, sofreu as cisões demonstradas no decorrer deste estudo. A partir daí, apenas a legislatura de 1876, de direção política conservadora, possuirá a maioria composta por militares, o que pode indicar alguma relação entre conservadores e militares. Como já dito acima, as legislaturas de 1880, como também a legislatura liberal de 1878, indica que o número de militares diminua cada vez mais, embora nunca saíssem do cenário político provincial.

Os discursos da legislatura de 1880 envolviam sempre questões de ordem prática, como contratos com companhia de navegação, criação de cartórios na província, desocupação de terrenos que foram invadidos, além das “faltas”. Muita coisa faltava na província do Espírito Santo. Faltava investimento, faltava instrução pública, bibliotecas, iluminação pública em algumas localidades e até a água era uma falta na província. Inclusive, faltava também muito dinheiro. E na falta deste, na visão dos deputados, o melhor a se fazer a fim de equilibrar as finanças era a criação de impostos. Além de todos os problemas a serem resolvidos, o Espírito Santo parecia já estar farto da ausência do olhar da Corte para a província.

Mesmo assim, aquela Assembleia representava o último fôlego do Espírito Santo para resguardar a monarquia e seu venerado Imperador. Se conservadores e liberais estavam unidos num mesmo recinto, certamente era em prol da ordem, da manutenção e da continuidade do Império. Mas naquele momento começa a se vislumbrar dissidências que não se deram mais em torno dos dois partidos, como anteriormente, mas dentro do próprio seio Liberal.

A partir de 1880, Christiano Otoni seria acusado de propagar a desarmonia dentro do Partido Liberal da província, já que havia criado uma inimizade entre Monjardim e Horta de Araújo. Assim, os dois diretórios que, por meio da análise aqui empreendida, sempre resguardaram políticas e práticas diferentes, iniciam conflito entre si. Aliás, na década de 1880, a reclamação dos deputados provinciais contra Otoni era sempre a mesma: “*Desde que foi eleito senador, esqueceu-se do Espírito Santo*”.⁸¹ Talvez, quem sabe, a República trouxesse o sonho de ver os homens da terra sendo eleitos. Acabava-se ali um ciclo que se perpetuou por vinte anos, pois a província que se resguardou do antagonismo de liberais e conservadores, agora possui indivíduos insatisfeitos com o sistema imperial, o que acabara abrindo um amplo espaço para uma terceira via que acolheu estes dissidentes. De certo a elite política e econômica não desejava tais mudanças, mas, enfim, o republicanismo estava chegando.

Será na década de 1880 que o Clube Republicano chegará à província. “De que forma”, “quando” e “porquê” foi criado, não são assuntos que serão tratados neste estudo, mas uma afirmação pode ser adiantada: muitos dos republicanos vieram do sul do Espírito Santo. Sim, vieram daquela região que já não se entendia mais com os liberais de Vitória, e que almejava representação nacional. Ou seja, uma cisão dentro de uma elite que um dia fora homogênea em objetivos e ideias⁸², teria causado um conflito de interesses. No fundo, por muitos anos a disputa entre liberais e conservadores dava base para a difusão de uma monarquia que era o desejo dos dois partidos locais. Entretanto, a dissidência entre os dois diretórios liberais (sul e capital) faz emergir uma terceira via, um terceiro partido. A propaganda republicana abrigaria os descontentes, e

⁸¹ BICHARA, *Op. Cit.*, p.317.

⁸² Tais explicações sobre a homogeneidade da elite política que dominava o Espírito Santo na primeira metade do século encontram-se no capítulo 1.

o Espírito Santo entraria para o mesmo caminho que as demais províncias: o fim do Império.

CONCLUSÃO

A província do Espírito Santo experimentou indiscutivelmente de práticas políticas muito específicas quando comparada à Corte. A ausência de imprensa local propiciou um estado realmente muito mais “pacífico”, como diriam os memorialistas. No entanto, não retiramos da província a capacidade de discutir política, e nem afirmamos que não estava totalmente a par dos acontecimentos do período. No entanto, uma pequena parcela da população, o que foi aqui denominada de *elite política*, fez da falta de uma tipografia um grande trunfo para manter a província longe das turbulências do Império.

A divisão partidária da província não acompanhou o conflito entre *liberais* e *conservadores*, que já eram percebidos desde a década de 1840 em todo o Império. Se resguardando em práticas políticas muito específicas, próprias da localidade, os grupos que dominavam a política provincial eram bem peculiares. No centro (Vitória), o embate se dava entre *Dionisianos* e *Capichabas*. Já no sul, *Arraias* e *Macucos* eram os grupos que se conflitavam.

Já a partir de 1860 as mudanças começam a acontecer. Dois pontos principais chamam a atenção para a modificação na política provincial: primeiro, a entrada de indivíduos que vieram de outras províncias na tentativa de ascender no Espírito Santo. Essas pessoas, que na maioria das vezes eram profissionais liberais, não conviveram com todo o processo de distanciamento dos problemas políticos do Império observado na província até meados de 1860. Traziam consigo os debates mais propagados na Corte, e uma bagagem de informações que poderia mudar a trajetória política da região.

Em segundo lugar, outro elemento primordial ascendeu a política na província, a vivificação de uma imprensa política. Mesmo iniciando a publicação de jornais em 1849, foi demonstrado que somente em 1860 a imprensa notavelmente política começa a atuar na província, e, interessadamente, trouxe consigo redatores também de fora do âmbito local. Esta iniciativa foi de uma notória importância, pois revelou uma imprensa que não possuía destituída de qualquer receio em falar sobre o que acontecia na política provincial. E mais, levaram à Corte as notícias que por tanto tempo ficaram restritas à província.

Desta forma, foi na década de 1860 que o Espírito Santo viu a retirada de grupos políticos pessoais, e se enquadrou na divisão entre *liberais* e *conservadores*. O papel dos jornais e dos debates políticos foram cruciais para este posicionamento. No entanto, como já foi dito, a província não era uniforme em termos de ideias e práticas políticas, pois se antes, sul e centro possuíam seus grupos distintos, a situação após 1860 também não mudaria. O resultado foi um Partido Conservador e um Partido Liberal que possuíam políticas um pouco diferentes, perfis diferentes entre seus membros, e, sobretudo, linguagens políticas diferentes.

O sul, permeado por homens que chegavam do Rio de Janeiro e de outras províncias, escreviam jornais liberais um tanto quanto diferentes dos liberais de Vitória. Os conservadores do sul também seguiam a mesma linha. Possuíam uma maior tendência à críticas ao sistema político do que os conservadores de Vitória. Os dois partidos em Vitória não apresentavam de fato seus projetos políticos, e, além disso, tinham uma relação maior de aceitação diante das ordens da Corte. No entanto, os grupos do sul e do centro diziam pertencer ao mesmo partido.

Em 1868 alguns liberais do sul, os quais pertenciam à *elite intelectual*, ou seja, redatores de jornais conseguiram neste momento o destaque que almejavam, pois

tornaram-se parte da *elite política*, tomando assento na Assembleia Provincial. E foi no Legislativo provincial que as ideias destes homens pareceram ser realmente diferentes, o que possível ser analisado por meio da retórica e da linguagem utilizada. Eram *liberais* e *liberais*, uns tão amenos, e alguns poucos tão eufóricos com a marginalização política que se sucedeu após a retirada dos *progressistas* nesta época.

Com a volta dos conservadores, a década de 1870 representou para a província a consolidação de diversos ideais. Os liberais aderiram ao Centro Liberal liderado por Nabuco, e *Liberais Radicais*, não tiveram voz e nem vez na província. O *republicanismo* foi decididamente apartado pelos conservadores, tampouco fora defendido pelos *liberais*. Se antes, a tática de não se ter uma imprensa ajudou a apartar a província dos tumultos políticos, naquele momento, com ideias partidárias mais consolidadas, a imprensa foi um elemento definitivo para os conservadores afastarem qualquer manifestação contra o regime monárquico.

Os *liberais* não pareciam discordar da manutenção da ordem e do regime. Um coração monarquista parecia ser o órgão comum que unia *liberais* e *conservadores* na província. Ressalta-se: os partidos possuíam sim, ideias e práticas políticas diferentes, mas a concepção de que a monarquia era o melhor regime estava presente dos dois discursos. Os conflitos partidários possuíam uma tônica muito mais pessoal e local, do que uma contestação do Regime imperial. Enquanto em 1870 lia-se na Corte o Manifesto Republicano, a província só viu o primeiro Clube Republicano em 1886.

Em todo o Império viam-se *conservadores*, *liberais*, dissidentes e *republicanos*. E, mais uma vez, a província consegue se concentrar em uma política diferenciada: a disputa local ainda era se dava apenas entre dois partidos. O que era ameaçador ao regime, não poderia adentrar na província. Se compararmos com a primeira metade do século, antes da formação dos dois partidos políticos ideológicos, foi de certa forma mais fácil retirar a província das agitações e turbulências. Alí não se tinha jornal, e ainda não havia chegado os “homens de fora”, com as “novas ideias”. Em 1870 o empreendimento da “ordem” teve de ser infinitamente maior. Os jornais estavam a todo vapor, e naquela altura a província estava permeada por pessoas de fora e com diferentes concepções políticas. Assim, demonstramos a partir de pequenas mudanças, surge na província uma elite política diferente daquela apontada para a primeira metade do século. A quantidade de militares diminui significativamente, sobressaindo a participação de profissionais liberais.

No entanto, dos “militares” que defenderam a causa do Brasil desde as conturbações da Independência, certamente restaram alguns importantes expoente. Assim, os partidos Liberal e Conservador na província do Espírito Santo, foram sempre chefiados por coronéis, pelos que resguardaram a ordem do Império. Em nenhum momento estes homens mencionaram qualquer ligação com os estudos positivistas do Exército no final do século. Era, sem dúvida, elemento “monarquista” o sentimento comum aos dois partidos, que se mostrou de suma importância para a defesa da monarquia. Comprova-se o fato pela formação tardia do Clube Republicano e da aversão dos jornais dos dois grupos políticos ao conceito de republicanismo..

A fenda no quadro político provincial não fora aberta pela disputa entre liberais e conservadores. Aliás, se os dois partidos tivessem mantido as mesmas práticas e até mesmo os mesmos conflitos, conseguiriam perpetuar a “ordem” ainda por mais tempo. A fissura se deu dentro do próprio Partido Liberal, que deixou aflorar as diferenças entre o diretório do sul, contra o de Vitória, a partir de 1878. Os liberais de Vitória, assim como os conservadores, mantinham um diálogo de conveniência total à Corte.

Mesmo não tendo reconhecimento político, a província era pura fidelidade ao Imperador. A volta dos liberais ao poder em 1878 não foi de tão regozijo para o Espírito Santo. Vitória continuava subserviente à Corte, tendo iniciado inimizades com liberais do sul, os que já não aceitavam a política de imposição dos ministros do Rio de Janeiro.

Aos poucos, a insatisfação dos liberais do sul e a entrada de uma nova geração política, os quais queriam ocupar cargos políticos na Corte, ocupações que nunca foram permitidas aos espírito-santenses, deram margem para o surgimento de um terceiro grupo político na província do Espírito Santo.

Em suma, durante estes vinte anos de política que compreendem os anos de 1860 a 1880, a política provincial foi permeada por práticas políticas diferenciadas, demonstrando culturas e linguagens que emergiam de acordo com o contexto. Assumiram posições partidárias, passaram a perceber os jornais e as tipografias trabalharem como antes nunca havia se visto naquela localidade. A Assembleia Provincial se tornou palco de debates políticos que levavam em si discursos adornados e uma retórica fantástica. Liberais e conservadores alternaram sua vigilância pela monarquia imperial. A questão que abriu este estudo, trazendo à tona a discussão sobre as características de “ordeira” e “pacífica” da província, agora já se tornam relativas diante da verificação de uma política tão peculiar.

A província do Espírito Santo muitas vezes optou por não acompanhar divisões políticas e rotulações; optou por não divulgar as informações que, em sua concepção, seriam ameaçadoras para a segurança da monarquia. A província criou seus grupos políticos pessoais, seus apelidos, e conseguiu se manter neste conjunto de práticas “diferentes” durante o tempo que julgou necessário. É certo que, a entrada de figuras políticas de fora da localidade trouxe mudanças à política do Espírito Santo. Entretanto, quando se viu diante de tais mudanças, a província remodelou suas práticas políticas, e até mesmo abrigou estes indivíduos que propagavam novas ideias em um lugar bem próximo à elite que dirigia a política provincial.

Este conjunto de fatores faz com que se repense não só o lugar da política da província do Espírito Santo no Império, mas também que se leve em conta as características próprias de cada província em relação à Corte. Assim, tentou-se expor neste estudo, uma política provincial rica em detalhes, diferenças e práticas, que muitas vezes pareciam destoar do restante do Império. Entretanto, na maioria das vezes, o que difere do comum, acaba por se destacar. Não discordamos. A política da província do Espírito Santo era realmente diferente e particular. Contudo, utilizamos estes dois adjetivos no sentido mais especial e exclusivo que as palavras possam representar.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A) Fontes Primárias

I – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

- *Relatório do Vice-Presidente de Província o Sr. Joaquim Marcellino da Silva Lima na Abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 27 de maio de 1845.*
- *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, 1848: Presidência de Luiz Pedreira de Couto Ferraz*
- *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, 1849: Presidência de Antônio Pereira Pinto.*
- *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, 1852: Presidência de José Bonifácio Nascentes.*
- *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, 1859: Presidência de Pedro Leão Veloso.*
- *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo André Augusto de Pádua Fleury na abertura Assembleia Provincial de 20 de abril de 1864.*
- *Relatório do Presidente de Província do Espírito Santo, 1871: Presidência de Francisco Ferreira Correia.*
- *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, 1872: Presidência Antônio Gabriel de Paula Fonseca, p.6.*
- *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, 1873: Presidência de João Tomé da Silva. p.4. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/262/000004.html>*

II – Arquivo da Assembleia Legislativa do Espírito Santo

- ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa. *Atas da Assembléia Provincial do Espírito Santo. 1868-1880.*
- ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa. *Anais da Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo. (1868; 1870; 1877; 1878).*

III – Biblioteca Nacional

- Divisão de Obras Raras

- *A Liga*: jornal político e noticioso. Espírito Santo: Tipografia D'Azeredo. 8 de abril a agosto de 1860; 30 de janeiro de 1861. Nº 1 ao 20 e nº21. PR-SOR 04067.
- *O Monarchista*. Espírito Santo: Tipografia. do Monarchista. Nº3- 20/09/1863. PR-SOR 00430.
- *O Amigo do povo*: Jornal político e Noticioso. Espírito Santo: nº5- 08/08/1863. PR-SOR 04068.
- *O Tempo*: periódico político, comercial, noticioso e literário. Espírito Santo: Tipografia Liberal do Tempo. Redator: José Marcelino Pereira de Vasconcelos. nº 42- 10/12/1861. PR-SOR 00429.
- *O Cidadão*. Espírito Santo. PR-SOR 04070.
- *Opinião Liberal*. Espírito Santo. (11 FEV. 1877)- PR-SOR 00433.
- *Correio da Victória*. Espírito Santo. PR-SOR 00640[1-5].
- *Sentinella do Sul*. Espírito Santo. PR-SOR 00686.
- *Actualidade: órgão do Partido Liberal; Folha política, literária e comercial*. Espírito Santo. PR-SOR 04072.
- *O Estandarte: Jornal político, literário e noticioso*. Espírito Santo. PR-SOR 04163.

- Divisão de Periódicos

- *Jornal da Victória*. Espírito Santo: Tipografia Liberal. PR-SPR 00276[1-3].
- *O Espírito Santense*. PR-SPR-293 [1-7].

Outros Documentos:

- *Diário do Imperador d. Pedro II, 1840-1891*(organização de Begonha Bediaga, Petrópolis: Museu Imperial, 1999.
- *Requerimento encaminhado ao ministério do império solicitando a mercê da Ordem Cristo*. 1823-1825. Documento C-0355,006.

- Divisão de Obras Gerais

- PENA, Mizaél Ferreira. “*O Livro Negro, Memórias escriptas a lápis pelo doido- O Philemon- Para serem publicadas quando o seu autor convencer-se da fraqueza da eloqüência dos homens bons e do poder das cousas serias*”. Vitória, 1874. Pseudônimo de Misaél Ferreira Pena, Biblioteca Nacional. II-73-6-13, nº6.

IV- Outras

- ARAÚJO, Thomaz Nabuco de. *O Centro Liberal*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário*. 4ª edição. São Paulo: Nacional, 1975.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do Futuro*. 2ª Edição. São Paulo: Nacional. Brasília, 1976.
- CANECA, Joaquim do Amor Divino. Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria. In: MELO, Evaldo Cabral de (org). *Frei caneca*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- CLÁUDIO, Affonso. *História da literatura Espírito Santense: subsídios para a história da literatura brasileira*. Porto: Officina do Commercio do Porto, 1912.
- DAEMON, Basílio de Carvalho. *História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo*. Vitoria: Typ. do Espírito Santense, 1879.
- LABOULAYE, Édouard. *Parti liberal – son programme et son avenir*. Huitième edition, revue et augmentée; Paris, Charpentier et Cie, Libraires- Edteéurs, 1863.
- LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista no Império*. Vol.II. 5ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- PEREIRA, Amâncio. “História da Imprensa Capixaba”. *Revista do IHGES* nº 3, 1922.
- ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (org.). *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- SIMON, Jules. *La politique radicale*. Paris :Librarie Internationale. 1868.
- URUGUAI. Visconde. Ensaio sobre o Direito Administrativo, in IDEM *Visconde do Uruguai*. Organização, introdução e notas de José Murilo de Carvalho. SP: Ed. 34, 2002.
- URUGUAI. Visconde. *Estudos Práticos sobra a Administração das Províncias no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1865.

B) BIBLIOGRAFIA

I – Instrumentos de Trabalho

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. 7 vs Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. (1827-1903).

JAVARI, Barão de . *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional. 1979.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. *Homens e Cousas do Espírito Santo*. Vitória: Sociedade Artes Gráficas, 1914.

II – Geral

ACHIAMÉ, Fernando de Moraes. “Esquadro e Compasso em Vitória- Nota prévia sobre a história da Loja Maçônica *União e Progresso*”. *Revista do IHGES*, nº52, 2002.

AGULHON, Maurice *Histoire vagabonde, ethnologie et politique dans la France contemporaine*. Paris, Gallimard. 1988.

ALMOND, G. A; VERBA, S. *The Civic Culture. Political attitudes and democracy in Five nations*. USA/Canadá: Little, Brown and Company. 1965.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Alex Lombello. *Cascudos e Chimangos: Imprensa e Política em São João del-Rei (1876-1884)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. 2008(mimeo).

AMORIM, Joaquim Pires de. *Um dos primeiros habitantes de Cachoeiro*. 2. Ed. Cachoeiro de Itapemirim, 1966.

AMORIM, Joaquim Pires de. “A Trajetória dos Partidos Políticos capixabas até 1930”. *Revista do Instituto Jones dos Santos Neves*. nº1- 1985.

ARAÚJO, Leonor Franco. *Poder político e religioso na Vitória Imperial: a atuação dos párocos na Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo, 1835-1864*. Dissertação apresentada á Universidade Federal do Espírito Santo, 2005.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohring. “Miguel Bruce e os ‘horrores da anarquia’ no Maranhão, 1822-1827”. In: JANCSÓ, István. (org.) *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

BANCK, Geert. *Dilemas e símbolos. Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. Vitória: IHGES, 1998.

BARBOSA, Silvana. M. “Panfletos vendidos como canela: anotações em torno de um debate político nos anos 1860”. In: CARVALHO, José Murilo. (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- BARBOSA, Silvana M. “A Política Progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos de 1860”. In CARVALHO, J. Murilo & NEVES, Lúcia M. B.(orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos- Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BASILE, Marcello Otávio N. de C. “O Império Brasileiro: Panorama Político”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BASILE, Marcello Otávio. *Anarquistas, rusgientos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834)*. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2000.
- BASILE, Marcello Otávio. “Conservadorismo no Brasil Império” In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MEDEIROS, Sabrina Evangelista e VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- BASILE, Marcello. *Ezequiel Corrêa dos Santos: Um Jacobino na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Rio de Janeiro: Tese apresentada ao PPGHIS-UFRJ. 2004.
- BASILE, Marcello. Revoltas Regenciais na Corte: O Movimento de 17 de abril de 1832. *Revista Anos 90*. Porto Alegre: v. 11, n.19/20, 2004.
- BASILE, Marcello. “Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837)”. In: Eliana Regina de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier. (org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006
- BASILE, Marcello. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BASTOS, Fabíola Martins. “*Relações sociais, conflitos, e espaços de sociabilidade: Formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872*”. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGHIS-UFES, 2009.
- BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.) *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889*. Vitória: Leoprint, 1985.

- BOBBIO, Norberto. “Teoria das Elites”. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, e PASQUINO, Gianfranco (org). *Dicionário de política*. V. 1, 12º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BORBA, J. “Cultura política, Ideologia e Comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro”. In *Revista Opinião Pública*. Vol. XI. Campinas: 2005.
- BOSCHI, Caio Cesar. *Os Leigos e o Poder: (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)*, Ed. Ática, São Paulo, SP, 1986.
- BRASILIANSE, Américo. *Os programas dos Partidos e o Segundo Império*. Introd. Washington Luis neto. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979.
- CALDEIRA, Cláudia A. Fragmentos e apontamentos sobre Francisco de Paula Brito. Anais Eletrônicos do VIII Encontro de História- Anpuh Rio, 2008. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org>. Acesso em: 12/01/2010.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista 1920-1945*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1989.
- CARNEIRO, David. *História do período provincial do Paraná; galeria de presidentes, 1853-1889*. Curitiba: Tipografia Max Roesner, 1960.
- CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito. Santo (1790-1821)*. Dissertação UFES, 2008.
- CARVALHO, José Murilo. In: Lisboa, João Francisco. *Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARVALHO, José Murilo. Brasil: Nações imaginadas. In *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. “As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate”. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.) *Nação e cidadania no Império: Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/ Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: o longo caminho*. Editora: Civilização Brasileira, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CARVALHO, José Murilo. “Cidadania: Tipos e Percursos”. *Revista Estudos Históricos*. 1996/2. Vol.18. FGV. Disponível em: < <http://www.epdoc.fgv.br/revista/arq/199.pdf>>.

- CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. “Federalismo e Centralização no Império Brasileiro”: In *Pontos e Bordados*. História e Argumento. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CARVALHO, José Murilo. “História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura” in: *Topoi: revista de História*, nº 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- CARVALHO, José Murilo. “Radicalismo e republicanismo”. In: CARVALHO, J. Murilo & NEVES, Lúcia M. B.(orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos- Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSER, Ivo. Visconde do Uruguai. *Centralização e federalismo no Brasil 1823-1866* . Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2008.
- COSTA, Emilia Viotti. *A Abolição*. São Paulo: Unesp, 2008.
- DESSAUNE, Jair. *Peroás e caramurus*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2004. Memórias da ilha de Vitória, n. 5.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. 1a.. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- ELTON, Elmo. *São Benedito e sua devoção no Espírito Santo*. Vitória: Departamento Estadual de Cultura/ES, 1988.
- FELDMAN, Ariel. *O Império das Carapuças: Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. 2006.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e Descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o visconde do Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- FONSECA, S. C. P. B. (Orgs.) ; LESSA, Mônica Leite (Org.) . *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro 1790-1840)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.
- FRAGOSO, João. *Homens de grossa ventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- FRANÇA, Aldaíres Souto. *Uma educação imperfeita para uma liberdade imperfeita (1869-1889)*. Dissertação de Mestrado em Educação. UFES, 2006.
- FRANCO, Sylvia de Carvalho Franco. “As idéias estão no lugar”. *Cadernos de Debate, n°1: História do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- FREIRE, Mario Aristides. *Fatos da história do Espírito Santo: (Sec.XIX)*. Vitória, 1942.
- FREITAS, Marcos César de (Org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto/Ed. da USF, 1998.
- GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Figurões da Terra: Trajetórias e Projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos*. Dissertação de Mestrado. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGHIS-UFES, 2008.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das Províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. 1a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GRYNSPAN, Mario. *A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada*. In BIB, Rio de Janeiro, n.41, p.35-83, 1996.
- GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick. *Los Espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas, siglos XVIII-XIX*. México, DF: Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal, PRADO, Maria Emilia (org). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.
- HOLANDA, Sergio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira - Brasil Monárquico - Tomo II Vol 5 -Do Império À República*. São Paulo: Difel, 1972.
- JASMIN, M. G; FERES JR., J. (Org.). *História dos Conceitos: Debates e Perspectivas*. 1. ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.
- JESUS, Rafael de. “*Fortunas Capixabas: posse de terras e escravos em Vitória (1850 e 1872)*”. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.
- KAUFFMANN, Elisana F. L. *Liberals versus liberais: a oposição da Opinião Liberal ao Centro Liberal na Corte Imperial (1868-1870)*. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. (mimeo).
- KIDDY, Elizabeth. Geografia da fé: a irmandade do Rosário dos Pretos em Minas Gerais – Palestra proferida pela professora Elizabeth Kiddy do Albright College no IM/UFRRJ.

- KRAAY, Hendrik. “Muralhas da Independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25)”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência Brasileira: Novas Dimensões*. FGV, Rio de Janeiro, 2006.
- LEITMAN, Spencer Lewis. *Razões socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência, 1821-1822*. 6ª ed., São Paulo: Topbooks, 1997.
- LIMA, Oliveira. *O Império brasileiro: 1822-1889*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.
- LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o poder moderador e o pensamento político imperial*. Tese de doutoramento em Ciência Política – IUPERJ, 2007.
- LOUZADA, Maria Alexandre. *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Faculdade de Lisboa, 2005.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- MARINS, Antônio. *Minha terra e meu município*. Rio de Janeiro, 1920.
- MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso. A revolução praieira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. “A opulência na Província da Bahia”. In: *História da vida privada no Brasil*. Org. ALENCASTRO, Luiz F..v. 2. São Paulo, Cia das Letras, 1997.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 e 1824*. São Paulo, Editora 34, 2004.
- MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/anpuh, 2007.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- MONJARDIM, Leonardo Passos. *História política da família Monjardim*. Vitória: [s.n.], 2003.

- MORAES, Paulo Stuck. “A nobreza capixaba”. *Revista do IHGES*, nº58, 2004.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.
- MOREL, Marco. O Partido Caramuru e os Agentes Políticos no Brasil Império. *Anais do X Encontro Regional ANPUH-RIO*, 2002. Disponível em: www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2002/Comunicacoes/Morel%2520Marco.doc Acesso em : 21/01/2010.
- MOREL, Marco. *Palavra, imagem e Poder: surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class. Elementi di Scienza Política*. New York, McGraw-Hill. s/d.
- MOTTA, Márcia & ZARTH , Paulo (eds.), *História Social do Campesinato, Vol. II, Forma de resistência camponesa: Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Via Campesina/UNESP, 2008.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação- 1849-1910*. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984.
- NEDELL, Jeffrey. *The party of order: The conservatives, the State, and slavery in the brazilian monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- NEVES, L. M. B. P. das. “A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil”. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 41-65, 1999.
- NEVES, L. M. B. P. das *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.
- NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira. “Opinião Pública”. In: FERES JÚNIOR, João, org. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- NOVAES, Maria Stella. *História do Espírito Santo*. Vitória: FEES, 1984.
- OLIVEIRA, Antônio de Almeida. *O Ensino Público*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, (Edições Senado Federal, v.4), 2003.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.
- OTTONI, Theophilo Benedicto. Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores pela Província de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Correio Mercantil, 1860.
- PARETO, Vilfredo. *Traité de Sociologie Générale*. Paris, Payot, 2 vols. 1933.

- PIAZZA, Walter. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis : Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.
- PÍCOLI, Mariana de Alameida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba : o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGHIS-UFES, 2009.
- PIMENTEL, Elpídio, Respingos Históricos. *Revista IHGES*, n.3.
- POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: FGV, 2003.
- RIBEIRO, G. S. “Metáforas e ações na longa luta pela liberdade: conflitos entre portugueses e homens de cor, Corte do Rio de Janeiro, 1827-1834”. *Revista Tempo*. Niterói, n. 10, p. 97-117, 2000.
- RIBEIRO, Gladys Sabino. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. “Nação e cidadania nos jornais cariocas da época da Independência: o *Correio do Rio de Janeiro* como estudo de caso. In: CARVALHO, José Murilo de., NEVES, Lúcia M. B. P. das. (Orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- RICCI, Magda. “Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840.” *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro*, v. 11, p. 15-40, 2006.
- RIOUX, Jean-Pierre. “A Associação em Política”. In: REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: FGV, 2003.
- ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II a Província do Espírito Santo*. Departamento de Imprensa Nacional. 1960.
- RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e contra-Revolução*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1975, 5 vol.
- ROSA, Affonso Cláudio de Freitas. *História da Literatura Espírito- Santense*. Porto: Oficina do Comércio do Porto, 1912.
- RUBIM, Francisco Alberto. “Memória estatística da província do Espírito Santo no ano de 1817”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, Tomo XIX (terceira série), 1900.

- RUDÉ, George. *A multidão na História: Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SALETTTO, Nara. *Trabalhadores Nacionais e imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial – A Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SCHWARZ, Roberto, “As Idéias Fora do Lugar” in: *Ao Vencedor as Batatas: Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro*, 4ª ed, São Paulo, Duas Cidades, 1992.
- SILVA, A. M. J. F.. *Tavares Bastos: biografia do liberalismo brasileiro*. Tese de Doutorado/IUPERJ: Rio de Janeiro. 2005.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MEDEIROS, Sabrina Evangelista e VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- SILVA, Wlamir. “A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj: DP&A editora. 2006.
- SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderna na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: HUCITEC, 2008.
- SIQUEIRA, Francisco Antunes de. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século*. Edição de texto, estudos e notas de Fernando Achiamé. Vitória: Floricultura, 1999.
- SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O Cotidiano da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, 1868-1889*. Relatório Final de Iniciação Científica PIBIC/UFES. Vitória/ES, 2008.
- SIQUEIRA, Karulliny. “O Futuro há de ser o nosso vingador”: O Partido Liberal capixaba e as denúncias de perseguição política, 1868-1870. *Revista Ágora*. Revista Eletrônica do Programa do PPGHIS-UFES, 2009. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/agora/index.htm>.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. 2ª reimpressão - São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SODRÉ, Nelson Wernerck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

- SOUZA, Francisco Belizário Soares de. *O Sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- SOUZA, Paulo Cezar. *A Sabinada*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- TINÔCO, Antonio Luiz. *Código criminal do Império do Brasil anotado*. Ed. Fac-sim- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- VARNHAGEN, F. A. *História da Independência do Brasil*. 3ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1957.
- VASCONCELOS, Inácio Acioli de. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. (Edição, comentários e notas de Fernando Achiamé. Texto inédito, 2000).
- VASCONCELLOS, Zacharias de Góes e. *Da natureza e limites do poder moderador*. BDJur, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/16905>>. p.12. Acesso em: 10/12/2010.
- ZORZAL, Marta e Silva. *Formação de Lideranças Locais no Espírito Santo*. Vitória, 1993.

